

KARINA DA SILVA OLIVEIRA

**MARCADORES DE RESILIÊNCIA INFANTIL:
CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTO E
INVESTIGAÇÃO DE SUAS QUALIDADES
PSICOMÉTRICAS**

PUC-CAMPINAS

2019

KARINA DA SILVA OLIVEIRA

**MARCADORES DE RESILIÊNCIA INFANTIL:
CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTO E
INVESTIGAÇÃO DE SUAS QUALIDADES
PSICOMÉTRICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Psicologia como Profissão e Ciência

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana de Cássia Nakano Primi

PUC-CAMPINAS

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

t155.4
O48m

Oliveira, Karina da Silva.
Marcadores de resiliência infantil: construção de instrumento e
Investigação de suas qualidades psicométricas/ Karina da Silva
Oliveira.- Campinas: PUC-Campinas, 2019.
261f.

Orientadora: Tatiana de Cássia Nakano Primi.
Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Incluem anexos e bibliografia.

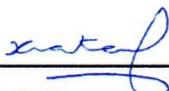
1. Psicologia infantil. 2. Resiliência (Traço da personalidade) em
crianças. 3. Stress em crianças. 4. Testes psicológicos. I. Primi, Tatiana
de Cássia Nakano. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
III. Título.

CDD – 22. ed. t155.4

KARINA DA SILVA OLIVEIRA

**MARCADORES DE RESILIÊNCIA INFANTIL:
CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTO E
INVESTIGAÇÃO DE SUAS QUALIDADES
PSICOMÉTRICAS**

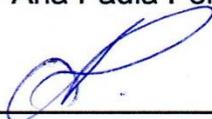
BANCA EXAMINADORA



Presidente Prof^ª.Dr^ª Tatiana de Cássia Nakano Primi



Prof^ª.Dr^ª Ana Paula Porto Noronha



Prof. Dr Nelson Hauck Filho



Prof^ª.Dr^ª Solange Muglia Wechsler



Prof. Dr. André Luiz Monezi Andrade

PUC-CAMPINAS

2019

A Deus.

À minha filha Isabela e ao meu marido André.

Aos meus pais, meu irmão e minha avó.

E, a todos os participantes e colaboradores
deste trabalho.

“Para ser realista você precisa crer em milagres.”

Primeiro Ministro Israelense

David Bem-Gurion

(1886 – 1973)

“Afinal, uma vida não passa de uma série de
pequenas vidas, vividas um dia por vez, e
cada um desses dias invariavelmente envolve
escolhas e consequências. Pedacinho por
pedacinho, essas decisões ajudam a formar a
pessoa que nos tornamos.”

Nicholas Sparks

Romancista americano

(1965 -)

AGRADECIMENTOS

Quem me conhece de perto sabe que faço muitas listas, elas possuem funções diferentes, podem, desde me auxiliar a organizar as tarefas e os compromissos diários. Como também, me ajudam a entender pensamentos e sentimentos. Mas, ao longo destes últimos quatro anos, uma lista muito especial tem sido construída: a minha lista de pessoas queridas, às quais tenho profunda gratidão por compartilharem comigo essa experiência, tão preciosa, que tem sido o doutorado. Portanto, faço-me valer dessas linhas, para dizer ‘muito obrigada’ a cada uma delas.

Inicio meus agradecimentos reconhecendo que há Alguém muito maior do que os meus sonhos, do que os meus planos e projetos. Que esse Alguém escreve certo a minha história, mesmo que muitas vezes eu não entenda. Reconheço, também, que é através desse Alguém que minha vida faz sentido, que meus medos se dissipam e encontro paz. Por isso, agradeço a *Deus*, pela alegria e o privilégio de poder viver tantas oportunidades enriquecedoras e por me presentear com pessoas tão queridas.

Uma vez li que a essência de um casamento é perceber que duas vidas, duas biografias distintas, estão tão intimamente ligadas que se tornam uma só história. Eu sou profundamente grata a você *André Oliveira*, por unir sua história junto a minha, por compartilhar risadas e lágrimas, por acreditar em nossa família, e lutar ao meu lado e por mim em tantos momentos. Obrigada pela maior alegria da minha vida, que é a nossa pequena família: você, eu, a Bela e o nosso “resmuncão” o Théo. O meu maior desejo é que a gente continue a caminhar lado a lado, sempre.

Quando o amor é grande, ele bate fora do peito. E para mim, esse amor se chama *Isabela Oliveira*. Filha, obrigada por me cobrir de carinho, por me fazer rir com as suas piadas (que têm sido cada dia melhores!), por dividir comigo o seu crescimento, por compartilhar seus sonhos e alegrias. Obrigada por sentar em meu colo para que eu consiga “carregar as energias”. Também te agradeço pela sua imaginação e talento com pintura e artes, suas habilidades foram uma inspiração para que a mamãe conseguisse desenvolver esse projeto.

Há muito os chamo de faróis, pois é assim que os vejo, são minha força e referência nas, por vezes, turbulentas e atribuladas ondas da vida. Mãe e Pai (*Elvira Márcia e Abmael Oliveira*), dizer obrigada é tão pouco, e ao mesmo tempo, é tão cheio de significado. Eu sou grata por terem acreditado em meus sonhos, por me fazerem “tão esforçada” (essa é para você, pai 😊), por me socorrerem de tantas maneiras. Obrigada pelos avós que vocês são para a Isabela. Por tudo, obrigada.

Também agradeço aos meus pais, por me promoverem a irmã mais velha, e com isso me ensinarem o quão valioso é ter, e ser, uma testemunha da infância de alguém. *Abmael Oliveira Jr.*, te agradeço pelas risadas, pelas conversas sérias, pela parceria em tantas artimanhas, pelas piadas internas e por tudo o mais que ainda viveremos. Não vejo a hora de ser sua madrinha de casamento, *Thaise Piculi* (sem pressão nenhuma, viu?). E à minha avó *Altamédia Oliveira*, sou grata pelo exemplo de mulher, tão batalhadora, tão inteligente, com uma sabedoria incrível para botânica. Obrigada por ser quem é.

À minha família estendida, obrigada por fazerem parte desta história, *Joel* e *Bethinha* (meus sogros), *Guilherme*, *Aline*, *Sofia* e *Heitor* (cunhados e sobrinhos) e *Kadu*, *Lilyane*, *Yasmin* e *Beatriz* (cunhados e sobrinhas).

No dia da prova para a seleção do mestrado eu conheci uma pessoa incrível. Nem em um milhão de sonhos poderia imaginar que estava, naquele momento, conhecendo uma amiga tão querida e especial, com quem compartilharia tantos momentos, tantas alegrias, tantas publicações. Além de tudo o que vivemos, a *Priscila Zaia Bassinello*, juntamente com o *João Paulo Bassinello*, fez de mim, do André e da Isabela, padrinhos do pequeno *Lorenzo*. E esse pequeno nos faz sentir um amor de outro mundo. Obrigada compadres, por estreitarem os nossos laços e as nossas famílias. Que honra e felicidade!

Lendo outras teses percebi que os agradecimentos reservados à orientadora costumam vir ao final, mas para a Tati precisa ser diferente, simplesmente porquê, para mim, você é muito mais que a minha orientadora e a Prof^a Dr^a *Tatiana de Cássia Nakano*. Você é uma amiga muito especial, uma pessoa com um coração admirável, alguém em quem confio muito. Obrigada por me guiar nesta jornada, por compartilhar generosamente os seus conhecimentos, por me fazer perceber decisões e anseios profissionais que não imaginava que pudessem estar ao meu alcance. Obrigada também pela alegria de ser recebida em sua família.

Às amigas de tantos anos, *Ana Paula Bertho*, *Ynalva Ribeiro dos Santos*, *Claudia Lísia Martins*, *Nathália Siqueira*, *Raquel Altafini* e *Flavia Borges*, obrigada por TODO apoio e carinho. À *Joyce Barbosa* agradeço pela alegria de te conhecer melhor, e podermos caminhar juntas.

Ao longo dos últimos anos a PUCC me presenteou com amigos que não tenho palavras para descrever de tanto que são especiais. *Carolina Campos*, obrigada pelo exemplo lindo que você é! *Rauni Alves*, *even though it was too much information, thank you for sharing!* Sinto muita falta das nossas risadas. E

Evandro Peixoto, obrigada pela parceria e socorro com tantas coisas, dentre elas, as estatísticas! Como sempre digo, vocês são meus super-heróis! *Gisele Silva, Gabriela Spadari, Cristina Massens, Allan Oliveira, Cleber Sena, Talita Silva, Luisa Gomes e Maristela Santos*, obrigada pelas nossas tardes de terça, pelos cafés, pelas conversas, pelas trocas. Sou imensamente grata. E à *Marcia Calixto, Cristina Bachert, Queila Milian, Aline Boschi, Jessica Gobbo, Eliana Vicentini, Karina Paludo e Andressa Becker*, obrigada por todo apoio que me deram neste caminhar.

Também preciso agradecer a equipe com quem trabalhei durante anos na clínica, sou grata ao coração compreensivo destas amigas, pelo apoio que me deram quando decidi-me pela carreira acadêmica, por manejarem e acolherem meus pacientes quando me afastei, *Maria José Bush, Vera Held, Silvia Barros, Danielly Simões, Rosa Gaspar e Carolina Comette*, serei eternamente grata.

Agradeço aos professores de nossa instituição Prof^a Dr^a Solange Wechsler, Prof^a Dr^a Letícia Dellazzana Zanon, Prof^a Dr^a Sônia Enumo, e Prof^a Dr^a Elisabeth Pacheco, que proporcionaram valiosos momentos de aprendizagem durante o curso. E, também aos professores de outras instituições como o Prof. Dr. Ricardo Primi, a Prof^a Dr^a Ana Paula Noronha, Prof^a Dr^a Caroline Reppold e Prof. Dr. Maurício Bueno, sou grata pela oportunidade de aprender com vocês.

Existem inúmeros detalhes, documentos e prazos e, graças a Deus, existem também a *Maria Amélia Gonçalves* e a *Elaine Machado* para nos auxiliar e orientar em todos os trâmites. Obrigada, meninas!!! Também agradeço as professoras Vera Trevisan e Vera Cury por desempenharem com excelência,

seus papéis, cada uma a seu tempo, como coordenadoras do Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Quero, também, aproveitar este momento e agradecer as instituições que acolheram esta pesquisa, assim como, as famílias que autorizaram a colaboração das crianças junto ao projeto. Em especial, agradeço às 520 crianças que participaram, contribuíram e compartilharam parte de seu mundo e de suas habilidades, permitindo que este trabalho fosse realizado.

Agradeço ao zelo dos profissionais que atuam junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Campinas, por prestarem este auxílio, garantindo que a condução das atividades sejam dignas e respeitadas para todos os envolvidos.

Também é importante informar que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001/ This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001. Obrigada por este valioso apoio.

Ao olhar para a minha lista de agradecimentos, lembro-me de uma frase que li quando estava grávida da Isabela, o autor dizia que para cuidar e educar uma criança é necessário o envolvimento de uma vila inteira (*“It takes a village to raise a child”*). Apropriando-me desta frase e contextualizando-a ao trabalho desenvolvido, também afirmo que para a condução de uma pesquisa é necessário o envolvimento de uma comunidade inteira. E, portanto, não canso de dizer: muito obrigada.

RESUMO

OLIVEIRA, Karina da Silva. Marcadores de Resiliência Infantil: Construção de Instrumento e Investigação de suas Qualidades Psicométricas. 2019. 261f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2019.

A resiliência tem sido considerada um construto importante para o enfrentamento de situações adversas. Indiferente a sua relevância, nenhum instrumento brasileiro encontra-se disponível para sua avaliação na infância. Desta forma, o objetivo deste estudo foi desenvolver e buscar evidências de validade para o instrumento Marcadores de Resiliência Infantil (MRI). Para isto foram propostos sete estudos: o primeiro refere-se à construção do instrumento, que embasado na literatura, apresenta, em sua versão inicial, trinta histórias/itens as quais relacionam-se à seis elementos fundamentais da resiliência. O segundo estudo envolveu o desenvolvimento das alternativas de desfecho dos itens, por meio de entrevistas cognitivas, com 20 crianças com idades entre 8 e 12 anos. O terceiro estudo buscou evidências de validade baseadas no conteúdo, contando com a colaboração de 16 juízes, ao longo de três rodadas de avaliação, por meio das quais, 27 itens foram considerados adequados. No quarto estudo, verificou-se a adequação do instrumento junto a população alvo, através de Estudo Piloto conduzido em duas etapas com crianças representantes dos extratos extremos da faixa etária almejada. Do quinto estudo, que envolveu a busca por evidências de validade baseadas na estrutura interna e precisão do instrumento, participaram 462 crianças, sendo 223 meninas e 238 meninos, de escolas públicas e particulares. Os resultados obtidos indicaram a presença de seis fatores específicos e um fator geral, obtidos através do modelo *bi-factor*. Também, foi observada a necessidade de exclusão de cinco itens, de modo que a versão final do instrumento possui 22 itens. Confirmando assim o modelo teórico. Quanto a precisão, os coeficientes de alfa de Cronbach apontaram para adequação dos fatores *Locus* de controle, *Coping* e para o Total. No sexto e sétimo estudo buscou-se evidências de validade baseadas na relação com variáveis externas. Desta forma, o sexto estudo, do tipo validade discriminante, comparou, por meio de correlação de Spearman, os escores obtidos junto ao MRI e a Escala de Stress Infantil. Contou com a participação de 136 crianças com idades entre 8 e 12 anos ($F=67$; $M=69$). Os resultados apontaram para correlações baixas e negativas entre os instrumentos, evidenciando a relação entre estes. Por fim, o estudo sete, do tipo validade de critério, buscou compreender a capacidade do MRI em discriminar grupos. Participaram do estudo 500 crianças, sendo 277 do sexo masculino, de cinco grupos distintos. A ANOVA apontou para a influência da variável grupo, destacando-se o desempenho do grupo 4. Portanto, ao final destas ações, pode-se concluir que foram identificadas evidências iniciais de validade e precisão para o instrumento MRI. De modo que outros estudos devam ser conduzidos a fim de que, futuramente, o instrumento possa ser disponibilizado para uso profissional.

Palavras-chave: Resiliência infantil, avaliação psicológica, validade, construção de instrumentos

ABSTRACT

OLIVEIRA, Karina da Silva. Children's Resilience Markers: measure development and investigation of its psychometric qualities. 2019. 261f. Thesis (Doctorate in Psychology) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2019.

Resilience has been considered an important construct for coping with adverse situations. Regardless of its relevance, no Brazilian instrument is available for this assessment in childhood. Therefore, the aim of this study was to develop and search for validity evidence for the instrument named Children's Resilience Markers (CRM). For this, seven studies were proposed: the first one refers to the construction of the instrument, that based on the literature, presents, in its initial version, thirty stories/items which relate to the six fundamental elements of resilience. The second study involved the development of all the alternatives outcome for the 30 items, this happened through cognitive interviews with 20 children aged 8 to 12 years. The third study sought validity evidence of content-related, with 16 judges collaborating over three rounds of evaluation, through which 27 items were considered appropriate. In the fourth study, the adequacy of CRM was verified with the target population through a Pilot Study conducted in two moments with children representing the extreme extracts of the target age group. For the fifth study, which involved the search for validity evidence based on the internal structure and accuracy of CRM, 462 children participated, being 223 girls and 238 boys from public and private schools. The results indicated the presence of six specific factors and a general factor, obtained through the bi-factor model. Also, it was observed the need to exclude five items, so that the final version of the instrument has 22 items. As for accuracy, Cronbach's alpha coefficients pointed to the adequacy of these factors: Locus control, Coping and Total. In the sixth and seventh studies, validity evidence was sought based on the relationship with external variables. In this way, the sixth study, aimed to searched discriminant validity type, comparing, through Spearman's correlation, the scores obtained with CRM and Child Stress Scale. It was attended by 136 children aged 8 to 12 years ($F = 67$, $M = 69$). The results pointed to low and negative correlations between the instruments' scores, evidencing the relationship between them. Finally, study seven, a criterion validity type, sought to understand the ability of CRM to discriminate groups. A total of 500 children participated, of which 277 were males, from five different groups. ANOVA pointed out that there were influence of the variable group in favor of group 4. Therefore, at the end of all these actions, it can be concluded that initial validity evidence and accuracy for the CRM was identified. Therefore, further studies should be conducted so that the instrument can be made available for professional use in the future.

Key-word: Child resilience, psychological assessment, validity, instrument construction

RESUMEN

OLIVEIRA, Karina da Silva. Marcadores de Resiliencia Infantil: Construcción de Instrumento e Investigación de sus Cualidades Psicométricas. 2019. 261f. Tese (Doutorado en Psicología) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2019.

La resiliencia ha sido considerada un constructo importante para el enfrentamiento de situaciones adversas. Indiferente a su relevancia, ningún instrumento brasileño está disponible para su evaluación en la infancia. De esta forma, el objetivo de este estudio es desarrollar y buscar evidencias de validez para el instrumento Marcadores de Resiliencia Infantil (MRI). Para ello se proponen siete estudios: el primero se refiere a la construcción del instrumento, que, basado en la literatura, presenta, en su versión inicial, treinta historias / ítems que se relacionan a seis elementos fundamentales de la resiliencia. El segundo estudio involucró el desarrollo de las alternativas de desenlace de los ítems, por medio de entrevistas cognitivas, con 20 niños con edades entre 8 y 12 años. El tercer estudio buscó evidencias de validez basadas en el contenido, contando con la colaboración de 16 jueces, a lo largo de tres rondas de evaluación, por medio de las cuales 27 ítems fueron considerados adecuados. En el cuarto estudio, se verificó la adecuación del instrumento junto a la población objetivo, a través de Estudio Piloto conducido en dos etapas con niños representantes de los extractos extremos de la franja etaria anhelada. En el quinto estudio, que involucró la búsqueda de evidencias de validez basadas en la estructura interna y la precisión del instrumento, participaron 462 niños, siendo 223 niñas y 238 niños, de escuelas públicas y privadas. Los resultados obtenidos indicaron la presencia de seis factores específicos y un factor general, obtenidos a través del modelo *bi-factor*. También, se observó la necesidad de exclusión de cinco ítems, de modo que la versión final del instrumento posee 22 ítems. En cuanto a la precisión, los coeficientes de alfa de Cronbach apuntaron a la adecuación de los factores Locus de control, Coping y al Total. En el sexto y séptimo estudio se buscaban evidencias de validez basadas en la relación con variables externas. De esta forma, el sexto estudio, del tipo validez discriminante, comparó, por medio de correlación de Spearman, los escores obtenidos junto al MRI y la Escala de Stress Infantil. Contiene la participación de 136 niños con edades entre 8 y 12 años (F = 67; M = 69). Los resultados apuntaron a correlaciones bajas y negativas entre los instrumentos, evidenciando la relación entre éstos. Por último, el estudio siete, del tipo validez de criterio, buscó comprender la capacidad del MRI en discriminar a grupos. En el estudio participaron 500 niños, siendo 277 del sexo masculino, de cinco grupos distintos. La ANOVA apuntó a la influencia de la variable grupo con mejor desempeño del grupo 4. Por lo tanto, al final de estas acciones, se puede concluir que se identificaron evidencias iniciales de validez y precisión para el instrumento MRI. De modo que otros estudios deban ser conducidos para que en el futuro el instrumento pueda estar disponible para uso profesional.

Palabras clave: Resiliencia infantil, evaluación psicológica, validez, construcción de instrumentos

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	I
EPÍGRAFE	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
RESUMEN	X
ÍNDICE DE TABELAS	XIV
ÍNDICE DE FIGURAS	XIV
RESILIÊNCIA OU RESILIÊNCIAS?	19
MODELOS TEÓRICOS DE COMPREENSÃO DA RESILIÊNCIA	29
RESILIÊNCIA E INFÂNCIA	34
AVALIAÇÃO DA RESILIÊNCIA: REVISÃO DE PESQUISAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS¹	44
INSTRUMENTOS PARA MENSURAÇÃO DA RESILIÊNCIA	59
The Resilience Scale for Children and Adolescents de Prince-Embury (2006, 2010b)	64
California Healthy Kids Resilience Assessment de Constantine, Benard e Diaz (1999)	68
OBJETIVOS	76
OBJETIVO GERAL	76
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	76
MÉTODO	77
ESTUDO 1: DESENVOLVIMENTO DO INSTRUMENTO²	78
A seleção de um modelo teórico	78
O formato do instrumento	80
A avaliação inicial da pertinência dos itens	83
ESTUDO 2: DESENVOLVIMENTO DAS ALTERNATIVAS DE RESPOSTA POR MEIO DE ENTREVISTAS COGNITIVAS	85
Participantes	85
Instrumento	87
Procedimentos	87
Resultados	88
Discussão	100
ESTUDO 3: EVIDÊNCIAS DE VALIDADE BASEADAS NA ANÁLISE DO CONTEÚDO	105
Objetivos	105
Hipóteses	106
Etapas realizadas ao longo do Estudo 3	106
Etapa 1	106
Participantes	106
Instrumento	107
Procedimentos	108
Resultados	112
Etapa 2	117
Participantes	117
Instrumento	118
Procedimentos	118
Resultados	119
Etapa 3	119

Participantes	119
Instrumento	120
Procedimentos	120
Resultados	121
Etapa 4	122
Participantes	123
Instrumento	123
Procedimento	124
Resultados	125
Discussão	126
ESTUDO 4 – ESTUDO PILOTO PARA VERIFICAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DAS HISTÓRIAS/ITENS JUNTO A POPULAÇÃO ALVO	130
Objetivos:	131
Hipóteses	131
Etapas do Estudo Piloto	131
Etapa 1	131
Participantes	131
Instrumento	132
Procedimentos	133
Resultados	134
Etapa 2	136
Participantes	136
Instrumento	137
Procedimentos	138
Resultados	138
Discussão	139
ESTUDO 5: EVIDÊNCIAS DE VALIDADE BASEADAS NA ESTRUTURA INTERNA E PRECISÃO	143
Objetivos	146
Hipótese	146
Participantes	147
Instrumento	148
Procedimentos	148
Análise de dados	150
Resultados	150
Discussão	157
ESTUDO 6: EVIDÊNCIAS DE VALIDADE BASEADAS NAS RELAÇÕES COM VARIÁVEIS EXTERNAS – VALIDADE DISCRIMINANTE	165
Objetivo	166
Hipótese	166
Participantes	167
Instrumentos	168
Marcadores de Resiliência Infantil – MRI	168
Escala de Stress Infantil – ESI (Lipp & Lucarelli, 2005)	168
Procedimentos	170
Análise de dados	171
Resultados	172
Discussão	173
ESTUDO 7: EVIDÊNCIAS DE VALIDADE BASEADAS NAS RELAÇÕES ENTRE VARIÁVEIS EXTERNAS – VALIDADE CRITÉRIO ³	179

Objetivo.....	180
Hipótese.....	180
Participantes	180
Instrumento.....	181
Procedimentos	182
Análise de dados	183
Resultados.....	184
Discussão	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
REFERÊNCIAS	199
ANEXOS.....	217
ANEXO 1 – MARCADORES DE RESILIÊNCIA INFANTIL	218
ANEXO 2. CARTA DE AUTORIZAÇÃO DIRIGIDA AO RESPONSÁVEL PELA ESCOLA	220
ANEXO 3. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS E/OU RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES DE ESCOLA REGULAR (ESTUDO 2).....	222
ANEXO 4. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS E/OU RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES DE ESCOLA REGULAR (ESTUDO 4).....	224
ANEXO 5. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA JUÍZES	226
ANEXO 6. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS E/OU RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES DE ESCOLA REGULAR (ESTUDO 5).....	228
ANEXO 7. TERMO DE ASSENTIMENTO PARA PARTICIPANTES DO ESTUDO 2.....	230
ANEXO 8. TERMO DE ASSENTIMENTO PARA PARTICIPANTES DO ESTUDO 4.....	232
ANEXO 9. TERMO DE ASSENTIMENTO PARA PARTICIPANTES DO ESTUDO 5.....	234
ANEXO 10. CARTA DE AUTORIZAÇÃO DIRIGIDA AO RESPONSÁVEL PELA ESCOLA (ESTUDO 6).....	236
ANEXO 11. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS E/OU RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES (ESTUDO 6).....	238
ANEXO 12. TERMO DE ASSENTIMENTO PARA PARTICIPANTES DO ESTUDO 6.....	240
ANEXO 13. PARECER CONSUBSTANCIADO – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS.....	242

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Modelos teóricos de concepção da resiliência.....	30
Tabela 2. Características apresentadas pela criança resiliente.....	41
Tabela 3. Instrumentos citados nos trabalhos nacionais analisados.....	53
Tabela 4. Instrumentos citados nos trabalhos internacionais analisados.....	55
Tabela 5. Instrumentos para avaliação da resiliência.....	60
Tabela 6. Definições dos elementos fundamentais do modelo de resiliência apresentado por Castillo e colaboradores (2016)	80
Tabela 7. Detalhamento sociodemográfico dos participantes do Estudo 2.....	86
Tabela 8. Síntese do conteúdo das respostas e das justificativas dos participantes.....	93
Tabela 9. Mudança de desfecho considerando o gênero da personagem principal da história.....	99
Tabela 10. Distribuição das histórias/itens em partes equivalentes.....	109
Tabela 11. Elementos fundamentais e itens aprovados na Etapa 1.....	114
Tabela 12. Tratamento dos dados referentes as opções de desfecho.....	116
Tabela 13. Distribuição das histórias/itens em partes equivalentes, para a Etapa 2.....	118
Tabela 14. Elementos fundamentais e itens aprovados nas etapas 1, 2 e 3.....	121
Tabela 15. Distribuição de itens por juiz.....	124
Tabela 16. Detalhamentos dos resultados dos Juízes.....	126
Tabela 17. Participantes da Etapa 1 do Estudo Piloto.....	132
Tabela 18. Participantes da Etapa 2 do Estudo Piloto.....	137
Tabela 19. Detalhamento sociodemográfico dos participantes do Estudo 5.....	148
Tabela 20. Índices de ajuste confirmatório do modelo unifatorial, correlacional, segunda ordem e bifactor.....	151
Tabela 21. Valores das cargas fatoriais para os fatores específicos e geral.....	152
Tabela 22. Comparação dos índices iniciais e posteriores a exclusão dos itens 1, 2, 3, 18 e 19.....	155
Tabela 23. Correlação de Spearman entre os fatores do instrumento MRI.....	156
Tabela 24. Detalhamento sociodemográfico dos participantes do Estudo 6.....	167
Tabela 25. Correlação de Spearman para as variáveis do MRI e ESI.....	172
Tabela 26. Características sociodemográficas dos grupos – Estudo 7.....	182
Tabela 27. Médias, Desvios Padrão e ANOVA para os grupos.....	185
Tabela 28. Resultados do teste de Post Hoc DHS de Tukey.....	186

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma referente ao delineamento metodológico desta revisão bibliográfica.....	46
Figura 2. Frequência das produções brasileiras e internacionais por ano de publicação.....	47
Figura 3. Exemplo de história/item ilustrada, versão feminina e masculina.....	82
Figura 4. Modelo apresentado aos juízes.....	111
Figura 5. Folha de resposta utilizada nas etapas 1 e 2 do Estudo Piloto.....	136

Justificativa

A resiliência, mesmo sendo uma temática relativamente recente em Psicologia (Masten, 2018), tem sido considerada um construto relevante, associado à apresentação de uma resposta de adaptação positiva e/ou de superação diante de adversidades (Infante, 2007; Masten, 2014). Esta capacidade de adaptar-se positivamente é, atualmente, entendida como fundamental para os indivíduos, uma vez que a sociedade moderna apresenta inúmeros desafios, os quais envolvem aspectos de saúde física, emocional, condições de risco ambiental, social e econômicos (Masten, 2014). Sendo assim, é importante que os indivíduos encontrem recursos que os capacitem a manejar, enfrentar e superar tais adversidades (Masten, 2018; Prince-Embury, 2007).

Desde há muito tempo o ser humano se interessa por histórias de superação, e para ilustrar esta afirmação, Russel (2015) destaca que tanto na literatura grega, quanto na judaico-cristã, existem histórias de indivíduos que suportaram grandes adversidades e que foram capazes de apresentar boa adaptação e conseqüente superação. Mesmo havendo este antigo interesse, as investigações científicas que envolveram esta temática, em Psicologia, somente tiveram início na década de 1970 (Masten, 2001).

Ao longo deste período, é possível observar alterações sensíveis e importantes no que se refere tanto à escolha do termo utilizado, que inicialmente era o de “invulnerabilidade” e “invencibilidade” (Polleto & Koller, 2011), quanto ao modelo de investigação, que voltava-se, fundamentalmente, à compreensão das relações entre as condições adversas e os fatores de proteção (Truffino, 2010). Mais recentemente, sob influência da Psicologia Positiva, os estudos voltados à resiliência passaram a investigar, também, aspectos relacionados aos

processos e fatores envolvidos no desenvolvimento psicológico sadio (Masten, 2018; Polleto, 2006). Importante destacar, que ao longo destas décadas, não foi possível identificar uma definição que fosse amplamente aceita entre os pesquisadores (Brandão, Mahfoud, & Gianordoli-Nascimento, 2011; Oliveira & Nakano, 2018).

Paralelamente ao processo de compreensão teórica do construto, um movimento pela busca e pelo desenvolvimento de formas de avaliação da resiliência, pôde ser observado (Infante, 2007; Masten, 2001; Reppold, Mayer, Almeida, & Hutz, 2012). Inicialmente, os pesquisadores compreendiam que a forma mais adequada de avaliar a resiliência se dava pela quantificação dos fatores de risco e de proteção (Bennetti & Crepaldi, 2012). Em um segundo momento, em consequência ao refinamento das técnicas, a avaliação passou a ser realizada por meio da quantificação dos eventos negativos e pelas respostas adaptativas apresentadas pelos indivíduos (Masten, 2001, 2014, 2018). Mais recentemente, nota-se a existência de um movimento que busca mensurar os recursos pessoais e contextuais que estão associados ao enfrentamento das adversidades (Oliveira & Nakano, 2018).

Ainda na temática da avaliação da resiliência, Infante (2007) faz uma ponderação sobre os cuidados necessários ao interpretar os resultados de um processo avaliativo. Segundo a autora, é fundamental que, em qualquer processo de avaliação da resiliência, os profissionais tenham o zelo em não atribuir à pessoa, que apresenta um bom desempenho em instrumentos desta natureza, o rótulo de invulnerável, tomando como fixo o resultado. Complementando esta afirmação, Masten (2018) ainda aponta para a necessidade de que sejam levados em consideração, no processo avaliativo,

aspectos individuais e subjetivos, que podem favorecer, ou não, o desenvolvimento de condutas resilientes.

Ainda neste processo de reflexão, cabe também considerar o cenário brasileiro relacionado à temática da resiliência. Neste sentido, observa-se que há um interesse dos pesquisadores frente ao tema (Oliveira & Nakano, 2018; Reppold et al., 2012). Entretanto, Reppold e colaboradores (2012) apontam para o fato de que as avaliações da resiliência, comumente são realizadas por meio de medidas correlatas ao construto e por estratégias qualitativas. Por sua vez, Oliveira e Nakano (2018) ainda afirmam que, até o presente momento, não existem instrumentos aprovados junto ao Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) que estejam disponíveis para o uso profissional, e que possibilitem a avaliação da resiliência em crianças.

Sendo assim, considerando todas estas questões, o presente trabalho buscou contribuir para com o debate teórico e prático relacionado ao tema da resiliência. De modo que, ao longo da introdução, apresenta-se uma reflexão relacionada a origem e conceituação histórica do tema, um panorama de modelos teóricos existentes, buscou-se, também, compreender teoricamente a aproximação do tema à infância, assim como, foram identificadas características, apresentadas na literatura, associadas à criança resiliente. E, também, realizou-se uma revisão das publicações internacionais e nacionais relacionadas a avaliação da resiliência,

Todas essas ações, contribuíram para o desenvolvimento de um instrumento que poderá auxiliar na identificação de potenciais resilientes em crianças de 8 a 12 anos, uma vez que nesta faixa etária há a aquisição de habilidades de leitura e escrita, assim como, é possível observar maior

percepção de si, em comparação a idades mais jovens. O detalhamento da construção e da investigação das evidências de validade do instrumento são apresentados através de estudos específicos, nestes são explicitados o processo de construção do material, de desenvolvimento das alternativas dos itens – por meio de entrevistas cognitivas, de busca por evidências de validade baseadas no conteúdo, de investigação da adequação do material à faixa etária através de estudo piloto, de busca por evidências baseadas na estrutura interna e precisão do instrumento, e na relação com variáveis externas do tipo divergente e do tipo critério. Desta forma, espera-se que o presente trabalho possa contribuir tanto para a promoção do diálogo teórico referente ao tema da resiliência, assim como, para a área da Avaliação Psicológica, ao propor um novo instrumento para identificação de potenciais resilientes na infância.

Por fim, destaco que, pessoalmente, o estudo acerca de características positivas na infância, foi um tema de interesse que permeou toda a minha formação profissional. Da mesma forma, o processo de construção de instrumentos, sempre se apresentou como um tema desafiador e fascinante, de modo que, desde a iniciação científica, tenho buscado conhecer e especializar-me nesta temática. Assim, a realização desta pesquisa, caracteriza-se como uma valiosa oportunidade profissional, que favoreceu não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas que também alcançou outras esferas da minha vida.

Resiliência ou resiliências?

O termo resiliência está comumente associado à capacidade de superação diante de um evento adverso (Masten, 2018), assim como, à flexibilidade e à retomada do equilíbrio emocional e das funções internas após um período de estresse excessivo (Achkar, Leme, Soares, & Yunes, 2017; Robinson, Larson, & Cahill, 2014). Apesar da aparente simplicidade na definição do termo, é possível encontrar inúmeros debates acerca da conceituação mais adequada (Rutter, 2012), de modo que neste primeiro capítulo serão apresentados aspectos voltados à origem, conceito e uso da palavra resiliência, especialmente no que tange à Psicologia, iniciando-se pela origem etimológica.

A tentativa de compreensão do termo a partir de sua etimologia, foi realizada por diversos autores, dentre estes, pode-se citar Döring e colaboradores (2015), os quais afirmam que a palavra resiliência deriva do Latim “*resilire*”. Esta palavra, por sua vez, é composta pelo verbo “*salire*” cujo significado é “para pular”, e pelo prefixo “*re-*” que confere a noção de “para trás”, apresentando, portanto, um significado etimológico de “pular para trás”. Pizzo (2015) complementa esta compreensão, afirmando que para além desta origem latina, ainda deve ser considerada a raiz grega da palavra resiliência, que se trata do verbo “*akkolai*”, o qual pode ser compreendido como “saltar para trás”, ou “para se recuperar”.

Ainda segundo Pizzo (2015), a associação entre a palavra latina e o verbo grego, também pode sugerir o significado de contar e de realizar um saque. Esta autora não esclarece se este sentido de contar e realizar um saque estaria associado às condutas de ordem monetárias ou a outras instâncias do cotidiano. Apoiada na etimologia do termo, Prince-Embury (2010a) afirma que a resiliência

deve ser compreendida, portanto, como a habilidade de proteger-se frente a situações adversas.

Especialmente essa última visão, de fato contribui para a elucidação do significado do termo, principalmente no que diz respeito ao sentido que este adquire na Psicologia, área na qual o termo resiliência é utilizado para referir-se aos processos nos quais ocorre enfrentamento e superação de condições adversas (Poletto & Koller, 2008). Ainda que seja bastante objetiva, esta definição não oferece o detalhamento e a dimensão de quais processos estão envolvidos na expressão da resiliência.

Assim, ao buscar definições científicas acerca do conceito de resiliência, observa-se que, de modo geral, ainda há pouco consenso na literatura especializada. É bastante comum encontrar nas publicações nacionais a referência de que o termo resiliência seja proveniente das ciências físicas (Carvalho, Teodoro, & Borges, 2014; Poletto & Koller, 2008; Sória, Souza, Santoro, Menezes, & Moreira, 2006; Yunes, 2003), sendo compreendida como a propriedade de um corpo físico em superar um distúrbio infligido por um fenômeno externo. Todavia, esta referência à origem do termo não é apresentada por outros autores, como Infante (2007), Lopes e Martins (2011), Prince-Embury (2010a) e Reppold, Mayer, Almeida, e Hutz (2012), de maneira que diferenças referenciais sobre a origem do termo são encontradas.

Brandão (2009) realizou um estudo sistemático e concluiu que, de forma geral, pesquisadores de língua latina atribuem a origem do termo “resiliência” às ciências exatas, relacionando-o ao conhecimento acerca da resistência dos materiais. A este respeito, Brandão, Mahfoud, e Gianordoli-Nascimento (2011) investigaram o conceito de resiliência para as ciências físicas e concluíram que,

se de fato houve a transposição do termo para a Psicologia, esta transposição foi imprecisa, pois a compreensão de resiliência em Psicologia se assemelha mais ao conceito físico de elasticidade dos materiais.

Por outro lado, Brandão (2009) também afirma que pesquisadores anglo-saxões e europeus, não mencionam tal relação entre resiliência e a física, pois entendem que a resiliência seja essencialmente uma habilidade humana que permite ao indivíduo resistir ao estresse e a situações adversas. Ainda neste sentido, Prince-Embury (2013) amplia a questão afirmando que em língua inglesa, existem duas palavras que são utilizadas para referir-se à resiliência, a primeira é “*resilience*” que diz respeito à habilidade de enfrentar e superar situações pontuais. A segunda palavra seria “*resiliency*”, a qual está associada a traços de personalidade.

Tendo em vista as divergências voltadas à origem do termo, assim como a complexidade do conceito aqui estudado, é fundamental que, se busque compreender, por meio do processo histórico, de que maneira o termo resiliência passou a figurar como foco de interesse de estudo em Psicologia. Neste sentido, Masten (2001, 2018) afirma que apesar de todo o embate sobre a origem do termo, as investigações científicas voltadas à resiliência tiveram início na década de 1970. A autora relata que um grupo pioneiro de psicólogos e psiquiatras buscavam compreender a razão pela qual crianças e adolescentes eram capazes de apresentar um bom desenvolvimento, ainda que crescessem em ambientes desfavoráveis e estivessem sujeitos a inúmeras adversidades. Sapienza e Pedromônico (2005) e Rutter (2012) afirmam que durante este período inicial, os pesquisadores tinham maior interesse em compreender os

riscos experimentados ao longo do desenvolvimento dos indivíduos em diferentes faixas etárias.

Infante (2007) completa esta informação dizendo que as primeiras investigações tinham como principal objetivo compreender o desenvolvimento e a evolução de condições psicopatológicas. Desta forma, o problema de pesquisa apresentado pelos primeiros autores versava acerca das habilidades que um indivíduo possuía e que o capacitava a resistir longos períodos de dificuldades extremas, sem que este desenvolvesse enfermidades psicológicas e psiquiátricas (Masten, 2001). Entretanto, ao longo do desenvolvimento dos estudos, ainda que as condições ambientais favorecessem a expressão de condições patológicas, os pesquisadores encontraram indivíduos que apresentavam adaptabilidade social e boas condições de saúde mental. Por esta razão, o termo escolhido pelos cientistas daquela época era o de invencibilidade, ou ainda, o de invulnerabilidade (Poletto & Koller, 2011; Truffino, 2010).

Ao longo das décadas seguintes, o conceito de invulnerabilidade sofreu um processo de refinamento até assumir o termo “resiliência” (Kaplan, 2002). Conseqüentemente os delineamentos de pesquisas, assim como, as compreensões acerca do fenômeno foram sendo modificadas. Houve momentos de aprofundamento em aspectos que tangiam a relação entre fatores de riscos e de proteção (Sapienza & Pedromônico, 2005), outros que enfocaram prioritariamente os aspectos de personalidade que garantiam a resposta positiva frente às adversidades (Masten, 2001) e, mais recentemente, a resiliência passou a ser abordada enquanto um fenômeno psicológico multifatorial presente em todos os indivíduos (Kaplan, 2002; Masten, 2001, 2014, 2018).

Ainda no que diz respeito ao processo histórico referente à investigação em resiliência, Zolkoski e Bullock (2012) afirmam que é possível identificar três momentos relevantes. O primeiro momento, ocorrido na década de 1970, envolveu os esforços dos cientistas em identificar e prevenir o desenvolvimento de psicopatologias. O segundo momento estava associado à compreensão dos processos e dos sistemas de regulação envolvidos nos fatores de proteção, que por sua vez, promoveriam a resiliência. E por fim, segundo as autoras supracitadas, o terceiro momento voltou-se à promoção e ao desenvolvimento do potencial resiliente em crianças e adolescentes inseridos em contextos de extremas adversidades.

Paralelamente, em um âmbito mais amplo da Psicologia, por volta do final da década de 1990 e começo dos anos 2000, teve início o movimento científico da Psicologia Positiva (Krentzman, 2013), marcado pela publicação do artigo denominado "*Positive Psychology: an introduction*" de Seligman e Csikszentmihalyi (2000). Neste trabalho, os autores defendem uma alteração do paradigma psicopatológico, predominantemente utilizado em Psicologia, a fim de que os profissionais se dediquem a compreender aspectos positivos da experiência humana (Pacico & Bastianello, 2014). É importante ressaltar que Seligman e Csikszentmihalyi (2000) não defendem a sobreposição do paradigma positivo, em detrimento ao paradigma psicopatológico, mas sim que exista o equilíbrio entre estas perspectivas.

É possível inferir que esta proposta de mudança de paradigma oferecida pela Psicologia Positiva tenha influenciado os estudos voltados à resiliência. Uma vez que Poletto (2006) afirma que a Psicologia Positiva e os estudos em resiliência têm objetivos comuns, pois, guardados os devidos escopos de

trabalho, ambos buscam compreender os processos e fatores envolvidos no desenvolvimento psicológico sadio. De modo que é possível compreender, atualmente, estas instâncias como cientificamente associadas. Outra evidência desta proximidade entre Psicologia Positiva e resiliência é apontada por Rutter (2012), pois o autor defende que os estudos voltados à invulnerabilidade passaram a apresentar uma característica mais positiva, enfatizando a adaptação, de modo que os pesquisadores abandonaram o termo invulnerabilidade e adotaram o termo resiliência.

Barlach (2005) e Infante (2007) concordam que esta substituição de nomenclatura, pode evidenciar a aproximação entre a Psicologia Positiva e o conceito de resiliência, mas sobretudo, os autores defendem que esta substituição expressa o potencial do campo de estudo. Segundo as autoras, o conceito de invulnerabilidade está associado à noção de um traço intrínseco ao indivíduo; enquanto o conceito de resiliência está mais próximo à compreensão de um processo que pode ser desenvolvido e promovido ao longo da vida. Esta alteração de foco, ou ainda, esta ampliação do conhecimento a respeito dos riscos, dos fatores protetivos e de saúde, provocou a valorização do conceito de resiliência, assim como, promoveu o interesse de diferentes áreas para a aplicação deste construto (Anderson, 2015).

É importante ressaltar que durante todo este processo histórico, aqui relatado, não houve a apresentação de uma definição sobre resiliência que fosse amplamente aceita pela comunidade científica (Brandão, 2011). É bastante compreensível que isto tenha ocorrido, especialmente pela fluidez do conceito ao longo dos diferentes processos de investigação. Consequentemente, é possível encontrar, historicamente, inúmeras definições para o conceito

(Zolkoski & Bullock, 2012). Como exemplo, o levantamento realizado por Brandão (2009), em sua dissertação de mestrado, identificou 17 definições diferentes para o conceito de resiliência, em âmbito nacional e internacional. Tal amplitude justifica-se diante da constatação de que o debate científico voltado à resiliência está intimamente relacionado a outros construtos, tais como mecanismos de proteção, *coping* e condições de riscos (Libório, Castro, & Coêlho, 2011), assim como à, possível, multidimensionalidade do conceito e dos problemas metodológicos decorrentes de tamanha variedade de conceituações (Brandão, 2009).

Na tentativa de agrupar as definições existentes, Döring e colaboradores (2015) verificaram que as diferentes definições de resiliência encontradas na literatura, apresentam minimamente a noção de um processo de adaptação positiva que ocorre apesar das experiências de extrema adversidade. Estes autores defendem que as definições apresentam necessariamente a concepção de identificação de riscos ou desafios, seguidos por uma expectativa de adaptação positiva. Do mesmo modo, Luthar, Cicchetti, e Becker (2000) sumarizam esta questão referente a conceituação do atributo, afirmando que toda e qualquer definição que venha a ser apresentada, com intuito de explicar o conceito de resiliência, deve conter duas características essenciais: a primeira diz respeito à exposição significativa a um evento ameaçador e/ou adversidade. A segunda característica fundamental refere-se à adaptação positiva bem-sucedida que ocorre apesar dos empecilhos experimentados ao longo do desenvolvimento.

Dentre as concepções encontradas, algumas serão enfatizadas, dada sua amplitude na compreensão do construto. A primeira delas, apresentada por

Fontes (2010), baseia-se na ideia de que o conceito de resiliência está associado à habilidade de recuperar-se e manter um comportamento adaptativo mesmo que o indivíduo esteja experimentando um evento estressante. A segunda definição, é apresentada por Infante (2007), a autora afirma que a resiliência deve ser compreendida enquanto um processo dinâmico, cujo resultado observável é a adaptação positiva, a qual ocorre apesar de vivências adversas.

Masten (2001), por sua vez, afirma que a resiliência refere-se à uma classe de fenômenos psicológicos, os quais estão envolvidos na expressão de bons resultados/boa adaptação, apesar das influências adversas às quais os sujeitos possam estar expostos. Poletto, Wagner, e Koller (2004) defendem que a resiliência se caracteriza por um processo, do qual diferentes fatores individuais e sociais participam, a fim de auxiliar os indivíduos a enfrentarem e superarem problemas e adversidades ao longo da vida. E, por fim, Prince-Embury (2007) conceitua a resiliência de forma bastante objetiva afirmando que esta é caracterizada como processo de adaptação positiva frente às adversidades.

Embora seja possível identificar inúmeras similaridades entre as definições aqui apresentadas, é possível observar que para Fontes (2010) a resiliência é compreendida como uma habilidade. Para Infante (2007) e Poletto e colaboradores (2004) trata-se de um processo. Para Prince-Embury (2007) há também a noção de processo, todavia é visualizada como um processo específico de adaptação positiva. E para Masten (2001) haveria uma classe de fenômenos envolvidos na resposta resiliente, fenômenos tais como desempenho acadêmico, comportamentos socialmente habilidosos, autoconceito positivo, dentre outros.

Também é possível destacar que os autores citados apresentam o conceito de resiliência associado à noção de processo desenvolvimental. Tal visão altera, de uma forma bastante importante, a compreensão acerca do fenômeno da resiliência se comparado à proposta inicial de invulnerabilidade, visto que, segundo Infante (2007), a noção de processo favorece a compreensão da adaptação resiliente em função da dinâmica entre diferentes fatores de risco, de proteção e demais sistemas internos e externos, ampliando assim a relação deste conceito com diferentes instâncias envolvidas na vida do indivíduo.

Ainda neste sentido, Carvalho, Teodoro, e Borges (2014) defendem a importância de a resiliência ser considerada como um processo, pois também envolve a capacidade de utilizar sistemas internos e externos, como os de suporte familiar e social, por exemplo, para enfrentar situações adversas visando a adaptação positiva. Poletto e Koller (2011) corroboram com esta reflexão ao afirmarem que a resiliência é resultado de uma sucessão de ações adotadas frente a riscos, de modo a produzir a adaptação bem-sucedida. Por sua vez, a noção de processo, na visão de Infante (2007), é fundamental pois está associada à noção de desenvolvimento. Para estes autores, a resiliência é uma habilidade que pode ser desenvolvida ao longo do ciclo vital, a partir da interação intrínseca de aspectos emocionais, socioculturais, ambientais e cognitivos.

Toda esta discussão acerca da resiliência apresentar um caráter processual e não ser considerada um traço estável e isolado da personalidade, conduz a outro embate frente ao tema: ao de que as definições podem variar de acordo com a compreensão que se tem sobre a expressão do fenômeno (Kaplan, 2002). Enquanto alguns autores defendem que a resiliência seja definida em termos do resultado resiliente (Infante, 2007; Poletto et al., 2004), outros

defendem que ela seja considerada como uma habilidade que favorece, ou ainda, que é responsável pela resposta adaptada frente à adversidade (Fontes, 2010; Masten, 2001; Prince-Embury, 2007).

Diante do exposto, pode-se verificar que a resposta para o questionamento inicial, apresentado nesse capítulo: “resiliência ou resiliências?” não apresenta uma resposta única e consensual. A definição irá depender do referencial teórico adotado e ao tipo de resultado valorizado. No entanto, ainda que o conceito de resiliência não apresente consenso entre os pesquisadores, há uma condição na qual todos parecem concordar: o estudo da resiliência tem se mostrado necessário e relevante para a Psicologia, principalmente se considerarmos que o processo de desenvolvimento se caracteriza por uma contínua interferência estrutural, a qual exige dos indivíduos a capacidade de adaptação ao longo do tempo (Castro & Moreno-Jimenez, 2007). Se considerarmos ainda que todas as pessoas apresentam alguma característica resiliente, torna-se fundamental que a ciência esteja empenhada em elucidar tal habilidade humana (Masten, 2001).

Desta forma, entende-se que um importante questionamento foi apresentado, acerca da existência de resiliência ou resiliências, a tentativa de resposta será feita oportunamente, ao final da revisão teórica e após a exploração de diversos pontos associados ao construto, tais como modelos teóricos, resiliência e infância, bem como a revisão da literatura científica, temas estes que serão abordados a seguir.

Modelos teóricos de compreensão da resiliência

Considerando o objetivo deste estudo, que diz respeito à elaboração de um instrumento para avaliação da resiliência em crianças, um dos aspectos que se tornam mais críticos, envolve a seleção de um modelo teórico para compreender o fenômeno, assim como, proceder com a avaliação apropriada deste atributo (Borsa & Seize , 2017; Pacico, 2015; Pasquali, 2009). Conforme é possível observar na Tabela 1, diferentes interpretações são encontradas ao se revisar a literatura científica, de modo que são identificados modelos que apresentam diferentes focos como, por exemplo, características de personalidade, influência do contexto, condições adversas e tipos de respostas. É oportuno informar que os modelos iniciais de resiliência, sugeriam uma compreensão unidimensional do fenômeno, todavia, o processo histórico de investigação do tema, tem apontado para uma tendência em compreender a resiliência enquanto um construto multidimensional (Prince-Embury, Saklofkes, & Keefer, 2017).

Desta forma, considerando a tendência atual, foram selecionados modelos multidimensionais nacionais e internacionais de resiliência, e com o intuito de favorecer a comparação entre os modelos, uma rápida revisão destes foi sumarizada e apresentada a seguir. Nesta revisão, encontram-se informações sobre os autores do modelo, a concepção de resiliência defendida e os elementos, ou seja, os fenômenos psicológicos, ou ainda, características envolvidas no processo de resposta resiliente defendida pelo modelo proposto.

Tabela 1.

Modelos teóricos de concepção da resiliência

Autor	Concepção	Elementos
Junqueira e Deslandes (2003)	Atributo multifatorial que envolve uma relação dialética entre três eixos principais	<p>1) Adaptação/superação: refere-se à capacidade adquirida de adaptação frente à traumas, ou ainda, a habilidade de ressignificação simbólica, ou de superação de um evento adverso;</p> <p>2) Inato/adquirido: refere-se à possibilidade de a resiliência possuir elementos inatos e individuais, assim como ser uma habilidade desenvolvida ao longo da história de vida, por meio de relações afetivas de confiança, apoio e atenção à saúde;</p> <p>3) Permanente/circunstancial: envolve o reconhecimento de que a resiliência pode mostrar-se ambivalente no que se refere ao caráter transitório ou permanente desta habilidade, de modo que um indivíduo pode apresentar condutas resilientes frente à algumas situações adversas, enquanto para outras, o mesmo indivíduo pode apresentar respostas consideradas menos saudáveis.</p>
Infante (2007)	Multidimensionalidade do conceito, compreendido a partir de três componentes essenciais	<p>1) Noção de adversidade: segundo a autora o conceito de resiliência pressupõe que o indivíduo esteja exposto à algum tipo de condição adversa, seja esta condição a pobreza, a morte de uma figura familiar relevante ou demais riscos;</p> <p>2) Adaptação positiva/superação da adversidade: é compreendida como a união de três aspectos fundamentais, sendo eles: a conotação ideológica, o referencial de saúde do desenvolvimento humano, a heterogeneidade, isto é, as especificidades de cada área do desenvolvimento e por fim, a variabilidade ontogenética de cada indivíduo;</p> <p>3) Processo da resposta: inclusão de aspectos voltados à interação entre os variados fatores envolvidos em uma resposta resiliente, sejam eles a família, fatores bioquímicos, fisiológicos, cognitivos, afetivos, socioeconômicos, ou ainda, culturais.</p>

Continua

Tabela 1.

Modelos teóricos de concepção da resiliência

Autor	Concepção	Elementos
Prince-Embury (2010b)	Multidimensionalidade da resiliência	1) Domínio (<i>mastery</i>): relaciona-se às competências pessoais tais como auto eficácia, otimismo e adaptabilidade; 2) Parentesco/Pertencimento (<i>relatedness/attachment</i>): envolve aspectos tais como confiança, acesso à suporte, sentir-se confortado por outros e tolerância; 3) Reatividade emocional (<i>emotional reactivity</i>): refere-se ao potencial de um indivíduo em perceber uma resposta negativa externa e sua consequente velocidade em modular sua própria resposta emocional de forma positiva.
Yunes (2011)	Modelo teórico baseado em processos-chaves, os quais envolvem, não apenas habilidades individuais, mas também e estendem-se aos demais contextos nos quais o indivíduo esteja inserido, dando-se atenção especial para suas relações familiares.	1) Sistema de crenças: composto pelas habilidades de atribuir sentido à adversidade, ao olhar positivo e à transcendência e espiritualidade; 2) Padrões de organização: compostos pelas habilidades de flexibilidade, coesão e recursos sociais e econômicos; 3) Processos de comunicação: compostos pela clareza, expressões emocionais e colaboração na solução de problemas.
Deep e Pereira (2012)	Atributo multifatorial	Envolve a relação intrínseca entre (1) características de personalidade, (2) autoestima, (3) flexibilidade, (4) habilidade para resolver conflitos, (5) senso de coesão, (6) relacionamentos familiares positivos e (7) disponibilidade de acesso às estratégias de enfrentamento.
Castillo, Castillo-López, López-Sánchez e Dias (2016)	Deve ser compreendida sempre a partir de um processo dinâmico, ao qual, por meio dos resultados obtidos, dá-se o nome de resiliente. Assim, os autores defendem que tal processo dinâmico ocorra por meio da interação do sujeito e os fatores de risco e de proteção.	1) Vulnerabilidade/invulnerabilidade: aspectos pessoais e sociais que possam potencializar a consequência negativa advinda da exposição à uma situação de risco. Portanto, seria compreendido como o potencial de diminuir tais consequências negativas oriundas de um evento adverso; 2) <i>Coping</i> : habilidade cognitiva que favorece o reconhecimento de riscos e o manejo dos problemas a fim de alcançar o alívio, ou ainda, a solução do problema experimentado. O enfrentamento pode

Continuação

Tabela 1.
Modelos teóricos de concepção da resiliência

Autor	Concepção	Elementos
Castillo, Castillo-López, López-Sánchez, e Dias (2016)	<p>(Continuação)</p> <p>Consequentemente, esta interação oferecerá ao sujeito uma noção da adversidade que pode ser real ou percebida. Em seguida, serão emitidas respostas comportamentais que poderão ser julgadas como respostas de alta resiliência, ou ainda, respostas de baixa resiliência.</p> <p>O cerne deste modelo teórico refere-se à amplitude da noção de adversidade, que, para os autores, refere-se a qualquer risco ao desenvolvimento humano. Importante destacar que os autores ainda consideram que este risco pode ter caráter real, ou mesmo, subjetivo. De modo que a noção de adversidade experimentada, também perpassa questões emocionais, crenças individuais e percepções que o sujeito tem de sua história e contexto no qual está inserido. A partir disto, há seis elementos fundamentais.</p>	<p>assumir características positivas que favoreçam a resposta resiliente, ou assumir características negativas que denotarão baixo potencial resiliente;</p> <p>3) Inteligência emocional: é considerada como a capacidade dos indivíduos em observar, compreender e regular suas emoções. Os autores destacam a importância das emoções positivas para o processo de resposta adaptativa;</p> <p>4) Bem-estar subjetivo: relaciona-se à noção de felicidade, pois trata-se da capacidade de um indivíduo avaliar suas experiências e afirmar o quanto encontra-se satisfeito, com sua história de vida. Os autores afirmam que há evidências de relação entre bem-estar subjetivo e altos níveis de resiliência;</p> <p>5) <i>Locus</i> de controle: pode ser de caráter interno (quando o indivíduo é capaz de avaliar as contingências de seus comportamentos e atuar frente as situações com intencionalidade) ou externo (quando a avaliação é realizada como consequência externa aos seus comportamentos). Quanto mais o sujeito é capaz de apresentar um locus de controle interno, mais resilientes serão as suas respostas frente às adversidades;</p> <p>6) Habilidade: é compreendida como a utilização de recursos cognitivos para o enfrentamento de problemas, associando o comprometimento à resultados positivos e de excelência.</p>
		Conclusão

Com o intuito de auxiliar o processo de seleção de um modelo teórico, Kaplan (2002) afirma que independente do modelo utilizado, três fatores

essenciais devem estar presentes são eles: os fatores de risco (e suas variações), os fatores protetivos (e suas variações) e a resposta resiliente, o que é observado em todos os seis modelos apresentados. Com exceção dos modelos de Deep e Pereira (2012) e de Castillo e colaboradores (2016), os demais modelos apresentam três fatores teóricos envolvidos, que basicamente seguem a orientação de Kaplan (2002), contendo aspectos relacionados aos fatores de risco, de proteção e a resposta resiliente.

Chama atenção o modelo de Castillo e colaboradores (2016) uma vez que, considerando o processo histórico, e a tendência atual (Infante, 2007; Masten, 2001, 2014, 2018; Oliveira & Nakano, 2018) em buscar avaliar a resiliência por meio de características psicológicas positivas, o modelo sugere que tal atributo, além de graduado, possa ser observado por meio de seis elementos fundamentais: vulnerabilidade, *coping*, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade. De modo, que este modelo parece ser mais promissor para o desenvolvimento de uma medida. Entretanto, deseja-se fazer tal escolha de maneira mais embasada, e, portanto, serão investigadas outras questões presentes na literatura, para que, de posse do maior conjunto possível de informações sobre o construto, seja tomada a decisão por um modelo teórico. Assim sendo, em seguida, serão investigadas as possíveis aproximações entre a resiliência e a infância, a fim de compreender de que maneira estas questões podem estar relacionadas.

Resiliência e Infância

Estudar o desenvolvimento humano é uma tarefa complexa, pois envolve a busca pela compreensão de mudanças físicas, mentais, sociais e emocionais que ocorrem ao longo da vida de um indivíduo. E, portanto, é fundamental que exista o intercâmbio entre diferentes áreas do conhecimento (Palacios, 2004). No que diz respeito à Psicologia, nota-se, que tem sido enfatizada a busca pela compreensão dos diferentes estágios do ciclo vital, destacando padrões de comportamentos estáveis e variáveis, e de suas condições internas e externas (Becker, Bandeira, Ghilardi, Hutz, & Piccini, 2013). E de modo geral, o que se pode notar é que o percurso do desenvolvimento não se caracteriza por ser linear e tranquilo, mas sim, mostra-se cunhado por situações desafiadoras, potencialmente estressoras e adversas (Prince-Embury, 2010a). Desta forma, a relação entre resiliência e desenvolvimento é evidenciada (Masten, 2014).

Em especial, se considerarmos que a infância, atualmente, tem sido compreendida como um período importante e crítico, no qual há a aquisição de novas habilidades físicas, cognitivas e emocionais, cujo objetivo principal é habilitar o indivíduo às condutas autônomas (Oliveira et al., 2012), e que para tanto são necessárias boas capacidades de adaptação, flexibilidade e outras características resilientes (Prince-Embury, 2013), pode-se afirmar que os estudos relacionados à resiliência infantil são inerentes ao estudo do desenvolvimento infantil (Masten, 2014). De modo que se faz necessário verificar de que maneira os pesquisadores têm abordado a questão do desenvolvimento de habilidades resilientes ao longo da infância.

Diferentes teorias, tais como a Teoria do Apego desenvolvida por Bowlby, abordam aspectos como vínculo e separação, apontando para a relevância de experiências positivas para o desenvolvimento saudável e formação da personalidade (Benetti & Crepaldi, 2012). No entanto, somente após a virada do último século, os pesquisadores, impulsionados pelo movimento da Psicologia Positiva (Pacico & Bastianello, 2014; Poletto, 2006), têm buscado compreender de forma mais aprofundada, aspectos relacionados à promoção do potencial humano, especialmente no que se refere ao desenvolvimento sadio (Infante, 2007; Luthar, Cicchetti, & Becker, 2000).

Isso porquê, apesar do grande avanço científico e tecnológico experimentado nos dias atuais, o início do século XXI, também, foi marcado por inúmeras dificuldades, tais como os atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos, no dia 11 de setembro de 2001, o tsunami de grande magnitude, em 2004 no Oceano Índico, o derramamento de óleo no Golfo do México em 2008, o advento da gripe influenza (H1N1) em 2009, desastres ambientais como o ocorrido em Mariana – MG em 2015, dentre outros eventos que afetaram diretamente a vida de milhares de famílias ao redor do globo (Masten, 2014). Diante de tais situações, o estudo da resiliência na infância, tornou-se de grande importância para a ciência, pois tem potencial para favorecer o fortalecimento de características emocionais, cognitivas e sociais, que auxiliem no enfrentamento das adversidades.

Faz-se necessário ponderar que, ainda que o construto da resiliência seja relevante no período da infância, tal como apontado por Masten (2001, 2014, 2018) e Infante (2007), existem cuidados que devem ser considerados ao afirmar a presença ou a ausência de características resilientes em crianças, ou mesmo

em quaisquer outros indivíduos. Tais cuidados se justificam, pois buscam evitar o risco de culpabilizar a criança por não enfrentar a adversidade de maneira eficaz, entendendo que há falta de repertório resiliente nela. Ou ainda, de presumir que, se a criança apresenta características resilientes, então, ela será invulnerável às situações adversas (Prince-Embury, 2013). Conseqüentemente, torna-se fundamental que a resiliência, na infância, seja considerada como resultado de complexas interações entre atributos pessoais e circunstâncias ambientais, mediadas por mecanismos internos (Prince-Embury & Saklifske, 2013).

A partir deste referencial, Masten (2014) afirma que as pesquisas recentes voltadas à resiliência ao longo do desenvolvimento infantil, têm promovido a intersecção de diferentes áreas do conhecimento, as quais preocupam-se com a questão do enfrentamento, adaptação e superação frente à ambientes de grande complexidade de riscos. Cabe ressaltar que, conforme apresentado em capítulos anteriores, o enfoque dado à resiliência, assim como a outros construtos, têm partido de uma perspectiva positiva (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000), buscando o fortalecimento de virtudes dos indivíduos.

É preciso considerar que a resiliência infantil, a partir deste enfoque positivo, o qual está ligado à saúde e ao bem-estar, também deve estar associado a noções voltadas às emoções positivas (Paludo & Koller, 2011). Segundo as autoras, as teorias voltadas ao desenvolvimento humano sugerem que é possível identificar a presença de emoções desde o nascimento. Ao longo do desenvolvimento diversas emoções são aprendidas, tais como alegria, medo, raiva, surpresa, tristeza e nojo; de modo que se desenvolve a complexa

habilidade de regular as próprias emoções (Tugade & Fredrickson, 2007), as quais exercem importante papel na expressão da resiliência.

Neste sentido, é preciso retomar que, historicamente, as emoções, especialmente as negativas (raiva, medo e tristeza, por exemplo), receberam a atenção dos pesquisadores (Abe, 2011). Isso se deu pela relevância destas emoções no processo de adaptações evolucionárias (Paludo & Koller, 2011). Todavia, ao observarem as emoções positivas (alegria e prazer, por exemplo), pesquisadores concluíram que estas são capazes de estimular o desenvolvimento cognitivo, favorecendo que crianças tenham liberdade para pensar com profundidade e criatividade acerca dos contextos nos quais estão inseridas, assim como, ampliam o repertório de estratégias de enfrentamento (*coping*) ao estresse, e são capazes de apresentar respostas resilientes mais eficazes (Gloria & Steinhardt, 2014).

De maneira similar, as emoções positivas são consideradas relevantes por favorecerem resultados positivos em diversas circunstâncias, como condutas adaptativas, bons relacionamentos interpessoais, flexibilidade comportamental e comportamentos de manutenção de saúde e bem-estar (Philippe, Lecours, & Beaulieu-Pelletier, 2009). Portanto, a aproximação dos conceitos de infância, resiliência e emoções positivas tem sido apoiada por diversos pesquisadores (Abe, 2011; Gloria & Steinhardt, 2014; Philippe et al., 2009; Tugade & Fredrickson, 2007), sendo, as emoções positivas, entendidas como um fator protetivo e de grande valor para crianças e indivíduos em geral. Sua relevância amplia-se ao se constatar que os efeitos das emoções positivas são experimentados não apenas pelos próprios indivíduos, mas são expandidos para o contexto no qual estes indivíduos estão inseridos (Paludo & Koller, 2011).

Masten (2014) concorda com o papel importante das emoções positivas para a expressão da resiliência. Entretanto, a autora amplia a questão defendendo que a resiliência deve ser considerada, também, como um traço de personalidade ou de temperamento, visto que a literatura científica tem apontado para a existência de evidências de que a resiliência esteja associada a um dos cinco grandes fatores da personalidade: a conscienciosidade. Tal fator, é definido por Santos e Primi (2014) como uma tendência a comportamentos relacionados à organização, responsabilidade e esforço pessoal, estaria relacionado, nos indivíduos com alta conscienciosidade, à presença de características tais como firmeza de caráter, comportamento perseverante, habilidade em postergar uma recompensa, controle de impulsos, planejamento e esforço por alcançar objetivos, ambição e ética no trabalho.

Segundo os autores supracitados, no que diz respeito à infância, há atributos associados ao temperamento: como a atenção, a concentração, o empenho em controlar atitudes, assim como, o controle de impulsos, a habilidade em aguardar recompensas e a persistência em atividade. Nessa concepção, as emoções positivas, bem como a conscienciosidade, operariam enquanto um fator protetivo relacionado à personalidade (Masten, 2014), expresso por meio de características observáveis que estariam relacionadas, diretamente, aos comportamentos da criança resiliente. Tais características são comumente apresentadas por crianças resilientes, as quais podem ser identificadas ao longo do desenvolvimento (Masten, 2001), em diferentes situações adversas (Masten, 2014) e devem ser compreendidas com o zelo necessário frente à amplitude do conceito de resiliência.

A revisão da literatura aponta para uma ampla e diversificada lista de atributos cognitivos e de personalidade, envolvendo: habilidades intelectuais, temperamento flexível, autonomia, autoeficácia, socialização, estratégias eficazes de enfrentamento (*coping*) e habilidades de comunicação (Prince-Embury, 2013), alta tolerância à frustração, expressão de emoções, afetos positivos, empatia, controle emocional frente à críticas e adversidades, níveis de excitação moderados, estilo de resposta reflexiva, iniciativa, estado de alerta e atenção concentrada, comportamentos considerados amigáveis e socialmente aceitos, animação, facilidade em estabelecer relacionamentos com adultos e outras crianças e busca por suporte social (Milgram & Palti, 1993).

Outras características também são enfatizadas como: vínculo importante com um dos cuidadores nos primeiros anos de vida, competências sociais associadas à forte senso de independência, perspectiva otimista frente às adversidades e ao sofrimento e condutas que envolvam atitudes altruístas e de auxílio ao próximo, bem como capacidades intelectuais elevadas, habilidades de enfrentamento (*coping*) frente às adversidades, temperamento flexível, motivações internas, regulação de emoções positivas e de impulsos, e autoconceito positivo (Zolkoski & Bullock, 2012).

Outros autores, como Castillo, Castillo-López, López-Sánchez, e Dias (2016) também contribuem para a compreensão das características resilientes identificáveis ao elencar seis habilidades que estariam desenvolvidas em indivíduos resilientes, sendo elas: (a) resposta rápida frente ao risco, com a finalidade de diminuir consequências negativas advindas da situação de risco, apontando para maiores níveis de proteção; (b) maturidade precoce, no que diz respeito à habilidade de autogerir-se, busca por informações e conhecimentos

específicos; (c) maior compreensão sobre sua condição e/ou situação que enfrenta; (d) relações interpessoais positivas, estabelecimento de uma rede de apoio e proteção; (e) otimismo, que caracteriza-se pela capacidade de manter-se positivo frente às adversidades, e por fim, (f) ser responsável, uma característica associada à capacidade de assumir a reponsabilidade para a resolução de um problema frente à adversidade.

Do mesmo modo, Bernard (1993) também faz uma lista de características identificáveis em crianças resilientes: (a) competências sociais, tais como a habilidade em eliciar respostas positivas nos outros, flexibilidade, empatia, bondade, habilidades de comunicação, senso de humor, tendência em estabelecer relações positivas com adultos e crianças; (b) habilidade de resolução de problemas, tais como as habilidades de pensamento abstrato e reflexivo, capacidade de apresentar diferentes soluções para problemas, sejam eles cognitivos ou sociais, capacidade de planejamento, desenvoltura em buscar auxílio, habilidades de negociação; (c) autonomia, que envolve o senso de identidade e independência, com a finalidade de exercer algum tipo de controle no ambiente; (d) senso de propósito e de perspectiva futura, marcado pela existência de objetivos, ambições educacionais, persistência, esperança e perspectiva clara de seu futuro.

Dada a amplitude de características, possivelmente apresentadas pelas crianças, no que tange à resiliência, uma tentativa de síntese foi realizada pela autora deste trabalho. Para isso, uma tabela contendo todas as características identificadas na literatura investigada, foi elaborada (ver Tabela 2).

Tabela 2

Características apresentadas pela criança resiliente

No.	Característica	Referência
1	Afetos positivos	Milgram e Palti (1993)
2	Alta tolerância à frustração	Milgram e Palti (1993)
3	Ambições educacionais	Bernard (1993)
4	Animação	Milgram e Palti (1993)
5	Atenção concentrada	Milgram e Palti (1993)
6	Atitudes altruístas	Zolkoski e Bullock (2012)
7	Autoconceito positivo	Zolkoski e Bullock (2012)
8	Autoeficácia	Prince-Embury (2013)
9	Autonomia	Bernard (1993), Prince-Embury (2013), Zolkoski e Bullock (2012)
10	Bondade	Bernard (1993)
11	Capacidade de apresentar diferentes soluções para problemas cognitivos	Bernard (1993)
12	Capacidade de apresentar diferentes soluções para problemas sociais	Bernard (1993)
13	Capacidade de planejamento	Bernard (1993)
14	Competência social associada à forte senso de independência	Zolkoski e Bullock (2012)
15	Comportamentos amigáveis	Milgram e Palti (1993)
16	Comportamentos socialmente aceitos	Milgram e Palti (1993)
17	Controle emocional frente a críticas e adversidades	Milgram e Palti (1993)
18	Desenvoltura em buscar auxílio	Bernard (1993), Castillo et al., (2016)
19	Empatia	Bernard (1993), Milgram e Palti (1993)
20	Esperança	Bernard (1993)
21	Estado de alerta	Milgram e Palti (1993)
22	Estilo de resposta reflexiva	Bernard (1993), Milgram e Palti (1993)
23	Estratégias eficazes de enfrentamento (<i>coping</i>)	Milgram e Palti (1993), Prince-Embury (2013), Zolkoski e Bullock (2012)
24	Expressão de emoções	Milgram e Palti (1993)
25	Facilidade em estabelecer relacionamentos positivos com adultos e crianças.	Bernard (1993), Milgram e Palti (1993)
26	Habilidade em solucionar problemas	Bernard (1993)
27	Habilidades de comunicação	Bernard (1993), Prince-Embury (2013)
28	Habilidades de negociação	Bernard (1993)

Continua

Tabela 2

Características apresentadas pela criança resiliente

No.	Característica	Referência
29	Habilidades Intelectuais	Castillo et al., (2016); Milgram e Palti (1993), Prince-Embury (2013), Zolkoski e Bullock (2012)
30	Independência	Bernard (1993)
31	Iniciativa	Milgram e Palti (1993)
32	Maturidade precoce	Castillo et al. (2016)
33	Motivações internas	Zolkoski e Bullock (2012)
34	Níveis de excitação moderados	Milgram e Palti (1993)
35	Otimismo	Castillo et al., (2016)
36	Pensamento abstrato	Bernard (1993)
37	Persistência	Bernard (1993)
38	Perspectiva clara de seu futuro	Bernard (1993)
39	Regulação de emoções positivas e impulsos	Zolkoski e Bullock (2012)
40	Resposta rápida frente ao risco	Castillo et al., (2016)
41	Retorno/Feedback social positivo	Bernard (1993), Milgram e Palti (1993), Zolkoski e Bullock (2012)
42	Senso de humor	Bernard (1993)
43	Senso de propósito	Bernard (1993)
44	Ser responsável	Castillo et al. (2016)
45	Socialização	Prince-Embury (2013)
46	Temperamento Flexível	Bernard (1993), Prince-Embury (2013), Zolkoski e Bullock (2012)
47	Ter objetivos	Bernard (1993)
48	Vínculo importante com um dos cuidadores nos primeiros anos de vida.	Zolkoski e Bullock (2012)

Conclusão

A partir do levantamento realizado, é possível observar, que existem 48 características identificadas na literatura que apontam para comportamentos e atitudes presentes em crianças resilientes, as quais poderiam vir a ser estimuladas e fortalecidas ao longo do desenvolvimento infantil. De modo que é possível concluir que a relação entre infância e resiliência apresenta grande potencial de investigação o qual deve ser explorado.

Tendo em vista a possibilidade de aplicação desse tipo de conhecimento acerca do construto da resiliência para a construção de um instrumento de avaliação, o qual deve ter, como principal função, a mensuração de um potencial que pode ser desenvolvido, faz-se necessário conhecer o cenário nacional e internacional frente à avaliação da resiliência. Assim, o próximo tópico aborda, de forma mais aprofundada, os instrumentos existentes para a avaliação da resiliência, os quais foram identificados nas revisões nacionais e internacionais.

Avaliação da resiliência: revisão de pesquisas nacionais e internacionais¹

Diante do exposto nos capítulos anteriores e das lacunas que ainda permanecem em relação à temática da avaliação da resiliência, o presente capítulo tem como objetivo compreender de que maneira o construto da resiliência tem sido avaliado pelos pesquisadores em âmbito nacional e internacional, por meio de uma revisão da literatura científica. Libório, Castro, e Coêlho (2011) realizaram um levantamento bibliográfico na base de dados *PsycINFO* e observaram que no período de 1887 até 2005, os termos *resilience* e *resiliency*, estavam presentes em 4.344 estudos, sendo que 4.049 destes trabalhos foram publicados entre os anos de 1991 a 2005, dado que mostra o grande interesse científico frente ao tema.

Portanto, sendo o termo resiliência relevante para a investigação científica, e havendo tantas possibilidades de definição do conceito, assim como de modelos teóricos, cabe questionar de que maneira os pesquisadores têm abordado a questão da mensuração desta característica. Para compreender esta realidade foi realizado um levantamento das publicações relacionadas à avaliação da resiliência nas seguintes bases de dados: Periódicos CAPES/MEC, Scielo (*Scientific Eletronic Library Online*) e Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) para identificar trabalhos publicados no Brasil.

Para a revisão dos trabalhos internacionais, foram utilizadas as bases *Academic Search Premier*, *Academic Search Elite* e *Medical Literature Analysis*

Nota¹: As investigações, aqui apresentadas, foram organizadas sob a forma de dois artigos, um referente à produção científica internacional submetido, aprovado e aguardando publicação junto a revista *Psicologia em Revista*, sob o título “Avaliação da resiliência: uma revisão internacional” (Oliveira & Nakano, no prelo). E o segundo artigo foi publicado pela revista *Psicologia em Pesquisa*, sob o título “Avaliação da resiliência em psicologia: revisão do cenário científico brasileiro” (Oliveira & Nakano, 2018).

and Retrieval System Online (MEDLINE Complete), as quais foram acessadas por meio da EBSCOHost. Para a identificação dos estudos, foram utilizadas as seguintes palavras-chave “avaliação” e “resiliência”, de forma combinada para as bases nacionais, e os descritores “*resilience*” e “*assessment*” para as bases internacionais, também de forma combinada. Considerando que a avaliação da resiliência é uma temática bastante recente, do ponto de vista científico (Masten, 2001), optou-se por não realizar a seleção de um período específico para a busca.

Dada a presença de trabalhos que não se relacionavam diretamente à temática, a análise dos títulos, resumos e palavras-chaves foi realizada a fim de identificar as produções que apresentassem, simultaneamente, os dois descritores. Desse modo foram excluídos os trabalhos que enfocavam, em seu conteúdo, apenas um dos temas. Somando-se os trabalhos nacionais e internacionais, foram identificados 794 trabalhos, sendo 314 nacionais e 480 internacionais. Para estabelecer que um trabalho fosse de origem nacional, verificou-se a nacionalidade da instituição a qual os autores eram filiados. Os trabalhos foram analisados quanto ao ano da publicação, país, tipo de estudo, população estudada, tipo da publicação (se artigo, dissertação ou tese), assim como fez-se o levantamento dos instrumentos utilizados pelos pesquisadores. Os resultados foram tabulados em termos de frequência e porcentagem.

Dos 314 trabalhos nacionais encontrados, 31 atendiam ao critério determinado e foram selecionados (28 provenientes da base Periódicos CAPES/MEC, dois da Pepsic e um da Scielo), sendo 23 artigos (74%), cinco dissertações de mestrado (16%) e três teses de doutorado (10%). Dos 480 artigos internacionais, 237 publicações foram excluídas, pois tratavam-se de

duplicatas, e outros 175, também foram excluídos por não apresentarem os critérios selecionados. Assim, foram selecionados 68 artigos, sendo que destes, 41 são provenientes da base *Academic Search Premier*, 24 da *MEDLINE Complete* e três da *Academic Search Elite*. Importante informar que nas bases internacionais não foram identificadas dissertações e teses. O fluxograma é apresentado na Figura 1.

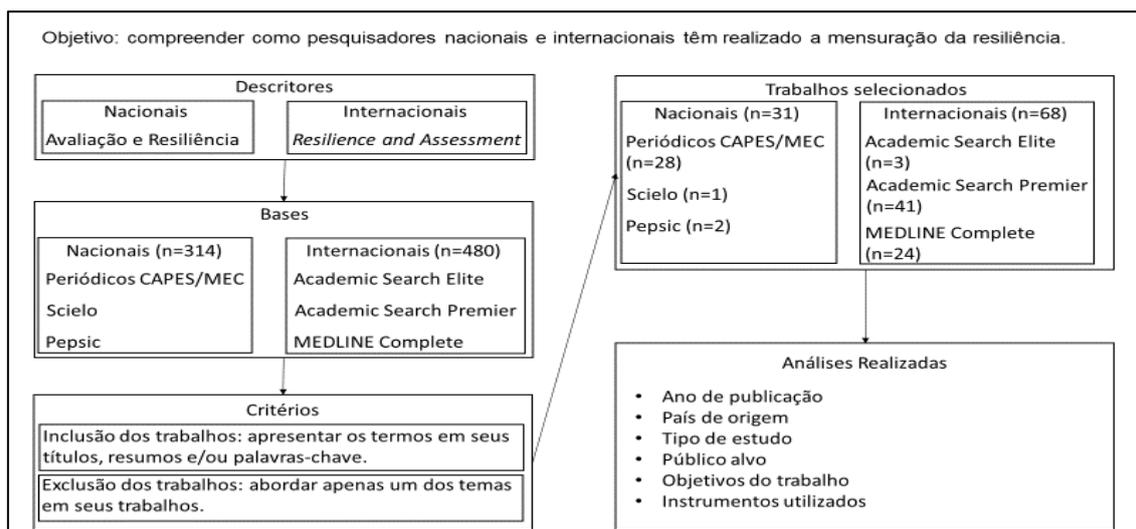


Figura 1. Fluxograma referente ao delineamento metodológico desta revisão bibliográfica.

A primeira análise realizada teve como objetivo verificar o interesse científico acerca da temática da avaliação da resiliência. Como forma de atingi-lo foi realizada a análise da distribuição dos trabalhos por ano de publicação. Os resultados indicaram que a primeira publicação brasileira sobre a avaliação da resiliência ocorreu no ano de 1999. Pode-se verificar que, ao longo do período compreendido entre a primeira publicação e a mais recente encontrada (1999-2014, um total de 16 anos), o número de trabalhos encontrados pode ser considerado pequeno, uma média de 1,93 por ano. Em contrapartida, a primeira

publicação internacional identificada foi realizada em 2001, enquanto que a mais recente ocorreu em 2016. Ao considerar o período, verifica-se que, referente às publicações internacionais foram analisados 15 anos, um ano a menos se comparado ao período encontrado nas de publicações brasileiras. Entretanto, ao analisar a média de artigos por ano, observa-se que foram publicados 4,53 trabalhos internacionais ao longo deste período, número este que é superior à média de publicações brasileiras

De acordo com a Figura 2, pode-se observar picos de publicações nacionais nos anos de 2010 (n=5) e 2012 (n=6), ainda que o crescimento não se mostre linear. Não foram encontradas produções entre o período de 2000 a 2003 e no ano de 2006. Nota-se crescimento do interesse na temática notadamente a partir do ano de 2009, com exceção do ano de 2011, quando há uma queda no número de produções. E no que se refere às publicações internacionais, nota-se que há um discreto crescimento entre os anos de 2001 a 2008, em seguida, existem três picos observados nos anos de 2011, 2013, sendo o mais alto em 2015.

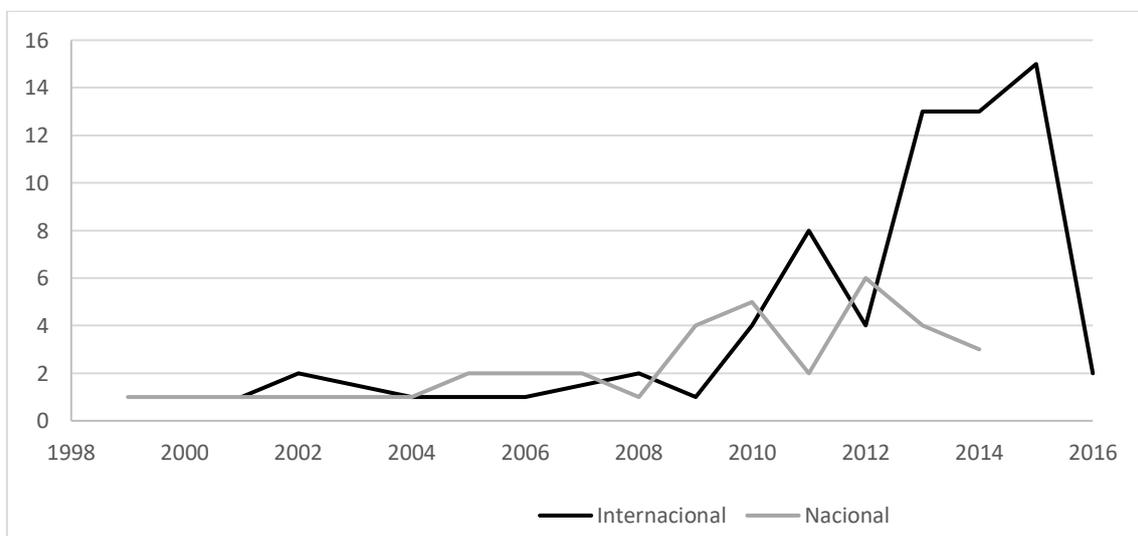


Figura 2. Frequência das produções brasileiras e internacionais por ano de publicação.

Os dados encontrados confirmam a percepção de que o conceito ainda se encontra em desenvolvimento (Yunes, 2003), sendo um termo relativamente novo na Psicologia (Brandão, Mahfoud, & Giarnodoli-Nascimento, 2011; Sapienza & Pedromônico, 2005). Faz-se possível notar que o surgimento de publicações sobre resiliência no contexto nacional coincide com a divulgação mais intensa desse movimento e seu fortalecimento em nosso país (Paludo & Koller, 2011). Considerando-se a colocação de Yunes (2003), de que, somente na última década os encontros internacionais têm trazido esse construto para discussão, podemos verificar que os dados encontrados nas bases nacionais acompanham essa tendência apontada pela autora.

Em seguida, realizou-se a análise da frequência referente aos países que têm contribuído com trabalhos voltados à temática da avaliação da resiliência. Observou-se que ao todo 24 países têm realizados estudos na área, a saber: Estados Unidos (n=24), Inglaterra (n=6), Austrália (n=5), Canadá (n=5), Espanha (n=3), África do Sul (n=2), China (n=2), Coreia do Sul (n=2), Holanda (n=2), Suécia (n=2), Argentina (n=1), Bélgica (n=1), Chile (n=1), França (n=1), Índia (n=1), Irã (n=1), Israel (n=1), Itália (n=1), Japão (n=1), Nigéria (n=1), Noruega (n=1), Rússia (n=1), Suíça (n=1) e Taiwan (n=1). Destaque pode ser dado aos Estados Unidos, onde o número de publicações é muito maior que qualquer outro país elencado.

Tal constatação confirma a opinião de Masten (2014), de que o estudo da resiliência e sua conseqüente avaliação, tem apresentado relevância nas últimas décadas, devido a inúmeras condições que têm afligido diferentes comunidades

ao redor do globo. A autora, lista algumas destas condições, tais como atentados terroristas, terremotos, tsunamis, dentre outras calamidades ocorridas em países como Estados Unidos, Europa, Américas Central e do Sul, assim como na Ásia. Desta forma, é possível inferir que as produções encontradas nestes países, apresentem o movimento científico de pesquisadores em oferecer suporte a indivíduos que enfrentaram, por exemplo, estas adversidades.

Posteriormente, os trabalhos foram analisados quanto ao tipo de estudo. Para isto, foi realizada a análise da frequência das produções empíricas e teóricas. Dos 68 artigos internacionais selecionados, 60,29% apresentaram delineamento metodológico empírico (n=41), e 39,71% mostraram-se de natureza teórica. De modo semelhante, dos 31 trabalhos nacionais analisados, 80% mostraram-se de natureza empírica (n=25). Estes resultados concordam com os dados apresentados por Lopes e Martins (2011), no qual as autoras afirmam, que ainda que seja possível observar um grande número de trabalhos qualitativos voltados à resiliência, no que se refere à avaliação deste tema, os trabalhos empíricos têm apresentado maior número, e têm produzido contribuições valiosas para a melhor compreensão acerca da mensuração deste atributo.

Dentre os estudos brasileiros, a maior parte volta-se à investigação da resiliência em adultos (56%), ainda que estudos com crianças (24%) e adolescentes (20%) também se façam presentes. Semelhantemente nota-se que os estudos internacionais apresentam 58,54% dos trabalhos com objeto de investigação a avaliação da resiliência em adultos (n=24), 19,51% se propuseram a avaliar a resiliência em crianças (n=8), 17,07% em adolescentes (n=7), 2,44% referiram-se à avaliação da resiliência em grupos familiares (n=1)

e finalmente 2,44% dos trabalhos tinham como intenção de estudo a avaliação da resiliência em idosos (n=1).

Tal foco dos estudos na população adulta contraria os dados encontrados na literatura científica, pois segundo Valdebenito, Loizo, e Garcia (2007), a maioria das investigações são focadas em crianças nascidas e criadas em condições de extrema pobreza, corroborando com esta percepção, Vergara (2008) afirma que a maior parte dos estudos sobre resiliência tem sido realizada por psicólogos, médicos, pedagogos e tem como foco a investigação de crianças e jovens. Também Infante (2007) afirma que o tema é mais comumente investigado na infância, a fim de compreender de que maneira crianças e adolescentes são capazes de enfrentar e superar situações extremas de adversidades. Embora este dado não tenha sido observado na análise das produções investigadas, convém destacar que Carvalho, Teodoro e Borges (2014) afirmam que o estudo voltado ao tema da resiliência envolve a compreensão das relações dinâmicas existentes entre os comportamentos adaptados, as condições de risco e os mecanismos de proteção, de modo que seria mais exequível a condução de pesquisas em avaliação da resiliência com adultos, tendo em vista que há uma história pregressa que favorece a identificação de comportamentos resilientes. O enfoque nesse período de vida foi o predominante nos estudos investigados.

Em seguida, a temática abordada em cada estudo foi categorizada. Assim sendo, do ponto de vista das publicações brasileiras, observou-se que 29,03% dos trabalhos tratavam da avaliação de características resilientes associadas ao risco e à proteção. Ainda neste sentido, 22,58% das produções avaliaram as características resilientes em famílias ou em grupos familiares. Também, 22,58%

dos trabalhos tiveram como objetivo principal a construção ou adaptação de instrumentos. Foram identificados estudos voltados à avaliação da resiliência frente ao estresse (6,45%), em ambiente empresarial (6,45%), associada à qualidade de vida (6,45%), frente às condutas suicidas (3,22%) e levantamento teórico (3,22%). Os resultados observados por meio da análise das categorias temáticas dos estudos, corrobora a literatura nacional, pois há predominância de trabalhos que buscam investigar os processos resilientes em situações de vulnerabilidade, risco e proteção, assim como, em famílias em situação de risco (Polleto & Koller, 2011).

Posteriormente, a mesma análise referente à temática abordada em cada estudo foi realizada para os trabalhos internacionais, de modo que foi possível identificar cinco categorias principais, são elas: construção de instrumentos, risco e prevenção, promoção da saúde mental, resiliência comunitária e avaliação da resiliência em militares. Assim, a primeira referiu-se à construção de instrumentos, composta por 24 artigos, corresponde à 35,29% dos trabalhos analisados. Foram incluídos nesta categoria, todos os estudos que envolveram a elaboração de instrumentos, testes, baterias, questionários e inventários para a avaliação da resiliência. Na segunda, que relacionou-se à temática de risco e prevenção, foram identificados 19 trabalhos, que perfazem 27,94% do total. Nesta categoria foram elencados os estudos nos quais, por meio da avaliação da resiliência, buscou-se compreender as condições possíveis de risco, e os potenciais de enfrentamento dos indivíduos.

A terceira categoria diz respeito à promoção da saúde mental (n=17), e refere-se à 25% dos trabalhos analisados. Foram agrupados nesta categoria, os estudos que envolveram a avaliação do potencial resiliente, como uma estratégia

de enfrentamento às condições psiquiátricas. A quarta categoria referiu-se à resiliência comunitária, foi composta por sete artigos, os quais representam 10,29% do total. Nesta foram incluídos os estudos voltados à avaliação da resiliência em comunidades que apresentam condições adversas ao desenvolvimento individual, assim como, de sustento. E por fim, a quinta categoria identificada, composta por um trabalho, versou sobre a temática específica da avaliação da resiliência em militares. A partir desta análise é possível observar que em âmbito nacional os estudos voltados à resiliência têm maior foco na aplicação do conhecimento para a atenção ao indivíduo em situação de risco. Em contrapartida, em âmbito internacional, nota-se que há maior esforço em estudar e desenvolver ferramentas psicológicas que embasem a ação dos profissionais.

Considerando-se a colocação de Reppold, Mayer, Almeida e Hutz (2012), os quais afirmam que a mensuração da resiliência tradicionalmente ocorre por meio de quatro possibilidades: (a) obtenção de escores de testes associando-os a outras medidas de desempenho, (b) perfis de personalidade aferidos por meio de instrumentos de personalidade e temperamento, (c) uso de estratégias qualitativas, tais como entrevistas, análises de história de vida, análise de discursos de terceiros e (d) demais possibilidades, a análise seguinte visou o levantamento dos instrumentos e técnicas utilizadas e análise da frequência com a qual foram mencionados.

Assim sendo, foram encontrados, nos trabalhos nacionais, 37 diferentes instrumentos e técnicas, listados nos 31 trabalhos analisados. Os resultados mostraram que a forma de avaliação mais utilizada foi a avaliação qualitativa da resiliência (20%), composta por entrevistas com os sujeitos, familiares e pessoas

próximas, dado que corrobora a literatura especializada (Reppold et al, 2012). O segundo instrumento mais utilizado foi a Escala de Resiliência de Wagnild e Young (1993) que foi citado em cinco publicações. O terceiro mais citado foi o Inventário de Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (n=4). Os instrumentos que compõem o quarto e quinto lugar em frequência de uso foram a Escala de Resiliência para Adultos (Pereira, Cardoso, Alves, Narciso, & Canavarro, 2013) e a *Connor-Davidson Resilience Scale* (Lopes & Martins, 2011). Os demais instrumentos citados nos trabalhos analisados, podem ser verificados na Tabela 3.

Tabela 3

Instrumentos citados nos trabalhos nacionais analisados.

Instrumento	Frequência	Porcentagem
Avaliação qualitativa (entrevistas, história de vida e demais estratégias)	12	20
Resilience Scale	5	8
Instrumento de Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde – WHOQOL-Bref	4	7
Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC)	3	5
Escala de Resiliência para Adultos (ERA)	3	5
Family Background Questionnaire (FBQ)	2	3
Inventário de Depressão Beck (BDI)	2	3
Inventário de Estilos Parentais	2	3
Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI)	2	3
Adolescent Resilience Scale	1	2
CARE-Index (CCI)	1	2
Child Abuse and Trauma Scale (CAT)	1	2
Child Psychosocial Distress Screener (CPDS)	1	2
Child Health and Illness Profile, Child Edition (CHIP-CE)	1	2
Deployment Risk and Resilience Inventory (DRRI)	1	2
Escala Comportamental Infantil A2 de Rutter	1	2
Escala de Auto-Eficácia Geral Percepcionada (EAEGP)	1	2
Escala de Eventos Adversos	1	2
Functional Assessment of Multiple Sclerosis	1	2

Continua

Tabela 3

Instrumentos citados nos trabalhos nacionais analisados.

Instrumento	Frequência	Porcentagem
California Healthy Kids Survey Resilience Assessment Module (HKSRA)	1	2
Inventário de Recursos no Ambiente Familiar	1	2
Inventário de Socialização Organizacional (ISO)	1	2
Inventário Multidimensional de Coping	1	2
Inventário de Percepções Adolescentes (IPA)	1	2
Minnesota Multiphasic Personality Inventory 2 (MMPI-2)	1	2
Parental Bonding Instrument (PBI)	1	2
Perceived Stress Scale (PSS)	1	2
Positive and Negative Suicide Ideation (PANSI)	1	2
Questionário de Coping em Diferentes Situações	1	2
Questionário de Reivich e Shatté	1	2
Questionário de Suporte Social	1	2
Sentido Interno de Coerência (SIC)	1	2
Suicide Behavior Questionnaire Revised (SBQR)	1	2
Suicide Resilience Inventory (SRI)	1	2
Total	61	100

Conclusão

Assim, semelhantemente ao que se observou na revisão das publicações brasileiras, pode-se notar que os pesquisadores internacionais fazem uso de diferentes técnicas para realizarem a mensuração do construto da resiliência. Ora avaliando-o de forma objetiva por meio de instrumentos específicos. Ora avaliando construtos adjacentes à resiliência. Também de forma semelhante ao panorama nacional, nota-se que o uso de estratégias qualitativas para a avaliação da resiliência figura entre as estratégias mais utilizadas. Outro dado relevante, refere-se à quantidade de instrumentos explicitamente relacionados ao termo resiliência. Das 55 possibilidades de mensuração do construto, 10 instrumentos utilizam objetivamente o termo em seus títulos, como pode-se

observar na Tabela 4. Ainda, destes 10, apenas dois são voltados à população infantil, o que por sua vez, sugere a necessidade de que estudos sejam realizados para a ampliação das possibilidades de avaliação da resiliência na infância.

Tabela 4

Instrumentos citados nos trabalhos internacionais analisados

Instrumento	Frequência	Porcentagem
Wagnild & Young Resilience Scale	15	27,27
Avaliação qualitativa (entrevistas, história de vida e demais estratégias)	12	21,82
Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC)	11	20,00
Resilience Scale for Children and Adolescents	4	7,27
Beck Inventory	2	3,64
Depression Anxiety Stress Scales	2	3,64
Multidimensional Fatigue Inventory Scale	1	1,82
Adolescent Resilience Questionnaire	1	1,82
Alcohol Use Disorders Identification Test (AUDIT)	1	1,82
Baruth Protective Factors Inventory (BPFI)	1	1,82
Berlin Social Support Scale	1	1,82
Birleson Depression Self-rating scale (DSRS)	1	1,82
California Health Kids Survey Resilience Assessment Module (HKRA)	1	1,82
Centre for Epidemiologic Studies Depression Scale	1	1,82
Childhood Abuse Experience Scale	1	1,82
Communities Advancing Resilience Toolkit (CART)	1	1,82
Conjoint Community Resilience Assessment Measurement (CCRAM)	1	1,82
Craig Handicap Assessment and Reporting Technique	1	1,82
Davidson Trauma Scale (DTS)	1	1,82
Depression Scale	1	1,82
Dysexecutive Questionnaire for Children	1	1,82
Early Life Stress Inventory	1	1,82
European Organization for Research and Treatment of Cancer Core Questionnaire (Version 3.0)	1	1,82
General Health Questionnaire (GHQ-12)	1	1,82
Generalized Self-Efficacy Scale	1	1,82
Health Scale	1	1,82

Continua

Tabela 4

Instrumentos citados nos trabalhos internacionais analisados

Instrumento	Frequência	Porcentagem
Healthy Kids Resilience Assessment	1	1,82
Individual, Family, and Community Resilience Profile (IFCR)	1	1,82
Korea Military Personality Test	1	1,82
Life Orientation Test – Revised (LOT-R)	1	1,82
Maslach Burnout Inventory (MBI-GS)	1	1,82
Measure of marital satisfaction	1	1,82
Metacognition Self-Assessment Scale	1	1,82
Mother-Infant Touch Survey	1	1,82
Obsessive-Compulsive Inventory-Revised	1	1,82
Parenting Competence Scale	1	1,82
Parenting Stress Index [PSI]	1	1,82
Physical Contact Assessment	1	1,82
Positive and Negative Syndrome Scale (PANSS)	1	1,82
Purpose in Life Test	1	1,82
Resilience Enhancement Kit design application	1	1,82
Rosenberg Self-esteem Scale	1	1,82
Self-Assessment of Resilience and Anxiety (SARA)	1	1,82
Self-compassion Scale	1	1,82
Social Support Appraisals (SS-A)	1	1,82
Social-Emotional Assets	1	1,82
State-Trait Anxiety Inventory	1	1,82
Strengths and difficulties questionnaire parents version	1	1,82
Subjective Resilience Questionnaire' (SRQ)	1	1,82
Successful Aging Evaluation (SAGE)	1	1,82
The Level of Service Inventory/Case Management Inventory (LS/CMI)	1	1,82
The Psychopathy Checklist-Screening Version (PCL: SV)	1	1,82
The Wechsler Abbreviated Scale of Intelligence (WASI)	1	1,82
WHO-5 Wellbeing Index	1	1,82
Youth Self Report	1	1,82
		Conclusão

Assim sendo, a partir da comparação entre as técnicas utilizadas para avaliação da resiliência em âmbito nacional e internacional, nota-se que os pesquisadores brasileiros utilizam-se de estratégias qualitativas e de

instrumentos em processo de adaptação ao contexto brasileiro. Em contrapartida, os pesquisadores internacionais tendem a utilizar, com maior frequência, instrumentos padronizados para realizar a mensuração deste atributo. Todavia, observa-se que o uso de instrumentos específicos não substitui a utilização de técnicas qualitativas de avaliação. Esta informação não apenas corrobora a afirmação de Reppold e colaboradores (2012) a respeito das possibilidades de avaliação da resiliência, mas também, em especial, pode apontar para o zelo dos pesquisadores frente ao tema da resiliência buscando compreendê-lo a partir de diferentes perspectivas.

Nesta revisão optou-se por compreender o movimento científico voltado à mensuração da resiliência. Como apresentado anteriormente, o conceito de resiliência encontra pouco consenso acerca de sua definição, conseqüentemente a expressão do comportamento resiliente observado empiricamente pode sofrer oscilações. Junqueira e Deslandes (2003) afirmam que os diferentes conceitos associados à resiliência apresentam definições, por vezes conflitantes, de modo que na literatura é possível identificar características contraditórias associadas à expressão da resiliência, tais como adaptação e superação, inato e adquirido, permanente e circunstancial.

Assim como há pouco consenso acerca da definição, conseqüentemente há pouco consenso, também, quanto à melhor forma de proceder com a avaliação. Lopes e Martins (2011) ainda afirmam que esta divergência conceitual é refletida nas maneiras de mensuração existentes. Pesce e colaboradores (2005) defendem que o contínuo interesse científico e a relevância do conceito da resiliência, denotam a urgência no desenvolvimento de medidas adequadas

aos construtos. A fim de que sejam ampliados os estudos frente ao tema, construindo uma linguagem comum e consolidando os achados.

No levantamento aqui apresentado, foi possível observar que há um interesse crescente expresso nas publicações, assim como, há um empenho dos pesquisadores em acessar com seriedade e de forma clara o conceito. Todavia, a falta de uma linguagem comum e de concordância dos pesquisadores frente ao conceito, demonstram diferentes frentes de estudo. Ainda que teoricamente a resiliência seja mais estudada na infância (Infante, 2007), os estudos analisados pela presente revisão apontaram maior foco de estudos em avaliação da resiliência em adultos. Também foi observada predominância de estudos empíricos nos trabalhos analisados, este dado também é apresentado por Lopes e Martins (2011). A estratégia de avaliação mais citada pelos autores, foi a avaliação qualitativa por meio de entrevistas e análises de história de vida, dado que também corrobora a literatura especializada (Reppold et al., 2012), assim como, pode estar associada a imprecisão do conceito e a escassez de instrumentos que apresentem propriedades psicométricas apropriadas.

Considerando-se que, ao optar-se por realizar a análise dos dados a partir de palavras-chave bastante específicas é possível que estudos que tratam da avaliação da resiliência de forma indireta não tenham sido contemplados. Do mesmo modo, dado o fato de que muitas bases de dados tornaram-se eletrônicas somente nos últimos anos, muitos trabalhos podem ter sido excluídos da busca. Diante dessas limitações, as quais restringem a possibilidade de generalização dos resultados, sugere-se a condução de outros estudos, a fim de que as compreensões aqui expostas possam ser ampliadas. Sugere-se ainda que outras bases de dados sejam utilizadas em pesquisa futuras.

Indiferente a essas limitações expostas, o que se faz notar, é que a temática da resiliência tem se mostrado, cada vez mais, foco de interesse de pesquisadores das mais diferentes áreas, notadamente na Psicologia, dada sua capacidade de atuar enquanto recurso de proteção e desenvolvimento para os indivíduos. Por tal motivo merece ser melhor investigada, dentro de um enfoque mais atual da Psicologia Positiva.

Tendo-se em vista o foco do estudo aqui apresentado, acredita-se que é fundamental compreender de que forma o conceito da resiliência, assim como seus modelos teóricos, tem se aproximado e compreendido o desenvolvimento, a expressão e a possível identificação da resiliência ao longo da infância, dado o interesse nessa fase desenvolvimental. Portanto, será apresentado maior detalhamento acerca dos instrumentos identificados nesta revisão.

Instrumentos para mensuração da resiliência

Ao observar os dados relacionados aos instrumentos utilizados no cenário internacional, para a mensuração da resiliência, os quais foram apresentados na revisão da literatura, nota-se a presença de 10 instrumentais, com enfoque explicitamente voltado à avaliação da resiliência. Dentre eles, podem ser citados: *Resilience Scale* de Wagnild e Young (1993); *Connor-Davidson Resilience Scale* (Connor & Davidson, 2003); *The Resilience Scales for Children and Adolescents* de Prince-Embury (2006, 2010b); *Adolescent Resilience Questionnaire* (Gartland, Bond, Olsson, Buzwell, & Sawyer, 2011); *Communities Advancing Resilience Toolkit* (CART) de Pfefferbaum, Pfefferbaum, Nitiéma, Houston, e Van Horn, (2015); *Conjoint Community Resilience Assessment Measurement* (CCRAM) de Leykin, Lohad, Cohen, Goldberg, e Aharonson-Daniel (2013);

Healthy Kids Resilience Assessment de Constantine, Benard, e Diaz (1999); *Resilience Enhancement Kit Design Application* (Kruger & Prinsloo, 2008); *Self-Assessment of Resilience and Anxiety* (SARA) de Barnett, Connor, e Davidson (2001) e *Subjective Resilience Questionnaire* (SRQ) de Alonso-Tapia, Nieto, e Ruíz (2013).

Nos estudos nacionais, dois desses instrumentos se repetem: a Escala de Resiliência de Wagnild e Young (1993) e a Escala de Resiliência de Connor-Davidson (Connor & Davidson, 2003), sendo encontradas pesquisas com aplicação de outros instrumentos: Escala de Resiliência para Adultos – ERA (Pereira, Cardoso, Alves, Narciso, & Canavarro, 2013), *Adolescent Resilience Scale* (Oshio, Kaneko, Nagamine, & Nakaya, 2003), *Deployment Risk and Resilience Inventory* – DRRI (King, King, Vogt, Knight, & Samper, 2006), *Suicide Resilience Inventory - 25* (Osman, Gutierrez, Muehlenkamp, Dix-Richardson, Barrios, & Kopper, 2004). O detalhamento destes 14 instrumentos pode ser observado na Tabela 5, a qual contém informações acerca dos seguintes aspectos: nome do instrumento, autoria e data de publicação, público alvo, tipo de instrumento, objeto de avaliação e estudo psicométrico realizado.

Tabela 5
Instrumentos para avaliação da resiliência

Nome do Instrumento	Autoria	Público Alvo	Tipo	Objeto de avaliação	Tipo de Estudo Psicométrico
Escala de Resiliência/ <i>The Resilience Scale</i>	Wagnild e Young (1993)	Adultos	Escala de autorrelato do tipo <i>Likert</i> de 7 pontos	Avaliar níveis de adaptação psicossocial positiva em eventos adversos	Grupo critério e análise fatorial confirmatória.

Continua

Tabela 5
Instrumentos para avaliação da resiliência

Nome do Instrumento	Autoria	Público Alvo	Tipo	Objeto de avaliação	Tipo de Estudo Psicométrico
<i>California Healthy Kids Resilience Assessment</i>	Constantine, Benard, e Diaz (1999)	Crianças e adolescentes	Escala de autorrelato do tipo <i>Likert</i> de 4 pontos.	Avaliar aspectos protetivos e de risco, num modelo multifatorial de resiliência.	Análise do coeficiente α de Cronbach e Análise Fatorial Exploratória.
Self-Assessment of Resilience and Anxiety (SARA)	Barnett, Connor, e Davidson (2001)	Adultos	Escala de autorrelato	Avaliar serenidade, confiança, bem-estar físico, habilidades sociais, clareza mental e resiliência.	Grupo critério, estudos de validade convergente, teste e reteste, análise de coeficiente α de Cronbach, sensibilidade à intervenção e análise fatorial confirmatória.
Escala de Resiliência de Connor-Davidson (CD-RISC)/ <i>The Connor-Davidson Resilience Scale</i>	Connor e Davidson (2003)	Adultos	Escala de autorrelato do tipo <i>Likert</i> de 5 pontos	Mensurar o potencial resiliente de um indivíduo exposto a uma experiência traumática que desencadeie respostas de quadros de estresse pós-traumático.	Confiabilidade por meio da análise do coeficiente α de Cronbach, análise fatorial exploratória e análise fatorial confirmatória.
Escala de Resiliência para Adultos (ERA)/ <i>Resilience Scale for Adults (RSA)</i>	Friborg, Hjemdal, Rosenvinge, e Martinussen (2003)	Adultos	Escala de autorrelato do tipo <i>Likert</i> de 7 pontos	Oferecer aos psicólogos uma medida de resiliência que favorecesse a avaliação dos fatores protetivos individuais e sociais	Confiabilidade por meio de análise do coeficiente α de Cronbach, análise fatorial exploratória, teste-reteste.

Continuação

Tabela 5
Instrumentos para avaliação da resiliência

Nome do Instrumento	Autoria	Público Alvo	Tipo	Objeto de avaliação	Tipo de Estudo Psicométrico
<i>Adolescent Resilience Scale - ARS</i>	Oshio, Kaneko, Nagamine, e Nakaya (2003)	Adolescentes e jovens adultos.	Escala de autorrelato do tipo <i>Likert</i> de 5 pontos.	Avaliar fatores protetivos em indivíduos que estivessem experimentado eventos negativos em suas histórias de vida.	Confiabilidade por meio da análise do coeficiente de α de Cronbach, evidência de validade convergente com instrumento de autoestima.
<i>Suicide Resilience Inventory - SRI</i>	Osman, Gutierrez, Muehlenkamp, Dixon, Richardson, Barrios, e Kopper (2004)	Adolescentes e jovens adultos.	Escala de autorrelato do tipo <i>Likert</i> de 6 pontos.	Avaliar potencial de enfrentamento à ideação suicida.	Confiabilidade por meio de análise do coeficiente α de Cronbach, análise fatorial exploratória.
<i>Deployment Risk and Resilience Inventory - DRRI</i>	King, King, Vogt, Knight, e Samper (2006)	Adultos	Escalas de autorrelato do tipo <i>Likert</i> (5 e 4 pontos) e uma do tipo politômico.	Avaliar características de risco e potencial resiliente na comunidade militar e veteranos de guerra nos Estados Unidos	Validade aferida por meio da TRI, grupo critério e confiabilidade por meio da análise do coeficiente α de Cronbach
<i>The Resilience Scales for Children and Adolescents</i>	Prince-Embury (2006, 2010b)	Crianças e Adolescentes	Escala de autorrelato do tipo <i>Likert</i> de 5 pontos.	Avaliar características positivas pessoais e vulnerabilidades, baseadas num modelo multifatorial de resiliência.	Avaliação em grupo controle e experimental, análise do coeficiente α de Cronbach, teste e reteste e Análise Fatorial Confirmatória.

Continuação

Tabela 5
Instrumentos para avaliação da resiliência

Nome do Instrumento	Autoria	Público Alvo	Tipo	Objeto de avaliação	Tipo de Estudo Psicométrico
<i>Resilience Enhancement Kit Design Application</i>	Kruger e Prinsloo (2008)	Adolescentes	Medida qualitativa associada à <i>Resilience Scale</i>	Identificar, desenvolver e fazer o manejo de habilidades relacionadas à resiliência.	Pré e pós teste.
<i>Adolescent Resilience Questionnaire</i>	Gartland, Bond, Olsson, Buzwell, e Sawyer (2011)	Adolescentes	Escala de autorrelato do tipo <i>Likert</i> de 5 pontos.	Avaliar características individuais e sociais que potencialmente oferecem uma resposta resiliente.	Análise do coeficiente α de Cronbach e Análise Fatorial Exploratória.
<i>Conjoint Community Resilience Assessment Measurement (CCRAM)</i>	Leykin, Lohad, Cohen, Goldberg e Aharonson-Daniel, (2013)	Comunidades	Escala de autorrelato do tipo <i>Likert</i> de 5 pontos.	Busca avaliar a habilidade de diferentes comunidades em lidarem com situações críticas.	Análise Fatorial Exploratória, Análise Fatorial Confirmatória, correlação de Pearson e Análise Multivariada da Variância.
<i>Subjective Resilience Questionnaire (SRQ)</i>	Alonso-Tapia, Nieto, e Ruíz (2013)	Adolescentes (respondido por pais, professores e pares)	Questionário, com respostas em modelo <i>Likert</i> de 5 pontos	Avaliar respostas positivas e reações negativas frente à adversidade	Análise fatorial confirmatória, MANOVA, análise do coeficiente α de Cronbach e estudos de correlação e regressão.
<i>Communities Advancing Resilience Toolkit (CART)</i>	Pfefferbaum, Pfefferbaum, Nitiéma, Houston, e Van Horn (2015)	Comunidades	Questionário sobre experiências em situações de calamidade.	Busca avaliar a capacidade resiliente de comunidades frente a situações de calamidade e adversidades.	Teste de Wilcoxon, análise do coeficiente α de Cronbach e correlação de Pearson.

Conclusão

A partir deste detalhamento acerca dos instrumentos citados nos trabalhos nacionais e internacionais, nota-se que das 14 ferramentas, há apenas dois instrumentos que avaliam a resiliência infantil, e cabe ainda ressaltar que nenhum destes, é exclusivamente para avaliação deste atributo em crianças. Assim, dado o objetivo desse estudo, a construção de um instrumento de avaliação da resiliência infantil, entende-se que seja necessário haver um aprofundamento das informações relacionadas a esses instrumentos: *The Resilience Scale for Children and Adolescents* de Prince-Embury (2006, 2010b) e do *California Healthy Kids Resilience Assessment* de Constantine, Benard e Diaz (1999).

The Resilience Scale for Children and Adolescents de Prince-Embury (2006, 2010b)

Este instrumento foi desenvolvido com o objetivo de avaliar características positivas e vulnerabilidades em crianças e adolescentes, com idades compreendidas entre 9 a 18 anos (Prince-Embury, 2007). Trata-se de uma ampliação normativa do instrumento *The Resilience Scale for Adolescents* da mesma autora, publicado em 2006. A fundamentação teórica é baseada em um modelo multifatorial de resiliência, a qual considera a díade “risco e proteção” na avaliação deste construto. A fim de alcançar este objetivo, o instrumento apresenta três escalas e dois índices. Quanto às escalas, nota-se que se caracterizam por serem de autorrelato, do tipo *Likert* de 5 pontos. As respostas podem ser: nunca, raramente, às vezes, sempre e quase sempre.

A primeira escala é chamada de *Sense of Mastery Scale*, em tradução livre: Escala de Percepção de Competências, contém 20 itens nos quais os

indivíduos são convidados a se autoavaliarem-se quanto às características relacionadas aos atributos de otimismo, autoeficácia e adaptabilidade. Na segunda escala, chamada de *Sense of Relatedness Scale*, ou Escala de Senso de Pertencimento, composta por 24 itens, os participantes devem avaliar suas percepções acerca dos relacionamentos, tomando-se por base os seguintes atributos: senso de confiança, percepção frente ao acesso ao suporte e tolerância a diferenças. A terceira e última escala é chamada de *Emotional Reactivity Scale*, em tradução livre: Escala de Reatividade Emocional, composta por 20 itens, por meio dos quais avalia-se o quanto os sujeitos se sentem capazes de controlar suas emoções. Nesta escala são avaliados três atributos: sensibilidade, reparação e prejuízos. Quanto aos dois índices que acompanham as escalas supracitadas, um é chamado de *Resource Index* (Índice de Recursos, em tradução livre), no qual são elencadas características de forças e virtudes autopercebidas e, o segundo índice, aborda a identificação de características autopercebidas de vulnerabilidade, sendo denominado de *Vulnerability Index*.

The Resilience Scale for Children and Adolescents é um instrumento do tipo lápis e papel, objetivo, rápido e simples de ser aplicado. Estima-se que as três escalas sejam administradas em até 15 minutos. A pontuação é feita por meio da soma simples das respostas apresentadas pelos avaliados, e após isto, os resultados brutos devem ser transformados em resultados padronizados, os quais podem sugerir bons recursos internos para o enfrentamento de adversidades, ou ainda, potencial para vulnerabilidade (Prince-Embury, 2006).

No que diz respeito às propriedades psicométricas do instrumento, Prince-Embury (2006, 2007, 2010b) afirma que foram tomados inúmeros cuidados no processo de construção, os quais envolveram a identificação qualitativa

devidamente embasada na literatura do construto, construção de itens, seleção da faixa etária apropriada para avaliação por meio do instrumento, estudo piloto, estudos de precisão, de validade e normativos. Cabe destacar que do ponto de vista das faixas etárias, a autora organizou o instrumento em duas formas: a forma infantil que deve ser administrada às crianças com idades entre 9 e 11 anos e uma forma para adolescente, indicada para jovens com idades entre 12 e 18 anos.

Considerando os estudos de precisão, Prince-Embury (2007, 2010b) afirma que o instrumento foi submetido a dois métodos de aferição desta característica psicométrica. O primeiro referiu-se à Análise dos Coeficientes de α de Cronbach para cada uma das escalas e índices do instrumento, respeitando também a forma selecionada. Assim, para a forma infantil, foram encontrados valores de α entre 0,85 e 0,93, enquanto que para a forma para adolescentes os valores de α variaram entre 0,95 e 0,97. O segundo método utilizado para a investigação da precisão do instrumento referiu-se ao teste-reteste, que ocorreu com intervalo de doze dias entre a primeira e a segunda aplicação para a forma infantil, e de oito dias para a forma para adolescentes. A autora utilizou a transformação Z de Fisher para aferir os coeficientes de estabilidade das escalas e dos índices do instrumento, de modo que para a forma infantil os valores variaram entre 0,79 e 0,90. A forma para adolescentes, por sua vez, obteve valores entre 0,77 e 0,90. Assim, observando os valores apresentados nos dois estudos, o instrumento foi considerado adequando do ponto de vista da confiabilidade.

No que se refere aos estudos de validade, Prince-Embury (2007) destaca a pesquisa realizada com grupos clínicos e não clínicos. Nesta, o grupo clínico

caracterizou-se por ser composto por crianças e adolescentes, com idades entre 9 e 18 anos, que apresentavam o diagnóstico de depressão, ansiedade, transtorno de conduta, transtorno bipolar, déficit de atenção e hiperatividade e outros transtornos não especificados. Os resultados apontaram para evidências de que o instrumento é capaz de discriminar este potencial resiliente nos diferentes grupos.

A autora também realizou estudos de evidências de validade convergente e divergente, com os instrumentos *The Resiliency Scale* e *Reynolds Bully Victimization Scale*. Por meio da correlação de Pearson foram identificadas correlações moderadas entre os instrumentos supracitados e *The Resilience Scale for Children and Adolescents*. Cabe também ressaltar que Prince-Embury (2010b) relata ter realizado estudos de evidências de validade de construto, utilizando a Análise Fatorial Confirmatória, de modo que foram identificados três fatores representados pelas três escalas do instrumento.

Do ponto de vista das limitações, a autora defende que os resultados podem sofrer vieses devido ao fato do instrumento caracterizar-se por ser do tipo autorrelato para crianças e adolescentes. A autora acrescenta às críticas, o número relativamente limitado de sujeitos que compuseram a amostra normativa (n=794) e indica que devem ser realizados outros estudos que busquem a validade clínica das escalas, em especial aos construtos de saúde psicológica e bem-estar.

California Healthy Kids Resilience Assessment de Constantine, Benard e Diaz (1999)

Este instrumento é um módulo opcional que pode compor uma bateria de testes chamada de *California Healthy Kids Survey*, ou ainda, pode ser utilizada separadamente como uma medida de variáveis externas e internas de resiliência e de seus construtos associados (Constantine & Benard, 2001). Sua construção visou auxiliar agências educacionais do estado da Califórnia – EUA, na identificação de características positivas e de saúde envolvidas no desenvolvimento de crianças e adolescentes com idades entre 11 a 19 anos, para a elaboração de programas de atenção à esta faixa etária. Este instrumento não é de uso exclusivo do psicólogo e tem como finalidade auxiliar a tomada de decisão em escolas secundárias. Integrava o plano de governo do ex-presidente americano Barack Obama e pode ser acessado através do site: <http://chks.wested.org/>.

Trata-se de uma escala de autorrelato do tipo *Likert* de 4 pontos, as respostas variam de A (*Not all true*, ou em tradução livre: nada verdadeiro), B (*A little true*, Um pouco verdadeiro), C (*Pretty much true*, Verdadeiro) e D (*Very much true*/ Muito verdadeiro). É composta de 42 itens, os quais abordam aspectos relacionados à personalidade, amigos, família e comunidade (Constantine, Benard, & Diaz, 1999).

Teoricamente, baseia-se em um modelo multifatorial de resiliência, composto por dois fatores interrelacionados (Constantine et al., 1999), que acessam os seguintes aspectos internos: competência/habilidades sociais,

autonomia, autoconceito, senso de sentido e propósito, aspectos externos tais como: relações de cuidado, altas expectativas e pertencimento significativo.

A construção da escala teve início com uma revisão sistemática da literatura, a qual propiciou a identificação dos fatores, assim como, a seleção dos aspectos internos e externos mencionados. Inicialmente, foram criados 250 itens, os quais foram submetidos às análises semânticas e de adequação teórica por uma equipe de especialistas em resiliência, de modo que foram selecionados 128 itens que potencialmente poderiam compor o instrumento (Constantine et al., 1999). Em seguida, os autores conduziram um estudo piloto, a fim de verificar a adequação do vocabulário, da compreensão semântica, da contextualização cultural e desenvolvimental. Como resultado deste procedimento, a escala foi criada com 92 itens. A análise do coeficiente α de Cronbach apontou a inadequação da escala, de modo que foram retirados os itens que apresentavam baixa precisão. Desse modo, restaram 60 itens com valores médios de α de 0,72. Ainda foi testada uma versão ainda mais reduzida, com 42 itens, os quais apresentaram valores de α entre 0,71 e 0,91. Assim, os autores consideraram o instrumento apropriado do ponto de vista da consistência interna (Constantine & Benard, 2001).

A etapa seguinte referiu-se aos estudos voltados à Análise Fatorial Exploratória, a fim de verificar evidências de validade do instrumento. Participaram dos estudos para construção, validação e normatização do instrumento, 26.074 crianças e adolescentes, de diferentes escolas secundárias na Califórnia – EUA. Segundo Constantine e Benard (2001) os resultados deste estudo, sugerem a existência de dois grandes fatores, no primeiro fator, chamado de Fatores Protetivos, agrupando os itens relacionados à suporte

familiar, suporte escolar, suporte comunitário, autonomia, comportamento pró social com pares e em grupo. E o segundo grupo, denominado de Traços Resilientes, foi constituído pelos itens relacionados à cooperação e comunicação, autoeficácia geral, empatia, busca efetiva por suporte, autoconsciência, objetivos e aspirações. Tais resultados confirmaram a hipótese teórica, na qual o instrumento foi embasado.

Resiliência ou resiliências: é possível concluir?

Conforme apresentado ao longo destes capítulos, é possível observar que existem inúmeras possibilidades de conceituação da resiliência, a começar pela origem etimológica (Döring et al., 2015; Pizzo, 2015) com a noção de pular para trás. Ou ainda, pode-se buscar compreender o conceito a partir de seu processo histórico (Infante, 2007; Poletto & Koller, 2011) refletindo sobre o foco original voltado à invulnerabilidade (Masten, 2001), seu desenvolvimento em direção à compreensão dos fatores de risco e proteção (Rutter, 2012; Sapienza & Pedromônico, 2005), e finalmente, mais recentemente, a apresentação do conceito de resiliência enquanto potencial humano (Barlach, 2005; Poletto, 2006; Zolkoski & Bullock, 2012). Também foram apresentados diferentes modelos de compreensão multidimensional da resiliência. E como foi possível observar, tais modelos podem variar em número de eixos ou fatores teóricos fundamentais (Infante, 2007; Junqueira & Deslandes, 2003; Prince-Embury, 2010b), ou em propostas mais amplas, como o modelo de Yunes (2011) e Castillo e colaboradores (2016).

As diferentes formas de avaliação do construto também demonstram a pluralidade de perspectivas e compreensões, pois se considerarmos as ações nacionais para a mensuração da resiliência, observaremos uma frequência maior de estratégias qualitativas, tais como entrevistas e análise de história de vida (Reppold, Meyer, Almeida, & Hutz, 2012), o que, por sua vez, demonstra a lacuna de materiais específicos que possam auxiliar no levantamento de dados mensuráveis acerca do construto. Em contrapartida, internacionalmente, há instrumentos que avaliam a resiliência em crianças (Constantine, Benard, & Dias, 1999; Prince-Embury, 2006, 2010b), em adolescentes (Alonso-Tapia,

Nieto, & Ruíz, 2013; Gartland, Bond, Olsson, Buzwill, & Sawyer, 2011; Kruger & Prinsloo, 2008; Oshio, Kaneko, Nagamine, & Nakaya, 2003; Osman et al., 2004), adultos (Connor & Davidson, 2003; Friborg, Hjemdal, Rosenvinge, & Martinussen, 2003; King, King, Vogt, Knight, & Samper, 2006) e comunidades (Leykin, Lohad, Cohen, Goldberg, & Aharonson-Daniel, 2013; Pfefferbaum, Pfefferbaum, Nitiéma, Houston, & Van Horn, 2015).

Entretanto, em nenhum momento, ao longo do processo de construção deste estudo, foi possível identificar uma definição, um modelo ou uma proposta de avaliação de resiliência que apresentasse consenso junto aos pesquisadores do tema. Assim, é possível afirmar que existem diferentes formas e expressões da resiliência, as quais consideram aspectos variados do desenvolvimento humano, assim como as possíveis interferências e adversidades que este processo de desenvolvimento pode sofrer (Castro & Moreno-Jimenez, 2007; Grego, Morelato, & Ison, 2006; Junqueira & Deslandes, 2003). Assim, a resposta à questão elaborada, aponta para a existência de resiliências, as quais variam em função de sua compreensão ou modelo teórico adotado, não se fazendo notar a presença de um consenso, tanto entre os pesquisadores nacionais quanto internacionais.

A partir de todas essas considerações e limitações existentes frente ao conceito de resiliência, faz-se necessário também observar a importância e o potencial da temática, especialmente no que tange à avaliação psicológica. Tendo em vista o caráter desenvolvimental e processual da resiliência, defendido por diversos autores (Fontes, 2010; Infante, 2007; Masten, 2001; Poletto, Wagner, & Koller, 2004) e acrescentando que a infância é uma etapa importante para a aquisição de habilidades físicas, cognitivas e emocionais (Oliveira et. al.,

2012), marcada por um percurso desenvolvimental que não se mostra linear e nem tranquilo, mas cunhado por situações potencialmente adversas (Masten, 2014), a relevância de sua investigação se justifica. Associando estas questões ao fato de não existirem instrumentos específicos para a mensuração objetiva deste fenômeno em âmbito nacional (Oliveira & Nakano, 2018), em particular voltado à resiliência infantil, a importância da proposta aqui apresentada adquire valor.

Diante desse quadro, o presente trabalho tem como objetivo realizar a construção de um instrumento que avalie a resiliência em crianças brasileiras, a partir da hipótese conceitual de que a resiliência seja um fenômeno psicológico (Yunes, 2003) que está presente em todos os indivíduos (Masten, 2001, 2014, 2018), que pode se desenvolver e se manifestar ao longo do ciclo vital (Fontes, 2010; Infante, 2007; Masten, 2001; Poletto et al., 2004), sempre que o indivíduo for submetido à uma condição adversa (Luthar, Cicchetti, & Becker, 2000; Yunes, 2011), real ou percebida (Castillo, Castillo-López, López-Sánchez, & Dias 2016).

Seu enfrentamento envolverá a utilização de recursos sociais (Masten, 2001, 2014; Prince-Embury, 2006; 2010a; Yunes, 2011) e individuais (Castillo et al., 2016; Gloria & Steinhardt, 2014), a fim de apresentar um desfecho positivo, ou ainda, adaptação positiva (Infante, 2007; Masten, 2001; Reppold et al., 2012), considerando-se que, no processo de avaliação desta característica, tanto o pesquisador, quanto o profissional tenham o cuidado de não considerarem os indivíduos invulneráveis às adversidades, caso estes apresentem bons indicadores de resiliência (Infante, 2007).

O modelo teórico selecionado para a construção do instrumento é o apresentado por Castillo e colaboradores (2016). Neste modelo, conforme

apresentado anteriormente, os autores afirmam que a resposta resiliente envolve a relação intrínseca entre o indivíduo, os fatores de risco e os fatores de proteção. A resposta resiliente ocorrerá na presença de evento(s) adverso(s), o(s) qual(ais) poderá(ão) ser classificado(s) como reais ou percebidos. O enfrentamento do evento aversivo, por sua vez, poderá demonstrar uma resiliência alta ou baixa. Para os autores a expressão da resiliência envolve os seguintes aspectos vulnerabilidade, *coping*, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade, os quais foram selecionados para compor as áreas a serem englobadas no instrumento.

A seleção deste modelo se justifica por apresentar uma compreensão mais próxima ao contexto histórico atual, no qual busca-se compreender a resiliência por meio dos recursos pessoais que estejam envolvidos na expressão da resposta resiliente (Infante, 2007; Masten, 2001, 2014, 2018; Oliveira & Nakano, 2018). Este modelo também se mostra promissor, uma vez que considera a resiliência como o resultado da relação intrínseca entre os elementos fundamentais que caracterizam-se como construtos positivos, que buscam o fortalecimento das forças e virtudes, tal como orientado por Masten (2014, 2018) e por Prince-Embury e colaboradores (2013).

A escolha do formato do instrumento se deu a partir da reflexão realizada por Reppold e colaboradores (2012) acerca das limitações encontradas em instrumentos do tipo escala na mensuração da resiliência, os quais envolvem, usualmente, a mensuração de traços estáveis associados à resiliência e à traços de personalidade, de maneira que a medida final comumente desconsidera a variabilidade e o caráter processual do construto, especialmente no que se refere as diferentes possibilidades de aprendizagem comportamental e expressões da

resiliência em diferentes momentos do desenvolvimento. Assim, o instrumento desenvolvido neste estudo não se caracteriza por ser uma escala, uma vez que neste tipo de tarefa solicita-se que o avaliando numere sua habilidade diante de uma afirmativa, mas propõe-se que o instrumento seja apresentado em formato de um teste de julgamento situacional, que busca avaliar a competência/habilidade resiliente do indivíduo por meio de histórias que expressem tais habilidades, e diferentes possibilidades de enfrentamento, considerando o caráter desenvolvimental deste construto. O maior detalhamento acerca do formato do instrumento, seu processo de construção, assim como, as informações relacionadas aos estudos referentes à investigação das diferentes evidências de validade, são apresentados a seguir, como estudos específicos.

Objetivos

Objetivo Geral:

Desenvolver e buscar evidências de validade para um instrumento de avaliação do potencial resiliente para crianças entre 8 e 12 anos.

Objetivos Específicos

- Construir o instrumento a partir da revisão da literatura científica especializada;
- Verificar a adequação do instrumento junto ao público alvo;
- Buscar evidências de validade baseadas na análise do conteúdo;
- Investigar evidências de validade baseadas na estrutura;
- Investigar a precisão do instrumento;
- Buscar evidências de validade baseadas nas relações com variáveis externas – validade discriminante
- Buscar evidências de validade baseadas nas relações com variáveis externas – validade de critério

Método

Tendo em vista o objetivo do trabalho, o qual envolve a construção de um instrumento voltado à avaliação da resiliência em crianças, bem como a investigação de suas qualidades psicométricas, sete estudos foram planejados:

Estudo 1 – Desenvolvimento do instrumento

Estudo 2 – Desenvolvimento das alternativas de resposta por meio de entrevistas cognitivas

Estudo 3 - Evidências de validade baseadas na análise do conteúdo

Estudo 4 – Estudo Piloto para verificação da adequação das histórias/itens junto a população alvo

Estudo 5 - Evidências de validade baseadas na estrutura interna e precisão

Estudo 6 – Evidências de validade baseadas nas relações com variáveis externas – validade discriminante.

Estudo 7 – Evidências de validade baseadas nas relações entre variáveis externas – validade de critério

Dadas as especificidades de cada estudo, o delineamento selecionado para um deles será apresentado separadamente a seguir.

Estudo 1: Desenvolvimento do instrumento²

Este estudo consistiu na primeira fase de desenvolvimento do instrumento, e seguindo a orientação de Pasquali (2009), suas ações envolveram, essencialmente, o estabelecimento dos fundamentos teóricos. Assim, partiu-se do princípio de que é fundamental a seleção de uma teoria psicológica, pois esta deve ser tomada como base para a construção dos itens que comporão um instrumento. De modo que seja possível realizar, não apenas, a quantificação do construto psicológico alvo, como também, avaliar sua aplicabilidade enquanto medida desse construto.

A seleção de um modelo teórico

Para a construção do instrumento, que por hora recebe o nome de Marcadores de Resiliência Infantil (MRI), optou-se por compreender a resiliência enquanto um fenômeno psicológico com características desenvolvimentais (Yunes, 2003), presente em todos os indivíduos (Masten, 2001, 2014), e que se manifesta de diferentes maneiras ao longo do ciclo vital (Fontes, 2010; Infante, 2007; Masten, 2001; Poletto, Wagner, & Koller, 2004).

Segundo a literatura, um comportamento poderá ser considerado resiliente quando manifestado frente a uma condição adversa (Luthar, Cicchetti, & Becker, 2000; Yunes, 2011), seja esta real ou percebida (Castillo, Castillo-López, López-Sánchez, & Dias, 2016), por meio do emprego de recursos sociais

Nota²: Os estudos 1, 2, 3 e 4 foram agrupados e submetidos, em forma de artigo, à revista PsicoUSF, sob o título “Marcadores de resiliência infantil: proposta de um instrumento”, em setembro de 2018 e aguarda avaliação.

(Masten, 2001, 2014; Prince-Embury, 2006; 2010; Yunes, 2011) e individuais (Castillo et al., 2016; Gloria & Steinhardt, 2014), na busca por um desfecho positivo, ou ainda, adaptação positiva (Infante, 2007; Masten, 2001; Reppold, Meyer, Almeida, & Hutz, 2012). A partir desta compreensão conceitual de resiliência, entendeu-se que a possibilidade de construção do instrumento para a população infantil fosse teoricamente viável, tendo em vista que o fenômeno da resiliência se encontra presente indistintamente na população (Masten, 2001) e que apresenta características desenvolvimentais.

Neste sentido, após a revisão dos modelos existentes sobre o tema – os quais podem ser acessados no segundo capítulo deste trabalho, selecionou-se a proposta de Castillo e colaboradores (2016), no qual a resiliência é compreendida por meio de seis fatores teóricos, os quais recebem o nome de elementos fundamentais. E são identificados, pelos autores, com as seguintes nomenclaturas: (a) vulnerabilidade, (b) *coping*, (c) inteligência emocional, (d) bem-estar subjetivo, (e) *locus* de controle e (f) habilidade. Tal escolha se deu pela compreensão de resiliência ser mais próxima ao que se defende no contexto histórico atual, na qual defende-se que este fenômeno seja compreendido por meio dos recursos pessoais presentes no processo de resposta resiliente. A definição de cada um destes elementos fundamentais pode ser encontrada na Tabela 6.

A seleção do modelo justifica-se diante da sua abrangência, visto que o mesmo considera a existência de características individuais, que seriam desenvolvidas ao longo do ciclo vital e estariam presentes indistintamente na população. Do mesmo modo, sua escolha amparou-se na constatação de que esses seis fatores apresentam relação teórica com as características resilientes

infantis, levantadas na literatura científica e apresentadas anteriormente na respectiva seção teórica.

Tabela 6

Definições dos elementos fundamentais do modelo de resiliência apresentado por Castillo e colaboradores (2016)

Elemento Fundamental	Definição
Vulnerabilidade	Característica que capacita um indivíduo a antecipar, identificar, resistir e se recuperar de uma ameaça.
<i>Coping</i>	É entendido como a expressão comportamental da resiliência, ou seja, envolve o enfrentamento positivo diante de uma situação aversiva.
Inteligência Emocional	É a capacidade de um indivíduo em reconhecer, compreender e regular suas emoções e a dos demais a fim de favorecer a adaptação emocional.
Bem-estar Subjetivo	Pode ser entendido como o nível pelo qual um indivíduo avalia sua vida, por meio de aspectos positivos, os quais lhe oferecem uma visão positiva ou de satisfação com sua própria vida.
<i>Locus de Controle</i>	Habilidade do indivíduo em controlar seu comportamento a fim de estabelecer resultados finais apropriados, especialmente no que se refere ao desempenho acadêmico.
Habilidade	Caracteriza-se pela forma como um indivíduo se comporta em situações concretas a fim de realizar suas tarefas com excelência.

O formato do instrumento

Desejou-se, neste processo, evitar as limitações apresentadas pelos instrumentos de avaliação de resiliência já existentes, os quais estão disponíveis para a população adulta, e que tendem, segundo apontamentos presentes na literatura, a serem instrumentos de autorrelato, mais semelhantes a instrumentos de ajustamento psicossocial do que de avaliação da resiliência propriamente dita (Reppold et al., 2012; Waaktaar & Torgersen, 2010).

Assim, tendo em vista que o instrumento tem como público alvo crianças com idades entre 8 e 12 anos, optou-se pela construção de itens em formato de

breves histórias, de modo que a criança, ao ser submetida ao instrumento, poderá escolher, dentre três opções, o desfecho que considerar mais adequado para cada história. A fim de evitar que somente o recurso verbal e escrito fosse demandado durante a execução da atividade, realizou-se a ilustração dos itens. Tal medida também foi pensada com o intuito de facilitar a compreensão e a realização da atividade por crianças pequenas, que ainda não possuem o domínio completo da habilidade de leitura e escrita, ou daquelas que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem, de modo que as ilustrações têm como objetivo, auxiliá-las na compreensão da tarefa e das alternativas.

O conteúdo das histórias foi desenvolvido tomando como base dois aspectos fundamentais, o primeiro refere-se à definição teórica de cada um dos seis elementos fundamentais (Castillo et al., 2016). Desta forma, a temática das histórias remetia aos conteúdos teóricos propostos pelo modelo selecionado. Por sua vez, o segundo aspecto, relaciona-se aos contextos das histórias, para que estes pudessem ser elaborados, extraíram-se situações típicas do cotidiano infantil que fossem compreendidas como desafiadoras para a faixa etária almejada.

A fim de que o instrumento apresentasse um aspecto coeso tanto do ponto de vista do conteúdo, quanto do ponto de vista visual. Optou-se por desenvolver as histórias a partir de uma personagem principal que se repetisse em todos os itens. Considerando ainda, que existissem diferenças nas respostas de meninos e meninas, as mesmas histórias foram escritas para o público feminino e masculino. Desta forma, o sentido teórico e o contexto eram mantidos, entretanto, a personagem principal era um menino (na versão masculina) e uma menina (na versão feminina). No que diz respeito ao nome da personagem

principal, com a intenção de evitar confusões e regionalismos, optou-se pelo nome Nina e Nino, pois são nomes com sílabas simples e de fácil compreensão.

Assim, foram criadas cinco histórias para cada elemento fundamental, de modo que, ao todo, o instrumento contém, neste momento, 30 pequenas histórias. A quantidade de itens foi pensada considerando que a população alvo é composta por crianças, possivelmente em fase de aquisição de habilidades de leitura e escrita, de modo que, entendeu-se que esta quantidade de itens não tornaria a tarefa demasiadamente cansativa. No que diz respeito às ilustrações, foram desenvolvidas 60 imagens, sendo que 30 referiam-se à versão feminina e outras 30 à versão masculina do MRI.



Figura 3. Exemplo de história/item ilustrada, versão feminina e masculina.

A Figura 3 apresenta um exemplo de história/item e sua respectiva ilustração para a versão feminina e masculina. Importante informar que, nesse momento, não foram desenvolvidas as alternativas de resposta, pois desejou-se que tais alternativas fossem representativas do universo infantil e dos diferentes repertórios de enfrentamento. Para isto, ainda que adiantando-me na apresentação metodológica, mas visando o detalhamento das ações, 20 crianças, com idades entre 8 e 12 anos foram entrevistadas. Nestas entrevistas,

a pesquisadora lia a história e questionava o que a criança faria caso fosse a personagem principal. Todas as ações, envolvendo a participação das crianças, estão apresentadas ao longo do Estudo 2. Por sua vez, as ações que envolveram a seleção das alternativas serão relatadas no Estudo 3.

A avaliação inicial da pertinência dos itens

Após a construção das 30 histórias/itens, o instrumento (versões feminina e masculina) foi apresentado a uma equipe formada por quatro especialistas (que, na ocasião, pertenciam ao grupo de pesquisa). Este grupo foi convidado a fazer uma leitura crítica das histórias/itens, a fim de verificar se as histórias eram pertinentes, não apenas, ao serem considerados os elementos fundamentais apresentados no modelo teórico de Castillo e colaboradores (2016), mas também, pertinentes aos contextos experimentados por crianças com idades entre 8 a 12 anos. A este grupo também coube sugerir alterações em temas de histórias, identificar repetições de temáticas e ao final os integrantes foram convidados a apresentarem suas percepções gerais acerca do instrumento.

As sugestões e observações realizadas por este grupo contribuíram para as seguintes ações: (a) alteração do conteúdo de duas histórias, consideradas semelhantes; (b) retirada da palavra “brinquedo” nas ilustrações das histórias cujo contexto se dava em uma loja, (c) alteração da pergunta disparadora ao final de cada história que inicialmente era “o que o personagem deve fazer?”, para “se você fosse o Nino (a Nina), o que você faria?”, a fim de evitar questões relacionadas à desejabilidade social; e (d) o grupo sugeriu a diminuição do número total de histórias, a fim de que a testagem seja mais breve, dada a idade

foco dos respondentes. Destas considerações, inicialmente foram acatadas as três primeiras, de modo que foram realizadas as alterações sugeridas. Apenas a redução do número de histórias não foi realizada, pois optou-se por esperar os resultados dos estudos psicométricos, os quais foram realizados posteriormente, para que, em momento oportuno, eles pudessem embasar a decisão de quais histórias deverão ser excluídas.

Assim, ao final destas ações, entendeu-se que o material desenvolvido estava apto para ser submetido a outros estudos, neste momento, os itens foram aleatoriamente numerados. Em seguida, foram conduzidos estudos, que envolveram o desenvolvimento e a seleção dos desfechos das histórias, e, também, as análises relacionadas a influência de variável gênero do personagem na resposta dos participantes, os quais poderão ser acessados na próxima seção.

Estudo 2: Desenvolvimento das alternativas de resposta por meio de entrevistas cognitivas

O Estudo 2 teve como objetivos (a) verificar se as histórias/itens desenvolvidas eliciavam respostas com conteúdos compatíveis às temáticas postuladas no modelo teórico selecionado (Castillo, Castillo-López, López-Sánchez, & Dias, 2016); (b) verificar se há diferenças nas respostas dos participantes considerando o gênero da personagem principal e (c) criar um banco de desfechos possíveis para cada história/item do instrumento Marcadores de Resiliência Infantil (MRI) por meio de entrevistas individuais. A fim de alcançar estes objetivos, utilizou-se de entrevistas cognitivas (Irwing & Heghes, 2018), nas quais os avaliados são convidados a comunicarem verbalmente, para cada item, os processos internos nos quais embasam suas respostas.

Participantes

Foram convidadas a participar deste estudo, 20 crianças de ambos os sexos, sendo 11 meninas e 9 meninos, com idades entre 8 a 12 anos ($M= 8,95$; $DP= 0,99$) matriculadas em escolas da rede pública ($n=6$) e privada ($n=14$) da Região Metropolitana de Campinas. Maior detalhamento sobre as características sociodemográficas da amostra são encontradas na Tabela 7.

Importante informar que foram utilizados alguns critérios para a composição da amostra, de modo que foram considerados participantes aqueles que (a) apresentaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelos pais e/ou responsáveis, acompanhados pelo Termo de Assentimento da Criança (TAC), (b) que estavam regularmente matriculados no

Ensino Fundamental 1 ou 2, (c) que tinham a idade compreendida entre 8 e 12 anos.

Tabela 7.

Detalhamento sociodemográfico dos participantes do Estudo 2

	Escola Pública (n=6)		Escola Particular (n=14)		Total (n=20)	
	F	%	F	%	F	%
Sexo						
Feminino	2	33,33	9	64,29	11	55
Masculino	4	66,67	5	35,71	9	45
Total	6	100	14	100	20	100
Idade						
8	5	83,33	4	28,57	9	45
9	1	16,67	3	21,43	4	20
10	0	0,00	5	35,71	5	25
11	0	0,00	1	7,14	1	5
12	0	0,00	1	7,14	1	5
Total	6	100	14	100	20	100
Série						
3º ano	5	83,33	3	21,43	8	40
4º ano	1	16,67	4	28,57	5	25
5º ano	0	0,00	5	35,71	5	25
6º ano	0	0,00	1	7,14	1	5
7º ano	0	0,00	1	7,14	1	5
Total	6	100	14	100	20	100

Ainda sobre os critérios utilizados, não foram considerados participantes do Estudo 2 as crianças que (d) depois de selecionadas não assentiram a participação, ainda que com a permissão dos pais e/ou responsáveis por meio do TCLE, (e) ou mesmo aquelas que, os pais e/ou responsáveis retiraram a permissão após o início do estudo, (f) que apresentaram condições físicas, cognitivas ou psicopatológicas impeditivas à compreensão da tarefa, e (h) as que

não completaram o processo de resposta de todo o instrumento. Importante informar que estas condições impeditivas não ocorreram ao longo do estudo.

Instrumento

Utilizou-se o material desenvolvido ao longo do Estudo 1 para o instrumento MRI (Anexo 1).

Procedimentos

Inicialmente o presente estudo foi submetido a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas. Após sua aprovação (CAAE 66606517.5.0000.5481), foram contatadas, por conveniência, escolas públicas e particulares da Região Metropolitana de Campinas a fim de apresentar-lhes a pesquisa e consultá-las acerca do interesse em participarem deste estudo. Foram entregues a carta de autorização para o(a) responsável pela instituição (Anexo 2), assim como os TCLEs para os pais e/ou responsáveis (Anexo 3) e os TACs (Anexo 7), uma semana antes do prazo previsto para início da coleta de dados. A pesquisadora também se colocou à disposição para esclarecimentos que pudessem ser necessários junto às famílias no que se refere à participação das crianças na pesquisa. Como forma de agradecimento, foram oferecidas, às escolas, palestras sobre o desenvolvimento da resiliência em crianças.

Encerrados estes trâmites iniciais, foram agendadas visitas às escolas, ocasiões em que ocorreram as entrevistas individuais, em ambiente adequado disponibilizado pela escola. O tempo médio de entrevista foi de aproximadamente 30 minutos, sendo que a entrevista mais curta durou 19

minutos e 37 segundos e a mais longa 47 minutos. Durante esse processo, as histórias/itens foram apresentadas a cada criança, sendo solicitado que respondessem a três questões (1ª) se você fosse a personagem dessa história, o que você faria?; (2ª) por que você agiria assim?; e (3ª) você mudaria sua resposta se tivéssemos lido a história com a personagem do sexo oposto? E em seguida a pesquisadora lia a história/item com a personagem do sexo oposto. Todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas pela pesquisadora.

Resultados

Após a transcrição de todas as entrevistas, foi construído um banco de dados. Neste, estavam contidas as respostas que os participantes concederam às três questões apresentadas, as quais estavam relacionadas ao desfecho da história/item, à justificativa deste desfecho e possível mudança de desfecho considerando o gênero da personagem principal. Os resultados serão apresentados a partir de cada objetivo elencado anteriormente para o Estudo 2.

Desta forma, tendo em vista o primeiro objetivo do Estudo 2, cuja intensão era verificar se as histórias/itens eliciavam os conteúdos pressupostos pelo modelo teórico de Castillo e colaboradores (2016), realizou-se a análise do conteúdo das respostas dos participantes considerando o desfecho e a justificativa apresentada. As histórias/itens, as respostas e as justificativas, foram organizadas a partir do elemento fundamental da resiliência proposto pelo modelo teórico, assim, o Elemento Fundamental 1 – Vulnerabilidade foi composto pelas histórias/itens 1, 10, 14, 19 e 25. Ao Elemento Fundamental 2 – *Coping*, pertenciam as histórias/itens 2, 12, 16, 21 e 27, o Elemento Fundamental

3 – Inteligência Emocional continha as histórias/itens 3, 7, 15, 23 e 29. As histórias/itens 5, 9, 20, 24 e 28 referiam-se ao Elemento Fundamental 4 – Bem-estar Subjetivo, ao Elemento Fundamental 5 – *Locus* de Controle pertenciam as histórias/itens 4, 13, 17, 26 e 30; e as histórias 6, 8, 11, 18 e 22 referiam-se ao Elemento Fundamental 6 – Habilidade.

Conforme foi possível notar, as histórias que compuseram o Elemento Fundamental 1 – Vulnerabilidade, eliciaram respostas cujos conteúdos apresentaram noções de antecipação de riscos (“...*Eu não iria na rua porque é perigoso. E se não tivesse segurança, eu iria no caixa, porque ela pode anunciar.*” – P9, História 25), busca por proteção física e emocional (“*Eu ia pegar o telefone, me trancar dentro do quarto, ligar para a minha mãe e pedir o telefone da polícia...*” – P12, História 10), retomada de orientações familiares (“*Hum...minha mãe sempre fala ‘para mim’ não conversar com estranhos, então eu não iria.*” – P2, História 1) e valores morais individuais (“*Eu ia falar que essa coisa não é certa, e ia falar assim: eu não quero fazer essa coisa que você pediu porque ela é errada*” – P4, História 14). Considerando que o Elemento Fundamental 1 refere-se à capacidade de antecipar, identificar, resistir e recuperar-se de uma ameaça, é possível dizer que as respostas dos participantes corroboraram a definição apresentada pelo modelo teórico para este elemento fundamental.

O segundo Elemento Fundamental sugerido pelo modelo teórico de Castillo e colaboradores (2016) recebe o nome de *Coping*, e é definido pelos autores como a expressão comportamental da resiliência, pois pressupõem o enfrentamento positivo da situação adversa. As respostas dos participantes apresentaram conteúdos relacionados ao enfrentamento, tais como, confronto

“Iria lá para falar para aquelas meninas que eu não sou daquele jeito.” – P7, História 2), assumir erros (“Eu ia falar que ‘desobedeci você’ e quebrei seu objeto especial e que se ‘você podia’ comprar outro para você” – P4, História 21), agir com honestidade (“Eu pediria desculpas para a mulher, eu não ia fugir. Ou melhor, tipo quebrou, eu vou em casa, busco os pais e depois vou lá” – P14, História 12), negociação (“Eu faria um acordo, por exemplo, a gente joga vôlei tal hora e depois joga basquete, ou joga basquete primeiro e depois vôlei” – P10, História 27), fuga (“...Eu ia pedir para a minha mãe para eu faltar e continuar a procurar o livro” – P8, História 16), e busca por auxílio de adultos para solucionar a situação problema (“Contava para a minha mãe e para a professora” – P12, História 2), assim sendo, entende-se que há adequação das histórias/itens deste elemento, junto ao modelo teórico selecionado.

As histórias/itens que foram desenvolvidas para o Elemento Fundamental 3 – Inteligência Emocional, obtiveram respostas cujos conteúdos expressaram aspectos relacionados ao acolhimento emocional (*“Eu consolaria ele, falaria não precisa ficar assim, na próxima vez você estuda mais e tira uma nota boa.” – P17, História 3), respeito (“Eu, para começar nem provocaria.” – P12, História 29) e identificação de emoções (“Pegava e ia lá falar: mãe, o que aconteceu? Daí ela falava: ai filho, tô desempregada e agora eu só quero é ficar sentada no sofá assistindo minha tv” – P20, História 15), manejo emocional (“Eu ia visitar ele alguns dias lá na casa dele, ia brincar com ele para matar a saudade. Eu ia pedir para a minha mãe me levar lá. E enquanto ele não está aqui, eu brincaria com outros amigos.” – P4, História 23) e empatia (“Ah, eu falaria para ela: não fica triste, você se esforça, estuda e você vai conseguir e também ia ficar feliz com a minha boa nota” – P1, História 3). A definição deste elemento, tal como*

elaborada por Castillo e colaboradores (2016) afirma que, do ponto de vista de uma resposta resiliente, a inteligência emocional capacitaria o indivíduo a reconhecer, compreender, regular suas emoções e a dos demais, a fim de favorecer a adaptação positiva. Desta forma, é possível verificar a aproximação dos conteúdos observados nas respostas dos participantes e a correspondência teórica deste elemento.

O quarto Elemento Fundamental refere-se ao Bem-Estar subjetivo, e segundo os autores supracitados, pode ser entendido como o nível através do qual o indivíduo avalia sua vida, a fim de oferecer uma visão positiva. As histórias/itens que pertenciam a este grupo teórico, apresentaram conteúdos relacionados à satisfação com seus desejos (*“Eu não ia mudar porque era um presente que eu queria muito, então eu não ia mudar, não ia me importar”* – P2, História 5), experiências e vivências pessoais (*“Eu pegava e pensava: ‘ah, as minha [férias] foi legal, né? Porque passei um tempo com a minha família, de boa lá, brincando com os meus amigos”* – P20, História 9), assim como, com crenças positivas (*“Que eu tenho uma família – uma coisa feliz.”* – P17, História 28) e crenças negativas (*“Acho que a Nina pensaria que não é boa para ganhar prêmios.”* – P1, História 24) acerca de si mesmo. Portanto, é possível afirmar que os conteúdos expressos para este grupo de histórias, apresentam características similares à definição deste elemento, tal qual é apresentado no modelo teórico de Castillo e colaboradores (2016).

O Elemento Fundamental de número 5, chamado de *Locus* de Controle, foi definido por Castillo e colaboradores (2016) como a habilidade de controlar o próprio comportamento, a fim de estabelecer resultados apropriados, especialmente naqueles relacionados ao desempenho acadêmico. Os

conteúdos expressos nas respostas dos participantes, para o conjunto de histórias/itens elaborados para este elemento, apresentaram características relacionadas a autonomia (“*Eu ia ler de novo o que estava pedindo, ia tentar fazer tudo*” – P1, História 4), responsabilidade acadêmica (“*Faria primeiro a minha obrigação, fazer a lição e depois ia brincar.*” – P17, História 13), intensão de bom desempenho escolar (“*Porque se eu brincar primeiro, eu não vou ter tempo para estudar e aprender direito, e vou tirar uma nota ruim.*” – P4, História 30). Também foram observadas respostas relacionadas a características opostas às estas, como preferência por atividades de lazer em detrimento às atividades escolares (“*Ah... tentaria terminar a lição o mais rápido possível [para poder brincar]*” – P18, História 13), por exemplo. Todavia, acredita-se que, ainda que antagônicos, tais conteúdos remetem à definição do elemento proposto pelo modelo teórico, pois referem-se a condutas de regulação e controle de ações do indivíduo, seja pela presença ou ausência desta característica.

O sexto e último elemento proposto pelo modelo teórico de Castillo e colaboradores (2016) refere-se a comportamentos apresentados pelo indivíduo, cuja intensão final é alcançar a excelência em suas atividades e tarefas. Este elemento recebe o nome de Habilidade, e o conjunto de histórias/itens desenvolvidas recebeu respostas cujos conteúdos relacionavam-se ao desejo de aprender coisas novas (“*Porque é uma grande chance dela aprender mais coisas.*” – P18, História 22), de realizar sonhos (“*Porque se é um sonho, a gente tem que tentar, não pode abrir mão.*” – P14, História 6), de obter bons resultados (“*Estudava bastante para tirar uma nota boa.*” – P12, História 18), assim como, de evitar resultados negativos (“*Eu tomaria cuidado para não me machucar, não fazer bagunça. Ia fazer o meu melhor.*” – P1, História 22).

Portanto, acredita-se que foi possível verificar a aproximação entre a teoria postulada no modelo teórico e os conteúdos das respostas emitidas pelos participantes. Deste modo, é possível afirmar que os conteúdos das histórias/itens eliciaram respostas que corroboraram a teoria e o modelo utilizado no processo de construção do instrumento MRI. Estes dados podem ser observados na Tabela 8.

Tabela 8

Síntese do conteúdo das respostas e das justificativas dos participantes

Elemento Fundamental	Definição	Grupo de Histórias	Síntese dos conteúdos das Respostas	Síntese dos conteúdos das Justificativas
1 Vulnerabilidade	– Características que capacitam um indivíduo a antecipar, identificar, resistir e se recuperar de uma ameaça.	1, 10, 14, 19 e 25	- Procurar um adulto da família ou de confiança - Recusar o passeio - Proteger-se procurando algum lugar seguro - Defesa de seus valores morais (certo e errado) - Negociações - Notificar um familiar sobre o novo arranjo - Propor um novo lugar para brincar	- Antecipação de riscos possíveis decorrentes do contato com pessoas desconhecidas e - Orientação familiar. - Antecipação de riscos possíveis -Antecipação de possíveis consequências decorrentes da ação - Valores morais e religiosos - Manter-se seguro e protegido - Preservar relação de confiança com os pais - Evitar e proteger-se de possíveis riscos

Continua

Tabela 8

Síntese do conteúdo das respostas e das justificativas dos participantes

Elemento Fundamental	Definição	Grupo de Histórias	Síntese dos conteúdos das Respostas	Síntese dos conteúdos das Justificativas
2 – <i>Coping</i> Conituação	É entendido como expressão comportamental da resiliência, ou seja, envolve o enfrentamento positivo frente a uma situação aversiva.	2, 12, 16, 21 e 27	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar suporte de adultos de confiança; - Confrontar a atitude do grupo; - Ignorar a atitude do grupo; - Sentimentos associados - Fugir da situação; - Desculpar-se com os donos da casa; - Procurar com mais afinco; - Reparar a situação. - Agir com honestidade - Negociação 	<ul style="list-style-type: none"> - Oferecer uma consequência à situação injusta; - Valores morais (honestidade e cuidado com a propriedade); - Compreensão do prejuízo causado; - Antecipação de consequências. - Conduta responsável. - Empatia sobre os sentimentos da avó - Zelo pela relação de confiança com a avó - Intensão de reparar a situação - Garantir uma condição justa (socialmente e emocional) a todos do grupo
3 – Inteligência Emocional	É a capacidade de um indivíduo em reconhecer, compreender e regular suas emoções e a dos demais a fim de favorecer a adaptação emocional.	3, 7, 15, 23 e 29	<ul style="list-style-type: none"> -Acolhimento emocional - Permitir-se ficar feliz com sua própria nota - Solicitar apoio de adultos - Buscar estratégias de conciliação 	<ul style="list-style-type: none"> - Prestar auxílio emocional/encorajamento - Valorização da amizade - Controle emocional - Proteger os amigos de possíveis riscos - Reconhecimento do modelo de acolhimento familiar - Empatia ao sentimento expresso - Antecipação possíveis confrontos - Ampliação das relações de amizade

Continuação

Tabela 8

Síntese do conteúdo das respostas e das justificativas dos participantes

Elemento Fundamental	Definição	Grupo de Histórias	Síntese dos conteúdos das Respostas	Síntese dos conteúdos das Justificativas
3 – Inteligência Emocional Continuação			<ul style="list-style-type: none"> - Buscar recursos para diminuir o sentimento de saudade - Encontrar novos amigos - Desculpar-se 	<ul style="list-style-type: none"> - Evitar consequências junto aos pais - Empatia junto aos sentimentos do irmão - Avaliação de seu próprio comportamento
4 – Bem Estar Subjetivo	Pode ser entendido como o nível pelo qual um indivíduo avalia sua vida, por meio de aspectos positivos, os quais lhe oferecem uma visão positiva ou de satisfação com sua própria vida.	5, 9, 20, 24 e 28	<ul style="list-style-type: none"> - Manter o brinquedo que queria - Trocar pelo brinquedo mais caro - Manter o brinquedo e brincar com o da irmã quando quisesse - Valorizar suas próprias férias - Valorizar as férias da amiga em detrimento da sua - Valorizar as férias de ambas - Considerar questões financeiras - Preservar a noção de que é bom no esporte - Preservar a noção de que é bom no esporte, considerando 	<ul style="list-style-type: none"> - Satisfazer-se com aquilo que é seu - Não considerar o preço na escolha do brinquedo - Avaliar as opções - Satisfação com as experiências que viveu - Ponderar que as férias não precisam ser iguais - Valorizar as férias do outro e fazer planos - Satisfação com o esporte - Suporte externo para construção do autoconceito - Considerar os resultados negativos enquanto desafios e metas - Convicção de que coisas boas acontecem com ele - Altruísmo, dar a chance para o outro

Continuação

Tabela 8

Síntese do conteúdo das respostas e das justificativas dos participantes

Elemento Fundamental	Definição	Grupo de Histórias	Síntese dos conteúdos das Respostas	Síntese dos conteúdos das Justificativas
4 – Bem-estar Subjetivo Continuação			os resultados negativos como desafios - Solicitar apoio externo para realizar o julgamento de sua habilidade - Acreditar que coisas boas acontecem com ele - Acreditar que sempre acontecem coisas boas e por isso deveria deixar o sorteio - Acreditar que coisas boas não acontecem com ele	- Convicção de que coisas boas não acontecem com ele - Acredita que viveu coisas felizes e tristes - Evitar lembrar-se de situações tristes
5 – <i>Locus</i> de Controle	Trata-se da habilidade do indivíduo controlar seu comportamento a fim de estabelecer resultados finais apropriados, especialmente no que se refere ao desempenho acadêmico.	4, 13, 17, 26 e 30	- Tentaria fazer sozinho até conseguir - Tentaria fazer sozinho, mas insistiria em solicitar o auxílio da professora - Não faria esta atividade - A tarefa como prioridade - Fazer a tarefa com rapidez para ir brincar - Ir brincar primeiro	- Desejo a fazer a atividade com autonomia - É responsabilidade da professora explicar a atividade - Sanar a dúvida em outro momento - A tarefa como prioridade - Cumprir a tarefa para brincar com tranquilidade - Ir divertir-se - Compreensão sobre o motivo da ida dos amigos até a casa

Continuação

Tabela 8

Síntese do conteúdo das respostas e das justificativas dos participantes

Elemento Fundamental	Definição	Grupo de Histórias	Síntese dos conteúdos das Respostas	Síntese dos conteúdos das Justificativas
5 – <i>Locus</i> de Controle			<ul style="list-style-type: none"> - Pediria silêncio aos amigos - Pediria para a professora falar com os amigos - Não se importaria com o barulho - Gritaria com os amigos 	<ul style="list-style-type: none"> - Responsabilidade com a tarefa de casa - Para concentrar-se em fazer a atividade - Para fazer a atividade corretamente - Para conseguir silêncio para realizar a atividade - Ter bom aproveitamento na prova - Cumprir as responsabilidades
6 – Habilidade	Caracteriza-se pela forma como um indivíduo se comporta em situações concretas a fim de realizar suas tarefas com excelência.	6, 8, 11, 18 e 22	<ul style="list-style-type: none"> - Perguntar se poderia entrar para o time - Pedir para fazer um teste para entrar no time - Treinaria para conseguir a vaga no time - Pediria as tarefas atrasadas aos amigos e à professora - Pediria que a mãe conversasse com a professora - Não se preocuparia com as tarefas - Ser um voluntário para a exposição 	<ul style="list-style-type: none"> - Importância de praticar um esporte - Aprender coisas novas - Para não ficar atrasado e com atividades acumuladas - Antecipar possíveis consequências escolares - Fazer da melhor maneira aquilo que gosta - Desejo de realizar sonhos - Para ter bons resultados - Por fazer o melhor, não sente que deve se preocupar - Evitar resultados negativos

Continuação

Tabela 8

Síntese do conteúdo das respostas e das justificativas dos participantes

Elemento Fundamental	Definição	Grupo de Histórias	Síntese dos conteúdos das Respostas	Síntese dos conteúdos das Justificativas
6 – Habilidade Continuação			<ul style="list-style-type: none"> - Faria algo novo para a exposição - Faria algo para a exposição com dedicação - Dedicção aos estudos - Não se preocuparia com as provas - Estudar a receita para fazer o melhor - Fazer da melhor forma - Pedir ajuda 	
				Conclusão

O segundo objetivo deste Estudo 2, buscou compreender se haveria diferenças nas respostas oferecidas pelos participantes considerando o gênero da personagem principal dos itens. Para isso, conforme apresentado anteriormente, os participantes eram questionados se mudariam os desfechos das histórias, caso a personagem principal fosse do sexo oposto ao da história lida, e, em seguida, lia-se a história com a personagem principal do sexo oposto a personagem da história lida. Por exemplo, sendo a história 1 protagonizada pela Nina (personagem do sexo feminino), após o questionamento, lia-se a mesma história 1, também ilustrada, protagonizada pelo Nino – personagem do sexo masculino. Os resultados foram analisados considerando o total de respostas e de histórias/itens, e também foram avaliadas as respostas para cada história/item, conforme apresentado na Tabela 9.

Tabela 9

Mudança de desfecho considerando o gênero da personagem principal da história.

História	Não mudaria a resposta		Mudaria a Resposta	
	F	%	F	%
1	19	95	1	5
2	19	95	1	5
3	20	100	0	0
4	20	100	0	0
5	17	85	3	15
6	19	95	1	5
7	19	95	1	5
8	19	95	1	5
9	19	95	1	5
10	17	85	3	15
11	20	100	0	0
12	18	90	2	10
13	18	90	2	10
14	20	100	0	0
15	19	95	1	5
16	19	95	1	5
17	18	90	2	10
18	19	95	1	5
19	18	90	2	10
20	20	100	0	0
21	18	90	2	10
22	18	90	2	10
23	17	85	3	15
24	19	90	1	5
25	19	90	1	5
26	20	100	0	0
27	17	85	3	15
28	20	100	0	0
29	17	85	3	15
30	19	95	1	5
Total	561	93,5	39	6,5

Segundo é possível observar, em sete histórias (3, 4, 11, 14, 20, 26 e 28) 100% dos participantes afirmaram que não mudariam os desfechos apresentados considerando o gênero da personagem principal. Em 10 histórias (1, 2, 6, 7, 8, 9, 15, 16, 18 e 30) notou-se que 95% dos sujeitos não mudariam os desfechos apresentados, e 5% realizariam alterações considerando o gênero da personagem principal. Nas histórias 12, 13, 17, 19, 21, 22, 24 e 25 (8

histórias/itens) 90% dos participantes afirmaram que não fariam alterações nos desfechos apresentados, e 10% dos participantes informaram que mudariam suas respostas, se considerassem o gênero da personagem principal. E, finalmente, 85% dos participantes não consideraram alterar suas respostas, considerando as histórias 5, 10, 23, 27 e 29, enquanto 15% consideraram alterar os desfechos que apresentaram para estas mesmas histórias.

Ainda foi realizada a análise total das respostas dos sujeitos e, assim sendo, verificou-se que havia ao todo 600 respostas, pois cada um dos 20 participantes ofereceu uma resposta para cada uma das 30 histórias/itens. Sendo assim, observou-se que em 39 (6,5%) ocasiões, os participantes afirmaram que mudariam os desfechos das histórias considerando o gênero da personagem principal. Nas demais 561 ocasiões, ou seja, em 93,5% das respostas, os participantes relataram que não alterariam os desfechos das histórias. Estes resultados sugerem que o instrumento MRI, tal como desenvolvido, atende a ambos os sexos, não sendo necessário, por hora, apresentar o material em versões para meninos e meninas. O Estudo 2 ainda teve um terceiro e último objetivo, que foi o de criar uma base de dados, com diferentes possibilidades de desfecho para cada uma das histórias/itens. E, por meio das entrevistas individuais, foi possível desenvolver um banco de respostas, com um total de 600 desfechos possíveis, sendo 20 para cada história/item. O uso deste material ocorreu ao longo do Estudo 3, o qual será apresentado em momento oportuno.

Discussão

Para este estudo, foram delineados três objetivos, de modo que buscou-se verificar se as histórias desenvolvidas eliciavam repostas cujos conteúdos

mostravam-se apropriados do ponto de vista do modelo teórico (Castillo et al., 2016). Também desejou-se verificar a necessidade de apresentar o instrumento em versões femininas e masculinas, assim como, obter um banco de respostas representativas do cotidiano e repertório infantil, de modo que fosse possível proceder com a seleção de três alternativas para cada um dos itens.

No que se refere às respostas dos participantes, foi possível observar que os conteúdos das respostas dos participantes remetiam às definições apresentadas pelo modelo teórico selecionado, evocando características identificadas na literatura como típicas da resposta resiliente na infância. Desta forma, considerando as definições apresentadas por Castillo e colaboradores (2016), assim como as respostas das crianças, o Elemento Fundamental 1 – Vulnerabilidade, eliciou respostas associadas a desenvoltura em buscar por auxílio (Bernard, 1993; Castillo et al., 2016), comportamentos socialmente aceitos, estado de alerta (Milgram & Palti, 1993) e motivações internas (Zolkoski & Bullock, 2012).

Por sua vez, para o Elemento Fundamental 2 – *Coping*, as respostas dos participantes apresentaram características resilientes como estratégias eficazes de enfrentamento (Milgram & Palti, 1933; Prince-Embury, 2013; Zolkoski & Bullock, 2012), habilidades de negociação (Bernard, 1993), responsabilidade (Castillo et al., 2016), desenvoltura em buscar por auxílio (Bernard, 1993; Castillo et al., 2016). O Elemento Fundamental 3 – Inteligência emocional, apresentou respostas, cujos conteúdos remetiam às características relacionadas a afetos positivos (Milgram & Palti, 1993), atitudes altruístas (Zolkoski & Bullock, 2012), empatia (Bernard, 1993; Milgram & Palti, 1993), expressão de emoções (Milgram

& Palti, 1993) e regulação de emoções positivas e impulsos (Zolkoski & Bullock, 2012).

As respostas relacionadas ao Elemento Fundamental 4 – Bem-estar subjetivo, apresentaram conteúdos associadas a alto-conceito positivo (Zolkoski & Bullock, 2012), otimismo (Castillo et al., 2016), senso de propósito e ter objetivos (Bernard, 1993). Para o Elemento Fundamental 5 – *Locus* de controle, as respostas dos participantes apontaram para características resilientes como: autonomia (Bernard, 1993; Prince-Embury, 2013; Zolkoski & Bullock, 2012), ambições educacionais e independência (Bernard, 1993) e habilidades intelectuais (Castillo et al., 2016; Milgram & Palti, 1993; Prince-Embury, 2013; Zolkoski & Bullock, 2012). E por fim, foram observados conteúdos relacionados às características resilientes: esperança (Bernard, 1993), motivações internas (Zolkoski & Bullock, 2012) e perspectiva clara de futuro (Bernard, 1993).

Deste modo, é possível afirmar que as histórias elaboradas eliciaram, nestes participantes, conteúdos apresentados na literatura como representativos de respostas resilientes em crianças. Assim como, tais conteúdos, apresentaram adequação teórica junto às definições propostas pelo modelo selecionado. Dessa forma foi possível perceber que o processo de entrevista a um grupo de crianças da faixa etária almejada, contribuiu não apenas para o desenvolvimento das alternativas de respostas, mas sobretudo, auxiliou na verificação da adequação teórica de tais respostas junto aos pressupostos teóricos escolhidos.

Outro aspecto investigado por este estudo, referiu-se à necessidade do versionamento do instrumento, considerando as possíveis diferenças de respostas apresentadas por meninos e meninas. Conforme foi possível observar, os resultados apontaram que, em apenas 6,5% das ocasiões os participantes

relataram que mudariam suas repostas frente a alteração do gênero da personagem. Entende-se que esta aparente estabilidade refira-se à capacidade de apresentar uma resposta empática (Bernard, 1993; Milgram & Palti, 1993), frente a situação problema descrita no item, independente do gênero do personagem. Tal característica se justifica diante da pergunta disparadora ao final da história, na qual solicita-se que a criança coloque-se no lugar da personagem principal (“Se você fosse a/o Nina/Nino, o que você faria?”).

Uma questão que, também, pode estar associada ao resultado supracitado, refere-se a aparente ausência da influência de gênero na resiliência. Tanto Masten (2001, 2014, 2018), quanto Prince-Embury (2013) Prince-Embury e Saklofske (2013) e Prince-Embury e colaboradores (2017) afirmam que não são esperadas diferenças significativas entre pessoas do sexo feminino ou masculino. Embora, sejam esperadas diferenças qualitativas nas repostas e nos processos experimentados por cada um dos indivíduos, Prince-Embury e Saklofske (2013) defendem que do ponto de vista das médias obtidas em instrumentos de medida, em especial para crianças e adolescentes, são esperadas diferenças relacionadas à faixas etárias, mas não em relação a gênero.

O fato de 93,5% dos participantes afirmarem que não mudariam suas condutas caso tivessem lido o item com a personagem principal do sexo oposto ao seu, pode estar relacionado ao fato de o instrumento apresentar-se como um teste de julgamento situacional, pois em cada item solicita-se que o avaliando colocar-se no lugar do outro considerando o contexto apresentado, de modo que é possível inferir que os resultados mostraram que o processo relacionado à empatia acontece independentemente do gênero da personagem da história.

Portanto, após a condução deste estudo, é possível afirmar que os objetivos propostos foram alcançados, apontando para boa adequação do instrumento, não apenas à faixa etária a qual se destina, mas também do ponto de vista da adequação das alternativas obtidas junto aos conteúdos teóricos dos itens. Assim, foi possível concluir a adequação do material produzido e da metodologia selecionada para a construção das alternativas, sendo que, o próximo passo deveria investigar os conteúdos dos itens por meio de avaliação de juízes, para uma compreensão mais aprofundada seja alcançada. Tal objetivo foi foco do Estudo 3, relatado a seguir.

Estudo 3: Evidências de validade baseadas na análise do conteúdo

As evidências baseadas no conteúdo informam se o teor dos itens que compõem o teste são abrangentes e representam os aspectos que se pretende avaliar (*American Educational Research Association [AERA], American Psychological Association [APA], & National Council of Measurement in Education [NCME], 2014*). Ou seja, estudos deste tipo buscam demonstrar se o conteúdo dos itens do instrumento é adequado para representar um domínio de comportamentos a ser mensurado, e se as interpretações psicológicas derivadas dos resultados dos testes têm embasamento sólido (Primi, 2011).

Uma das formas de realizar este tipo de avaliação se dá por meio da análise de especialistas da área, também chamados de juízes. A estes juízes cabe a tarefa de julgar se os conteúdos dos itens são representativos ou não da característica psicológica avaliada (Alves, Souza, & Baptista, 2013). Tais especialistas julgam a relação entre as partes do teste com as facetas do construto (Primi, 2011), sendo que esse procedimento, tem como objetivo, a identificação e o reconhecimento dos aspectos fortes e fracos do instrumento antes da sua aplicação empírica em amostras de outros tipos de validação.

Objetivos

Para este estudo foram delineados dois objetivos:

- Buscar evidências de conteúdo para o instrumento MRI por meio da estimativa da porcentagem de concordância entre juízes e por meio da análise do coeficiente de Kappa.

- Selecionar, por meio da concordância entre juízes, as opções de desfechos para as histórias/itens, com base nas respostas emitidas pelos participantes do Estudo 2.

Hipóteses

H₀: Não há concordância entre os juízes em relação ao conteúdo dos itens, e às alternativas de desfecho, ou ainda, a concordância se dá ao acaso.

H₁: Há concordância entre os juízes em relação ao conteúdo dos itens, e às alternativas de desfecho, e esta não se dá pelo acaso.

Etapas realizadas ao longo do Estudo 3

O processo de condução deste estudo envolveu quatro momentos, os quais serão chamados de Etapa 1, Etapa 2, Etapa 3 e Etapa 4. As três primeiras relacionam-se às análises dos percentuais de concordância de juízes e a quarta refere-se a análise do coeficiente de Kappa. A fim de realizar o detalhamento necessário e apresentar os resultados obtidos, optou-se por descrever cada etapa separadamente, abordando suas peculiaridades e especificidades.

Etapa 1

Participantes

O número de participantes foi definido considerando-se as recomendações de Lynn (1986), de um mínimo de cinco e um máximo de dez pessoas participando deste processo. Tendo em vista a grande quantidade de dados a serem analisados pelos juízes, sendo 30 histórias/itens, respondidos por 20 participantes, em um total de 600 alternativas de respostas, decidiu-se dividir o instrumento em três partes, cada parte contendo 10 itens e 200 alternativas de

desfecho. Portanto, para proceder com a análise de cada parte do instrumento, foram convidados, por conveniência, cinco juízes para analisar cada uma dessas partes, de modo que ao todo, participaram, deste estudo, 15 voluntários (F=;M=). O detalhamento da divisão das partes dos instrumentos, assim como a distribuição dos juízes em seus respectivos grupos será apresentado em momento oportuno.

Faz-se necessário esclarecer os critérios utilizados para a seleção e composição dos grupos de juízes. Os critérios de inclusão envolviam: ser membro de grupos de pesquisa em Psicologia, estar cursando o mestrado, doutorado, ou mesmo, ter completado ambos os cursos. Do ponto de vista de suas atuações, todos deveriam ter experiência em avaliação psicológica e construção de instrumentos. Cabe apontar que aqueles que não tiveram disponibilidade, ou que não possuíam a formação e/ou a experiência desejada, ou ainda, aqueles que aceitaram participar, mas que retirassem seu assentimento ao longo do estudo, foram excluídos como participantes.

Instrumento

O instrumento Marcadores de Resiliência Infantil (MRI) foi desenvolvido a partir de um modelo teórico publicado por Castillo, Castillo-López, López-Sánchez, e Dias (2016). Neste modelo, a resiliência é compreendida enquanto uma ação de desfecho positiva frente a uma condição adversa real ou percebida, ação esta que envolve aspectos internos e externos ao indivíduo. O modelo teórico é composto por seis elementos fundamentais, são estes: vulnerabilidade, *coping*, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade.

Assim, tendo em vista o público alvo do instrumento, optou-se por desenvolvê-lo em uma narrativa ilustrada, em forma de breves histórias, nas quais o personagem principal encontra-se em uma situação típica da realidade infantil. A história é interrompida no momento do desfecho e cabe ao avaliando, selecionar, dentre três opções, aquela que ele julgar mais adequada. Importante ressaltar, que neste momento do processo de investigação, as referidas três opções, ainda não haviam sido delineadas visto que, a seleção destas iria ocorrer somente após o resultado da concordância entre os juízes. Portanto, o material enviado aos juízes continha os itens que compõem o instrumento MRI, elaborados no Estudo 1, acrescidos dos desfechos apresentados pelos 20 participantes do Estudo 2.

Assim, conforme as recomendações da literatura para esse tipo de estudo (Pasquali, 2009), o material recebido pelos juízes, consistiu em um documento contendo o título do instrumento e o nome dos autores, um breve resumo do modelo teórico que embasou o desenvolvimento do instrumento, assim como, uma tabela contendo as definições de cada elemento fundamental avaliado pelo instrumento. Em seguida, foi apresentado um conjunto de dez histórias/itens e suas alternativas de resposta, acompanhadas das instruções para a avaliação de cada história/item e da tarefa a ser desenvolvida.

Procedimentos

Após a aprovação deste projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, os participantes do Estudo 3 foram contatados via e-mail, a fim de consultá-los acerca da disponibilidade e interesse em participarem do estudo. Inicialmente foram consultados dezoito juízes, os

quais apresentavam os critérios de inclusão selecionados anteriormente. Todavia três convidados declinaram o convite por questões particulares que impossibilitaram suas participações.

Considerando que, devido aos motivos apresentados anteriormente, relacionados ao grande número de itens e alternativas a serem avaliados, o instrumento foi dividido em três partes. Com a finalidade de que as três partes do instrumento apresentassem histórias/itens representantes de cada um dos seis elementos fundamentais, inicialmente os itens foram numerados aleatoriamente, em seguida, foram agrupados em seus elementos fundamentais. Após isto, uma história/item de um elemento fundamental específico era atribuída a uma parte, isso foi repetido sucessivamente até que se encerrassem as histórias/itens deste elemento. Este procedimento foi realizado, até que todas as histórias/itens fossem atribuídas a todas partes. A Tabela 10 traz o detalhamento deste procedimento.

Tabela 10.

Distribuição das histórias/itens em partes equivalentes.

Elemento Fundamental	Histórias/itens	Parte 1	Parte 2	Parte 3
Vulnerabilidade	1, 10, 14, 19, 25	1, 19	10, 25	14
<i>Coping</i>	2, 12, 16, 21, 27	12, 27	16	2, 21
Inteligência emocional	3, 7, 15, 23, 29	15	3, 7	23, 29
Bem-estar subjetivo	5, 9, 20, 24, 28	9, 28	5, 24	20
<i>Locus</i> de controle	4, 13, 17, 26, 30	13, 30	17	4, 26
Habilidade	6, 8, 11, 18, 22	18	6, 22	8, 11

Importante retomar que mesmo distribuídos em partes, evitou-se que os itens estivessem agrupados de acordo com os elementos fundamentais. Para isso, as 10 histórias/itens de cada parte, foram organizadas em uma única lista, seguindo a classificação numérica, que havia sido atribuída inicialmente. Como é possível observar na Tabela 10, o grupo 1 avaliou os itens 1, 9, 12, 13, 15, 18, 19, 27, 28 e 30. O grupo 2, por sua vez, avaliou os itens 3, 5, 6, 7, 10, 16, 17, 22, 24 e 25. E por fim, o grupo 3 avaliou os itens 2, 4, 8, 11, 14, 20, 21, 23, 26 e 29. Esse procedimento foi adotado com o intuito de dificultar, aos juízes, a descoberta dos itens, de forma que não fosse possível identificar os subgrupos de itens por similaridade ou proximidade.

Por sua vez, os juízes foram organizados em três grupos, simplesmente denominados de grupo 1, grupo 2 e grupo 3. A fim de realizar a distribuição dos juízes de forma aleatória, procedeu-se inicialmente com a organização dos nomes dos juízes em ordem alfabética a partir de suas iniciais, em seguida, para cada juiz, foi atribuído o número do grupo, repetindo a sequência 1, 2, 3. Assim, a distribuição ocorreu como se vê no exemplo: Juiz A – Grupo 1; Juiz B – Grupo 2; Juiz C – Grupo 3; Juiz D – Grupo 1; Juiz E – Grupo 2; Juiz F – Grupo 3, e assim por diante. Em seguida, foi atribuído ao grupo 1 a parte 1 do instrumento, ao grupo 2 a parte 2 e ao grupo 3 a parte 3. Cabe ainda dizer que os juízes não foram informados a qual grupo pertenciam e quem eram os demais participantes de cada grupo.

Assim, foi solicitado que cada juiz realizasse, independentemente, duas tarefas. A primeira atividade consistiu na avaliação de qual elemento fundamental da resiliência a história/item se adequaria (vulnerabilidade, *coping*, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade). Para

isto, o juiz deveria informar a sua escolha, na coluna correspondente ao elemento selecionado, indicando-o pelo número apresentado na tabela de elementos fundamentais. A segunda atividade envolveu a análise dos desfechos, ou ainda, das possíveis alternativas de resposta. Tais alternativas deveriam ser consideradas como parte da história, pois é através delas que as crianças, quando submeterem-se ao instrumento, oferecerão o desfecho para a situação problema apresentada no item. Nessa atividade, o juiz deveria indicar qual deveria ser a pontuação de cada alternativa, marcando um X na coluna que julgasse apropriada, sendo: zero pontos para aquelas que fossem consideradas como opção de conduta não resiliente, um ponto para conduta aceitável (ou seja que representasse alguma tentativa de resolução da situação problema) e dois pontos para a conduta resiliente (isto é, que apresentasse um desfecho positivo).

A fim de ilustrar o procedimento que os juízes deveriam realizar, também foi disponibilizado um exemplo com uma história/item, sendo importante salientar que esta, utilizada como exemplo, não pertence ao rol de 30 histórias/itens do instrumento. Tal exemplo é aqui apresentado na Figura 4. Os juízes tiveram um prazo de 40 dias para realizarem as análises e enviarem, também por e-mail, as suas respostas, assim como o TCLE assinado (Anexo 5).

Exemplo:

Histórias	Elemento Fundamental
Nino estava indo para a escola, e no caminho sua tarefa de casa se rasgou. Se você fosse o Nino, o que você faria?	5

Agora, por favor, pontue as respostas abaixo:

Sujeito	Resposta	Pontuação		
		0 pontos	1 ponto	2 pontos
A	Eu falaria para a minha professora o que aconteceu e pediria para levar a tarefa no dia seguinte.			X
B	Eu choraria e faltaria na escola.	X		
C	Eu entregaria a minha tarefa rasgada e explicaria o que aconteceu		X	
D	Acho que eu faria de conta que não aconteceu nada e entregaria assim mesmo, mas se a professora me perguntasse o que tinha acontecido eu falaria.		X	
E	Eu jogaria fora a tarefa... é só uma tarefa...	X		

Figura 4. Modelo apresentado aos juízes.

Assim que os arquivos contendo as respostas dos juizes foram recebidos, procedeu-se com a análise dos dados a fim de verificar o percentual de concordância entre juizes, tanto para o conteúdo das histórias/itens, quanto para as opções de desfecho. Desta forma, os dados foram analisados por meio de porcentagem simples a fim de verificar se as histórias/itens apresentavam o percentual de concordância mínimo de 80%, tal como sugerido por Pasquali (2009), a fim de concluir se os itens poderiam ser considerados pertinentes ou não para serem usados na avaliação.

Resultados

Com a intenção de favorecer a compreensão destes dados, primeiramente serão apresentados os resultados relacionados às análises de conteúdo. E em seguida, tratar-se-á daqueles relacionados às categorizações dos desfechos.

Sendo assim, os bancos referentes às análises de conteúdo eram compostos por sete colunas, sendo que na primeira estavam as informações relacionadas ao número da história/item, a segunda coluna correspondia as informações do “juiz ideal”, na qual eram apresentados os conteúdos originais dos itens, e as demais colunas continham as avaliações dos juizes. A primeira análise se deu a fim de compreender os percentuais de concordância entre os juizes, sendo esperado, conforme recomendação da literatura, 80% de concordância como valor mínimo para manutenção do item (Pasquali, 2009).

Assim, o Grupo 1 procedeu com a avaliação dos itens 1, 9, 12, 13, 15, 18, 19, 27, 28 e 30. Foram encontrados percentuais de concordância de 100% para sete itens, de 80% para dois itens, e uma história/item apresentou concordância

de 40%, sendo ela a de número 28. Importante destacar que os dois itens que apresentaram concordância de 80%, os de número 18 e 27, apresentaram tal concordância em um elemento fundamental diferente do qual havia sido desenvolvido originalmente. Assim, o item 18, que inicialmente pertencia ao elemento fundamental “Habilidade”, apresentou concordância de 80% no elemento “*Locus* de controle”. Por sua vez, o item 27, que havia sido desenvolvido para o elemento “*Coping*”, apresentou concordância de 80% para o elemento fundamental “Inteligência Emocional”. Ainda é necessário dizer que, estas duas situações relacionadas aos itens 18 e 27, não foram observadas nos demais grupos de juízes, ao longo desta primeira etapa.

O Grupo 2 responsabilizou-se pela avaliação dos itens 3, 5, 6, 7, 10, 16, 17, 22, 24 e 25. No que diz respeito às porcentagens de concordância, verificou-se que três histórias/itens apresentaram concordância de 100%, quatro apresentaram concordância de 80%, duas de 60% (itens 6 e 24) e uma história não apresentou concordância entre os juízes, sendo esta a de número 5. Por sua vez, o terceiro grupo avaliou os itens 2, 4, 8, 11, 14, 20, 21, 23, 26 e 29, e neste grupo não foram identificadas concordâncias de 100%. Duas histórias apresentaram concordância de 80%, seis histórias apresentaram concordância de 60%, sendo elas as de número 4, 8, 11, 20, 23 e 26. E duas apresentaram concordância de 40%, a saber as histórias de número 2 e 21.

Portanto, ao final das análises dos três grupos referentes aos conteúdos dos itens, observou-se que das 30 histórias/itens que, originalmente, compuseram o instrumento MRI, 19 mostraram-se adequadas, segundo os critérios selecionados, pois foram observadas concordâncias substanciais de 80% (n=8) e concordâncias perfeitas de 100% (n=11). As 11 histórias/itens

restantes, apresentaram concordância de 60% (n=8), de 40% (n=2) e em uma história/item não foi observada concordância alguma entre os juízes. É possível observar, na Tabela 11, o detalhamento das histórias aprovadas, considerando o elemento fundamental teórico.

Tabela 11

Elementos fundamentais e itens aprovados na Etapa 1.

Elementos Fundamentais	Quantidade de Itens Avaliados por Elemento	Quantidade de Itens Aprovados	Identificação dos Itens Aprovados
1 Vulnerabilidade	5	5	1, 10, 14, 19, 25
2 <i>Coping</i>	5	2	12, 16
3 Inteligência Emocional	5	5	3, 7, 15, 27*, 29
4 Bem-estar subjetivo	5	2	9, 28
5 <i>Locus</i> de Controle	5	4	13, 17, 18**, 30
6 Habilidade	5	1	22
Total	30	19	-

* Originalmente desenvolvido para o Elemento Fundamental 2.

** Originalmente desenvolvido para o Elemento Fundamental 6.

Ainda no que diz respeito aos resultados desta primeira etapa, além da análise dos conteúdos das histórias/itens, os juízes procederam, também, com a categorização das alternativas de desfecho. Estas alternativas, conforme apresentado anteriormente, eram parte dos resultados obtidos no Estudo 2, no qual realizou-se entrevistas individuais com 20 crianças, de ambos os sexos e com a faixa etária compreendida no intervalo entre 8 a 12 anos. Nestas entrevistas, perguntava-se o que a criança faria na situação apresentada em cada uma das 30 histórias. As respostas foram transcritas e apresentadas aos juízes, sendo solicitado que os mesmos realizassem a seleção das alternativas

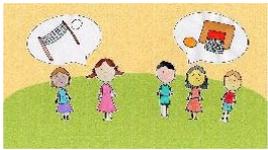
apropriadas para cada história, bem como suas pontuações. Novamente procedeu-se com a análise do percentual de concordância entre os juízes e o “juiz ideal”.

Os resultados obtidos apontaram para a existência de opções de desfecho com 80% e 100% de concordância para as três categorias de resposta, nas 30 histórias/itens. Tais opções foram suficientes para realizar a seleção de três alternativas para cada uma das histórias, ou seja, foram identificadas alternativas para cada nível de pontuação (zero pontos para aquelas que fossem consideradas como opção de conduta não resiliente, um ponto para conduta aceitável e dois pontos para a conduta resiliente). Tendo em vista que para todos os 30 itens, existia mais de uma opção a ser selecionada por nível de pontuação, procedeu-se, então, com a organização das alternativas apresentadas pelos participantes do Estudo 2. Desta forma, as alternativas foram agrupadas de acordo com a pontuação dada pelos juízes, respeitando o critério de concordância mínima de 80%, selecionando-se, preferencialmente, aquelas que apresentaram maiores porcentagens de concordância, a fim de obter as alternativas que comporiam a versão final do instrumento, tendo sido selecionada, dessa forma, três alternativas para cada histórias/itens, sendo uma alternativa correspondente ao valor 0 (não resiliente), uma correspondente ao valor 1 (conduta aceitável) e uma correspondente ao valor 2 (conduta resiliente).

Importante salientar que a pesquisadora efetuou uma síntese das respostas que alcançaram concordância de 80% entre os juízes, de modo a criar as alternativas que seriam selecionadas para compor a versão final do instrumento. Na Tabela 12, é possível encontrar dois exemplos de como foi realizada essa síntese das alternativas.

Tabela 12.

Tratamento dos dados referentes as opções de desfecho.

Elemento Fundamental	História/Item	Alternativas finais		Exemplos utilizados para a síntese	
Vulnerabilidade	<p>Nina foi convidada para brincar na casa de uma amiga. Sua mãe deixou, mas um pouco antes de ir, sua amiga lhe avisou que seus pais não estarão em casa e que elas ficarão sozinhas. Se você fosse a Nina, o que você faria?</p> 	0	Eu iria com a minha amiga para a casa dela	1	“Eu ia do mesmo jeito”
				2	“Eu ia na casa dele mesmo assim”
		1	Eu avisaria a minha mãe, ou alguém da minha família, que ficaremos sozinhos.	1	“Eu avisaria a minha mãe”
				2	“Eu ia pedir para minha mãe ir junto”
		2	Eu perguntaria para a minha amiga se a gente poderia ir na minha casa e outro dia nós iríamos para a casa dela.	1	“Eu ia pedir de novo para a minha mãe”
				2	“Perguntaria se ele queria ir para minha casa”
Coping	<p>Nina quer jogar vôlei com as amigas, mas parte do grupo de amigas quer jogar basquete. Se você fosse a Nina, o que você faria?</p> 	0	Eu desistiria de jogar qualquer um dos esportes.	1	“Eu ia ficar na torcida, ou no banco comendo meu lanche ou fazendo alguma coisa tipo comendo bolo”
				2	“Eu ia tentar a maior a parte do grupo que queria um assim, que queria mais eu ia brincar com eles”
		1	Eu jogaria vôlei, porque é o que eu quero jogar.	1	“Eu iria brincar com a amiga que quer brincar de vôlei”
				2	“Eu jogaria o basquete e depois se eles aceitassem eu jogaria vôlei”
		2	Eu combinaria de todo mundo jogar um pouco dos dois esportes.	1	“Falaria que podia ser primeiro basquete e depois vôlei”
				2	“Eu faria um acordo, por exemplo, a gente joga vôlei tal hora e depois joga basquete, ou joga basquete primeiro e depois vôlei”

A partir destas análises, foi possível verificar que os resultados desta primeira etapa do Estudo, referente às evidências de validade baseadas no conteúdo, mostraram-se promissoras visto que 19 histórias/itens (63% dos itens) apresentaram percentual de concordância apropriados, sendo possível selecionar três alternativas de desfecho com concordância maior que 80% para todas as 30 histórias/itens originalmente desenvolvidas.

Etapa 2

Uma segunda rodada de análise dos juízes foi conduzida para nova avaliação dos itens/histórias que não obtiveram índice de concordância satisfatório na primeira rodada (maior que 80%).

Participantes

Nesta etapa, optou-se por manter a configuração utilizada na Etapa 1, no que se refere a organização dos participantes em 3 grupos. Assim, cada grupo foi composto por 5 juízes. Ainda neste sentido, é necessário realizar uma ressalva, pois nesta segunda etapa, um dos 15 participantes iniciais afirmou não poder dar continuidade em suas colaborações, entretanto autorizou que suas contribuições, dadas na Etapa 1, fossem utilizadas. Assim, um outro juiz, que apresentava os critérios de inclusão, os quais foram abordados anteriormente, foi convidado a contribuir com suas avaliações e, desta forma, o juiz 14 foi substituído pelo juiz 16.

Instrumento

O material enviado aos juízes, neste segundo momento, era composto pelas histórias/itens que não haviam alcançado concordância na Etapa 1 (n=11), acrescidos das três alternativas de desfecho. De modo, que nesta etapa, o juiz deveria proceder somente com a tarefa de julgar a qual elemento fundamental as histórias/itens correspondiam.

Procedimentos

No que se refere a distribuição das histórias/itens, procedeu-se de forma semelhante a utilizada na Etapa 1, as 11 histórias/itens foram organizadas considerando o elemento fundamental ao qual originalmente foram criadas, e em seguida realizou-se a distribuição dos itens em três partes, a fim de que, fosse possível que as três partes fossem equivalentes. Assim sendo, a primeira parte foi composta pelos itens de número 2, 5, 6 e 23, à segunda parte pertenciam os itens de número 8, 20, 21 e 26 e, por fim, os itens de número 4, 11 e 24 compunham a parte 3. O detalhamento destas informações pode ser observado na Tabela 13. Assim como foi realizado na Etapa 1, o grupo 1 de juízes avaliou a parte 1 do instrumento, o grupo 2 procedeu com a avaliação da parte 2, e a parte 3 do instrumento foi avaliada pelo grupo 3.

Tabela 13

Distribuição das histórias/itens em partes equivalentes, para a Etapa 2.

Elemento Fundamental	Histórias/itens	Parte 1	Parte 2	Parte 3
Vulnerabilidade	-	-	-	-
<i>Coping</i>	2 e 21	2	21	
Inteligência emocional	23	23		
Bem-estar subjetivo	5, 20 e 24	5	20	24
<i>Locus</i> de controle	4 e 26		26	4
Habilidade	6, 8 e 11	6	8	11

Resultados

A análise dos percentuais de concordância entre juízes mostrou que, das 11 histórias/itens avaliadas nesta etapa, seis delas foram consideradas adequadas. O item 6 apresentou com concordância perfeita (100%) e os itens 2, 8, 11, 21 e 24 obtiveram concordância substancial (80%). Os demais itens/histórias não alcançaram resultados satisfatórios (itens 5, 20 e 23 com 40% de concordância entre juízes; item 4 com 60% de concordância).

Interessante notar que o item 26 alcançou 60% para o Elemento Fundamental 6 - Habilidade e não para o elemento 5 – *Locus* de controle para o qual havia sido originalmente desenvolvido e, de modo similar, a história 8, originalmente foi desenvolvida para o elemento fundamental 6 – Habilidade, entretanto a concordância de juízes alterou o elemento original, de modo que este item foi alocado junto ao elemento 5 – *Locus* de Controle. Somando-se os resultados obtidos nas Etapas 1 e 2, é possível afirmar que 83% (n=25) das histórias apresentaram bons percentuais de concordância entre juízes.

Na tentativa de ampliar o número de itens/histórias que posteriormente seriam testados em novos estudos de busca por suas qualidades psicométricas, uma nova e última rodada de análise de juízes foi conduzida. Os resultados são apresentados a seguir.

Etapa 3

Participantes

Considerando que nesta terceira etapa, desejava-se avaliar o conteúdo de cinco histórias/itens, todos os juízes foram novamente consultados – por meio de contato via e-mail – quanto às suas disponibilidades de colaborarem junto a

pesquisa. Neste momento, entendeu-se que, pela quantidade de itens, não seria necessária a divisão dos participantes em grupos, assim como, não haveria a necessidade de que todos os 15 juízes participassem. Assim, após a consulta, os cinco primeiros juízes a enviaram suas respostas, aceitando o novo convite, compuseram o grupo de participantes da Etapa 3.

Instrumento

Nesta etapa, foram utilizados somente os itens de número 4, 5, 20, 23 e 26, as quais pertenciam aos seguintes Elementos Fundamentais: Inteligência Emocional (item 23), Bem-estar subjetivo (itens 5 e 20), *Locus* de Controle (item 4) e Habilidade (item 26).

Procedimentos

Importante retomar que, durante a Etapa 2, o item de número 26, obteve 60% de concordância entre os juízes para o elemento 6 – habilidade. Neste item a personagem principal precisa realizar uma atividade em sala de aula, porém seus colegas estão conversando, o que lhe dificulta realizar a atividade de forma adequada. Para que o sentido desta história fosse relacionado ao elemento fundamental 6, o item foi alterado, de modo que foi acrescentada a informação “atrapalhando sua concentração”. Entendeu-se que tal informação poderia trazer a noção de que a personagem principal desejasse, porém, não estivesse conseguindo fazer o seu melhor.

Resultados

Os resultados obtidos na Etapa 3, apontaram para a concordância de 80% nos itens de número 5 (elemento bem-estar subjetivo) e 26 (elemento habilidade). Os itens de número 4, 20 e 23 não alcançaram o percentual mínimo necessário, apresentando concordância de 60%, 20% e 40% respectivamente. Sendo assim, somando-se estes resultados àqueles obtidos nas etapas anteriores, é possível afirmar que 90% das histórias/itens, ou seja, 27 das 30 desenvolvidas para o instrumento MRI, apresentaram bom critério de concordância, pois em 12 itens foram observadas concordâncias perfeitas de 100% e em 15 foram identificadas concordâncias substanciais.

As três histórias que não alcançaram o percentual de concordância mínimo foram descartadas, de modo que a organização final do instrumento se deu da seguinte forma: cinco itens para os elementos vulnerabilidade, inteligência emocional e *locus* de controle. Por sua vez, os elementos *coping*, bem-estar subjetivo e habilidade possuem quatro itens. O detalhamento destas informações está apresentado na Tabela 14.

Tabela 14

Elementos fundamentais e itens aprovados nas etapas 1, 2 e 3.

Elementos Fundamentais	Itens	Aprovados			Identificação dos Itens Aprovados
		Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	
1 Vulnerabilidade	5	5	-	-	1, 10, 14, 19, 25
2 <i>Coping</i>	5	2	2	-	2, 21, 12, 16
3 Inteligência Emocional	5	5	-	-	3, 7, 15, 27, 29
4 Bem-estar subjetivo	5	2	1	1	5, 24, 9, 28
5 <i>Locus</i> de Controle	5	4	1	-	13, 17, 18, 30, 8
6 Habilidade	5	1	2	1	6, 11, 22, 26
Total	30	19	6	2	27 itens

Após tais ações, os itens foram novamente organizados, e numerados com o intervalo numérico de 1 a 27. Tendo em vista que no Estudo 2 observou-se que os participantes relataram que não alterariam suas respostas caso a personagem principal fosse do sexo oposto ao seu, optou-se por desenvolver uma versão única do instrumento, na qual os itens ímpares apresentassem como personagem principal o Nino, e, por sua vez, as histórias pares tivessem como personagem principal a Nina. Após esta etapa, o processo de construção do instrumento MRI foi encerrado, com o desenvolvimento dos seguintes materiais: caderno de aplicação, folha de resposta, folha do avaliador e crivo de avaliação.

Etapa 4

Em seguida, realizou-se a quarta e última etapa dos estudos relacionados à busca por evidências de validade baseadas no conteúdo. Nesta etapa, procedeu-se com a análise dos coeficientes de Kappa para cada um dos juízes. A opção pela utilização conjunta destes dois tipos de análises, ou seja, do percentual de concordância e do coeficiente de Kappa, baseou-se na afirmação de Perroca e Gaidzinski (2003) de que, ainda que o coeficiente de Kappa seja largamente utilizado em estudos de confiabilidade e seja uma boa medida para esta finalidade, existem limitações importantes que devem ser consideradas, como por exemplo, a ausência de informações relacionadas à estrutura de concordância e discordância.

Dessa forma, os autores supracitados afirmam que esta análise não deve ser utilizada indiscriminadamente como uma única medida de concordância, devendo-se incorporar outras abordagens com o objetivo de complementar a análise. Portanto, buscando sanar essa lacuna, foi empregado no presente

estudo, a análise da verificação da concordância entre interobservadores, por meio do cálculo da porcentagem de concordância entre juízes independentes, de maneira que os dois métodos empregados se complementaram.

É importante informar que os cálculos relacionados aos coeficientes de Kappa foram realizados com o auxílio do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) – versão 22. Neste tipo de análise, cada classificação efetuada pelos juízes foi comparada com um “juiz ideal”, o qual representava a classificação originalmente pensada para cada item. Para uma análise qualitativa, considerou-se que valores de Kappa acima de 0,75 indicariam uma concordância excelente; entre 0,40 e 0,75, uma concordância satisfatória; e abaixo de 0,40, uma concordância insatisfatória, tais indicadores são recomendados por Fleiss (1981) e Fonseca, Silva e Silva (2007).

Participantes

Ao todo participaram, desta etapa, 16 juízes. Importante retomar, que estes participantes, são os mesmos que contribuíram voluntariamente nas Etapas 1, 2 e 3. Também cabe informar que realizou-se a análise deste coeficiente para o Juiz 14, que precisou retirar-se do estudo após a Etapa 1.

Instrumento

Para a realização das análises dos coeficientes de Kappa, foram utilizadas as respostas que os juízes apresentaram em suas avaliações relacionadas ao conteúdo dos itens do instrumento MRI.

Procedimento

Após o término das três etapas anteriores, as quais visavam identificar os percentuais de concordância entre os juízes, foi criada uma base única com as respostas dos 16 juízes. Nesta base, era possível acessar o número dos itens, os conteúdos teóricos, as respostas do juiz ideal e as respostas dos demais juízes. Nos casos em que os juízes avaliaram o mesmo item em duas etapas diferentes, optou-se por manter a resposta da última avaliação, ainda que o juiz tivesse apresentado uma resposta correta quanto ao conteúdo do item na primeira etapa, e uma resposta errada na segunda ou na terceira etapa.

Considerando que alguns dos juízes não participaram das três etapas, julgou-se fundamental, para a compreensão detalhada da colaboração de cada juiz, apresentar quais itens foram analisados nas diferentes etapas, assim como, apresentar o total de itens avaliados, por cada juiz, ao longo do estudo. Este detalhamento pode ser observado na Tabela 15. É importante destacar que a média de itens avaliados foi de 13,1 itens por juiz, sendo que o número máximo de itens avaliados por um mesmo juiz foi de 17 e o número mínimo foi de 4 itens.

Tabela 15

Distribuição de itens por juiz.

Identificação	Itens avaliados por etapa			Total de Itens avaliados
	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	
Juiz 1	1, 9, 12, 13, 15, 18, 19, 27, 28 e 30	2, 5, 6 e 23	-	14
Juiz 2	1, 9, 12, 13, 15, 18, 19, 27, 28 e 30	2, 5*, 6 e 23*	4, 5*, 20, 23* e 26	16
Juiz 3	1, 9, 12, 13, 15, 18, 19, 27, 28 e 30	2, 5, 6 e 23	-	14
Juiz 4	1, 9, 12, 13, 15, 18, 19, 27, 28 e 30	2, 5*, 6 e 23*	4, 5*, 20, 23* e 26	16

Continua

Tabela 15

Distribuição de itens por juiz.

Identificação	Itens avaliados por etapa			Total de Itens avaliados
Juiz 5	1, 9, 12, 13, 15, 18, 19, 27, 28 e 30	4*, 11 e 24	4*, 5, 20, 23 e 26	17
Juiz 6	3, 5, 6, 7, 10, 16, 17, 22, 24 e 25	8, 20, 21 e 26		14
Juiz 7	3, 5, 6, 7, 10, 16, 17, 22, 24 e 25	8, 20, 21 e 26	-	14
Juiz 8	3, 5, 6, 7, 10, 16, 17, 22, 24 e 25	8, 20, 21 e 26	-	14
Juiz 9	3, 5*, 6, 7, 10, 16, 17, 22, 24 e 25	8, 20*, 21 e 26*	4, 5*, 20*, 23 e 26*	16
Juiz 10	3, 5, 6, 7, 10, 16, 17, 22, 24 e 25	8, 20, 21 e 26	-	14
Juiz 11	2, 4*, 8, 11*, 14, 20, 21, 23, 26 e 29	4*, 11* e 24	-	11
Juiz 12	2, 4*, 8, 11*, 14, 20, 21, 23*, 26* e 29	4*, 11* e 24	4*, 5, 20, 23* e 26*	13
Juiz 13	2, 4*, 8, 11*, 14, 20, 21, 23, 26 e 29	4*, 11* e 24	-	11
Juiz 14	2, 4, 8, 11, 14, 20, 21, 23, 26 e 29	-	-	10
Juiz 15	2, 4*, 8, 11*, 14, 20, 21, 23, 26 e 29	4, 11 e 24	-	13
Juiz 16	-	2, 5, 6 e 23	-	4

*Itens repetidos não foram contados duas vezes para a soma final de itens avaliados

Conclusão

Resultados

Os resultados obtidos por meio de análise do coeficiente de Kappa, apontaram para valores de concordância considerados excelentes (acima de 0,75), para seis juízes (Juiz 2, 4, 5, 7, 9 e 16). Também foram identificados valores de Kappa satisfatórios (intervalo entre 0,40 e 0,75) para cinco juízes (Juiz 1, 3, 8, 11 e 12). E, por fim, foram identificados valores insuficientes (abaixo de 0,40) para os seguintes juízes: Juiz 6, 10, 13, 14 e 15. Assim, foi possível

observar que 68,75% dos juízes obtiveram classificações consideradas excelentes e satisfatórias, enquanto que 31,25%, por sua vez, foram considerados insatisfatórios. A Tabela 16 apresenta maiores detalhes sobre as análises realizadas.

Por fim, os resultados das duas análises, porcentagem de concordância e coeficiente Kappa, apontaram para evidências positivas de validade de conteúdo para o instrumento Marcadores de Resiliência Infantil.

Tabela 16

Detalhamentos dos resultados dos Juízes.

Identificação	Nº de itens avaliados	Acertos	% de Acertos	Kappa	Spearman
Juiz 1	14	10	71,42	0,72**	0,97**
Juiz 2	16	11	68,75	0,84**	0,80**
Juiz 3	14	11	78,57	0,72**	0,96**
Juiz 4	16	13	81,25	0,91**	0,99**
Juiz 5	17	12	70,58	0,85**	0,90**
Juiz 6	14	6	42,85	0,34*	0,75*
Juiz 7	14	11	78,57	0,82**	0,89**
Juiz 8	14	10	71,42	0,72**	0,95**
Juiz 9	16	9	64,28	0,82**	0,98**
Juiz 10	14	6	42,85	0,36*	0,66*
Juiz 11	11	6	54,54	0,47*	0,88*
Juiz 12	13	9	69,23	0,72**	0,68*
Juiz 13	11	7	63,63	0,35*	0,85*
Juiz 14	10	2	20,00	0,17	0,70
Juiz 15	13	7	53,84	0,38*	0,61
Juiz 16	4	4	100,00	1,00**	1,00**

* $p \leq 0,05$

** $p \leq 0,001$

Discussão

Ao longo deste estudo, contou-se com a colaboração dos juízes para duas tarefas diferentes. Na primeira, os avaliadores deveriam julgar as respostas dos

participantes do Estudo 2, a fim de sugerir um sistema de pontuação. Esta ação foi realizada com a intenção de favorecer a seleção das alternativas para os itens do instrumento. Em seguida, os juízes deveriam, a partir do modelo teórico selecionado (Castillo et al., 2016), avaliar se o conteúdo dos itens era claro, relevante e representativo dos fenômenos que deveriam ser avaliados pelo instrumento (AERA, APA, & NCME, 2014; Primi, 2011).

Considerando as ações envolvidas junto às alternativas de desfecho dos itens, na qual os juízes avaliaram os desfechos sugeridos pelos participantes do Estudo 2, é possível afirmar que ao submeter tais alternativas à avaliação dos juízes, assumindo os critérios de concordância sugeridos pela literatura (Pasquali, 2011) para a retenção das alternativas, favoreceu a seleção de desfechos que representassem condutas resilientes, adequadas e não resilientes, de modo que somente após estas ações foi possível afirmar que o processo de construção do instrumento estivesse completo.

No que diz respeito às atividades que envolveram a avaliação dos conteúdos dos itens, a partir do modelo teórico de Castillo e colaboradores (2016), chama a atenção o fato de que as dimensões relacionadas aos Elementos fundamentais Vulnerabilidade (1) e Inteligência emocional (3) tiveram todos os seus cinco itens aprovados logo na primeira rodada de análise. É possível que tais elementos apresentassem definições mais precisas, ou ainda que tais dimensões fossem mais conhecidas pelos juízes. Por outro lado, os Elementos fundamentais Coping (2), Bem-estar subjetivo (4) e Habilidade (6), foram os que, mesmo após três rodadas, não apresentaram concordância em todos os itens analisados, de modo que, ao final do processo, ficaram com quatro itens em cada um deles.

É possível inferir que para estes últimos elementos fundamentais, dificuldades conceituais tenham sido experimentadas pelos juízes, uma vez que os termos utilizados “*Coping*”, “Bem-estar subjetivo” e “Habilidade” possuem definições diferentes quando tomadas outras fontes teóricas e/ou conhecimentos prévios que estes juízes possuíam sobre tais conceitos, situação que pode ter influenciado o julgamento realizado. Esta questão relacionada às diferentes compreensões dos termos empregados, pode estar ligada a aspectos teóricos específicos do conhecimento voltado à resiliência, pois, conforme apresentado anteriormente, ainda que o conceito seja considerado relevante para os dias atuais (Masten, 2018; Prince-Embury et al., 2017), não é possível identificar uma definição que encontre consenso, favorecendo o diálogo entre os pesquisadores (Oliveira & Nakano, 2018). Ainda assim, considerando que 27 dos 30 itens desenvolvidos alcançaram valores adequados de concordância, é possível afirmar que as definições oferecidas aos juízes mostraram-se adequadas e suficientes para a realização da tarefa.

Ainda no que se refere a contribuição dos juízes, procedeu-se com a análise dos coeficientes de Kappa, tal ação teve como objetivo verificar a qualidade das classificações realizadas pelos juízes. Os resultados apontaram para coeficientes classificados como excelentes e satisfatórios para a maior parte dos juízes, de acordo com os critérios de classificação de Fleiss (1981) e Fonseca, Gontijo, e Souza (2015). No entanto, não se pode deixar de citar o fato de que, dos 16 juízes, cinco deles (31,25%) apresentaram coeficientes classificados como insuficientes, e, portanto, considerados inadequados. É possível que os itens que foram julgados por estes juízes tenham apresentado concordância menor do que aquela que seria alcançada caso os demais juízes,

com melhor classificação, tivessem realizado. Entretanto convém destacar que, apesar dessa intercorrência, de modo geral, a análise dos itens apontou para resultados adequados para a maior parte deles.

É fundamental refletir sobre as limitações experimentadas ao longo deste estudo, dentre elas, destaca-se a desistência de um juiz ao longo das rodadas, e a, conseqüente, necessidade de substituição deste. Outro aspecto que deve ser considerado diz respeito a composição do grupo de avaliadores, pois ainda que tenham sido cuidadosamente selecionados para a execução das tarefas, e que tivessem experiência na área da avaliação psicológica e construção de instrumentos, nenhum dos participantes estudava diretamente a temática da resiliência. Assim, levanta-se a hipótese de que se os juízes tivessem sido escolhidos por outros critérios, como por exemplo, ser estudantes da temática, provavelmente percentuais de concordância e valores de coeficientes de Kappa mais elevados poderiam ter sido encontrados. Reforça-se o fato de que tal medida não foi possível devido ao número, ainda restrito, de pesquisadores voltados à temática no país.

Portanto, conclui-se que foi possível encerrar o processo de desenvolvimento do instrumento, assim como, foram encontradas evidências iniciais de validade baseadas no conteúdo (AERA, APA, & NCME, 2014; Primi, 2011). Assim, essa versão do material pode ser considerada pronta para avaliação de sua adequação à população alvo, por meio de estudos empíricos, a partir dos quais será possível investigar outras evidências de validade. Os quais serão apresentados a seguir.

Estudo 4 – Estudo Piloto para verificação da adequação das histórias/itens junto a população alvo

A construção de um novo instrumento requer uma ampla gama de ações que visam investigar as diferentes qualidades do material que está sendo desenvolvido (Pacico, 2015). Dentre estas ações, é possível destacar a importância do Estudo Piloto, o qual é realizado com amostras reduzidas (Fonseca, Gontijo, & Souza, 2015). Segundo Pasquali (2011), por meio desta investigação, é possível verificar se os itens são compreensíveis à população cujo instrumento se destina. Assim como, é possível identificar falhas relacionadas a aspectos gramaticais, ortográficos e semânticos (Fonseca et al., 2015) e, ainda, extrair dados preliminares da amostra-alvo (Pacico, 2015).

Para Fonseca e colaboradores (2015) é importante que o Estudo Piloto ocorra após os estudos relacionados às evidências de validade baseadas na análise de conteúdo, ou seja, após o Estudo de Juízes. Isto porquê, para os autores, é fundamental que a forma aprovada pelos juízes seja testada. Pasquali (2011) afirma que a condução deste tipo de estudo deve contar com a colaboração do extrato mais baixo da população-alvo. A aplicação deve ocorrer de forma coletiva, em grupos com três, cinco, ou ainda, 30 participantes. E em seguida, deve-se estabelecer um diálogo com tais participantes, para que seja possível discutir as dúvidas que surgirem frente aos itens do instrumento.

Pasquali (2011) ainda afirma, que caso existam divergências quanto a compreensão semântica dos itens, cabe ao pesquisador, informar qual sentido originalmente havia sido pensado para o item e solicitar, dos participantes, sugestões para que este apresente a compreensão desejada. Tendo estas

orientações como princípios norteadores, realizou-se, então, o Estudo 4 – Estudo Piloto a fim de investigar a adequação das histórias/itens do instrumento Marcadores de Resiliência Infantil (MRI), junto à população-alvo.

Objetivos:

- Verificar a adequação das histórias/itens do instrumento MRI junto a população alvo.
- Identificar possíveis falhas ortográficas, gramaticais e semânticas junto as histórias/itens ao instrumento.

Hipóteses

H₀: Os itens que compõem o instrumento não estão adequados para a faixa etária alvo.

H₁: Os itens mostram-se adequados para a faixa etária alvo.

Etapas do Estudo Piloto

Este estudo foi conduzido em duas etapas, e com o intuito de organizar a apresentação das especificidades de cada uma destas, inicialmente será relatada a Etapa 1, e, em seguida, a Etapa 2.

Etapa 1

Participantes

Seguindo as orientações apresentadas anteriormente (Fonseca et al, 2015; Pasquali, 2011), nesta primeira etapa do Estudo Piloto, foram formados dois grupos pequenos, esta ação teve como principal intenção favorecer a troca

de informações e ideias entre os participantes e a pesquisadora. No que diz respeito à composição dos grupos, também seguindo as orientações apresentadas por Pasquali (2011), optou-se por realizar dois encontros com representantes dos extratos extremos da população alvo, ou seja, considerando que o instrumento visa avaliar o potencial resiliente em crianças com idades entre 8 e 12 anos, participaram desta etapa dez crianças matriculadas nos 3^{os} e 6^{os} anos do Ensino Fundamental 1 e 2, de uma escola pública do interior de Estado de São Paulo. Não foram considerados participantes deste estudo, crianças que estivessem matriculadas em outras séries do Ensino Fundamental 1, aquelas que fossem repetentes ou, ainda, que não tivessem consentido sua participação. O detalhamento da composição da amostra pode ser observado na Tabela 17.

Tabela 17

Participantes da Etapa 1 do Estudo Piloto

Ano Escolar	Idade		Sexo	
3 ^o ano (n=5)	8 anos	9 anos	Feminino	Masculino
	n=1	n=4	n=3	n=2
6 ^o ano (n=5)	11 anos	12 anos	Feminino	Masculino
	n=2	n=3	n=2	n=3

Instrumento

Foi utilizado o instrumento Marcadores de Resiliência Infantil (MRI), contendo as 27 histórias/itens, e suas respectivas alternativas de resposta, selecionadas após os resultados obtidos no Estudo 3. O material apresentado,

aos participantes, consistia em um kit de aplicação contendo um caderno de aplicação e um conjunto de folhas de respostas.

Procedimentos

Após os trâmites iniciais, que envolveram a apresentação do projeto, a assinatura da carta de autorização dirigida ao responsável pela escola pública do interior do Estado de São Paulo selecionada (Anexo 2) e uma palestra dirigida aos professores cujo tema versou sobre o desenvolvimento infantil e resiliência, os TCLEs para Pais e Responsáveis (Anexo 4) e os Termos de Assentimentos (Anexo 8) foram enviados às famílias dos alunos matriculados no 3º e 6º ano do Ensino Fundamental.

Assim que os termos foram recebidos, a responsável pela escola entrou em contato com a pesquisadora. Dois encontros foram realizados, um com o grupo A, formado por cinco alunos do 3º ano, e um encontro com o grupo B, composto, também, por cinco alunos do 6º ano, selecionados aleatoriamente dentre os alunos que trouxeram o TCLE assinado pelos pais/responsáveis. Os encontros foram realizados numa sala disponibilizada pela escola, durante o período de aula dos participantes. Importante informar que os participantes não foram prejudicados em seus processos de ensino e aprendizagem escolar, pois a semana, na qual ocorreram os encontros, havia sido reservada para os preparativos de um evento comemorativo da escola.

Conforme os horários estabelecidos pela escola, primeiramente foi realizado o encontro com o grupo B, ou seja, com os participantes do 6º ano. Após a realização do encontro com o grupo B, fez-se, então, o encontro com o grupo A, ou seja, com os participantes do 3º ano. Os participantes receberam

um kit de aplicação, contendo o caderno de questões e a folha de resposta, os quais foram devolvidos à pesquisadora ao final de cada um dos encontros.

Quanto ao conteúdo do encontro, cabe informar que, inicialmente, a pesquisadora se apresentou e explicou de que forma seriam dadas as colaborações dos participantes. Em seguida, teve início o processo de aplicação, no qual a pesquisadora leu as instruções, o item de exemplo e deu início a contagem do tempo para que fosse possível identificar o tempo estimado para a aplicação do instrumento. Após o término da aplicação, os participantes foram convidados a apresentarem suas impressões, dificuldades e sugestões acerca do material. Estas ações foram igualmente realizadas tanto para o grupo A, quanto para o grupo B.

Resultados

Com o intuito de favorecer a apresentação dos resultados, primeiramente serão apresentados os dados obtidos junto ao grupo A, e, em seguida, os dados relacionados ao grupo B. Assim, no que se refere ao tempo de aplicação, observou-se que os participantes do grupo A, que tinham idades entre 8 e 9 anos, precisaram de 50 a 70 minutos para realizarem a tarefa. Também foi possível observar, que devido ao processo de aquisição das habilidades de leitura, os participantes apresentaram a leitura menos fluida, de modo que precisaram ser auxiliados neste processo, ou seja, foi necessário que a pesquisadora fizesse a leitura dos itens ao longo do processo de aplicação. Também foi possível observar que os participantes do grupo A, apresentaram dificuldades quanto ao uso da folha de aplicação, isto se deu pelo fato da identificação das alternativas (A, B, C) estarem apresentadas apenas no

cabeçalho da tabela, na qual deveriam indicar a opção de desfecho para a história.

Os participantes não relataram ter dificuldades em compreender os itens, afirmaram que a atividade foi divertida e que o cansaço sentido, deu-se por ainda estarem aprendendo a ler. Quanto ao conteúdo dos itens e as situações apresentadas pelos personagens das histórias/itens, os participantes afirmaram que já viveram situações parecidas com as de Nino e Nina, e que as alternativas eram parecidas com as ações que provavelmente realizariam em seus cotidianos.

No que diz respeito ao grupo B, que era composto por participantes com 11 e 12 anos, observou-se um tempo menor de execução da atividade, estes precisaram de 25 a 30 minutos para a completarem. Os participantes relataram que a tarefa havia sido divertida, semelhante às atividades realizadas na disciplina de Língua Portuguesa. Também afirmaram que as situações apresentadas eram semelhantes às vividas em seus cotidianos. Os participantes, não apresentaram dificuldades em identificar as alternativas A, B e C na folha de repostas, mas quando questionados, afirmaram que seria mais fácil utilizar a folha caso a identificação estivesse apresentada acima de cada linha.

Assim, a partir dos resultados obtidos nestes dois grupos, observou-se que para as crianças que estivessem em processo de aquisição da habilidade de leitura e escrita, seria mais adequado que a pesquisadora fizesse a leitura de cada item ao longo da aplicação. Para crianças que já tivessem tais habilidades adquiridas, era possível que realizassem a atividade sem auxílio. O tempo de

aplicação para os grupos variou de 25 a 70 minutos, sendo a média estimada de 47,5 minutos.

Quanto à adequação dos itens, observou-se que estes foram compreendidos pelos participantes, assim como, eram representativos de situações típicas do cotidiano destas crianças. No que se refere a folha de respostas, optou-se por inserir a identificação das alternativas A,B e C acima de cada item. A alteração realizada pode ser visualizada na Figura 5. Não foram identificados problemas ortográficos, gramaticais e semânticos, nem dificuldades com palavras ou expressões apresentadas no instrumento, em ambos os grupos. Após estas ações, entendeu-se que seria prudente realizar mais uma etapa, a fim de verificar, em um grupo maior, se as alterações realizadas haviam sido suficientes e se novas dúvidas e/ou dificuldades surgiriam.

MARCADORES DE RESILIÊNCIA INFANTIL					
FOLHA DE RESPOSTAS					
NOME: _____					
SÉRIE: _____ ESCOLA: _____ () PÚBLICA () PARTICULAR					
DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___ IDADE: _____ SEXO: () FEMININO () MASCULINO					
HISTÓRIAS		OPÇÕES			OBSERVAÇÕES
NÚMERO	DESENHO	A	B	C	
EXEMPLO					
1					
2					

Folha de resposta – Etapa 1

MARCADORES DE RESILIÊNCIA INFANTIL					
FOLHA DE RESPOSTAS					
NOME: _____					
SÉRIE: _____ ESCOLA: _____ () PÚBLICA () PARTICULAR					
DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___ IDADE: _____ SEXO: () FEMININO () MASCULINO					
HISTÓRIAS		OPÇÕES			OBSERVAÇÕES
NÚMERO	DESENHO	A	B	C	
EXEMPLO					
1		A	B	C	
2		A	B	C	

Folha de resposta – Etapa 2

Figura 5. Folha de resposta utilizada nas etapas 1 e 2 do Estudo Piloto

Etapa 2

Participantes

Participaram desta segunda etapa 33 crianças, sendo que 19 delas estavam matriculadas no 3º ano do Ensino Fundamental 1 e, as demais, no 6º

ano do Ensino Fundamental 2 (n= 14). Importante informar, que estes participantes estavam matriculados na mesma escola na qual realizou-se a Etapa 1.

Com relação às idades dos participantes, observou-se que seis deles tinham oito anos, 13 deles tinham nove anos, sete participantes tinham 11 anos, e, também sete participantes, tinham 12 anos. Dos alunos matriculados no 3º ano, dez eram do sexo masculino e nove eram do sexo feminino. E, por sua vez, dos alunos matriculados no 6º ano do Ensino Fundamental 2, cinco eram do sexo feminino e nove do sexo masculino. É possível verificar o detalhamento da amostra de participantes da Etapa 2 na Tabela 18. Importante informar que crianças que apresentassem alguma condição que as impedisse de compreender a tarefa, tal como doenças neurológicas ou incapacitantes; ou ainda, aquelas que não houvessem consentido a sua participação não foram incluídas na amostra, assim como, não foram considerados participantes, os dez alunos que colaboraram na Etapa 1.

Tabela 18
Participantes da Etapa 2 do Estudo Piloto

Ano Escolar	Idade		Sexo	
3º ano (n=19)	8 anos	9 anos	Feminino	Masculino
	n=6	n=13	n=9	n=10
6º ano (n=14)	11 anos	12 anos	Feminino	Masculino
	n=7	n=7	n=5	n=9

Instrumento

Foi utilizado o instrumento MRI, já com a alteração realizada na folha de respostas, com a identificação das alternativas A, B e C em cada umas linhas.

Procedimentos

Na mesma semana na qual ocorreu a Etapa 1 do Estudo Piloto, após realizar as alterações junto a folha de respostas, a pesquisadora retornou à escola a fim de proceder com os encontros dos grupos C (3º ano) e D (6º ano). Novamente, as aplicações ocorreram de forma coletiva, entretanto neste momento, os encontros ocorreram em sala de aula, em dia e horário estipulado pela responsável pela escola. Os mesmos procedimentos de aplicação adotados na Etapa 1 foram repetidos na Etapa 2.

Resultados

Para o grupo C, que era composto por participantes com 8 e 9 anos, o tempo de aplicação foi de 38 minutos. Neste grupo, a pesquisadora realizou a leitura de cada item, e em seguida, as crianças tinham alguns minutos para selecionarem suas respostas. Assim, todos os participantes do grupo C, realizaram a atividade ao mesmo tempo. As crianças não relataram dificuldades relacionadas à compreensão dos itens.

É importante destacar que, neste grupo, a professora da turma, ao fim da atividade, questionou se os participantes sabiam o que era a disciplina de “Educação Artística” mencionada no item número nove. Neste item, “Educação Artística” é a disciplina que a personagem mais se interessa e deve decidir-se sobre a sua disponibilidade em realizar uma atividade extra para a disciplina. A este questionamento feito pela professora, os participantes disseram que estava claro que a expressão “Educação Artística” se referia a disciplina de “Artes” que eles têm na escola. Por fim, os participantes do Grupo C, afirmaram que a atividade foi divertida e interessante. Também afirmaram que os desenhos

auxiliaram a compreensão do conteúdo dos itens, de modo que não tiveram dúvidas sobre os contextos e situações apresentadas.

No que se refere ao grupo D, o tempo de realização da atividade variou de 25 a 35 minutos. Os participantes apresentaram boa autonomia nas habilidades de leitura, e não solicitaram auxílio para a compreensão dos itens. Mesmo após o encerramento da atividade, quando questionados sobre os itens do instrumento, e das situações apresentadas, os participantes não relataram dificuldades de compreensão do conteúdo dos itens, e, também, apontaram que os desenhos auxiliaram no entendimento dos contextos das histórias.

Por fim, cabe destacar que, ao longo do Estudo Piloto, foram realizados um total de quatro encontros, nos quais foi possível contar com a colaboração de 43 sujeitos. Por meio destas ações foi possível observar que o tempo estimado para a aplicação do instrumento pôde variar de 20 a 70 minutos. Também verificou-se a necessidade de realizar alteração da folha de resposta, uma vez que a folha desenvolvida inicialmente apresentou características que dificultaram a realização da proposta. Não foram identificadas dificuldades relacionadas a compreensão semântica dos itens, assim como, não foram identificados problemas ortográficos e gramaticais. Assim, tendo em vista os objetivos elencados para o Estudo Piloto, é possível concluir que o instrumento, nesta versão, poderá ser submetido a outros estudos com a finalidade de verificar as diferentes evidências de validade que este possa apresentar.

Discussão

Dentre as diferentes ações necessárias no processo de desenvolvimento de um instrumento psicológico, é fundamental que, após o estudo de evidências

de validade baseadas no conteúdo, seja conduzido o Estudo Piloto (Fonseca et al., 2015), uma vez que, nesse tipo de estudo pode se investigar a adequação do material junto à amostra da população alvo (Irwing & Hughes, 2018). No âmbito acadêmico, esse tipo de estudo se aplica em estágios exploratórios de uma pesquisa, quando se quer ampliar a compreensão de um projeto, antecedendo outras metodologias de pesquisa (qualitativas ou quantitativas) (Ressel et al., 2008).

Esse tipo de metodologia também tem sido chamada de grupo focal, tendo, como objetivo, principal, reunir um pequeno grupo de pessoas para identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade (Dias, 2000). No caso aqui específico, crianças em idade compatível com o usuário final do instrumento foram convidadas a avaliarem o instrumento em processo de construção, em relação a aspectos como características como a linguagem empregada, aspectos semânticos, características ortográficas e gramaticais (Pacico, 2015; Pasquali, 2011).

Borges e Santos (2005) ressaltam uma possível aplicação dos grupos focais como uma possibilidade de verificar a percepção dos participantes quanto a aspectos que precisam ou podem ser alterados/melhorados. Ainda de acordo com os autores, tem sido muito utilizada como técnica isolada ou em combinação com outras, permitindo uma aproximação do pesquisador com o universo da população-alvo, em diversos momentos no desenvolvimento de pesquisas.

Como vantagens desse tipo de estudo, a aproximação entre pesquisador e participantes, possibilidade de checagem instantânea das informações (no momento em que são oferecidas pelos informantes), interação entre os membros

do grupo, possibilidade que as informações prestadas por um dos participantes estimule os demais, enriquecimento das informações por meio de debates e o fato de se encontrar em um grupo de iguais pode gerar mais segurança aos participantes para expressarem suas opiniões, bem como fornecerem respostas mais espontâneas e genuínas (Gomes, 2005).

Durante sua aplicação, uma série de cuidados, recomendados na literatura científica, foram tomados pela pesquisadora e envolveram a seleção de participantes com características semelhantes e grupo homogêneo (participantes de mesma idade em cada grupo conduzido), discussão acontecendo dentro de um ambiente agradável e informal, o qual possibilitou, aos participantes, expor suas ideias, sentimentos e opiniões.

Neste sentido, observou-se que a realização do estudo piloto, em etapas, mostrou-se como uma estratégia bastante valiosa para a compreensão da adequação do material junto à população alvo. Isto porquê, os encontros realizados com grupos reduzidos (composto por cinco participantes), apontaram para necessidades específicas e diferenciadas para os participantes mais jovens (8 e 9 anos). Tais necessidades envolveram aspectos relacionados a habilidades de leitura e escrita, de modo que para auxiliar no processo de execução da tarefa, foi necessário que a pesquisadora realizasse a leitura de todo o material. Também foram observadas necessidades de ajuste na folha de respostas, apresentando as opções “A, B, e C” de forma mais objetiva, diminuindo as possíveis dificuldades de preenchimento.

Quanto tomados os resultados da aplicação do instrumento junto aos grupos maiores (Pasquali, 2011), após as alterações terem sido realizadas na folha de respostas, foi possível obter informações mais aprofundadas em relação

ao potencial do instrumento, uma vez que os participantes, tanto dos grupos mais novos, quanto dos mais velhos (11 e 12 anos), afirmaram que o material apresentava situações representativas de seus cotidianos, que a tarefa era motivadora e, também, divertida.

Neste sentido, é importante considerar que a condução do Estudo 2, durante o qual foram realizadas as entrevistas cognitivas, possa ter contribuído para os bons resultados obtidos no Estudo Piloto. Isso porquê, por ocasião do Estudo 2, considerando os devidos objetivos, o material havia sido submetido à um grupo de crianças com idades entre 8 a 12, assim como, as alternativas apresentadas a cada um dos itens, foi desenvolvida a partir de respostas representativas do repertório infantil. Desse modo, hipotetiza-se que os bons resultados obtidos junto ao Estudo Piloto possam ser reflexo das ações tomadas durante o processo de desenvolvimento do instrumento e, principalmente, das alternativas de resposta.

Assim, entende-se que esta versão do MRI, na qual são apresentados 27 itens em forma de um caderno de aplicação, acompanhado de uma folha de respostas, encontra-se adequada à população alvo. Também se entende que, após tal procedimento, o material esteja pronto para que outros estudos relacionados a outros tipos de evidência de validade sejam conduzidos. Tais estudos certamente poderão contribuir para uma compreensão mais detalhada das características psicométricas do instrumento.

Estudo 5: Evidências de validade baseadas na estrutura interna e precisão

No processo de desenvolvimento de uma medida psicológica, é importante que sejam conduzidos diferentes estudos a fim de verificar a validade do instrumento que está sendo construído. Conforme apontado por Ambiel e Carvalho (2017), a validade se dá por meio de um processo contínuo e ininterrupto, sendo que as primeiras evidências a serem alcançadas, após as evidências de conteúdo, devem ser as evidências de validade baseadas na estrutura interna. Isto porquê, ainda segundo os autores, este tipo de investigação visa verificar a relação entre os itens do instrumento a fim de representar a composição teórica do construto. Para isto, o pesquisador deve conduzir estudos que possibilitem a compreensão dos diferentes agrupamentos dos itens, tais agrupamentos ocorrerão a partir das correlações entre os itens, de modo que, a partir desta observação dos dados, será possível inferir a existência de um traço latente, ou ainda, do construto investigado (Primi, 2011).

Ainda que existam diferentes formas de investigação deste tipo de evidência de validade, Ambiel e Carvalho (2017) afirmam que as Análises Fatoriais Exploratória (AFE) ou Confirmatória (AFC) são consideradas as fontes mais utilizadas pelos pesquisadores. A AFE, segundo Damásio (2012) e Damásio e Dutra (2017), é um conjunto de técnicas multivariadas que buscam identificar as estruturas subjacentes em uma matriz de dados, de modo a determinar a natureza e o número das variáveis latentes, ou seja, dos fatores que representem, de forma mais adequada, o conjunto de variáveis observadas, isto é, dos itens. A AFE é empregada em duas condições. A primeira se dá pela inexistência de uma teoria prévia, ou de evidências empíricas que justifiquem o

agrupamento dos itens do instrumento que está sendo desenvolvido. Por sua vez, a segunda possibilidade do emprego da AFE se dá pela necessidade de confirmar, ou ainda, de refutar, a estrutura fatorial de um determinado instrumento (Damásio, 2012).

Já no que diz respeito a AFC, Lopes (2005) afirma que este tipo de análise caracteriza-se por ser uma técnica mais ampla, também denominada de Modelo de Equações Estruturais (MEE). Esta, por sua vez, permite que o pesquisador realize o teste confirmatório da estrutura psicométrica do instrumento desenvolvido, assim como, favorece a análise de múltiplas relações simultâneas (Pilati & Laros, 2007). Para que seja possível o emprego da AFC é fundamental que sejam utilizados modelos teóricos sólidos que sugiram as relações pré-definidas entre as variáveis observadas; assim, a análise verificará a legitimidade da representação teórica do construto, o qual será operacionalizado por meio do instrumento investigado (Pasquali, 2011).

Considerando-se que o instrumento Marcadores de Resiliência Infantil (MRI) encontra-se em processo de construção, se mostra fundamental o desenvolvimento de estudos desta natureza. Considerando também que o instrumento (MRI) foi desenvolvido a partir de uma perspectiva teórica na qual entende-se que a resiliência pode ser observada através da relação intrínseca entre seis elementos fundamentais (Castillo, Castillo-López, López-Sánchez, & Dias, 2016) os quais, propõe-se avaliar por meio do instrumento, o emprego da AFC, de modo a testar e comparar os seguintes modelos: unifatorial, oblíquo, segunda ordem e *bi-factor* foi realizado.

Conforme orientações apresentadas na literatura especializada (Lara & Alexis, 2014; Muthén & Muthén, 2012) foram avaliados os seguintes índices: qui-

quadrado (χ^2), graus de liberdade (gl), *Comparative Fix Index* (CFI), *Tucker Lewis Index* (TLI) e *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA). No que se refere a interpretação dos dados, Pilati e Laros (2007) afirmam que é importante que os valores relacionados ao CFI e ao TLI estejam compreendidos entre 0,90 e 0,95 para que sejam entendidos como indicadores de ajuste suficiente. Enquanto, valores superiores a 0,95 devem ser considerados como indicadores de bons ajustes. Quanto aos valores do RMSEA, os autores supracitados afirmam que são esperados valores inferiores a 0,08 a fim de que o modelo seja considerado como adequado. Desta forma, tendo em vista o objetivo de compreender a estrutura fatorial do instrumento, entende-se que a AFC oferece recursos mais apropriados para este estudo.

Outro aspecto importante a ser investigado refere-se à compreensão da precisão do instrumento. Segundo Namdeo e Rout (2016) e Primi (2012) estudos dessa natureza são valiosos ao longo do processo de desenvolvimento de medidas psicológicas, pois relacionam-se à capacidade de identificar o quanto um conjunto de itens é capaz de diferenciar testandos com diferentes graus da habilidade mensurada pelo instrumento (Alves, Souza, & Batista, 2011; Zanon & Hauck Filho, 2015). Pasquali (2011) aponta para a existência de diferentes técnicas de avaliação da precisão de um instrumento, tais como as do tipo teste e re-teste, precisão de formas alternativas, precisão na apuração dos resultados e precisão da consistência interna, esta última, por sua vez, pode ser determinada pela precisão das duas metades, pela análise de Kuder-Richardson, ou ainda, pelo Alfa de Cronbach.

Para o presente estudo, empregar-se-á a análise dos coeficientes de Alfa de Cronbach, uma vez que, segundo Ambiel e Carvalho (2017) e Tavakol e

Dennick (2011), esta é uma medida de precisão objetiva, amplamente utilizada, que auxilia na compreensão da homogeneidade de um determinado grupo de itens. Considerando que o valor informado por este coeficiente pode variar entre 0 e 1, Kline (2000) orienta que valores compreendidos entre 0,60 e 0,70, sejam considerados como aceitáveis, valores entre 0,70 e 0,90 deverão ser entendidos como bons e valores acima de 0,90 sejam interpretados como excelentes. Assim, tendo em vista as orientações presentes na literatura, em seguida serão apresentados os delineamentos metodológicos envolvidos na condução deste estudo.

Objetivos

Buscar evidências de validade baseadas na estrutura interna para o instrumento Marcadores de Resiliência Infantil, por meio de Análise Fatorial Confirmatória (AFC).

Buscar compreender a precisão do instrumento e de suas possíveis subescalas, a partir das análises dos coeficientes de alfa de Cronbach.

Hipótese

H₀: A estrutura teórica identificada por meio dos resultados obtidos através da AFC não corroborará a estrutura teórica tomada como base para a construção do instrumento, assim como, não apresentará bons índices de precisão;

H₁: Os resultados obtidos por meio da AFC admitirão a existência de seis fatores presentes no instrumento proposto, corroborando o modelo teórico de Castillo e colaboradores (2016). E, também, serão identificados bons índices de precisão.

Participantes

A fim de que fosse possível compor a amostra para a investigação proposta neste Estudo, alguns critérios foram utilizados, de modo que somente foram considerados participantes (a) crianças com idades compreendidas no intervalo de 8 a 12 anos, (b) que estivessem devidamente matriculadas no Ensino Fundamental (EF) 1 ou 2, (c) cujos pais e/ou responsáveis autorizassem e enviassem o TCLE assinado à escola, (d) que assentissem sua colaboração junto a pesquisa, e (e) que não tivessem participado do Estudo 2.

Após a realização dos convites aos participantes, ainda foram necessários o estabelecimento de critérios de exclusão, de modo que não foram considerados participantes do Estudo a(as) criança(s) que, mesmo apresentando o TCLE assinado pelos pais e/ou responsáveis, não assentiram suas participações, (b) aquelas que apresentaram condições físicas, cognitivas ou psicopatológicas que as impediavam a compreensão da tarefa, e (c) aquelas que não completaram o processo de resposta de todo o instrumento.

Assim sendo, participaram deste estudo 461 crianças, sendo 223 participantes do sexo feminino e 238 do sexo masculino, com idades entre 8 e 12 anos ($M=9,75$; $DP=1,25$). No que diz respeito ao tipo de escola dos participantes, 413 eram alunos de escolas públicas e 48 eram alunos de escola particular, localizadas em cidades da Região Metropolitana de Campinas e da Grande São Paulo. É necessário informar que, dos 413 alunos de escolas públicas, 121 frequentavam, além da escola regular, um centro educacional de suporte familiar do tipo organização não governamental (ONG) em horário contrário ao período escolar. O detalhamento destas informações é apresentado na Tabela 19.

Tabela 19

Detalhamento sociodemográfico dos participantes do Estudo 5

	Sexo Feminino (n=223)		Sexo Masculino (n= 238)		Total (n= 461)	
	F	%	F	%	F	%
Tipo de Escola						
Pública	198	88,79	215	90,34	413	89,59
Particular	25	11,21	23	9,66	48	10,41
Total	223	100	238	100	461	100
Ano Escolar						
2º ano	4	1,79	10	4,20	14	3,04
3º ano	65	29,15	58	24,37	123	26,68
4º ano	58	26,01	45	18,91	103	22,34
5º ano	53	23,77	64	26,89	117	25,38
6º ano	42	18,83	59	24,79	101	21,91
7º ano	1	0,45	2	0,84	3	0,65
Total	223	100	238	100	461	100
Idade						
8	47	21,08	42	17,65	89	19,31
9	66	29,60	53	22,27	119	25,81
10	48	21,52	65	27,31	113	24,51
11	42	18,83	52	21,85	94	20,39
12	20	8,97	26	10,92	46	9,98
Total	223	100	238	100	461	100

Instrumento

Para a condução do presente estudo, foi utilizado o instrumento MRI, em sua versão pós avaliação dos juízes, contendo 27 itens.

Procedimentos

Inicialmente o presente estudo foi submetido a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas. Tendo sido aprovado, foram contatadas, por conveniência, escolas públicas e particulares, de modo que foi possível contar com a colaboração de três instituições

pertencentes a Região Metropolitana de Campinas. Tendo em vista que o número de participantes que aceitaram contribuir com o estudo não foi suficiente, e com o intuito de compor a amostra para a condução da presente investigação, também foram contatadas instituições de ensino localizadas na Grande São Paulo, dentre as quais, uma aceitou participar.

Em seguida, foram agendadas reuniões junto aos responsáveis pelas escolas a fim de apresentar-lhes a pesquisa e, formalmente, consultá-los acerca do interesse em participarem deste estudo. Nesta oportunidade, foram entregues a carta de autorização para o(a) responsável pela instituição (Anexo 2), assim como os TCLEs para os pais e/ou responsáveis (Anexo 6) e os Termos de Assentimento (Anexo 9) para crianças com idades acima de 10 anos. O prazo para que as famílias enviassem os documentos assinados foi de uma semana antes da data prevista para início da coleta dos dados.

A pesquisadora também se colocou à disposição para esclarecimentos que fossem necessários junto às famílias, em especial, no que se referia à participação das crianças na pesquisa. Como forma de agradecimento, foram oferecidas às escolas palestras sobre o desenvolvimento da resiliência em crianças. Em três das escolas participantes, as palestras foram endereçadas aos professores e demais profissionais, em uma outra instituição, foram desenvolvidas palestras aos pais. Encerrados estes trâmites iniciais, foram agendadas visitas às escolas, ocasiões em que correram as testagens, de forma coletiva em sala de aula, e, em alguns casos, a aplicação ocorreu em um outro ambiente adequado disponibilizado pela escola, como biblioteca e sala de apoio. Comumente o tempo necessário para a condução da aplicação do instrumento se deu por volta de 50 minutos.

Análise de dados

No que diz respeito a análise dos dados, foram computadas as pontuações de cada um dos participantes, e, em seguida, foi construído um banco de dados contendo as informações sociodemográficas (sexo, idade, nível de escolaridade e tipo de escola), bem como as respostas a cada um dos itens de todos os participantes. Inicialmente, com auxílio do pacote estatístico *Mplus* 7.11, empregou-se a Análise Fatorial Confirmatória (AFC), com a finalidade de testar e comparar, por meio do teste de diferença do χ^2 , o modelo unifatorial, o modelo correlacional, o modelo de segunda ordem e o modelo *bi-factor*. Em seguida, após tomadas as decisões acerca do modelo fatorial, foram conduzidas as análises relacionadas à correlação entre os fatores do instrumento MRI, e a análise dos coeficientes de alfa de Cronbach tanto para os fatores do instrumento, como para o total de itens, para estas análises, utilizou-se o *softwear Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 22*.

Resultados

Considerando as orientações referentes ao tipo de método de estimação, optou-se por utilizar o método denominado *Robust Weighted Least Square (WLSMV)*, uma vez que este mostra-se adequado para o nível de mensuração ordinal (Lara & Alexis, 2014). Em seguida, observou-se os resultados referentes ao teste de diferença do χ^2 entre os modelos unifatorial, oblíquo, de segunda ordem e *bi-factor*, para que fosse possível identificar o modelo que apresentasse melhor adequação. Também foram verificadas as diferenças entre os índices de ajustamento: χ^2 , gl, CFI, TLI e RMSEA. Conforme dito anteriormente, estas análises foram realizadas por meio do pacote estatístico *Mplus* 7.11 (Muthén &

Muthén, 2012), o detalhamento, destes dados, pode ser observado na Tabela 20.

Tabela 20

Índices de ajuste confirmatório do modelo unifatorial, oblíquo, segunda ordem e bi-factor.

Modelo avaliado	χ^2	Df	χ^2/gf	$\Delta \chi^2$	Δgf	CFI	TLI	RMSEA	RMSEA CI 90%
Unifatorial	537,681*	324	1,66	-	-	0,942	0,937	0,038	0,032 – 0,043
Oblíquo	497,466*	309	1,60	40,215*	15	0,948	0,941	0,036	0,030 – 0,042
Segunda ordem	524,680*	318	1,64	27,214*	9	0,943	0,938	0,038	0,032 – 0,043
<i>Bi-factor</i>	478,420*	298	1,60	46,260*	20	0,951	0,942	0,036	0,030 – 0,042

* $p \leq 0,001$

Conforme é possível observar, os índices obtidos por meio das análises mostram-se muito semelhantes. Entretanto, nota-se discreta superioridade do modelo *Bi-factor* sobre os demais, uma vez que, neste modelo, há índices de ajustes mais adequados relacionados ao CFI (0,951) e TLI (0,942), os quais são interpretados como índices de bom ajuste e ajuste suficiente, respectivamente (Pilati & Laros, 2007). Por sua vez, o RMSEA (0,036) apresentou valor inferior a 0,08, de modo que é possível verificar a melhor adequação deste modelo. Outro dado que complementa esta compreensão, refere-se à significância dos valores do $\Delta \chi^2$ e Δgf , os quais apontam para o modelo *Bi-factor* como mais ajustado aos dados, confirmando a estrutura fatorial teórica esperada.

Assim, o que se pode compreender é que para o instrumento MRI, os itens apresentam duas fontes distintas de variância, ou seja, observa-se que há uma variância específica – a qual relaciona-se aos seis elementos fundamentais, que

a partir deste momento serão chamados fatores, e uma variância comum – a qual é compartilhada por todos os itens. Ou seja, são observadas cargas fatoriais tanto para um fator geral, quanto para os fatores específicos. Após esta constatação, procedeu-se com a análise das cargas fatoriais dos itens para seus fatores teóricos, e para o fator geral, conforme apresentado na Tabela 21, a fim de identificar a existência de itens, cujas cargas apresentassem valores inferiores a 0,30.

Tabela 21

Valores das cargas fatoriais para os fatores específicos e geral

Item	Fator 1 Vulnerabilidade	Fator 2 <i>Coping</i>	Fator 3 Inteligência Emocional	Fator 4 Bem-estar subjetivo	Fator 5 <i>Locus</i> de Controle	Fator 6 Habilidade	Fator Geral
01	-0.090**						0.170**
08	0.306						0.422**
12	0.053*						0.419**
20	0.122						0.598**
26	0.155						0.571**
02		-0.185					0.203**
10		0.080					0.725**
14		0.377*					0.518**
17		0.377*					0.808**
03			0.248*				0.202**
06			0.177				0.531**
13			0.437*				0.455**
23			-0.197				0.669**
27			0.103*				0.678**
04				0.154			0.557**
07				0.227			0.425**
19				0.105			0.185**
22				0.403			0.259**
11					0.577**		0.727**
15					0.252**		0.808**
16					0.121		0.590**
24					0.182*		0.726**
25					-0.093		0.594**
05						0.512	0.288**
09						0.424	0.447**
18						-0.109	0.276**
21						0.026	0.694**

* $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$

Assim, o que se pode notar é que os valores das cargas fatoriais dos itens que compõem o Fator 1 – Vulnerabilidade (itens 1, 8, 12, 20 e 26), variaram entre -0,090 a 0,306. Ainda que as cargas destes itens tenham se apresentado baixas para o fator específico, quando analisadas as cargas destes mesmos itens no fator geral, observa-se uma variação de 0,170 a 0,598. Desse modo, apenas o item 1 apresentou carga inferior a 0,30 tanto para o fator específico (-0,090), quanto para o fator geral (0,170). No que diz respeito ao Fator 2 – *Coping* (itens 2, 10, 14 e 17), as cargas fatoriais apresentaram variação entre 0,080 a 0,377, quando tomados os valores para o fator geral, observou-se variação de 0,203 a 0,808. Para este Fator 2, apenas o item número 2 apresentou valor inferior a 0,30 para o fator específico (-0,185) e para o fator geral (0,203).

Quando tomados os valores das cargas fatoriais dos itens que compõem o Fator 3 – Inteligência Emocional (itens 3, 6, 13, 23 e 27), pôde-se perceber que, para o fator específico, houve variação de 0,103 a 0,437 e, para o fator geral, valores que variaram entre 0,202 e 0,678. Neste conjunto de itens, o de número 3 apresentou valores de 0,248 para o fator específico, e de 0,202 para o fator geral, ambos inferiores a 0,30. Por sua vez, os itens pertencentes ao Fator 4 – Bem-estar subjetivo (4, 7, 19 e 22) apresentaram cargas para o fator específico que variaram entre 0,105 e 0,403. Quando observados os valores para o fator geral, notou-se variação entre 0,185 e 0,557. Importante ressaltar, que o item de número 19 obteve carga de 0,105 para o fator específico e de 0,185 para o fator geral, ambas inferiores a 0,30.

Os itens que compunham o Fator 5 – *Locus* de controle (item 11, 15, 16, 24 e 25) apresentaram cargas fatoriais que variaram entre -0,093 e 0,577 para o fator específico, e 0,590 e 0,808 para o fator geral. Neste conjunto de itens,

embora as cargas observadas para o fator específico tenham sido baixas, com exceção do item 11 (0,577), as cargas apresentadas para o fator geral apresentaram-se adequadas, superiores a 0,30. E, por fim, os itens que pertenciam ao Fator 6 – Habilidade (5, 9, 18 e 21), apresentaram variação de -0,109 a 0,512 para as cargas no fator específico e para o fator geral as cargas variaram entre 0,276 e 0,694. Neste conjunto de itens, o de número 18 apresentou carga inferior a 0,30 tanto para o fator específico (-0,109), quanto para o fator geral (0,276).

Tendo em vista que as orientações da literatura sugerem que sejam mantidos itens com cargas superiores a 0,30 (Pilati & Laros, 2007), assim como, considerando que dentro do modelo *Bi-factor*, a retenção do item se dá pela presença de carga superior a 0,30 em, ao menos, um dos fatores, seja este o específico ou o geral (Quinn, 2014), realizou-se a exclusão dos itens de números 1, 2, 3, 18 e 19, uma vez que estes apresentaram cargas inferiores a 0,30 para as condições específicas e geral. Assim, com o auxílio do pacote estatístico *Mplus 7.11* (Muthén & Muthén, 2012), conduziu-se uma nova avaliação dos estimadores utilizados inicialmente, a fim de comparar a diferença do χ^2 entre o modelo *Bi-factor* encontrado anteriormente, identificado na Tabela 22 como *Bi-factor1*, e o modelo *Bi-factor* após a exclusão dos cinco itens mencionados, identificado na Tabela 22 como *Bi-factor2*. Tais indicadores de ajuste são apresentados a seguir.

Conforme é possível observar, a retirada destes cinco itens contribuiu para a obtenção de melhores índices de ajustes, de modo que, a comparação mostrou-se significativamente superior aos estimadores identificados anteriormente. Assim, optou-se pela exclusão dos itens 1 (Fator 1 –

vulnerabilidade), 2 (Fator 2 – coping), 3 (Fator 3 – Inteligência Emocional), 18 (Fator 6 – habilidade) e 19 (Fator 4 – bem-estar subjetivo). Desta forma, a versão final do instrumento MRI ficou composta por 22 itens, sendo quatro destes voltados ao Fator 1 – Vulnerabilidade, três ao Fator 2 – *Coping*, quatro ao Fator 3 – Inteligência emocional, três para o Fator 4 – Bem-estar subjetivo, cinco ao Fator 5 – *Locus* de controle e três para o Fator 6 – Habilidade.

Tabela 22

Comparação dos índices iniciais e posteriores a exclusão dos itens 1, 2, 3, 18 e 19.

Modelo avaliado	χ^2	Df	χ^2/gf	$\Delta \chi^2$	Δgf	CFI	TLI	RMSEA	RMSEA CI 90%
<i>Bi-factor1</i>	478,420*	298	1,60	-	-	0,951	0,942	0,036	0,030 – 0,042
<i>Bi-factor2</i>	264,888*	187	1,41	213,532*	111	0,978	0,972	0,030	0,021 – 0,038

* $p \leq 0,001$

Após estas ações, com o intuito de compreender de que maneira os fatores correlacionavam-se entre si, optou-se por realizar a análise dos coeficientes de correlação de Spearman. A escolha pela análise não paramétrica se deu após a realização do teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov, o qual mostrou-se altamente significativo para tanto para os fatores, quanto para o total do instrumento, indicando que foi rejeitada a hipótese de normalidade da amostra. Considerando que, segundo Aguiar (2007), a interpretação dos valores do coeficiente de Spearman devem ser semelhantes a interpretação dos coeficientes de correlação de Pearson, foram utilizados os critérios apresentados por Valentini e Laros (2012). Estes autores afirmam que devem ser compreendidos como indicadores de efeito pequeno valores inferiores a 0,30,

moderado entre 0,30 e 0,50, forte entre 0,50 e 0,80 superiores a 0,80 como efeito muito forte.

Conforme é possível observar na Tabela 23, foram identificadas correlações positivas e altamente significativas ($p \leq 0,01$) em todas as interações. Valores de efeito considerados forte, variando entre 0,565 e 0,782, foram encontrados para a interação dos fatores Vulnerabilidade e MRI-Total, Coping e MRI-Total, Inteligência emocional e MRI-Total, Locus de controle e MRI-Total e Habilidade e MRI-Total.

Tabela 23
Correlação de Spearman entre os fatores do instrumento MRI

	Fator 1 Vulnerabi- lidade	Fator 2 <i>Coping</i>	Fator 3 Inteligência Emocional	Fator 4 Bem- estar subjetivo	Fator 5 <i>Locus</i> de Controle	Fator 6 Habilidade	MRI - Total
Fator 1 Vulnerabilidade	1	0,464*	0,382*	0,228*	0,477*	0,239*	0,689*
Fator 2 <i>Coping</i>		1	0,442*	0,208*	0,565*	0,362*	0,719*
Fator 3 Inteligência Emocional			1	0,312*	0,497*	0,454*	0,743*
Fator 4 Bem-estar subjetivo				1	0,265*	0,242*	0,464*
Fator 5 <i>Locus</i> de Controle					1	0,383*	0,782*
Fator 6 Habilidade						1	0,623*
MRI - Total							1

* $p \leq 0,001$

Também foram identificadas interações de efeito moderado com valores entre 0,312 e 0,497, para as interações dos fatores Vulnerabilidade e *Coping*, Vulnerabilidade e Inteligência emocional, Vulnerabilidade e *Locus* de controle, *Coping* e Inteligência emocional, *Coping* e Habilidade, Inteligência emocional e Bem-estar subjetivo, Inteligência emocional e *Locus* de controle, Inteligência emocional e Habilidade, Bem-estar subjetivo e MRI-Total, e *Locus* de controle e Habilidade. Por fim, no que diz respeito as interações entre os fatores: Vulnerabilidade e Bem-estar subjetivo, Vulnerabilidade e Habilidade, *Coping* e Bem-estar subjetivo, Bem-estar subjetivo e *Locus* de controle, e Bem-estar subjetivo e Habilidade, foram identificadas interações de magnitude fraca, com valores variando entre 0,208 e 0,265.

Em seguida, foram realizadas as análises dos coeficientes de alfa de Cronbach para os seis fatores específicos do instrumento, assim como para o total dos itens. Desta forma, observou-se que a confiabilidade dos fatores *Locus* de controle ($\alpha=0,751$) e para o Total dos itens ($\alpha=0,866$) os valores foram considerados bons, bem como o fator *Coping* apresentou valor de alpha ($\alpha=0,655$) considerado aceitável. Os demais fatores não apresentaram valores aceitáveis: Vulnerabilidade ($\alpha=0,488$), Inteligência Emocional ($\alpha=0,538$), Bem-estar subjetivo ($\alpha=0,381$) e Habilidade ($\alpha=0,441$).

Discussão

O presente estudo teve dois objetivos: (a) investigar as evidências de validade baseadas na estrutura interna e (b) a investigação da precisão do instrumento MRI. As ações desenvolvidas seguiram as orientações encontradas na literatura referentes ao caráter contínuo dos estudos de busca por evidências

de validade (Ambiel & Carvalho, 2017). E, também, ao momento adequado para esta investigação, o qual, segundo Primi (2011), deve ocorrer após a obtenção das evidências de validade de conteúdo. Como forma de atingir aos objetivos, foram utilizadas estratégias estatísticas como a Análise Fatorial que comumente é empregada para esta questão (Damásio, 2012), assim como, a análise do coeficiente de Cronbach (Ambiel & Carvalho, 2017; Tavakol & Dennick, 2011) para compreensão da precisão do instrumento.

Tendo em vista que o MRI foi desenvolvido a partir de um modelo teórico preestabelecido (Castillo et al., 2016) no qual a resiliência é compreendida como o resultado da relação intrínseca entre seis elementos fundamentais, optou-se por conduzir a investigação das evidências de validade baseadas na estrutura interna por meio da Análise Fatorial Confirmatória (AFC). Pois, tal técnica estatística favorece a compreensão da adequação dos dados empíricos em função da teoria previamente selecionada (Lopes, 2005; Pasquali, 2011).

Portanto, empregou-se a AFC com a finalidade de avaliar, em primeira instância, se o modelo unifatorial seria o mais adequado, pois conforme apresentado por Prince-Embury, Saklofkes, e Keefer (2017) os primeiros modelos teóricos defendiam que a resiliência fosse um atributo unidimensional. Também considerando que o processo de refinamento dos modelos teóricos voltados a resiliência, propuseram ao longo dos anos, modelos multidimensionais (Castillo et al., 2016; Deep & Pereira, 2012; Infante, 2007; Junqueira & Deslandes, 2003; Prince-Embury, 2010b; Yunes, 2011), buscou-se, também, comparar a adequação dos seguintes modelos multifatoriais: oblíquo, de segunda ordem e *bi-factor*.

Ainda que, estes três últimos modelos citados sejam de base multifatorial, há expectativas distintas para a relação observada entre as variáveis. Segundo Muthén e Muthén (2012), ao considerar um modelo oblíquo, espera-se que as variáveis apresentem uma relação na qual explicita-se a covariância entre elas. Por sua vez, os mesmos autores afirmam que no modelo de segunda ordem, espera-se que ocorra a identificação de fatores de primeira ordem, os quais seriam responsáveis pelo agrupamento dos itens. Em seguida, também, deve ocorrer a identificação de um fator de segunda ordem, o qual poderia ser entendido como uma variável latente responsável pelo agrupamento total dos fatores. Por fim, no modelo *bi-factor*, há uma expectativa de que as cargas dos itens sejam carregadas em duas condições, uma relacionada aos fatores específicos e uma ao fator geral (Muthén & Muthén, 2012).

Os resultados obtidos apresentaram valores muito semelhantes entre os índices de ajuste utilizados para a comparação (Lara & Alexis, 2014; Muthén & Muthén, 2012; Pilati & Laros, 2007), entretanto ligeira superioridade do modelo *bi-factor* foi identificada, de modo a sugerir que a estrutura interna do instrumento se desse por meio de seis fatores específicos e de um fator geral. A partir disto, é importante retomar que o modelo teórico de Castillo e colaboradores (2016) sugere que a resiliência – que seria representada empiricamente pelo fator geral, deve ser entendida como o resultado da íntima interação entre os seis elementos fundamentais. Tal pressuposto foi identificado pelo modelo *bi-factor*, de modo, que o achado empírico se justifica diante do modelo teórico selecionado para o desenvolvimento do instrumento MRI. Na análise realizada, os seis fatores representaram os mesmos elementos fundamentais contidos no modelo original (Castillo et al., 2016), a saber:

Fator 1 – Vulnerabilidade: aspectos pessoais e sociais que possam potencializar a consequência negativa advinda da exposição à uma situação de risco. Invulnerabilidade seria o compreendido como o potencial de diminuir tais consequências negativas.

Fator 2 – *Coping*: habilidade cognitiva que favorece o reconhecimento de riscos e o manejo dos problemas a fim de alcançar o alívio, ou ainda, a solução do problema experimentado. O enfrentamento pode assumir características positivas que favoreçam a resposta resiliente, ou assumir características negativas que denotarão baixo potencial resiliente de um indivíduo.

Fator 3 – Inteligência Emocional: considerada como a capacidade dos indivíduos de observar, compreender e regular suas emoções. Reconhece a importância das emoções positivas para o processo de resposta adaptativa.

Fator 4 – Bem-estar subjetivo: relacionado à noção de felicidade, pois trata-se da capacidade de um indivíduo avaliar suas experiências, e afirmar o quanto encontra-se satisfeito. Evidências de relação entre bem-estar subjetivo e altos níveis de resiliência.

Fator 5 – *Locus* de Controle: pode ser de caráter interno (quando o indivíduo é capaz de avaliar as contingências de seus comportamentos e atuar frente as situações com intencionalidade) ou externo (quando a avaliação é realizada como consequência externa aos seus comportamentos). Quanto mais o sujeito é capaz de apresentar um locus de controle interno, mais resilientes serão as suas respostas frente às adversidades.

Fator 6 – Habilidade: compreendida como a utilização de recursos cognitivos para o enfrentamento de problemas, associando o comprometimento à resultados positivos e de excelência.

Após a constatação da melhor adequação deste modelo *bi-factor* em comparação aos demais analisados, procedeu-se com a avaliação das cargas fatoriais dos itens em ambas as condições, ou seja, para os fatores específicos e geral. Desta forma, observou-se que segundo as orientações de Pilati e Laros (2007) e Quinn (2014), fazia-se necessário reter somente os itens que apresentassem carga fatorial maior que 0,30 em, ao menos, uma das condições (fatores específicos ou geral). Assim, após a exclusão dos itens 1, 2, 3, 18 e 19, avaliou-se novamente os valores dos índices de comparação, de modo que o modelo, após a exclusão destes itens, mostrou-se estatisticamente superior ao identificado anteriormente.

Em seguida, ainda com o intuito de compreender aspectos relacionados à estrutura interna do instrumento, procedeu-se com a avaliação da correlação estabelecida entre os fatores específicos, e, também, da correlação entre os fatores específicos e o fator geral. Desta forma, o que se fez notar é que os fatores se apresentaram, em sua maioria, moderadamente correlacionados entre si, e fortemente relacionados ao fator geral. Tais resultados apontam para a corroboração da proposta teórica postulada por Castillo e colaboradores (2016), de que a resiliência seja o fruto da relação entre diferentes dimensões (elementos fundamentais) inter-relacionadas, as quais estariam envolvidas no processo de elaboração de uma resposta resiliente.

É importante ponderar que dentre todos os fatores específicos, o Fator 4 – Bem-estar subjetivo, foi o único que apresentou uma correlação de magnitude moderada junto ao fator geral. Este fato pode estar relacionado à natureza conceitual deste fator, pois segundo Castillo e colaboradores (2016), o bem-estar subjetivo pode ser definido como a avaliação positiva que um indivíduo faz sobre

sua história de vida, ou seja, trata-se de uma representação de uma avaliação realizada sobre uma variável interna. Por sua vez, os demais fatores envolvem uma capacidade de julgamento de situações externas, frente às quais é necessário apresentar uma resposta resiliente, a fim de alcançar um desfecho positivo. Assim, ao observar uma correlação moderada entre bem-estar subjetivo e o fator geral da resiliência, pode-se perceber a importância desta dimensão para o processo de apresentação de uma resposta de adaptação positiva ou superação.

Desta forma, é possível afirmar que as análises realizadas contribuíram não apenas para a compreensão da estrutura do instrumento, mas, também, permitiram a identificação de itens que deveriam ser excluídos, uma vez que pouco contribuíam para a mensuração da resiliência. Ao final desta etapa, foi possível apresentar a versão final do MRI, composto, então, por 22 itens. Faz-se necessária uma explicação quanto ao formato final do instrumento. Conforme apresentado nos Estudos 2 e 3, uma vez que o versionamento do MRI de acordo com o gênero do respondente foi entendido como desnecessário, a apresentação da personagem principal nos itens se dava da seguinte forma: para os itens ímpares a personagem principal era o Nino, e para os pares, era a Nina. Entretanto após a exclusão dos cinco itens, ainda se faz notar que equilíbrio entre o número de itens por personagem manteve-se, sendo 11 histórias onde a Nina é a personagem principal e para as demais o Nino, não havendo, mais, o padrão par-ímpar estabelecido anteriormente.

Ainda no que se refere aos objetivos do Estudo 5, é importante considerar que, além da busca pelas evidências de validade do instrumento, é importante verificar se a avaliação realizada é livre o suficiente do chamado “erro de

medida”, usualmente estimado por meio da precisão (Ambiel & Carvalho, 2017). Segundo os autores, a avaliação de construtos psicológicos envolve erro de medida, sendo, no entanto, esperado que essa quantidade seja limitada e conhecida. Isso porquê, quanto maior o erro de medida, menor a precisão de instrumento.

Assim, vários métodos podem ser utilizados para se determinar a precisão. Nesse estudo, optou-se pela utilização do coeficiente Alfa de Cronbach, possivelmente o método mais utilizado e usualmente empregado em testes baseados em escala Likert e de avaliação da personalidade e atitude (Zanon & Hauck Filho, 2015). A precisão foi então calculada para cada um dos fatores específicos e para o fator geral do instrumento. Os resultados apontaram para a adequação dos fatores específicos Fator 2 – *Coping*, Fator 5 - *Locus* de controle e do fator geral. Estes apresentaram coeficientes considerados bons e aceitáveis. Os demais fatores específicos apresentaram valores considerados como não aceitáveis.

Neste sentido é importante considerar que, segundo Namdeo e Ruit (2016) e Takavol e Dennick (2011), há limitações relacionadas aos estudos que envolvem a análise dos coeficientes de alfa, quando esta estratégia é utilizada para aferir a precisão de instrumentos curtos. Segundo estes autores, instrumentos com poucos itens podem apresentar valores de alfa inferiores ainda que apresentem outros tipos de evidências de precisão, como a estabilidade temporal, por exemplo. Considerando a faixa etária almejada para este instrumento, optou-se por um número reduzido de itens, a fim de que a tarefa não se tornasse demasiadamente cansativa para os participantes, portanto é possível que esta escolha tenha influenciado os resultados obtidos nesta análise,

em especial aos fatores 1 – Vulnerabilidade, 3 – Inteligência emocional, 4 – Bem-estar subjetivo e 6 – Habilidade.

Em conjunto, a análise da estrutura fatorial e da precisão permitiram uma visão mais ampla de como os itens do instrumento se organizam. Enquanto a primeira análise permitiu verificar como os itens se agrupam, a segunda possibilitou definir o quanto a resposta a esse conjunto específico de itens, agrupados pela análise fatorial, eliciam respostas consistentes do avaliando ao longo dos itens (Ambiel & Carvalho, 2017).

Desta forma é possível concluir que foram alcançadas evidências iniciais relacionadas à estrutura interna e a precisão do instrumento. Entretanto considerando o caráter contínuo de estudos desta natureza (Ambiel & Carvalho, 2017) é importante que outras investigações busquem averiguar tais questões junto ao instrumento. Assim sendo, sugere-se que futuramente sejam conduzidos estudos que avaliem os itens do MRI por meio de Teoria de Resposta ao Item e, que investiguem outras fontes de precisão, tais como estabilidade temporal, utilizando-se o delineamento de teste e reteste.

Estudo 6: Evidências de validade baseadas nas relações com variáveis externas – validade discriminante

Considerando-se que os estudos de validade caracterizam-se por serem cumulativos (Primi, 2011) e, ainda, com o objetivo de buscar outras evidências de validade para o instrumento Marcadores de Resiliência Infantil (MRI), o Estudo 6 contemplará a busca por evidências de validade baseadas nas relações com variáveis externas, do tipo discriminante. Segundo Ambiel e Carvalho (2017) tais estudos são bastante utilizados pelos pesquisadores no processo de investigação das qualidades psicométricas de um instrumento. Isto porquê, este tipo de investigação aponta para a qualidade de um instrumento em discriminar comportamentos previamente identificados a partir de outras variáveis, como: sexo, idade, desempenho acadêmico, critério diagnóstico, escore em testes cujos construtos sejam semelhantes, relacionados, ou ainda, diferentes ao construto do teste investigado, dentre outras possibilidades (Alves, Souza, & Batista, 2011; Reppold, Gurgel, & Hutz, 2014).

No caso aqui apresentado, o foco será na comparação entre o MRI e um teste que investigue um construto diferente do construto almejado, uma vez que, em âmbito nacional não existem instrumentos que avaliem a resiliência em crianças (Oliveira & Nakano, 2018). Portanto, tendo em vista o foco deste estudo, faremos um breve detalhamento sobre as evidências de validade com base nas relações com variáveis externas do tipo discriminantes. Este tipo de evidência de validade pode ser alcançado quando escores de um instrumento se diferenciam de variáveis que não estão relacionadas ao construto, sendo que esta ausência de relação é estabelecida a partir de pressupostos teóricos (Freitas & Damásio, 2017). Ou seja, os escores obtidos em uma determinada

medida não devem estar correlacionados a variáveis com as quais, teoricamente, a medida investigada deva se diferenciar (Pasquali, 2011).

Assim, o Estudo 6 busca encontrar evidências de validade baseadas nas relações com variáveis externas de forma discriminante, entre o instrumento MRI e a Escala de Stress Infantil (ESI), uma vez que, segundo a literatura (Brandão, Mahfoud, & Gianordoli-Nascimento, 2011; Infante, 2007; Masten, 2014, 2018) a resiliência pode estar associada ao enfrentamento de situações estressoras auxiliando no processo de alcance de um bom desfecho frente as condições adversas. Deste modo, são esperados resultados com direção negativa e magnitudes baixas entre os escores dos testes.

Objetivo

Investigar as evidências de validade baseadas na relação com variáveis externas, por meio da comparação dos escores dos instrumentos MRI e ESI.

Hipótese

H₀: Os escores dos instrumentos relacionam-se de forma positiva, alta e significativa, apontado para uma convergência dos construtos, de modo que as evidências de validade discriminantes não são confirmadas.

H₁: Os resultados obtidos por meio da análise dos coeficientes de correlação não apontam para uma relação positiva, alta e significativa, sugerindo a divergência dos construtos.

Participantes

Colaboraram com este estudo 136 crianças, sendo 67 do sexo feminino e 69 do sexo masculino, com idades entre 8 e 12 anos ($M=9,66$; $DP=1,27$), sendo que 35 cursavam o 3º ano do Ensino Fundamental (EF) 1, 37 eram alunos do 4º ano do EF1, 27 estavam matriculados no 5º ano do EF1 e 37 cursavam o 6º ano do EF2. O detalhamento das informações referentes a composição da amostra pode ser observado na Tabela 24.

Tabela 24

Detalhamento sociodemográfico dos participantes do Estudo 6

	Sexo Feminino (n=67)		Sexo Masculino (n=69)		Total (n= 136)	
	F	%	F	%	F	%
Ano Escolar						
3º ano	21	31,34	14	20,29	35	25,73
4º ano	22	32,84	15	21,74	37	27,21
5º ano	8	11,94	19	27,54	27	19,85
6º ano	16	23,88	21	30,43	37	27,21
Total	67	100	69	100	136	100
Idade						
8	21	31,34	10	14,49	31	22,79
9	22	32,84	12	17,39	34	25,00
10	7	10,45	25	36,24	32	23,54
11	13	19,40	14	20,29	27	19,85
12	4	5,97	8	11,59	12	8,82
Total	67	100	69	100	136	100

Instrumentos

Marcadores de Resiliência Infantil – MRI

O instrumento foi desenvolvido com a finalidade de avaliar características resilientes em crianças com idades entre 8 e 12 anos. É composto por 22 itens ilustrados, nos quais são apresentadas breves histórias. Nestas as personagens principais (Nina e Nino) encontram-se em uma situação desafiadora, ao avaliando cabe decidir o que fazer caso estivesse no lugar das personagens. A escolha é feita por meio da sinalização de uma das opções A, B ou C na folha de respostas. A pontuação em cada um dos itens, varia entre 0 e 2, e a apresentação das opções são randomizadas a fim de que não se estabeleça um padrão ao longo da execução da tarefa.

A estrutura do instrumento se dá por meio de 6 pequenas subescalas, sendo a primeira denominada Vulnerabilidade, composta por quatro itens, a segunda *Coping* (três itens), Inteligência emocional (quatro itens), Bem-estar subjetivo (três itens), *Locus* de controle (cinco itens) e Habilidade é composta por três itens. Os construtos apresentados por estas subescalas, segundo o modelo teórico proposto por Castillo e colaboradores (2016), estão envolvidos no processo de uma resposta resiliente. O instrumento encontra-se em processo de desenvolvimento e de investigação de suas propriedades psicométricas.

Escala de Stress Infantil – ESI (Lipp & Lucarelli, 2005)

O instrumento ESI tem como objetivo verificar a presença de sintomas de estresse em crianças, de ambos os sexos, com idades entre 6 e 14 anos. A escala avalia tais sintomas por meio de quatro fatores, reações físicas (ESI 1),

reações psicológicas (ESI 2), reações psicológicas com componentes depressivos (ESI 3) e reações psicofisiológicas (ESI 4), bem como por uma pontuação total. Ao todo são apresentados 35 itens em forma de escala *Likert* de cinco pontos, variando de 0 a 4.

O processo de aplicação do instrumento envolve solicitar que a criança leia uma afirmação, e, em seguida, sinalize a frequência com que sente o sintoma descrito, utilizando-se de um círculo dividido em quatro partes iguais, o qual é apresentado ao final de cada item. Para tanto, a criança pode fazer uso de lápis colorido, ou outro material que achar conveniente, e deve pintar a quantidade de partes que achar que corresponda a frequência com que sente o sintoma. Ou seja, deve deixar em branco, caso acredite que não sente o sintoma descrito. Deve pintar uma parte, caso sinta “um pouco” o sintoma, duas partes caso seja “às vezes”, três partes para “quase sempre” e quatro partes para “sempre”. A apuração se dá pela contagem dos valores apontados pelos participantes (0, 1, 2, 3 ou 4) de acordo com a quantidade de partes pintadas em cada círculo.

Uma série de estudos acerca de suas qualidades psicométricas foram desenvolvidos e apontaram para evidências positivas de validade e precisão (Lipp & Lucarelli, 2005, Lucarelli & Lipp, 1999). Importante destacar que este instrumento encontrava-se aprovado pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) com prazos para apresentação de novos estudos de normatização até 15/10/2018 e de validação até 15/10/2023.

Procedimentos

O presente estudo foi submetido a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, como um adendo ao projeto anteriormente aprovado. Após a aprovação da referida emenda, foram contatadas, por conveniência, escolas públicas e particulares da Região Metropolitana de Campinas a fim de apresentar-lhes a pesquisa e consultá-las acerca do interesse em participarem deste estudo.

Dentre estas, uma escola pública aceitou o convite para colaborar junto a pesquisa, de modo que foram agendadas reuniões com os responsáveis pela instituição. Encerrados os trâmites iniciais, foram agendadas visitas à escola, nestas ocasiões ocorreram as testagens, de forma coletiva em sala de aula. O tempo de testagem foi de aproximadamente 80 minutos. Importante destacar que as testagens envolveram a administração dos dois instrumentos selecionados para este estudo, os quais foram apresentados anteriormente. A ordem de aplicação foi o ESI seguido pelo MRI, em uma única sessão.

A pesquisadora também se colocou à disposição da comunidade escolar para esclarecimentos que fossem necessários no que se refere à participação das crianças na pesquisa. Como forma de agradecimento, foram oferecidas à escola, palestras sobre o desenvolvimento da resiliência em crianças e sua relação junto ao stress infantil. Tais atividades foram endereçadas aos professores e demais funcionários. Após as aplicações, foi construído um banco de dados contendo informações sociodemográficas de cada participante (sexo, idade e nível de escolaridade), bem como suas respostas a cada um dos itens de ambos os instrumentos.

No que se refere ao tipo de análise de dados empregada, conforme orientações presentes na literatura (Figueiredo Filho & Silva Júnior, 2009), uma vez que um dos pressupostos teóricos, tais como linearidade da relação e normalidade da distribuição, não são garantidos pela amostra, não se recomenda a utilização da análise paramétricas. Portanto, realizou-se a verificação da existência ou não de tais pressupostos junto aos dados. E, uma vez estes não foram encontrados, optou-se por avaliar a relação entre os instrumentos por meio da análise dos coeficientes de correlação de Spearman. Segundo Aguiar (2007), os critérios recomendados na literatura científica para a interpretação deste tipo de análise devem ser semelhantes aos aplicados para os valores de r de Pearson.

Sendo assim, considerando que os valores dos coeficientes de correlação podem variar entre 0 e 1, positiva e negativamente, os seguintes intervalos foram observados na interpretação dos resultados das análises: foram compreendidos como indicadores de efeito pequeno valores inferiores a 0,30; valores entre 0,30 a 0,50 foram considerados moderados. Por sua vez, foram entendidos como indicadores de efeito forte valores presentes no intervalo de 0,50 a 0,80; e, por fim, os valores superiores a 0,80 foram interpretados como de efeito muito forte (Valentini & Laros, 2012).

Análise de dados

Com auxílio do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) realizou-se o teste de normalidade da amostra, a fim de verificar qual tipo de análise seria mais adequada para a condução deste estudo. Os resultados obtidos por meio do Teste de Kolmogorov-Smirnov foram altamente

significativos, indicando a ausência de normalidade para todos os fatores e para a pontuação total, tanto para o instrumento MRI, quanto para o ESI. Conforme é possível observar nos exemplos das Figuras 6 e 7 há presença de curvas assimétricas positiva para o MRI e negativa para o ESI.

Resultados

Os resultados da correlação de Spearman são apresentados na Tabela 25 e indicaram correlações positivas e negativas entre as variáveis analisadas nos instrumentos, as quais variaram entre $r_s = -0,219$ e $r_s = 0,052$, o que aponta para uma relação de efeito pequeno entre os instrumentos, conforme esperava-se a partir dos pressupostos teóricos.

Tabela 25

Correlação de Spearman para as variáveis do MRI e ESI

	ESI 1 – Reações Físicas	ESI 2 – Reações Psicológicas	ESI 3 – Reações Psicológicas com componentes depressivos	ESI 4 – Reações psicofisiológicas	ESI total
MRI 1 - Vulnerabilidade	-0,007	0,052	-0,051	-0,076	-0,013
MRI 2 - <i>Coping</i>	-0,084	-0,080	-0,140	-0,086	-0,111
MRI 3 Inteligência Emocional	-0,161	-0,089	-0,190*	-0,168*	-0,173*
MRI 4 Bem-estar subjetivo	-0,094	-0,054	-0,151	-0,047	-0,106
MRI 5 <i>Locus</i> de Controle	-0,002	-0,016	-0,219*	0,000	-0,073
MRI 6 Habilidade	-0,082	-0,174*	-0,129	-0,032	-0,161
MRI total	-0,082	-0,065	-0,202*	-0,086	-0,131

* $p \leq 0,05$

Entretanto, somente as interações entre MRI 3 – Inteligência emocional e ESI 3 – Reações Psicológicas com componentes depressivos ($r_s = -0,190$; $p \leq 0,05$), MRI 3 – Inteligência Emocional e ESI 4 – Reações psicofisiológicas ($r_s = -0,168$; $p \leq 0,05$), MRI 3 – Inteligência Emocional e ESI total ($r_s = -0,173$; $p \leq 0,05$), MRI 5 – Locus de controle e ESI 3 – Reações psicológicas com componentes depressivos ($r_s = -0,219$; $p \leq 0,05$), MRI 6 – Habilidade e ESI 2 – Reações Psicológicas ($r_s = -0,174$; $p \leq 0,05$) e MRI total e ESI 3 - Reações psicológicas com componentes depressivos ($r_s = -0,202$; $p \leq 0,05$), mostraram-se significativas.

Note-se que nenhuma relação significativa foi encontrada entre as reações físicas do ESI e as medidas do MRI. Os fatores reações fisiológicas, psicofisiológicas e a pontuação total apresentaram correlação significativa e negativa com apenas uma medida do MRI. Por outro lado, a medida de reações psicológicas com componentes depressivos foi a que mais se relacionou à medida de resiliência. Tais resultados corroboram a hipótese de que a resiliência esteja envolvida em processos de combate ao stress (Brandão et al., 2011; Infante, 2007; Masten, 2014), possivelmente associada à diminuição de sintomas psicológicos, sintomas psicofisiológicos e sintomas psicofisiológicos com componentes depressivos.

Discussão

Conduzir estudos que investiguem diferentes evidências de validade é uma estratégia importante para compreender, de forma mais aprofundada, as características psicométricas de um instrumento (Ambiel & Carvalho, 2017; Primi, 2011). Dentre suas contribuições, estudos baseados nas relações com

variáveis externas podem auxiliar na verificação das possíveis relações entre os escores obtidos junto ao instrumento desenvolvido e variáveis externas, as quais, são selecionadas a partir de critérios teoricamente estabelecidos (Freitas & Damásio, 2017; Pasquali, 2011; Reppold et al., 2014).

A partir disto, é importante retomar que autores como Brandão (2009), Infante (2007), Masten (2001, 2014, 2018) e Prince-Embury (2013) defendem que a resiliência seja compreendida, não apenas como uma ação de enfrentamento de situações adversas, mas também que esteja envolvida em processos de resistência e combate ao estresse. Concordando com esta afirmação, Castillo, Castillo-López, López, Sánchez, e Dias (2016), ainda afirmam que percepções elevadas de estresse têm sido associadas a menores níveis de resiliência. Desta forma, optou-se por conduzir esse estudo, promovendo a comparação entre os escores obtidos junto ao MRI e os escores obtidos junto a escala ESI, a qual permite a identificação da presença do estresse e sua fase.

Portanto, a partir dos pressupostos teóricos, foi possível desenvolver a hipótese de que a comparação entre os resultados dos instrumentos resultaria em correlações de magnitudes baixas com direções negativas, visto que a resiliência tem sido apontada como um construto que auxilia o processo de enfrentamento ao estresse (Brandão, 2009; Infante, 2007; Masten, 2001, 2014, 2018; Prince-Embury, 2013). Os resultados obtidos confirmaram a hipótese apresentada, pois foram observadas correlações, em sua maioria, negativas e baixas. Cabe ressaltar que foram identificadas seis interações significativas, e que todas estas, apresentaram magnitudes baixas e negativas.

O que se pôde observar é que o Fator 3 – Inteligência emocional do instrumento MRI relacionou-se ao Fator 3 – Reações psicológicas com componentes depressivos, 4 – Reações psicofisiológicas e Total do instrumento ESI. Segundo Castillo e colaboradores (2016) o conceito de Inteligência emocional, enquanto uma dimensão envolvida no processo resiliente, refere-se à capacidade de um indivíduo em identificar, compreender e regular suas emoções. Considerando que as reações psicológicas com componentes depressivos são representadas por sintomas tais como: desejos ou condutas agressivas, não desejar, ou ainda, não ter disposição para realizar atividade que antes lhe interessava (Lipp & Lucarelli, 2005) e que, por sua vez, as reações psicofisiológicas, são representadas por sintomas como sentir-se tímido, envergonhado e nervoso (Lipp & Lucarelli, 2005), é possível inferir de que a capacidade de manejo emocional esteja associada ao enfrentamento destes sintomas. Cabe também apontar, que a inteligência emocional também mostrou-se relevante para o enfrentamento do total de sintomas de estresse.

Também foi identificada uma correlação de magnitude baixa e negativa entre o Fator 5 – *Locus* de controle (MRI) e o Fator 3 – Reações psicológicas com componentes depressivos (ESI). Para Castillo e colaboradores (2016) esta dimensão da resiliência (*Locus* de controle) refere-se à capacidade de um indivíduo em controlar seu comportamento, em especial no que diz respeito ao desempenho acadêmico, a fim de alcançar bons resultados. Para Lipp e Lucarelli (2005), as reações psicológicas com componentes depressivos, também englobam sintomas de estresse relacionados a questões acadêmicas, como ser (ou não) capaz de aprender coisas, boa capacidade de memória (“tenho andado muito esquecido”) e interesse pelos estudos. Desta forma, a relação apresentada

por esses fatores mostra-se teoricamente coerente, sendo possível afirmar que a capacidade de controle comportamental acadêmico esteja envolvido em processos de combate a sintomas psicológicos com componentes depressivos.

No que diz respeito ao Fator 6 – Habilidade (MRI), observou-se que este apresentou uma correção de magnitude baixa e negativa junto ao Fator 2 – Reações Psicológicas (ESI). Segundo o modelo de Castillo e colaboradores (2016) esta dimensão refere-se à capacidade de um indivíduo em buscar excelência em suas atividades, comportando-se objetivamente para isto. Por sua vez, Lipp e Lucarelli (2005) afirmam que os sintomas psicológicos do estresse envolvem questões tais como preocupações com eventos negativos futuros, dificuldade para dormir, sentir-se assustado, nervoso e aflito. Assim sendo, a partir dos resultados é possível inferir que indivíduos que apresentem comportamentos de busca por excelência em suas atividades, tenham menor incidência de sintomas psicológicos de estresse.

Por fim, observou-se que o fator geral - Total MRI, apresentou correlação baixa, significativa e negativa junto ao Fator 3 – Reações psicológicas com componentes depressivos (ESI). Deste modo, a partir dos pressupostos de Castillo e colaboradores (2016) é possível afirmar que a resiliência caracterize-se pelo processo dinâmico entre os diferentes elementos fundamentais (fatores), os quais seriam recursos individuais, que diante de uma adversidade real ou percebida, seriam acionados a fim de desencadear uma resposta de adaptação positiva. Por sua vez, conforme apresentado anteriormente, Lipp e Lucarelli (2005) defendem que as reações psicológicas com componentes depressivos associados envolvem aspectos relacionados à condutas agressivas, falta de desejo ou disposição para realizar atividades que antes lhes interessava e

dificuldades acadêmicas. A partir disto, é possível afirmar que o conjunto das habilidades resilientes estejam associadas ao enfrentamento de tais sintomas de estresse.

Portanto, após a condução deste estudo é possível afirmar que foram encontradas evidências de validade baseadas na relação com variáveis externas do tipo discriminante. Tal como esperado, correlações de baixa magnitude e negativas foram encontradas entre as medidas dos instrumentos, de modo a confirmar que se tratam de construtos diferenciados e que atuam de modo inverso no indivíduo, ou seja, quanto maior o nível de resiliência, menor a possibilidade de apresentação de sintomas de estresse. Assim, a presença de características resilientes poderia atuar como fator de proteção, atuando de modo a auxiliar o indivíduo a enfrentar, de modo mais positivo, eventos potencialmente estressantes.

Importante ressaltar que limitações se fizeram presentes ao longo desta investigação, dentre elas pode-se citar as diferenças entre os instrumentos, sendo o MRI caracterizado por itens em formato de histórias, nas quais são avaliadas competências relacionadas aos domínios da resiliência, enquanto o ESI caracteriza-se por ser um instrumento de autorrelato, no qual avaliam-se a presença de sintomas de estresse. Diante dessas diferenças no processo de resposta, diferentes recursos cognitivos são exigidos do sujeito. Enquanto o MRI baseia-se muito mais em respostas do tipo projetivas, as do ESI envolvem outros processos, relacionados à compreensão do item, a identificação (ou não) com o conteúdo e a transformação da frequência de ocorrência dentre os diferentes níveis possíveis. A diferença entre os processos, incluindo a questão referente ao autoconhecimento pode ter exercido influência importante nos resultados.

Outra questão que deve ser considerada refere-se ao fato de a amostra de participante ser proveniente de apenas uma escola, de modo que a variabilidade amostral não foi alcançada. Assim, outros estudos podem aprofundar a compreensão acerca desta propriedade psicométrica do instrumento.

Estudo 7: Evidências de validade baseadas nas relações entre variáveis externas – validade critério³

Dentre as diferentes possibilidades de investigação das qualidades psicométricas de um instrumento, as evidências de validade com base nas relações com variáveis externas do tipo validade de critério têm sido bastante utilizadas (Ambiel & Carvalho, 2017; *American Educational Research Association [AERA]*, *American Psychological Association [APA]*, & *National Council of Measurement in Education [NCME]*, 2014; Freitas & Damásio, 2018). Para sua realização é necessário que se estabeleça uma variável chamada critério externo, que, a partir do embasamento teórico, empírico e lógico, se associe ao construto avaliado pelo teste em análise (Nunes & Primi, 2010). Ainda de acordo com os autores, a validade de critério possibilita a identificação de pessoas pertencentes a grupos diferenciados, como aqueles compostos por indivíduos que atendem a um conjunto de critérios, diferenciando-os de pessoas que não atendem.

Esse é o objetivo aqui almejado: identificar grupos pertencentes, hipoteticamente, a diferentes níveis e fatores de risco. No estudo aqui relatado, o critério envolveu a origem dos participantes. Assim, cinco diferentes grupos foram comparados (estudantes de escola pública situada em uma comunidade carente – Grupo 1, estudantes de uma escola pública rural – Grupo 2, estudantes de escola particular bilíngue de período integral – Grupo 3, crianças de diferentes escolas públicas da cidade de São Paulo que frequentavam uma ONG em

Nota³: O estudo 7 foi submetido, em forma de artigo, à revista *Estudos de Psicologia* (Campinas), sob o título “Children’s Resilience Markers’ validity evidence – criterion kind”, em novembro de 2018 e aguarda avaliação.

contraturno escolar – Grupo 4 e jogadores de base de um time paulista de futebol – Grupo 5). A hipótese a ser investigada envolve a ideia de que os Grupos 1 e 2 provavelmente, pelas condições econômicas e localização de moradia e estudo, apresentariam mais fatores de risco e, portanto, menor desempenho no instrumento. Por outro lado, os Grupos 3, 4 e 5 apresentariam maiores suportes e, conseqüentemente, mais fatores de proteção.

Almeja-se que, ao investigar possíveis diferenças entre grupos, a compreensão da capacidade de discriminação do instrumento MRI possa ser confirmada. Neste sentido, no presente estudo, a busca por evidências de validade com base nas relações externas do tipo validade de critério ocorrerá através da comparação de grupos.

Objetivo

Investigar as evidências de validade baseadas na relação com variáveis externas do tipo validade de critério, por meio da comparação entre grupos.

Hipótese

H₀: Os resultados obtidos por meio da comparação entre as médias apontam para a ausência de diferença nas pontuações entre os diferentes grupos investigados.

H₁: Os resultados obtidos apontam para a capacidade de discriminação entre os grupos.

Participantes

Participaram, do presente estudo, 500 crianças de cidades da Região Metropolitana de Campinas (RMC) e da Grande São Paulo, com idades entre 8

e 12 anos ($M=9,86$; $DP=1,28$), sendo 223 meninas e 277 meninos. Quanto aos anos escolares, 14 eram alunos do 2º ano do Ensino Fundamental (EF) 1, 123 estavam matriculados no 3º ano do EF1, 105 eram do 4º ano do EF1, 128 eram alunos do 5º ano do EF1, 116 eram do 6º ano do EF2 e 14 eram alunos do 7º ano do EF2, divididos em cinco grupos.

- G1: 136 alunos de uma escola pública situada em uma comunidade carente, considerada de grande risco social da RMC
- G2: 156 alunos de uma outra escola pública situada na área rural da RMC
- G3: 48 alunos de uma escola particular bilíngue de período integral, de uma cidade da RMC
- G4: 121 crianças, alunos de diferentes escolas públicas da cidade de São Paulo que frequentavam uma ONG em contraturno escolar
- G5: 39 atletas provenientes de um time de base de um futebol na cidade de São Paulo.

Importante informar, que dos 500 participantes, 461 já tinham colaborado junto aos Estudos 5 e 6. Um maior detalhamento da amostra, pode ser observado na Tabela 26.

Instrumento

Para este estudo, foi utilizado o instrumento Marcadores de Resiliência Infantil (MRI), em sua versão aprimorada após o Estudo 5, contendo 22 itens, agrupados em seis fatores ou subescalas (Vulnerabilidade, *Coping*, Inteligência emocional, Bem-estar subjetivo, *Locus* de controle e Habilidade).

Tabela 26

Características sociodemográficas dos grupos – Estudo 7

Caracte- rísticas		Grupo										Total (n=500)	
		1 (n=136)		2 (n=156)		3 (n=48)		4 (n=121)		5 (n=39)		F	%
		F	%	F	%	F	%	F	%	F	%		
Sexo	Fem	67	49,26	74	47,44	25	52,08	57	47,11	0	0	223	44,60
	Mas	69	50,74	82	52,56	23	47,92	64	52,89	39	100	277	55,40
	Total	136	100	156	100	48	100	121	100	39	100	500	100
Idade	8	31	22,79	14	8,97	19	39,58	25	20,66	0	0,00	89	17,80
	9	34	25,00	43	27,56	11	22,92	31	25,62	1	2,57	120	24,00
	10	32	23,53	35	22,44	13	27,08	33	27,27	6	15,38	119	23,80
	11	27	19,85	37	23,72	5	10,42	25	20,66	18	46,15	112	22,40
	12	12	8,83	27	17,31	0	0,00	7	5,79	14	35,90	60	12,00
	Total	136	100	156	100	48	100	121	100	39	100	500	100
Ano Escolar	2º	0	0,00	0	0,00	14	29,16	0	0,00	0	0,00	14	2,80
	3º	35	25,74	44	28,21	11	22,92	33	27,27	0	0,00	123	24,60
	4º	37	27,21	32	20,51	8	16,67	26	21,49	2	5,12	105	21,00
	5º	27	19,84	39	25,00	15	31,25	36	29,75	11	28,21	128	25,60
	6º	37	27,21	41	26,28	0	0,00	23	19,01	15	38,46	116	23,20
	7º	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	2,48	11	28,21	14	2,80
	Total	136	100	156	100	48	100	121	100	39	100	500	100

Procedimentos

Inicialmente o presente estudo foi submetido a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas como um adendo ao projeto inicialmente aprovado. De modo que foram utilizados os dados dos 461 participantes que colaboraram junto aos estudos 5 e 6, e foram acrescentados 39 participantes – do grupo 5 – para o Estudo 7.

Faz-se necessário informar que a pesquisadora, na condução dos referidos estudos, realizou todos os procedimentos éticos fundamentais para a

realização da parceria junto as instituições, de modo que, foram entregues a carta de autorização para o(a) responsável pela instituição (Anexo 2 e 10), assim como os TCLEs para os pais e/ou responsáveis (Anexos 6 e 11) e de assentimento (Anexos 9 e 12), uma semana antes do prazo previsto para início da coleta de dados. Também se colocou à disposição para esclarecimentos que fossem necessários junto às famílias no que se refere à participação das crianças na pesquisa. Como forma de agradecimento, foram oferecidas, às instituições, palestras sobre o desenvolvimento da resiliência em crianças para professores e demais profissionais.

No que diz respeito aos participantes do G5, ou seja, das crianças provenientes do time de base de um clube paulista de futebol, inicialmente procurou-se pela psicóloga responsável, a fim de apresentar-lhe a pesquisa e verificar o interesse de colaboração junto a esta. Em seguida, foram agendadas reuniões com as famílias, de modo a propor a atividade e consultá-los quanto a possibilidade de colaboração de seus filhos. Nesta ocasião foram entregues os TCLEs (Anexo 6) e os termos de assentimento (Anexo 9). Após isto, foram agendadas visitas ao clube no momento anterior aos treinos, para que coletivamente, fosse aplicado o instrumento.

Análise de dados

Faz-se necessário destacar que importante parte da amostra foi obtida em estudos anteriores e, portanto, tais participantes responderam à versão do instrumento MRI contendo 27 itens. Assim, diante da exclusão de cinco itens após a Análise Fatorial Confirmatória (realizada ao longo do Estudo 5), somente as respostas dos 22 itens que compõem a versão final do instrumento foram

consideradas na análise. Após todas essas ações os dados destes participantes do G5 foram acrescentados ao banco de dados original e, em seguida, com o auxílio do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 22 foram realizadas as análises estatísticas referentes as médias, desvios padrão, Análise Univariada da Variância (ANOVA), *Post Hoc* – Teste das Diferenças Honestamente Significativas (DHS) de Tukey, e tamanho do efeito por meio de *d* de Cohen, os quais foram interpretados a partir das orientações de Espírito-Santo e Daniel (2015). Assim sendo, foram interpretados como indicadores de efeito insignificante valores inferiores a 0,19, de efeito pequeno valores no intervalo entre 0,20 e 0,49, de efeito médio valores no intervalo entre 0,50 e 0,79, de efeito grande valores no intervalo entre 0,80 e 1,29 e de efeito muito grande valores superiores a 1,30.

Resultados

A primeira análise realizada compreendeu a avaliação das médias dos participantes de cada um dos cinco grupos, bem como a estimativa da média obtida pelo total dos participantes. Foram analisadas as médias para todas as medidas do MRI, ou seja, de seus seis fatores e do total do instrumento (Tabela 27). Os resultados apontaram, de forma geral, que os piores desempenhos foram apresentados pelos participantes do G1 (crianças de escola pública situada em região carente) com médias mais baixas que os demais grupos nos Fatores 4 – Bem-estar subjetivo e 6 – Habilidade. Do mesmo modo, os participantes do G5 (atletas) também apresentaram menores médias que os demais grupos nos Fatores 1 – Vulnerabilidade, 2 – *Coping*, 3 – Inteligência emocional e 5 – *Locus* de controle, bem como na pontuação total. Em outro oposto, as médias mais

altas foram obtidas pelo G2 (escola pública rural) nas medidas de *coping* e pontuação total, pelo G3 (escola particular bilíngue) em inteligência emocional e habilidade, pelo G4 (frequentadores de ONG) no fator referente a vulnerabilidade e *locus* de controle e, por fim, pelo Grupo 5 (atletas) em relação ao bem-estar subjetivo.

Tabela 27
Médias, Desvios Padrão e ANOVA para os grupos

Grupos		Medidas do MRI						
		Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6	Total
G1	M	5,09	3,95	5,74	4,10	7,32	3,90	30,10
(n=136)	DP	2,03	1,76	1,94	1,51	2,43	1,54	8,33
G2	M	5,62	4,72	6,75	4,63	8,13	4,63	34,48
(n=156)	DP	1,80	1,29	1,47	1,12	2,17	1,32	6,31
G3	M	5,19	3,75	6,92	4,31	7,79	4,94	32,90
(n=48)	DP	1,88	1,99	1,16	1,25	3,04	1,29	8,43
G4	M	5,83	4,45	6,28	4,65	8,30	4,49	34,00
(n=121)	DP	1,84	1,65	1,91	1,33	2,29	1,51	8,41
G5	M	5,03	2,87	4,92	5,13	5,82	4,13	27,90
(n=39)	DP	1,91	1,82	1,76	0,65	3,06	1,41	7,54
Total	M	5,44	4,21	6,24	4,50	7,74	4,39	32,51
(n=500)	DP	1,91	1,71	1,81	1,30	2,52	1,47	8,01
F		3,464*	12,769*	13,807*	6,829*	9,584*	7,149*	10,460*

* $p \leq 0,01$

Nota: M= média; DP= desvio padrão; Fator 1 – Vulnerabilidade, Fator 2 – *Coping*, Fator 3 – Inteligência emocional, Fator 4 – Bem-estar subjetivo, Fator 5 – *Locus* de controle, Fator 6 – Habilidade. Grupos: 1 – escola carente; 2 – escola rural; 3 – particular bilíngue; 4 – ONG e 5 – futebol.

Após a verificação das médias dos grupos, procedeu-se com a Análise Univariada da Variância (ANOVA) para que fosse possível compreender se a variável grupo exercia influência significativas nos resultados do teste. Os resultados apontaram para influência altamente significativa desta variável para todos os fatores do instrumento e para o total do mesmo, conforme apresentado na Tabela 27. Diante desses resultados, a fim de explorar as diferenças entre os diferentes conjuntos de médias, executou-se o teste de *Post Hoc* DHS de Tukey, cujos resultados podem ser visualizados na Tabela 28. E, em seguida, procedeu-se com as análises do tamanho de efeito (d de Cohen) para cada interação.

Tabela 28

Resultados do teste de Post Hoc DHS de Tukey

MRI		Grupos				
		1	2	3	4	5
Vulnerabilidade	1	-	-	-	-0,738	-
	2	-	-	-	-	-
	3	-	-	-	-	-
	4	0,738	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-
Coping	1	-	-0,769	-	-	1,077
	2	0,769	-	0,968	-	1,846
	3	-	-0,968	-	-	-
	4	-	-	-	-	1,583
	5	-1,077	-1,846	-	-1,583	-

Nota: $p \leq 0,05$ para os valores apresentados

Continua

Tabela 28

Resultados do teste de Post Hoc DHS de Tukey

MRI		Grupos				
		1	2	3	4	5
Inteligência	1	-	-1,007	-1,174	-	-
Emocional	2	1,007	-	-	-	1,827
	3	1,174	-	-	-	1,994
	4	-	-	-	-	1,358
	5	-	-1,827	-1,994	-1,358	-
Bem-estar	1	-	-0,533	-	-0,557	-1,033
subjetivo	2	0,533	-	-	-	-
	3	-	-	-	-	-0,816
	4	0,557	-	-	-	-
	5	1,033	-	0,816	-	-
<i>Locus</i>	1	-	-0,811	-	-0,974	1,503
de controle	2	0,811	-	-	-	2,314
	3	-	-	-	-	1,971
	4	0,974	-	-	-	2,477
	5	-1,503	-2,314	-1,971	-2,477	-
Habilidade	1	-	-0,724	-1,033	-0,583	-
	2	0,724	-	-	-	-
	3	1,033	-	-	-	-
	4	0,583	-	-	-	-
	5	-	-	-	-	-

Nota: $p \leq 0,05$ para os valores apresentados

Continuação

Tabela 28

Resultados do teste de Post Hoc DHS de Tukey

Total	1	-	-4,378	-	-3,897	-
	2	4,378	-	-	-	6,583
	3	-	-	-	-	4,998
	4	3,897	-	-	-	6,103
	5	-	-6,583	-4,998	-6,103	-

Nota: $p \leq 0,05$ para os valores apresentados

Conclusão

No Fator 1 – Vulnerabilidade, uma única diferença das médias se mostrou significativa, ocorrendo entre o G1 (escola pública situada em uma comunidade carente) e G4 (ONG), a favor deste último, mas com tamanho de efeito pequeno ($d=0,38$; $p \leq 0,001$). No que diz respeito ao Fator 2 – *Coping*, foram encontradas várias diferenças significativas entre os grupos. Em três casos o tamanho do efeito foi médio: entre o G1 (escola pública situada em uma comunidade carente) e G2 (escola pública em área rural) a favor do G2 ($d=0,50$; $p \leq 0,001$), entre o G1 e G5 (jogadores de times de base de futebol), a favor do G1 ($d=0,55$; $p \leq 0,001$) e entre G2 e G3 (escola particular bilíngue) a favor do G2 ($d=0,58$; $p \leq 0,001$). Outras duas comparações apresentaram tamanho grande de efeito, sendo entre o G2 e G5 a favor do primeiro ($d=1,17$; $p \leq 0,001$) e, entre G4 (ONG) e G5 a favor do G4 ($d=0,91$; $p \leq 0,001$).

Para o Fator 3 – Inteligência emocional, observou-se diferenças significativas para o G1 (escola pública situada em uma comunidade carente) em comparação ao G2 (escola pública em zona rural) e G3 (escola particular bilíngue). Nestas comparações as médias foram significativamente superiores

para o G2 ($d=0,59$; $p\leq 0,001$) e G3($d=0,74$; $p\leq 0,001$), com tamanhos de efeito considerados médios. As diferenças das médias entre o Grupo 5 (jogadores de times de base de futebol) e os grupos G2, G3 e G4, também se mostraram significativas apontando para médias superiores para estes últimos grupos, em comparação ao G5, os tamanhos de efeito observados foram grandes para a comparação entre G5 e G2 ($d=1,13$; $p\leq 0,001$) e médios para G5 e G3 ($d=0,67$; $p\leq 0,001$), bem como para G5 e G4 ($d=0,74$; $p\leq 0,001$).

No que diz respeito ao Fator 4 – Bem-estar subjetivo, foram encontradas diferenças significativas entre o Grupo 1 (escola pública situada em uma comunidade carente) e os Grupos 2 (escola pública em zona rural), 4 (ONG) e 5 (jogadores de times de base de futebol). As médias superiores foram identificadas para os Grupos 2, 4 e 5 em comparação ao Grupo 1, com tamanhos de efeito considerados pequenos para a interação 1 e 2 ($d=0,40$; $p\leq 0,001$), 1 e 4 ($d=0,39$; $p\leq 0,001$) e grande para a interação 1 e 5 ($d=0,89$; $p\leq 0,001$). Também foram identificadas diferenças significativas na comparação entre o Grupo 5 e os Grupos 3 (escola particular bilíngue) e 4 (ONG), tais diferenças foram a favor do Grupo 5, os tamanhos dos efeitos obtidos foram considerados grande para a comparação entre 5 e 3 ($d=0,82$; $p\leq 0,001$) e pequeno para a interação 5 e 4 ($d=0,46$; $p\leq 0,03$).

O Fator 5 – *Locus* de controle foi o fator que apresentou maior número de comparações significativas, de modo que o Grupo 1 (escola pública situada em uma comunidade carente) quando comparado ao Grupo 2 (escola pública rural) e o Grupo 4 (ONG), apresentou médias inferiores a ambos, o tamanho do efeito observado foi considerado pequeno tanto para a interação G1 e G2 ($d=0,35$; $p\leq 0,001$), quanto para a interação entre G1 e G4 ($d=0,42$; $p\leq 0,001$). Ainda no

que diz respeito as comparações realizadas junto ao Grupo 1, foi observada diferença significativa em sua interação ao Grupo 5 (jogadores de times de base de futebol), a favor do Grupo 1, com tamanho de efeito médio ($d=0,54$; $p\leq 0,001$). Dando continuidade aos resultados referentes ao Fator 5, foram identificadas diferenças significativas entre o Grupo 5 e os grupos 2, 3 (escola particular bilíngue) e 4, favorecendo os grupos 2, 3 e 4. Para estes o tamanho do efeito identificado foi considerado grande para a diferença entre o Grupo 5 e 2 ($d=0,87$; $p\leq 0,001$), médio para o Grupo 5 e 3 ($d=0,65$; $p\leq 0,001$) e grande para 5 e 4 ($d=0,92$; $p\leq 0,001$).

Quanto ao Fator 6 – Habilidade, encontrou-se diferenças significativas entre as médias do G1 (escola pública situada em comunidade carente) em comparação aos G2 (escola pública rural), G3 (escola particular bilíngue) e G4 (ONG), os últimos grupos apresentaram médias superiores em relação ao G1, sendo que o tamanho do efeito foi considerado médio para a interação entre G1 e G2 ($d=0,51$; $p\leq 0,001$) e G1 e G3 ($d=0,73$; $p\leq 0,001$), e considerado pequeno para a interação entre o G1 e G4 ($d=0,39$; $p\leq 0,001$).

Por fim, no que se refere as médias totais obtidas junto ao instrumento MRI, observou-se diferenças significativas entre o G1 (escola pública situada em comunidade carente) e os G2 (escola pública rural) e G4 (ONG), sendo favorecidos os dois últimos grupos. O tamanho de efeito foi considerado médio para a interação entre G1 e G2 ($d=0,59$; $p\leq 0,001$) e pequeno para a interação entre G1 e G4 ($d=0,47$; $p\leq 0,001$). Também foram identificadas diferenças significativas na comparação entre o Grupo 5 (jogadores de times de base de futebol) e os Grupos 2, 3 (escola particular bilíngue) e 4, nos quais foram favorecidos os Grupos 2 ($d=1,15$; $p\leq 0,001$), 3 ($d=1,07$; $p\leq 0,001$) e 4 ($d=1,11$;

$p \leq 0,001$). O tamanho do efeito obtido foi considerado grande para as três interações.

Discussão

Considerando a relevância de estudos que buscam verificar as evidências de validade com base nas relações com variáveis externas do tipo critério (Ambiel & Carvalho, 2017; AERA, APA & NCME, 2014; Freitas & Damásio, 2018) entendeu-se que se fazia prudente investigar esta característica junto ao instrumento MRI. Desta forma, buscou-se estabelecer uma variável que pudesse ser considerada como um critério externo, de modo que fosse possível identificar indivíduos pertencentes à grupos, cujas características, associassem-se ao construto avaliado pelo teste em análise (Nunes & Primi, 2010).

Dentre as limitações desse tipo de estudo, Souza, Alexandre, e Guirardello (2017) afirmam que investigações desta natureza se tornam desafiadoras em determinadas ocasiões, pois existem áreas do conhecimento nas quais não existem medidas do tipo “padrão-ouro”, sendo o caso aqui apresentado. Tal limitação se mostra bastante relevante, especialmente no que se refere ao construto investigado pela presente pesquisa, pois, para a população alvo, em âmbito nacional, não existem instrumentos aprovados pelo SATEPSI que avaliem a resiliência e que possam ser utilizados para fins de comparação (Oliveira & Nakano, 2018). Assim, para que fosse possível a seleção de um critério que pudesse auxiliar neste processo de investigação, buscou-se compreender em quais contextos se pode observar o desenvolvimento e a promoção de habilidades associadas à resiliência.

Para isso, é importante notar que, no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) (Brasil, 1996) defende que a educação seja desenvolvida para além dos limites da escola formal, desta maneira os programas sociais, os quais são oferecidos em período alternado ao turno escolar, apresentam-se como uma possibilidade de, não apenas ampliar o desenvolvimento educacional, mas também são considerados como uma estratégia valiosa de proteção à crianças e adolescentes que encontram-se em condições menos favorecidas economicamente (Matias, 2009).

A proposta destas instituições, comumente denominadas de organizações não governamentais (ONGs) tem, como base, o princípio do desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, promovendo o espaço de convívio em sociedade e de exercício da cidadania (Matias, 2010). Ainda neste sentido, Matias (2009) e Silva e Nakano (2018) afirmam que neste processo de educação não formal, os participantes vivenciam experiências enriquecedoras, as quais, por sua vez, podem promover o desenvolvimento de características relacionadas a condutas resilientes, tais como: afetos positivos (Milgram & Palti, 1993), atitudes altruístas (Zolkoski & Bullock, 2012), autonomia e autoeficácia (Bernard, 1993; Prince-Embury, 2013; Zolkoski & Bullock, 2012), estratégias eficazes de enfrentamento (*coping*) (Milgram & Palti, 1993; Prince-Embury, 2013; Zolkoski & Bullock, 2012), controle emocional frente as críticas e adversidades (Milgram & Palti, 1993), persistência (Bernard, 1993), otimismo (Castillo et al., 2016), dentre outras. Por tal motivo, crianças que frequentam contextos de educação não formal foram selecionadas para compor um dos grupos investigados.

Ainda no que diz respeito a contextos promotores do potencial resiliente, quando tomamos as especificidades da área do esporte, podemos observar que

a prática esportiva apresenta inúmeras oportunidades de promoção, assim como, de expressão da resiliência dos indivíduos (Cevada et al., 2012). Isso porquê a atividade esportiva apresenta, àquele que a pratica, oportunidades de enfrentamento de situações desafiadoras (Prince-Embury,2013; Zolkolski & Bullock, 2012), desenvolvimento de habilidades relacionadas a disciplina pessoal (Bernard, 1993), otimismo (Castillo et al., 2016), autonomia (Prince-Embury,2013; Zolkolski & Bullock, 2012), manejo de emoções complexas (Milgram & Palti, 1993), assertividade (Prince-Embury,2013), dentre outras características associadas ao processo resiliente (Sanches & Rubio, 2010).

Apesar de todo este potencial associado ao contexto do esporte, Pedro e Veloso (2018) e Hill, Hartigh, Meijer, Jonge, e Van Yoeren (2018) fazem um importante apontamento, ao destacarem que atletas de alto de desempenho experimentam uma relação mais desafiadora com o esporte, uma vez que é neste contexto que se estabelecem condições rigorosas de treinos e competições, relações de trabalho com altas demandas e expectativas, assim como, a busca contínua por superação de metas pessoais e coletivas. De modo, que é possível que o esporte se apresente, para alguns sujeitos, como uma variável desafiadora, ou ainda, adversa, frente a qual seja necessário o uso de recursos resilientes. Novamente, frente aos motivos expostos, um grupo de crianças que participa de atividades esportivas também foi selecionado para compor um dos grupos do estudo.

Conforme apontado pela literatura (Matias, 2009, 2010; Silva & Nakano, 2018) esperava-se que o Grupo 4 (ONG) apresentasse médias superiores aos demais, uma vez que seus participantes realizam atividades educativas em espaço com missão protetiva, em período contrário ao escolar. Tal fato

confirmou-se junto aos resultados. A participação em tais atividades, pode ter contribuído para o bom desempenho destes participantes junto ao instrumento.

Por sua vez, segundo a literatura (Cevada et al., 2012), também esperava-se que o Grupo 5 (jogadores de times de base de futebol) destacasse-se em relação às médias obtidas em comparação ao demais, situação que não foi confirmada. Uma possível explicação se ampara na ressalva apresentada por Pedro e Veloso (2018) e Hill e colaboradores (2018), na qual os autores destacam que a relação estabelecida, com o esporte, por atletas de alto desempenho, apresenta-se como possível fonte estressora. Desse modo, é possível que esta relação tenha influenciado os resultados obtidos, uma vez que os participantes, embora crianças com idades entre 8 e 12 anos, têm responsabilidades profissionais junto ao seu clube.

Por fim, o que se faz notar é que mesmo que a inexistência de um “padrão-ouro” (Souza, Alexandre, & Guirardello, 2017) trouxesse desafios à condução deste estudo, foi possível verificar evidências de validade do tipo critério junto ao instrumento. Ainda no que diz respeito às limitações encontradas, destaca-se aquelas relacionadas à composição da amostra dos grupos que mostrou-se bastante variável e não equilibrada. De modo que houve grupos bastante numerosos, enquanto outros eram compostos por poucos participantes, ou ainda, com predominância de participantes do sexo masculino e nenhum do sexo feminino. Portanto, cabe apontar para o fato de que outros estudos devem ser conduzidos, estabelecendo-se outros critérios e investigando diferentes contextos, que não somente o escolar, para que um maior aprofundamento das características psicométricas do instrumento possa ser alcançado.

Considerações Finais

O estudo da resiliência é uma tarefa fascinante e desafiadora. Ao estudar este tema, à luz da Psicologia Positiva, é possível aproximar-se de conceitos e dimensões relevantes para o desenvolvimento psicológico sadio, os quais mostram-se associados a respostas adaptativas e/ou de superação diante condições adversas (Infante, 2007; Masten, 2014, 2018). Dentre as diferentes características presentes nos estudos voltados a resiliência, destaca-se o caráter fluído do conceito, o qual encontra-se intimamente ligado ao processo histórico percorrido ao longo das últimas décadas (Masten, 2018; Polleto & Koller, 2011; Truffino, 2010).

Considerando as lacunas identificadas em âmbito nacional (Oliveira & Nakano, 2018; Reppold, Meyer, Almeida, & Hutz, 2012), o presente trabalho teve como objetivo, desenvolver um instrumento para avaliação da resiliência em crianças, assim como, buscar evidências de suas qualidades psicométricas. Para isto, foram desenvolvidos diferentes estudos que pudessem contribuir para a elaboração de uma estratégia de avaliação adequada à faixa etária almejada, e, também para a compreensão das qualidades psicométricas do instrumento, o qual foi chamado de Marcadores de Resiliência Infantil. É importante compartilhar que a etapa prática deste estudo, ocorreu ao longo de de 2 anos.

Durante o processo de construção do instrumento, uma série de desafios foram encontrados. Dentre eles, destaca-se aqueles relacionados aos aspectos teóricos da resiliência, tendo em vista sua abrangência e, ao mesmo tempo, sua especificidade. Por esta razão, a escolha de um referencial teórico foi uma tarefa complexa, não somente no que diz respeito a escolha de um modelo teórico,

mas também no que se refere a um delineamento conceitual, o qual pudesse sustentar o desenvolvimento de um material para a avaliação deste atributo. Assim, a definição conceitual utilizada não apoiou-se em uma referência, mas sim em um conjunto de referenciais defendidos por pesquisadores relevantes em suas áreas de atuação. Após este delineamento conceitual, foi possível selecionar um modelo de compreensão que favorecesse o processo de construção do instrumento.

Uma vez selecionado o modelo, outro desafio foi apresentado. Considerando as conclusões de Reppold e colaboradores (2012) de que instrumentos de autorrelato não se mostravam adequados para a aferição de características resilientes, aliado ao fato de que a faixa etária almejada era composta por crianças com idades entre 8 e 12 anos, entendeu-se que um material com formato lúdico, que buscasse compreender potenciais resilientes, que fosse motivador e rápido, seria mais adequado. Desse modo, a opção de itens em formatos de histórias foi pensada sendo que, para que tal formato fosse alcançado, contou-se com a colaboração de crianças e de juízes. Faz-se necessário considerar, também, que instrumentos com este formato estão menos sujeitos à vieses como aquiescência, seleção de itens extremos e desabilidade social, mostrando-se mais adequado para a investigação deste construto junto a população alvo.

Para isto, a realização de entrevistas cognitivas mostrou-se um recurso valioso para o desenvolvimento das alternativas de resposta aos itens, pois tal método possibilitou que estas fossem representativas do universo e do repertório infantil, apresentando adequações e inadequações típicas desta fase do desenvolvimento. Quanto à colaboração dos juízes para este processo de

seleção das alternativas, tal colaboração mostrou-se fundamental para que o processo de construção do instrumento fosse finalizado.

No que se refere ao estudo de evidências de validade baseadas no conteúdo, ainda que se possa afirmar que os resultados apresentaram-se bons, contudo, limitações se fizeram presentes, pois a tarefa solicitada destes participantes envolveu procedimentos complexos de extração de conteúdo das histórias, comparando-os a definições teóricas desconhecidas por tais. Desta forma, é possível que o grau de complexidade da atividade tenha influenciado os resultados. Outra questão que pode ser justificada por esta razão é a desistência de alguns dos juízes ao longo das rodadas de avaliação. Tais aspectos podem ter sido observados não apenas no que se refere à avaliação do conteúdo dos itens, mas também aos coeficientes de Kappa identificados.

Por sua vez, a condução do estudo piloto em etapas, conforme as orientações da literatura (Fonseca, Gontijo, & Souza, 2015, Pacico, 2015; Pasquali, 2011), caracterizou-se por ser um momento oportuno de avaliação da adequação do material junto às crianças dos extratos extremos da faixa etária almejada. Nesta etapa foram verificadas as necessidades de leitura dos itens do instrumento para os participantes mais jovens, assim como a necessidade de adequação da folha de respostas a fim de favorecer o manuseio desta.

No que diz respeito ao estudo de validade baseado na estrutura interna, ainda que tradicionalmente, a Análise Fatorial Exploratória seja empregada para a compreensão da estrutura interna de um instrumento em desenvolvimento cuja teoria não seja amplamente aceita. Entendeu-se que o uso da Análise Fatorial Confirmatória seria mais adequada considerando que esta estratégia favoreceria a compreensão dos resultados empíricos em função do modelo selecionado

(Pasquali, 2011). Neste sentido, o modelo *bi-factor* mostrou-se mais adequado, sugerindo a exclusão de cinco itens. Quanto a condução do estudo de precisão, nota-se que a estratégia de análise dos coeficientes de alfa de Cronbach, pode ter sido influenciada pela característica sucinta do MRI. De modo que outros estudos que visem a investigação desta característica do material devam ser realizados.

A partir das ações realizadas é possível afirmar que os objetivos foram satisfatoriamente alcançados, pois o material desenvolvido mostrou-se adequado ao público alvo a que se destina, assim como, seus itens mostraram-se representativos das dimensões propostas pelo modelo teórico selecionado como base (Castillo, Castillo-López, López-Sánchez, & Dias, 2016). Os resultados relacionados às diferentes evidências de validade investigadas apresentaram-se promissores. No entanto, considerando que a busca por evidências de validade deve ser vista como um processo contínuo, novas oportunidades de investigação e aprofundamento da compreensão desta propriedade devem ser conduzidas futuramente.

Desta forma, ao final de todas essas ações, acredita-se que os estudos realizados, atendem parte das solicitações apresentadas tanto pela literatura da área, quanto pelo Conselho Federal de Psicologia, de modo que investigações relacionadas à ampliação da amostra, incluindo participantes de outras regiões do país, assim como, estudos que avaliem a influência de variáveis, como sexo e idade, ou ainda, que busquem compreender as diferenças possíveis entre grupos clínicos e não clínicos, devem ser conduzidos futuramente a fim de que o processo de normatização do instrumento possa ser realizado e, conseqüentemente, seja disponibilizado para uso profissional.

REFERÊNCIAS

- Abe, J. A. A. (2011). Positive emotions, emotional intelligence, and successful experiential learning. *Personality and Individual Differences*, 51 (1), 817 – 822. doi: 10.1016/j.paid.2011.07.004
- Achkar, A. M. N. E., Leme, V. B. R., Soares, A. B., & Yunes, M. A. M. (2017). Risco e proteção de estudantes durante os anos finais do Ensino Fundamental. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21 (3), 417 – 426. doi:10.1590/2175-35392017021311151
- Aguiar, P. (2007). *Guia prático Climepsi de estatística em investigação epidemiológica: SPSS*. Lisboa, PT: Climepsi Editores.
- Alonso-Tapia, J., Nieto, C., & Ruíz, M. A. (2013). Measuring subjective resilience despite adversity due to family, peers and teachers. *Spanish Journal of Psychology*, 16 (e19), 1 – 13. doi: 10.1017/sjp.2013.33.
- Alves, G. A. S., Souza, M. S., & Baptista, M. N. (2011). Validade e precisão de testes psicológicos. In R. A. M. Ambiel, I. S. Rabelo, S. V. Pacanaro, G. A. S. Alves, & I. F. A. S. Leme (Orgs.), *Avaliação psicológica: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia* (pp.109 – 128). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Ambiel, R. A. M., & Carvalho, L. F. (2017). Validade e precisão de instrumentos de avaliação psicológica. In M. R. C. Lins & J. C. Borsa (Orgs.), *Avaliação psicológica: aspectos teóricos e práticos* (pp. 115 – 125). Petrópolis, RJ: Vozes.
- American Educational Research Association [AERA], American Psychological Association [APA], & National Council of Measurement in Education [NCME] (2014). *Standards for educational and psychological testing*. Washington, DC
- Anderson, B. (2015). What kind of thing is resilience?. *Politics*, 35 (1), 60 – 66. doi: 10.1111/1467-9256.12079

- Barlach, L. (2005). O que é resiliência humana? Uma contribuição para a construção do conceito (Dissertação de Mestrado). Retirado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19062006-101545/pt-br.php>.
- Barnett, S. D., Connor, K. M., & Davidson, J. R. T. (2001). The Self-Assessment of Resilience and Anxiety: psychometric properties. *CNS Spectrums*, 6 (1), 854 – 857. Retirado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15334040>
- Becker, S. M. S., Bandeira, C. M., Ghilardi, R. B., Hutz, C. S., & Piccinini, C. A. (2013). Psicologia do desenvolvimento infantil: publicações nacionais na primeira década do século XXI. *Psico*, 44 (3), 372 – 381. Retirado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2005000200003
- Benetti, I. C., & Crepaldi, M. A. (2012). Resiliência revisitada: uma abordagem reflexiva para principiantes no assunto. *Revista Eletrônica de Investigación y Docencia*, 7 (1), 7 – 30. Retirado de: http://www.academia.edu/25666697/Resili%C3%Aancia_revisitada_uma_abordabor_reflexiva_para_principiantes_no_assunto
- Bernard, B. (1993). Fostering resiliency in kids. *Educational Leadership*, 93 (3), 44 – 48. Retirado de: <http://www.ascd.org/publications/educational-leadership/nov93/vol51/num03/Fostering-Resiliency-in-Kids.aspx>
- Borges, C. D., & Santos, M. A. (2005). Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. *Revista da SPAGESP*, 6(1), 74-80. Retirado de: pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v6n1/v6n1a10.pdf
- Borsa, J. C., & Seize, M. M. (2017). Construção e adaptação de instrumentos psicológicos: dois caminhos possíveis. In B. F. Damásio & J. C. Borsa (Orgs.),

Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos (pp. 15 – 37) São Paulo, Vetor.

Brandão, J. M. (2009). Resiliência: de que se trata? (Dissertação de Mestrado).

Retirado de www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=156815.

Brandão, J. M., Mahfoud, M., & Gianordoli-Nascimento, I. F. (2011). A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. *Paidéia*, 21 (49), 263 – 271. doi: 10.1590/S0103-863X2011000200014.

Brasil. Presidência da República (1996). Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*.

Carvalho, V. D., Teodoro, M. L. M., & Borges, L. O. (2014). Escala de resiliência para adultos: aplicação entre servidores públicos. *Avaliação Psicológica*, 13(2), 287 – 295. Retirado de:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712014000200016

Castillo, J. A. G., Castillo-López, A. G., López-Sánchez, C., & Dias, P. C. (2016).

Conceptualización teórica de la resiliencia psicosocial y su relación con la salud.

Health and Addictions, 16 (1), 59 – 68. doi: 10.21134/haaj.v16i1.263

Castro, E. K., & Moreno-Jimenez, B. (2007). Resiliencia en niños enfermos crónicos:

aspectos teóricos. *Psicologia em Estudo*, 12 (1), 81 – 86. doi: 10.1590/S1413-73722007000100010

Cevada, T., Cerqueira, L. S., Moraes, H. S., Santos, T. M., Pompeu, F. A. M. S., & Deslandes, A. C. (2012). Relação entre esporte, resiliência, qualidade de vida e

ansiedade. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 39 (3), 85 – 89. doi: 10.1590/S0101-60832012000300003

Connor, K. M., & Davidson, J. R. T. (2003). Development of a new resilience scale: the Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC). *Depression and Anxiety*, 18(1), 71-82. doi: 10.1002/da.10113

Constantine, N. A., & Benard, B. (2001). *California Healthy Kids Survey assessment module: technical report*. Berkeley, CA: Public Health Institute. Retirado de: <https://www.cde.ca.gov/ls/he/at/chks.asp>

Constantine, N. A., Benard, B., & Diaz, M. (1999). Measuring protective factors and resilience traits in youth: the Healthy Kids Resilience Assessment. *Paper presented at the Seventh Annual Meeting of the Society for Prevention Research*. New Orleans, LA.

Damásio, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica*, 11 (2), 213 – 228. Retirado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-04712012000200007

Damásio, B. F., & Dutra, D. F. (2017). Análise fatorial exploratória: um tutorial com o softwear Factor. In B. F. Damásio, & J. C. Borsa (Orgs.), *Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos* (pp. 241 - 266). São Paulo, SP: Vetor Editora.

Deep, C. A. F. N., & Pereira, I. (2012). Adaptação da “The Resilience Scale” para a população adulta portuguesa. *Psicologia USP*, 23 (2), 417 – 433. doi: 10.1590/S0103-65642012005000008

Dias, C. A. (2000). Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. *Informação & Sociedade*, 10(2), 1-12. Retirado de:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analis_e_dados_pesquisa_qualitativa.pdf

- Döring, T. F., Vieweger, A., Pautasso, M., Vaarst, M., Finckh M. R., & Wolfe, M. S. (2015). Resilience as a universal criterion of health. *Journal of the Science of Food and Agriculture*, 95 (1), 455 – 465. doi: 10.1002/jsfa.6539
- Espírito-Santo, H., & Daniel, F. (2015). Calcular e apresentar tamanhos do efeito em trabalhos científicos (1): as limitações do $p < 0/05$ na análise de diferenças de média de dois grupos. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, 1 (1), 3 – 16. doi: 10.7342/ismt.rpics.2015.1.1.14
- Figueiredo Filho, D. B., & Silva Júnior, J. A. (2009). Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, 18 (1), 115 – 146. doi: 10.11606/issn.2237-4485.lev.2014.132346
- Fleiss, J. (1981). *Statistical methods for rates and proportions*. New York, NY: John Wiley & Sons.
- Fonseca, M. G., Gontijo, C. H., & Souza, J. C. S. (2015). O tratamento quantitativo e sua potencialidade para a construção de testes psicométricos em pesquisas de educação matemática. *Perspectivas da Educação Matemática*, 8 (18), 770 – 783. Retirado de: <http://seer.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/869>
- Fontes, A. P. (2010). Resiliência, segundo o paradigma do desenvolvimento ao longo da vida (*life-span*). *Kairós*, 7 (1), 8 – 20. Retirado de: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/3917>
- Freitas, C. P. P., & Damásio, B. F. (2017). Evidências de validade com base nas relações com medidas externas: conceituação e problematização. In B. D. Damásio, & J. C. Borsa (Orgs.), *Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos* (pp. 101 – 117). São Paulo, SP: Vetor.

- Friborg, O., Hjemdal, O., Rosenvinge, J. H., & Martinussen, M. (2003). A new rating scale for adult resilience: what are the central protective resources behind healthy adjustment? *International Journal of Methods in Psychiatric Research*, 12 (2), 65 – 76. Retirado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12830300>
- Gartland, D., Bond, L., Olsson, C. A., Buzwell, S., & Sawyer, S. M. (2011). Development of a multi-dimensional measure of resilience in adolescents: the adolescent resilience questionnaire. *BMC Medical Research Methodology*, 11 (1), 1 – 10. doi: 10.1186/1471-2288-11-134
- Gloria, C. T., & Steinhardt, M. A. (2014). Relationships among positive emotions, coping, resilience and mental health. *Stress and Health*, 32, 145 – 156. doi: 10.1002/smi.2589
- Gomes, A.A. (2005). Apontamentos sobre a pesquisa em educação: usos e possibilidades do grupo focal. *EccoS Revista Científica*, 7(2), 275-290. Retirado de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71570203>
- Greco, C., Morelato, G., & Ison, M. (2006). Emociones positivas: una herramienta psicológica para promocionar el proceso de resiliencia infantil. *Psicodebate: Psicología, Cultura y Sociedad*, 7, 81 – 94. doi: 10.18682/pd.v7i0.429
- Hill, Y., Hartigh, R. J. R., Meijer, R. R., Jonge, P., & Van Yperen, N. W. (2018). Resilience in sports from a dynamical perspective. *Sport, Exercise and Performance Psychology*, 7 (4), 333 – 341. DOI: 10.1037/spy0000118
- Infante, F. (2007). A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: A. Melillo, & E. N. S. Ojeda (Orgs.), *Resiliência – descobrindo as próprias fortalezas* (pp. 23 – 38). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Irwing, P., & Heghes, D. J. (2018). Test development. In P. Irwing, T. Booth, & D. J. Hughes (Eds.), *The Wiley handbook of psychometric testing: a multidisciplinary*

- reference on survey, scale and test development* (pp. 3 – 48). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Junqueira, M. F. P. S., & Deslandes, S. F. (2003). Resiliência e maus tratos à criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 19 (1), 227 – 235. doi: 10.1590/S0102-311X2003000100025
- Kaplan, H. B. (2002). Toward an understanding of resilience: a critical review of definitions and models. In M. D. Glantz, & J. L. Johnson (Orgs.), *Resilience and Development: Positive Life Adaptations* (pp. 17 – 83). New York, NY: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- King, L. A., King, D. W., Vogt, D. S., Knight, J., & Samper, R. E. (2006). Deployment risk and resilience inventory: A collection of measures for studying deployment-related experiences of military personnel and veterans. *Military Psychology*, 18 (2), 89-120. doi: 10.1207/s15327876mp1802_1
- Kline, P. (2000). *The handbook of psychometric testing (2a. ed.)*. Londres, UK: Routledge.
- Krentzman, A. R. (2013). Review of the application of Positive Psychology to substance use, addiction, and recovery research. *Psychology of Addictive Behaviors*, 27 (1), 151 – 165. doi: 10.1037/a0029897
- Kruger, L., & Prinsloo, H. (2008). The appraisal and enhancement of resilience modalities in middle adolescents within the school context. *South African Journal of Education*, 28 (1), 241 – 259. Retirado de: https://www.researchgate.net/publication/262499115_The_appraisal_and_enhancement_of_resilience_modalities_in_middle_adolescents_within_the_school_context

- Lara, D. & Alexis, S. (2014). ¿Matrices Policóricas/Tetracóricas o Matrices Pearson? Un estudio metodológico. *Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento*, 6 (1), 39 – 48. doi: 10.30882/1852.4206.v6.n1.6357
- Leykin, D., Lohad, M., Cohen, O., Goldberg, A., & Aharonson-Daniel, L. (2013). Conjoint Community Resilience Assessment Measure-28/10 items (CCRAM28 and CCRAM10): a self-report tool for assessing community resilience. *American Journal of Community Psychology*, 52 (1), 313 – 323. doi: 10.1007/s10464-013-9596-0
- Libório, R. M. C., Castro, B. M., & Coêlho, A. E. L. (2011). Desafios metodológicos para a pesquisa em resiliência: conceitos e reflexões críticas In D. D. Dell’Aglío, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes (Orgs.), *Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco a proteção* (pp. 89 – 116). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Lipp, M. E. N., & Lucarelli, M. D. M. (2005). *Escala de stress infantil: ESI: manual*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Lopes, H. E. G. (2005). Abrindo a caixa preta: considerações sobre a utilização da análise fatorial confirmatória nas pesquisas em administração. *E & G: Economia e Gestão*, 5 (11), 19 – 34. Retirado de: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/42>
- Lopes, V. R., & Martins, M. C. F. (2011). Validação fatorial da Escala de Resiliência Connor-Davidson (Cd-Risc-10) para brasileiros. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 11 (2), 36 – 50. Retirado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572011000200004

- Lucarelli, M. D. M., & Lipp, M. E. N. (1999). Validação do inventário de sintomas de stress infantil – ISS – I. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12 (1), 71 – 88. doi: 10.1590/S0102-79721999000100005
- Luthar, S., Cicchetti, D., & Becker, B. (2000). The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, 71 (3), 543-558. Retirado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1885202/>
- Lynn, M. R. (1986). Determination and quantification of content validity. *Nursing Research*, 35 (6), 382 – 386. Retirado de: https://journals.lww.com/nursingresearchonline/Citation/1986/11000/Determination_and_Quantification_Of_Content.17.aspx
- Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: resilience processes in development. *American Psychologist*, 56 (3), 227 – 238. doi: 10.1037/0003-066X.56.3.227
- Masten, A. S. (2014). Global perspectives on resilience in children and youth. *Child Development*, 85, 6 – 20. doi: 10.1111/cdev.12205
- Masten, A. S. (2018). Resiliency theory and research on children and families: past, present, and promise. *Journal of Family Theory & Review*, 10 (1), 12 – 31. doi:10.1111/jftr.12255.
- Matias, N. C. F. (2009). Escolas de tempo integral e atividades extracurriculares: universos à espera da psicologia brasileira. *Psicologia em Revista*, 15 (3), 120 – 139. doi: 10.5752/P.1678-9563.2009v15n3p120
- Matias, N. C. F. (2010). A importância de políticas públicas além da escola formal para o desenvolvimento infantil e adolescente: uma revisão de literatura. *Interação em Psicologia*, 14 (1), 93 – 102. doi: 10.5380/psi.v14i1.10347
- Milgram, N. A., & Palti, G. (1993). Psychosocial characteristics of resilient children. *Journal of research in personality*, 27 (1), 207 – 221. doi: 10.1006/jrpe.1993.1015

- Muthén, L. K. & Muthén, B. O. (2012). *Mplus User's Guide (7th ed.)*. Los Angeles, CA.
- Namdeo, S. K., & Rout, S. D. (2016). Calculating and interpreting Cronbrach's alpha using Rosenberg assessment scale on pediatrician's attitude and perception on self-esteem. *International Journal of Community Medicine and Public Health*, 3 (6), 1371 – 1374. doi: 10.18203/2394-6040.ijcmph20161448
- Nunes, C. H. S. S., & Primi, R. (2010). Aspectos técnicos e conceituais da ficha de avaliação dos testes psicológicos. In Conselho Federal de Psicologia (CFP), *Avaliação Psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão* (pp. 101-128). Brasília, DF: CFP.
- Oliveira, K. S., & Nakano, T. C. (2018). Avaliação da resiliência em psicologia: revisão do cenário científico brasileiro. *Psicologia em Pesquisa*, 12 (1), 1 -11. doi: 10.5327/Z1982-1247201500020003
- Oliveira, L. L., Costa, V. M. R., Requeijo, M. R., Rebolledo, R. S., Pimenta, A. F., & Lemos, S. M. A. (2012). Desenvolvimento infantil: concordância entre a caderneta de saúde da criança e o manual para vigilância do desenvolvimento infantil. *Revista Paulista de Pediatria*, 30 (4), 479 – 485. doi: 10.1590/S0103-05822012000400004
- Oshio, A., Kaneko, H., Nagamine, S., & Nakaya, M. (2003). Construct validity of the Adolescent Resilience Scale. *Psychological Reports*, 93 (1), 1217-1222. doi: 10.2466/PR0.93.7.1217-1222
- Osman, A., Gutierrez, P. M., Muehlenkamp, J. J., Dix-Richardson, F., Barrios, F. X., & Kopper, B. (2004). Suicide resilience inventory – 25: development and preliminary psychometric properties. *Psychological Reports*, 93 (3), 1349 – 1360. doi: 10.2466/pr0.94.3c.1349-1360

- Pacico, J. C. (2015). Como é feito um teste? Produção de itens. In: C. S. Hutz, D. R. Bandeira, & C. M. Trentini (Orgs.), *Psicometria* (pp. 55 – 70). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Pacico, J. C., & Bastianello, M. R. (2014). As origens da psicologia positiva e os primeiros estudos brasileiros. In C. S. Hutz, (Org.), *Avaliação em psicologia positiva*. (pp. 13 – 22). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Palacios, J. (2004). Psicologia evolutiva: conceito, enfoques, controvérsias e métodos. In: C. Coll, A. Marchesi, & J. Palacios (Orgs.), *Desenvolvimento psicológico e educação* (pp. 13 – 52). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Paludo, S., & Koller, S. H. (2011). Psicologia positiva, emoções e resiliência. In D. D. Dell'Aglio, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes (Orgs.), *Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco a proteção* (pp. 69 – 86). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Pasquali, L. (2009). *Psicometria. Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43 (Esp), 992 – 999. doi: 10.1590/S0080-62342009000500002
- Pasquali, L. (2011). *Técnicas do exame psicológico – TEP: manual*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo/Conselho Federal de Psicologia.
- Pedro, S. D., & Veloso, S. (2018). Explorando la resiliencia em deporte. Apoyo del entrenador a la autonomía y compromiso del atleta – una contribución a la literatura. *Cuadernos de Psicología del Deporte*, 18 (1), 151 – 160. Retirado de: <http://revistas.um.es/cpd/article/download/279901/225161>
- Pereira, M., Cardoso, M. Alves, S., Narciso, I., & Canavarro, M. C. (2013). *Estudos preliminares das características psicométricas da Escala de Resiliência para Adultos (ERA)*. Coimbra: Associação Portuguesa de Psicologia. Retirado de: <http://hdl.handle.net/10316/23602>

- Perroca, M. G., & Gaidzinski, R. R. (2003). Avaliando a confiabilidade interavaliadores de um instrumento para classificação de pacientes – coeficiente Kappa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 37 (1), 72 – 80. doi: 10.1590/S0080-62342003000100009
- Pesce, R. P., Assis, S. G., Santos, N., & Oliveira, R. V. C. (2005). Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (2), 135 – 143. doi: 10.1590/S0102-37722004000200006
- Pfefferbaum, R. L., Pfefferbaum, B., Nitiéma, P., Houston, J. B., & Van Horn, R. L. (2015). Assessing Community Resilience: An Application of the Expanded CART Survey Instrument With Affiliated Volunteer Responders. *American Behavioral Scientist*, 59 (2), 181 – 199. doi: 10.1177/0002764214550295
- Philippe, F. L., Lecours, S., & Beaulieu-Pelletier, G. (2009). Resilience and positive emotions: examining the role of emotional memories. *Journal of Personality*, 77 (1), 139 – 176. doi: 10.1111/j.1467-6494.2008.00541.x
- Pilati, R., & Laros, J. A. (2007). Modelos de equações estruturais em psicologia: conceitos e aplicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23 (2), 205 – 216. doi: 10.1590/S0102-37722007000200011
- Pizzo, B. (2015). Problematizing resilience: Implications for planning theory and practice. *Cities*, 43 (1), 133 – 140. doi: 10.1016/j.cities.2014.11.015
- Poletto, M. (2006). Uma breve reflexão crítica sobre psicologia positiva e resiliência. *Psicologia Escolar e Educacional*, 10 (1), 137-140. doi: 10.1590/S1413-85572006000100014
- Poletto, M. & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(3), 405 – 416. doi: 10.1590/S0103-166X2008000300009

- Poletto, M. & Koller, S. H. (2011). Resiliência: uma perspectiva conceitual e histórica. In D. D. Dell'Aglio, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes (Orgs.), *Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco a proteção* (pp. 19 – 44). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Poletto, M., Wagner, T. M. C., & Koller, S. H. (2004). Resiliência e desenvolvimento infantil de crianças que cuidam de crianças: uma visão em perspectiva. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (3), 241 – 250. doi: 10.1590/S0102-37722004000300005
- Primi, R. (2011). Responsabilidade ética no uso de padrões de qualidade profissional na avaliação psicológica. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Ano da Avaliação Psicológica – Textos Geradores* (pp. 53 – 58). Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Primi, R. (2012). Psicometria: fundamentos matemáticos da teoria clássica dos testes. *Avaliação Psicológica*, 11 (2), 297 – 307. Retirado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712012000200015
- Prince-Embury, S. (2006). *Resiliency Scales for adolescents: A profile of personal strengths*. San Antonio, TX: Harcourt Assessment.
- Prince-Embury, S. (2007). Resilience Scales for Children and Adolescents: A Profile of Personal Strengths – test review. *Canadian Journal of School Psychology*, 22 (2), 255 – 261. doi: 10.1177/0829573507305520
- Prince-Embury, S. (2010a). Introduction to special issue: assessing resiliency in children and adolescents. *Journal of Psychoeducational Assessment*, 28 (4), 287 – 290. doi: 10.1177/0734282910366830

- Prince-Embury, S. (2010b). Psychometric properties of the Scales for Resiliency for Children and Adolescents and use for youth with psychiatric disorders. *Journal of Psychoeducational Assessment*, 28 (4), 291 – 302. doi: 10.1177/0734282910366832
- Prince-Embury, S. (2013). Translating resilience theory for assessment and application with children, adolescents, and adults: conceptual issues. In S. Prince-Embury, & D. H. Saklofske (Orgs.), *Resilience in Children, Adolescents, and Adults: Translating Research into Practice* (pp. 9 – 16). New York, NY: Springer.
- Prince-Embury, S., & Saklofske, D. H. (2013). Translating resilience theory for application: introduction. In S. Prince-Embury, & D. H. Saklofske (Orgs.), *Resilience in Children, Adolescents, and Adults: Translating Research into Practice* (pp. 3 – 8). New York, NY: Springer.
- Prince-Embury, S., Saklofske, D. H., & Keefer, K. V. (2017). Three-factor model of personal resiliency. In U. Kumar (Ed.), *The routledge international handbook of psychosocial resilience* (pp. 119 – 140). New York, NY: Routledge.
- Quinn, H. O. (2014). *Bi-factor models explained common variance (ECV), and the usefulness of scores from unidimensional item response theory analyses* (Dissertação de Mestrado não publicada). The University of North Carolina at Chapel Hill, Chapel Hill, NC. Retirado de: Google Scholar (<https://pdfs.semanticscholar.org/e8c0/607d9253fc7af08871ca881cae29a96ac94a.pdf>).
- Reppold, C. T., Gurgel, L. G., & Hutz, C. S. (2014). O processo de construção de escalas psicométricas. *Avaliação Psicológica*, 13 (2), 307 -310. Retirado de:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-

04712014000200018

Reppold, C. T., Mayer, J. C., Almeida, L. S., & Hutz, C. S. (2012). Avaliação da resiliência: controvérsia em torno do uso de escalas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (2), 248 – 255. doi: 10.1590/S0102-79722012000200006

Ressel, L.B., Beck, C.L.C., Gualda, D.M.R., Hoffman, I.C., Silva, R.M., & Sehnem, G.D. (2008). O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. *Texto & Contexto*, 17(4), 779-786. doi: 10.1590/S0104-07072008000400021

Robinson, J. S., Larson, C. L., & Cahill, S. P. (2014). Relations between resilience, positive and negative emotionality, and symptoms of anxiety and depression. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 6 (1), S92 -S98. doi: 10.1037/a0033733

Russel, J. S. (2015). Resilience. *Journal of the Philosophy of Sport*, 42 (2), 159 -183. DOI: 10.1080/00948705.2015.1009838

Rutter, M. (2012). Resilience as a dynamic concept. *Development and Psychopathology*, 24 (1), 335 – 344. doi: 10.1017/S0954579412000028

Sanches, S. M., & Rubio, K. (2010). Reflexões sobre o conceito de resiliência: superando adversidades no contexto esportivo. *Polêm!ca*, 9 (2), 92 -98. DOI: 10.12957/polemica.2010.2752

Santos, D., & Primi, R. (2014). Desenvolvimento socioemocional e aprendizado escolar: uma proposta de mensuração para apoiar políticas públicas. *Relatório sobre resultados preliminares do projeto de medição de competências socioemocionais no Rio de Janeiro*. São Paulo, SP: OCDE, SEEDUC, Instituto Ayrton Senna.

- Sapienza, G., & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10 (2), 209 – 216. doi: 10.1590/S1413-73722005000200007
- Seligman, M., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: an introduction. *American Psychologist*, 55 (1), 5 – 14. doi: 10.1037/0003-066X.55.1.5
- Silva, T. F., & Nakano, T. C. (2018). Avaliação da criatividade figural infantil em contexto de educação não formal. *Revista de Educação PUC-Campinas*, 23 (1), 111 – 123. doi: 10.24220/2318-0870v23n1a3515
- Sória, D. A. C., Souza, I. E. O., Santoro, D. C., Menezes, M. F. B., & Moreira, M. C. (2006). A resiliência como objeto de investigação na enfermagem e em outras áreas: uma revisão. *Esc. Anna Nery*, 10 (3), 547 – 551. doi: 10.1590/S1414-81452006000300026
- Souza, A. C., Alexandre, N. M. C., & Guirardello, E. B. (2017). Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 26 (3), 649 – 659. doi: 10.5123/S1679-49742017000300022
- Tavacol, M., & Dennick, R. (2011). Making sense of Cronbach's alpha. *International Journal of Medical Education*, 2, 53 – 55. doi: 10.5116/ijme.4dfb.8dfd
- Truffino, J. C. (2010). Resiliencia: una aproximación al concepto. *Psiquiatría y Salud Mental*, 3 (4), 145 – 151. doi: 10.1016/j.rpsm.2010.09.003
- Tugade, M. M. & Fredrickson, B. L. (2007). Regulation of positive emotions: emotion regulation strategies that promote resilience. *Journal of Happiness Studies*, 8 (1), 311 – 333. doi 10.1007/s10902-006-9015-4
- Valdebenito, E., Loizo, J. M., & García, O. (2007). Factores de resiliencia en familias de personas detenidas desaparecidas en la dictadura militar 1976-1983 en la

Provincia de San Luis. *Revista electrónica de psicología política*, 5 (15), 169 - 170. Retirado de:

pepsic.homolog.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S166935822007000300005&lng=pt&nrm=isso

Valentini, F., & Laros, J. A. (2012). Métodos atuais de estatística aplicada e psicometria. In C. S. Hutz (Org.), *Avanços em avaliação psicológica e neuropsicológica de crianças e adolescentes II* (pp. 7 – 40). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Vergara, S. C. (2008). A resiliência de profissionais angolanos. *Revista de Administração Pública*, 42 (4), 701 – 718. Retirado de www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122008000400004&lng=pt&nrm=iso

Waaktaar, T., & Torgersen, S. (2010). How resilient are resilience scales? The Big Five scales outperform resilience scales in predicting adjustment in adolescents. *Scandinavian Journal of Psychology*, 51 (1), 157 – 163. doi: 10.1111/j.1467-9450.2009.00757.x

Wagnild G. M., & Young H. M. (1993). Development and psychometric evaluation of the Resilience Scale. *Journal of Nursing Measurement*, 1 (2), 165–178. Retirado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/7850498>

Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8 (1), 75 – 84. doi:10.1590/S1413-73722003000300010

Yunes, M. A. M. (2011). Psicologia positiva e resiliência: foco no indivíduo e na família In D. D. Dell’Aglío, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes (Orgs.), *Resiliência e*

psicologia positiva: interfaces do risco a proteção (pp. 45 – 68). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Zanon, C., & Hauck Filho, N. (2015). Fidedignidade. In: C. S. Hutz, D. H. Bandeira, & C. M. Trentini (Orgs.), *Psicometria* (pp. 85 – 95). Porto Alegre, RS: Artmed.

Zolkoski, S. M., & Bullock, L. M. (2012). Resilience in children and youth: a review. *Children and Youth Services Review*, 34 (1), 2295 – 2303. doi: 10.1016/j.childyouth.2012.08.009

ANEXOS

Anexo 1 – Marcadores de Resiliência Infantil

HISTÓRIA 1

NINA ESTAVA BRINCANDO PERTO DE SUA CASA.
UMA MOÇA, QUE ELA NÃO CONHECIA, A CONVIDOU PARA UM PASSEIO.



SE VOCÊ FOSSE A NINA, O QUE VOCÊ FARIA?

- A)
- B)
- C)

HISTÓRIA 1

NINO ESTAVA BRINCANDO PERTO DE SUA CASA.
UMA MOÇA, QUE ELE NÃO CONHECIA, O CONVIDOU PARA UM PASSEIO.



SE VOCÊ FOSSE O NINO, O QUE VOCÊ FARIA?

- A)
- B)
- C)

Anexo 2. Carta de autorização dirigida ao responsável pela escola

Prezado(a) Senhor(a) Diretor(a)/Responsável,

Em minha pesquisa de doutorado tenho como objetivo construir um instrumento capaz de identificar características resilientes em crianças, por meio de pequenas histórias. O instrumento foi criado com base num modelo teórico de resiliência no qual esta habilidade é compreendida enquanto um constructo psicológico multifatorial, composto por seis elementos fundamentais (invulnerabilidade/vulnerabilidade, *coping*, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade).

A pesquisa pressupõe a participação de crianças entre 8 anos a 12 anos, de ambos os sexos, que tenham a autorização de seus pais e/ou responsáveis. Será solicitado às crianças, que respondam ao instrumento chamado de Marcadores de Resiliência Infantil. Espera-se que o tempo máximo de testagem se dê por aproximadamente 45 minutos.

Tendo em vista que a atividade possui características lúdicas, por se tratar de pequenas histórias às quais as crianças devem selecionar o final que julgarem mais adequado, não são esperados riscos psicológicos decorrentes da participação na pesquisa. Todavia, caso a criança experimente cansaço, ou qualquer outro desconforto durante a sua participação, a pesquisadora, que também é psicóloga estará à disposição para oferecer o acolhimento psicológico sem custo ao participante. Bem como, fará o encaminhamento especializado, caso seja necessário.

Asseguro que os dados da escola, bem como, dados de identificação das crianças participantes serão mantidos em sigilo. Ofereço-me para dar uma palestra aos professores e/ou aos pais sobre o desenvolvimento da resiliência em crianças. É importante dizer que não serão apresentados resultados individuais, pois o instrumento encontra-se em processo de investigação de suas propriedades psicométricas. Cabe lembrar que a participação na pesquisa é voluntária, e sua autorização pode ser retirada a qualquer momento, mesmo que já a tenha assentido. Ressalto que não haverá nenhum ônus financeiro ou ressarcimento pela participação dos alunos nesta pesquisa.

Esperamos contar com sua colaboração, e estamos à disposição para oferecer todo e qualquer esclarecimento necessário.

Ao concordar em autorizar que sua escola participe da investigação junto ao instrumento Marcadores de Resiliência Infantil, por favor, assine a ficha abaixo, guarde a cópia com você e devolva a original.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas (CAAE 66606517.5.0000.5481). Se você tiver dúvidas durante sua participação na pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, poderá entrar em contato para esclarecê-las com a doutoranda Karina da Silva Oliveira, pelo telefone (19) 3241-5673. Questões de ordem ética poderão ser consultadas junto ao Comitê de Ética através do número (19) 3343-6777, e/ou email: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, endereço Rua Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, CEP 13087-571, Campinas-SP, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Desde já agradeço a sua colaboração.

Karina da Silva Oliveira
Doutoranda em Psicologia pela PUC-Campinas
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Tatiana de Cássia Nakano
karina_oliv@yahoo.com.br

Eu, _____, na função de _____ da escola _____, autorizo a execução da pesquisa acima citada, após ter sido esclarecido(a) sobre os objetivos da mesma.
Data ____/____/201____, Assinatura: _____

Anexo 3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para pais e/ou responsáveis dos estudantes de escola regular (Estudo 2)

Prezados pais e/ou responsáveis,

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar, por meio de seu(a) filho(a), de uma pesquisa de doutorado que tem como objetivo construir um instrumento capaz de identificar características resilientes em crianças. O instrumento, que se chama Marcadores de Resiliência Infantil, foi criado com base num modelo teórico de resiliência em que esta habilidade é compreendida como uma capacidade de lidar com situações de conflito e adversidades, e é composta por seis elementos fundamentais (invulnerabilidade/vulnerabilidade, *coping*/enfrentamento, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade).

É fundamental que as crianças tenham idades entre 8 anos e 12 anos, de ambos os sexos, que tenham a autorização de seus pais e/ou responsáveis e que aceitem participar da pesquisa. Ao aceitarem este convite, será solicitado que seu(a) filho(a) responda ao instrumento chamado Marcadores de Resiliência Infantil, através de entrevista individual e que diga qual atitude tomariam caso fossem o personagem principal da história. O instrumento é composto por 30 pequenas histórias e, portanto, espera-se que o tempo máximo da entrevista se dê por aproximadamente 30 minutos. Essa entrevista ocorrerá em espaço adequado e providenciado pela escola. Importante esclarecer que as entrevistas serão gravadas, e posteriormente transcritas, tais gravações serão armazenadas de maneira confidencial, pelo período de 5 anos. Após este período, os arquivos serão destruídos. Também é necessário informar que esta pesquisa foi autorizada pela escola e que não haverá prejuízo ao andamento das aulas uma vez que os momentos de entrevista serão previamente acordados junto aos professores.

Tendo em vista que a atividade possui características lúdicas, por se tratar de pequenas histórias às quais as crianças devem informar o final que julgarem mais adequado, não são esperados riscos psicológicos decorrentes da participação na pesquisa. Todavia, caso a criança experimente cansaço, ou qualquer outro desconforto durante a sua participação, a pesquisadora, que também é psicóloga estará à disposição para oferecer o acolhimento psicológico sem custo ao participante, bem como fará o encaminhamento para atendimento especializado, caso seja necessário.

Asseguro que os dados da escola, bem como, dados de identificação das crianças participantes serão mantidos em sigilo. Ofereço-me para dar uma palestra aos professores e/ou aos pais sobre o desenvolvimento da resiliência em crianças. É importante dizer que não será oferecido nenhum tipo de resultado individual. Cabe lembrar que a participação na pesquisa é voluntária, e sua autorização pode ser retirada a qualquer momento, mesmo que já a tenha assentido. Ressalto que não haverá nenhum ônus financeiro ou ressarcimento pela participação dos alunos nesta pesquisa.

Esperamos contar com sua colaboração, e nos colocamos à disposição para oferecer todo e qualquer esclarecimento necessário, antes, durante e após a realização da pesquisa, tanto para os responsáveis quanto aos pais dos alunos. Caso concorde que seu(a) filho(a) participe desta pesquisa referente ao instrumento Marcadores de Resiliência Infantil, por favor, assine a ficha abaixo. Note que este termo foi elaborado em duas vias de igual teor, portanto, guarde uma com você e devolva a outra, por favor.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas. Se você tiver dúvidas durante a condução da pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, poderá entrar em contato para esclarecê-las com a doutoranda Karina da Silva Oliveira, pelo telefone (19) 3241-5673. Questões de ordem ética poderão ser consultadas junto ao Comitê de Ética através do número (19) 3343-

6777, e/ou e-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, endereço Rua Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, CEP 13087-571, Campinas-SP, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Desde já agradeço a sua colaboração.

Karina da Silva Oliveira
Doutoranda em Psicologia pela PUC-Campinas
Orientadora: Profª Drª Tatiana de Cássia Nakano
karina_oliv@yahoo.com.br

Eu, _____, declaro estar ciente da pesquisa a ser realizada e autorizo a participação de meu(a) filho(a) na mesma.

Nome do aluno: _____

Data: ____/____/201____,

Assinatura do pai e/ou responsável

Anexo 4. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para pais e/ou responsáveis dos estudantes de escola regular (Estudo 4)

Prezados pais e/ou responsáveis,

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar, por meio de seu(a) filho(a), de uma pesquisa de doutorado que tem como objetivo construir um instrumento capaz de identificar características resilientes em crianças. O instrumento, que se chama Marcadores de Resiliência Infantil, foi criado com base num modelo teórico de resiliência em que esta habilidade é compreendida como uma capacidade de lidar com situações de conflito e adversidades, e é composta por seis elementos fundamentais (invulnerabilidade/vulnerabilidade, *coping*/enfrentamento, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade).

É fundamental que as crianças tenham idades entre 8 anos e 12, de ambos os sexos, que tenham a autorização de seus pais e/ou responsáveis e que aceitem participar da pesquisa. Ao aceitarem este convite, será solicitado que seu(a) filho(a) responda ao instrumento chamado Marcadores de Resiliência Infantil, assinalando a opção com a atitude que tomariam caso fossem o personagem principal da história. O instrumento é composto por 30 pequenas histórias, após isto, as crianças serão convidadas a dizerem suas opiniões, dúvidas e sugestões sobre o instrumento e, portanto, espera-se que o tempo máximo da participação se dê por aproximadamente 45 minutos. As aplicações ocorrerão em sala de aula, ou em outro espaço adequado e providenciado pela escola. Também é necessário informar que esta pesquisa foi autorizada pela escola e que não haverá prejuízo ao andamento das aulas uma vez que os momentos de aplicação serão previamente acordados junto aos professores.

Tendo em vista que a atividade possui características lúdicas, por se tratar de pequenas histórias às quais as crianças devem selecionar o final que julgarem mais adequado, não são esperados riscos psicológicos decorrentes da participação na pesquisa. Todavia, caso a criança experimente cansaço, ou qualquer outro desconforto durante a sua participação, a pesquisadora, que também é psicóloga estará à disposição para oferecer o acolhimento psicológico sem custo ao participante, bem como fará o encaminhamento para atendimento especializado, caso seja necessário.

Asseguro que os dados da escola, bem como, dados de identificação das crianças participantes serão mantidos em sigilo. Ofereço-me para dar uma palestra aos professores e/ou aos pais sobre o desenvolvimento da resiliência em crianças. É importante dizer que não será oferecido nenhum tipo de resultado individual. Cabe lembrar que a participação na pesquisa é voluntária, e sua autorização pode ser retirada a qualquer momento, mesmo que já a tenha assentido. Ressalto que não haverá nenhum ônus financeiro ou ressarcimento pela participação dos alunos nesta pesquisa.

Esperamos contar com sua colaboração, nos colocamos à disposição para oferecer todo e qualquer esclarecimento necessário, antes, durante e após a realização da pesquisa, tanto para os responsáveis quanto aos pais dos alunos. Caso concorde que seu(a) filho(a) participe da investigação junto ao instrumento Marcadores de Resiliência Infantil, por favor, assine a ficha abaixo, elaborada em duas vias de igual teor, guarde uma com você e devolva a outra.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas. Se você tiver dúvidas durante a condução da pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, poderá entrar em contato para esclarecê-las com a doutoranda Karina da Silva Oliveira, pelo telefone (19) 3241-5673. Questões de ordem ética poderão ser consultadas junto ao Comitê de Ética através do número (19) 3343-6777, e/ou e-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, endereço Rua Euryclides de

Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, CEP 13087-571, Campinas-SP, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Desde já agradeço a sua colaboração.

Karina da Silva Oliveira
Doutoranda em Psicologia pela PUC-Campinas
Orientadora: Profª Drª Tatiana de Cássia Nakano
karina_oliv@yahoo.com.br

Eu, _____, declaro estar ciente da pesquisa a ser realizada e autorizo a participação de meu(a) filho(a) na mesma.

Nome do aluno: _____

Data: ____/____/201____,

Assinatura do pai e/ou responsável

Anexo 5. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Juízes

Prezado(a) Senhor(a) Avaliador(a),

Você está sendo convidado a participar de minha pesquisa de doutorado, nesta tenho como objetivo construir um instrumento capaz de identificar características resilientes em crianças, por meio de pequenas histórias. E, portanto, gostaria de contar com sua colaboração para avaliar os itens que compõem o instrumento Marcadores de Resiliência Infantil. O instrumento foi elaborado a partir do modelo teórico postulado por Castillo e colaboradores (2016), no qual a resiliência é compreendida enquanto uma habilidade psicológica, acessada em situações de enfrentamento às adversidades, e composta por seis elementos fundamentais, sendo eles a invulnerabilidade/vulnerabilidade, o *coping*/enfrentamento, a inteligência emocional, o bem-estar subjetivo, o *locus* de controle e a habilidade.

Para isso, existem duas tarefas que lhe peço para executar. A primeira refere-se à análise do conteúdo dos itens (histórias), tomando como base as definições dos seis elementos fundamentais adotados no modelo teórico que embasa o teste. Você deverá ler cada uma, identificando, na sua opinião, qual desses seis elementos ela representa. A segunda tarefa envolve um novo julgamento, mas agora dos desfechos das histórias, indicando a pontuação que julgar apropriada para cada uma das três possibilidades de resposta (inadequado, aceitável ou resiliente).

Ressalto que sua colaboração poderá ser interrompida a qualquer momento, sem que haja prejuízo pessoal ou profissional. Asseguro também, que seus dados pessoais, bem como as análises realizadas serão mantidas em sigilo. A participação nessa atividade não envolve nenhum risco previsto, ainda que níveis de tensão esperados para a realização de qualquer outra atividade possam ocorrer. Caso experimente qualquer desconforto psicológico decorrente de sua participação, entre em contato imediatamente com a pesquisadora, que é psicóloga, a qual poderá te oferecer algum atendimento e verificar se você pode ou não dar continuidade à tarefa, caso seja do seu interesse. É importante lembrar que sua participação é voluntária, e portanto, não haverá qualquer tipo de pagamento ou bonificação.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas. Se você tiver dúvidas durante sua participação na pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, poderá entrar em contato para esclarecê-las com a doutoranda Karina da Silva Oliveira, pelo telefone (19) 3241-5673. Questões de ordem ética poderão ser consultadas junto ao Comitê de Ética através do número (19) 3343-6777, e/ou email: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, endereço Rua Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, CEP 13087-571, Campinas-SP, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Se concordar em colaborar com a análise dos itens do instrumento Marcadores de Resiliência Infantil, por favor, assine a ficha abaixo, elaborada em suas vias iguais, guarde uma com você e devolva a outra.

Desde já agradeço sua colaboração.

Karina da Silva Oliveira
Doutoranda em Psicologia pela PUC-Campinas
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Tatiana de Cássia Nakano
karina_oliv@yahoo.com.br

Eu, _____, RG _____,
declaro estar ciente dos termos da pesquisa acima citados. Dou meu consentimento
para que as informações prestadas por mim sejam utilizadas no estudo para construção
do instrumento Marcadores de Resiliência Infantil.

Assinatura

Data: ____/____/201__

Anexo 6. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para pais e/ou responsáveis dos estudantes de escola regular (Estudo 5)

Prezados pais e/ou responsáveis,

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar, por meio de seu(a) filho(a), de uma pesquisa de doutorado que tem como objetivo construir um instrumento capaz de identificar características resilientes em crianças. O instrumento, que se chama Marcadores de Resiliência Infantil, foi criado com base num modelo teórico de resiliência em que esta habilidade é compreendida como uma capacidade de lidar com situações de conflito e adversidades, e é composta por seis elementos fundamentais (invulnerabilidade/vulnerabilidade, *coping*/enfrentamento, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade).

É fundamental que as crianças tenham idades entre 8 anos e 12, de ambos os sexos, que tenham a autorização de seus pais e/ou responsáveis e que aceitem participar da pesquisa. Ao aceitarem este convite, será solicitado que seu(a) filho(a) responda ao instrumento chamado Marcadores de Resiliência Infantil, assinalando a opção com a atitude que tomariam caso fossem o personagem principal da história. O instrumento é composto por 30 pequenas histórias, após isto, as crianças serão convidadas a dizerem suas opiniões, dúvidas e sugestões sobre o instrumento e, portanto, espera-se que o tempo máximo da participação se dê por aproximadamente 45 minutos. As aplicações ocorrerão em sala de aula, ou em outro espaço adequado e providenciado pela escola. Também é necessário informar que esta pesquisa foi autorizada pela escola e que não haverá prejuízo ao andamento das aulas uma vez que os momentos de aplicação serão previamente acordados junto aos professores.

Tendo em vista que a atividade possui características lúdicas, por se tratar de pequenas histórias às quais as crianças devem selecionar o final que julgarem mais adequado, não são esperados riscos psicológicos decorrentes da participação na pesquisa. Todavia, caso a criança experimente cansaço, ou qualquer outro desconforto durante a sua participação, a pesquisadora, que também é psicóloga estará à disposição para oferecer o acolhimento psicológico sem custo ao participante, bem como fará o encaminhamento para atendimento especializado, caso seja necessário.

Asseguro que os dados da escola, bem como, dados de identificação das crianças participantes serão mantidos em sigilo. Ofereço-me para dar uma palestra aos professores e/ou aos pais sobre o desenvolvimento da resiliência em crianças. É importante dizer que não será oferecido nenhum tipo de resultado individual. Cabe lembrar que a participação na pesquisa é voluntária, e sua autorização pode ser retirada a qualquer momento, mesmo que já a tenha assentido. Ressalto que não haverá nenhum ônus financeiro ou ressarcimento pela participação dos alunos nesta pesquisa.

Esperamos contar com sua colaboração, nos colocamos à disposição para oferecer todo e qualquer esclarecimento necessário, antes, durante e após a realização da pesquisa, tanto para os responsáveis quanto aos pais dos alunos. Caso concorde que seu(a) filho(a) participe da investigação junto ao instrumento Marcadores de Resiliência Infantil, por favor, assine a ficha abaixo, elaborada em duas vias de igual teor, guarde uma com você e devolva a outra.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas. Se você tiver dúvidas durante a condução da pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, poderá entrar em contato para esclarecê-las com a doutoranda Karina da Silva Oliveira, pelo telefone (19) 3241-5673. Questões de ordem ética poderão ser consultadas junto ao Comitê de Ética através do número (19) 3343-6777, e/ou e-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, endereço Rua Euryclides de

Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, CEP 13087-571, Campinas-SP, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Desde já agradeço a sua colaboração.

Karina da Silva Oliveira
Doutoranda em Psicologia pela PUC-Campinas
Orientadora: Profª Drª Tatiana de Cássia Nakano
karina_oliv@yahoo.com.br

Eu, _____, declaro estar ciente da pesquisa a ser realizada e autorizo a participação de meu(a) filho(a) na mesma.

Nome do aluno: _____

Data: ____/____/201____,

Assinatura do pai e/ou responsável

Anexo 7. Termo de Assentimento para participantes do Estudo 2

Olá,

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de doutorado que tem como objetivo construir um instrumento capaz de identificar características resilientes em crianças. A resiliência é entendida como a habilidade de lidar com situações de conflito e adversidades. O instrumento, que se chama Marcadores de Resiliência Infantil, foi criado com base numa teoria sobre resiliência em que esta habilidade é composta por seis elementos fundamentais (invulnerabilidade/vulnerabilidade, *coping*/enfrentamento, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade).

Se você tiver entre 8 anos e 12 anos, se seus pais e/ou responsáveis autorizarem e se você aceitar participar desta pesquisa, você será convidado a responder ao instrumento chamado Marcadores de Resiliência Infantil, através de uma entrevista individual, e nesta você será convidado a dizer qual atitude tomaria caso fosse o personagem principal da história. O instrumento é composto por 30 pequenas histórias e, por isso, espera-se que o tempo máximo da entrevista se dê por aproximadamente 30 minutos. Essa entrevista ocorrerá em um espaço adequado e providenciado pela escola. É importante te dizer que as entrevistas serão gravadas, e depois transcritas, estas gravações serão armazenadas de maneira confidencial, durante 5 anos. Após este período, os arquivos serão destruídos. Também é necessário te informar que esta pesquisa foi autorizada pela escola e que não haverá prejuízo ao andamento das aulas uma vez que os momentos de entrevista serão previamente acordados junto aos professores.

Esta atividade possui características lúdicas, por se tratar de pequenas histórias às quais as você deve informar o final que julgar melhor, e por isso não são esperados riscos psicológicos por causa da sua participação na pesquisa. Mas, caso você fique cansado, ou sinta qualquer outro desconforto durante a participação, a pesquisadora, que também é psicóloga estará à disposição para oferecer o acolhimento psicológico sem custo, bem como fará o encaminhamento para atendimento especializado, caso seja necessário.

Comprometo-me a manter em sigilo todos os seus dados de identificação e também os dados da escola. Estou oferecendo uma palestra aos professores e/ou aos pais sobre o desenvolvimento da resiliência em crianças. Como a pesquisa sobre o instrumento está em andamento, não será oferecido nenhum tipo de resultado individual. E é importante lembrar que a sua participação na pesquisa é voluntária, e sua autorização pode ser retirada a qualquer momento, mesmo que já a tenha assinado. Também gostaria que você soubesse que não você não precisará pagar nada para participar desta pesquisa e também não será oferecido dinheiro como forma de agradecimento pela sua participação.

Esperamos contar com sua participação, e nos colocamos à disposição para todas as dúvidas antes, durante e após a realização da pesquisa, tanto para você, quanto para os seus pais e/ou responsáveis. Caso concorde em participar desta pesquisa referente ao instrumento Marcadores de Resiliência Infantil, por favor, assinie a ficha abaixo. Note que este termo foi elaborado em duas cópias, portanto, guarde uma com você e devolva a outra, por favor.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas. Se você tiver dúvidas durante a condução da pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, poderá entrar em contato para esclarecê-las com a doutoranda Karina da Silva Oliveira, pelo telefone (19) 3241-5673. Questões de ordem ética poderão ser consultadas junto ao Comitê de Ética através do número (19) 3343-6777, e/ou email: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, endereço Rua Euryclides de

Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, CEP 13087-571, Campinas-SP, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Desde já agradeço a sua participação.

Karina da Silva Oliveira
Doutoranda em Psicologia pela PUC-Campinas
Orientadora: Profª Drª Tatiana de Cássia Nakano
karina_oliv@yahoo.com.br

Termo de assentimento (para alunos com mais de 10 anos)

Declaro que recebi todas as informações da pesquisa e aceito participar da mesma.

Nome: _____

Assinatura do aluno _____

Anexo 8. Termo de Assentimento para participantes do Estudo 4

Olá,

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de doutorado que tem como objetivo construir um instrumento capaz de identificar características resilientes em crianças. A resiliência é entendida como a habilidade de lidar com situações de conflito e adversidades. O instrumento, que se chama Marcadores de Resiliência Infantil, foi criado com base numa teoria sobre resiliência em que esta habilidade é composta por seis elementos fundamentais (invulnerabilidade/vulnerabilidade, *coping*/enfrentamento, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade).

Se você tiver entre 8 anos e 12 anos, se seus pais e/ou responsáveis autorizarem e se você aceitar participar desta pesquisa, você será convidado a responder ao instrumento chamado Marcadores de Resiliência Infantil, assinalando qual atitude tomaria caso fosse o personagem principal da história. O instrumento é composto por 30 pequenas histórias e depois que você o responder conversaremos sobre suas opiniões, dúvidas e sugestões sobre o material, por isso, espera-se que o tempo máximo da sua participação seja de aproximadamente 45 minutos. Sua participação acontecerá em sala de aula, ou em um outro espaço adequado e providenciado pela escola. É importante te dizer esta pesquisa foi autorizada pela escola e que não haverá prejuízo ao andamento das aulas uma vez que os momentos de aplicação serão combinados com seus professores.

Esta atividade possui características lúdicas, por se tratar de pequenas histórias às quais as você deve informar o final que julgar melhor, e por isso não são esperados riscos psicológicos por causa da sua participação na pesquisa. Mas, caso você fique cansado, ou sinta qualquer outro desconforto durante a participação, a pesquisadora, que também é psicóloga estará à disposição para oferecer o acolhimento psicológico sem custo, bem como fará o encaminhamento para atendimento especializado, caso seja necessário.

Comprometo-me a manter em sigilo todos os seus dados de identificação e também os dados da escola. Estou oferecendo uma palestra aos professores e/ou aos pais sobre o desenvolvimento da resiliência em crianças. Como a pesquisa sobre o instrumento está em andamento, não será oferecido nenhum tipo de resultado individual. E é importante lembrar que a sua participação na pesquisa é voluntária, e sua autorização pode ser retirada a qualquer momento, mesmo que já a tenha assinado. Também gostaria que você soubesse que não você não precisará pagar nada para participar desta pesquisa e também não será oferecido dinheiro como forma de agradecimento pela sua participação.

Esperamos contar com sua participação, e nos colocamos à disposição para todas as dúvidas antes, durante e após a realização da pesquisa, tanto para você, quanto para os seus pais e/ou responsáveis. Caso concorde em participar desta pesquisa referente ao instrumento Marcadores de Resiliência Infantil, por favor, assine a ficha abaixo. Note que este termo foi elaborado em duas cópias, portanto, guarde uma com você e devolva a outra, por favor.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas. Se você tiver dúvidas durante a condução da pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, poderá entrar em contato para esclarecê-las com a doutoranda Karina da Silva Oliveira, pelo telefone (19) 3241-5673. Questões de ordem ética poderão ser consultadas junto ao Comitê de Ética através do número (19) 3343-6777, e/ou email: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, endereço Rua Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, CEP 13087-571, Campinas-SP, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Desde já agradeço a sua participação.

Karina da Silva Oliveira
Doutoranda em Psicologia pela PUC-Campinas
Orientadora: Profª Drª Tatiana de Cássia Nakano
karina_oliv@yahoo.com.br

Termo de assentimento (para alunos com mais de 10 anos)

Declaro que recebi todas as informações da pesquisa e aceito participar da mesma.

Nome: _____

Assinatura do aluno _____

Anexo 9. Termo de Assentimento para participantes do Estudo 5

Olá,

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de doutorado que tem como objetivo construir um instrumento capaz de identificar características resilientes em crianças. A resiliência é entendida como a habilidade de lidar com situações de conflito e adversidades. O instrumento, que se chama Marcadores de Resiliência Infantil, foi criado com base numa teoria sobre resiliência em que esta habilidade é composta por seis elementos fundamentais (invulnerabilidade/vulnerabilidade, *coping*/enfrentamento, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade).

Se você tiver entre 8 anos e 12 anos, se seus pais e/ou responsáveis autorizarem e se você aceitar participar desta pesquisa, você será convidado a responder ao instrumento chamado Marcadores de Resiliência Infantil, assinalando qual atitude tomaria caso fosse o personagem principal da história. O instrumento é composto por 30 pequenas histórias e, por isso, espera-se que o tempo máximo da entrevista se dê por aproximadamente 45 minutos. Sua participação acontecerá em sala de aula, ou em um outro espaço adequado e providenciado pela escola. É importante te dizer esta pesquisa foi autorizada pela escola e que não haverá prejuízo ao andamento das aulas uma vez que os momentos de aplicação serão combinados com seus professores.

Esta atividade possui características lúdicas, por se tratar de pequenas histórias às quais as você deve informar o final que julgar melhor, e por isso não são esperados riscos psicológicos por causa da sua participação na pesquisa. Mas, caso você fique cansado, ou sinta qualquer outro desconforto durante a participação, a pesquisadora, que também é psicóloga estará à disposição para oferecer o acolhimento psicológico sem custo, bem como fará o encaminhamento para atendimento especializado, caso seja necessário.

Comprometo-me a manter em sigilo todos os seus dados de identificação e também os dados da escola. Estou oferecendo uma palestra aos professores e/ou aos pais sobre o desenvolvimento da resiliência em crianças. Como a pesquisa sobre o instrumento está em andamento, não será oferecido nenhum tipo de resultado individual. E é importante lembrar que a sua participação na pesquisa é voluntária, e sua autorização pode ser retirada a qualquer momento, mesmo que já a tenha assinado. Também gostaria que você soubesse que não você não precisará pagar nada para participar desta pesquisa e também não será oferecido dinheiro como forma de agradecimento pela sua participação.

Esperamos contar com sua participação, e nos colocamos à disposição para todas as dúvidas antes, durante e após a realização da pesquisa, tanto para você, quanto para os seus pais e/ou responsáveis. Caso concorde em participar desta pesquisa referente ao instrumento Marcadores de Resiliência Infantil, por favor, assinie a ficha abaixo. Note que este termo foi elaborado em duas cópias, portanto, guarde uma com você e devolva a outra, por favor.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas. Se você tiver dúvidas durante a condução da pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, poderá entrar em contato para esclarecê-las com a doutoranda Karina da Silva Oliveira, pelo telefone (19) 3241-5673. Questões de ordem ética poderão ser consultadas junto ao Comitê de Ética através do número (19) 3343-6777, e/ou email: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, endereço Rua Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, CEP 13087-571, Campinas-SP, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Desde já agradeço a sua participação.

Karina da Silva Oliveira
Doutoranda em Psicologia pela PUC-Campinas
Orientadora: Profª Drª Tatiana de Cássia Nakano
karina_oliv@yahoo.com.br

Termo de assentimento (para alunos com mais de 10 anos)

Declaro que recebi todas as informações da pesquisa e aceito participar da mesma.

Nome: _____

Assinatura do aluno _____

Anexo 10. Carta de autorização dirigida ao responsável pela escola (Estudo

6)

Prezado(a) Senhor(a) Diretor(a)/Responsável,

Por meio deste documento, gostaria de convidar a escola a participar da pesquisa que tenho realizado em meu curso de doutorado. Nesta pesquisa, tenho como objetivo construir um instrumento capaz de identificar características resilientes em crianças, por meio de pequenas histórias. O instrumento foi criado com base num modelo teórico de resiliência no qual esta habilidade é compreendida enquanto um constructo psicológico multifatorial, composto por seis elementos fundamentais (invulnerabilidade/vulnerabilidade, *coping*, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade).

A pesquisa pressupõe a participação de crianças entre 8 anos a 12 anos, de ambos os sexos, que tenham a autorização de seus pais e/ou responsáveis. Será solicitado às crianças, que respondam a dois instrumentos, o primeiro é chamado de Marcadores de Resiliência Infantil. O segundo chamado Escala de Stress Infantil – ESI. Espera-se que o tempo máximo de testagem se dê por aproximadamente 50 minutos.

Tendo em vista que a atividade possui características lúdicas, por se tratar de pequenas histórias às quais as crianças devem selecionar o final que julgarem mais adequado, não são esperados riscos psicológicos decorrentes da participação na pesquisa. Todavia, caso a criança experimente cansaço, ou qualquer outro desconforto durante a sua participação, a pesquisadora, que também é psicóloga estará à disposição para oferecer o acolhimento psicológico sem custo ao participante. Bem como, fará o encaminhamento especializado, caso seja necessário.

Asseguro que os dados da escola, bem como, dados de identificação das crianças participantes serão mantidos em sigilo. Ofereço-me para dar uma palestra aos professores e/ou aos pais sobre o desenvolvimento da resiliência em crianças. É importante dizer que não serão apresentados resultados individuais, pois o instrumento encontra-se em processo de investigação de suas propriedades psicométricas. Cabe lembrar que a participação na pesquisa é voluntária, e sua autorização pode ser retirada a qualquer momento, mesmo que já a tenha assentido. Ressalto que não haverá nenhum ônus financeiro ou ressarcimento pela participação dos alunos nesta pesquisa.

Esperamos contar com sua colaboração, e estamos à disposição para oferecer todo e qualquer esclarecimento necessário.

Ao concordar em autorizar que sua escola participe da investigação junto ao instrumento Marcadores de Resiliência Infantil, por favor, assine a ficha abaixo, guarde a cópia com você e devolva a original.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas (CAAE 66606517.5.0000.5481). Se você tiver dúvidas durante sua participação na pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, poderá entrar em contato para esclarecê-las com a doutoranda Karina da Silva Oliveira, pelo telefone (19) 3241-5673. Questões de ordem ética poderão ser consultadas junto ao Comitê de Ética através do número (19) 3343-6777, e/ou email: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, endereço Rua Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, CEP 13087-571, Campinas-SP, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Desde já agradeço a sua colaboração.

Karina da Silva Oliveira
Doutoranda em Psicologia pela PUC-Campinas
Orientadora: Profª Drª Tatiana de Cássia Nakano
karina_oliv@yahoo.com.br

Eu, _____, na função de _____ da escola _____, autorizo a execução da pesquisa acima citada, após ter sido esclarecido(a) sobre os objetivos da mesma.
Data ____/____/201____, Assinatura: _____

Anexo 11. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para pais e/ou responsáveis dos estudantes (Estudo 6)

Prezados pais e/ou responsáveis,

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar, por meio de seu(a) filho(a), de uma pesquisa de doutorado que tem como objetivo construir um instrumento capaz de identificar características resilientes em crianças. O instrumento, que se chama Marcadores de Resiliência Infantil, foi criado com base num modelo teórico de resiliência em que esta habilidade é compreendida como uma capacidade de lidar com situações de conflito e adversidades, e é composta por seis elementos fundamentais (invulnerabilidade/vulnerabilidade, *coping*/enfrentamento, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade).

É fundamental que as crianças tenham idades entre 8 anos e 12 anos, de ambos os sexos, que tenham a autorização de seus pais e/ou responsáveis e que aceitem participar da pesquisa. Ao aceitarem este convite, será solicitado que seu(a) filho(a) responda ao instrumento chamado Marcadores de Resiliência Infantil, assinalando a opção com a atitude que tomariam caso fossem o personagem principal da história. O instrumento é composto por 27 pequenas histórias. Em seguida, seu filho(a) será convidado(a) a indicar a frequência de sintomas de estresse, junto a Escala de Stress Infantil (ESI). Este instrumento é composto por 35 afirmações, nas quais a criança apontará o quanto sente o sintoma descrito. Portanto, espera-se que o tempo máximo da participação se dê por aproximadamente 50 minutos. As aplicações ocorrerão em sala de aula, ou em outro espaço adequado e providenciado pela escola. Também é necessário informar que esta pesquisa foi autorizada pela escola e que não haverá prejuízo ao andamento das aulas uma vez que os momentos de aplicação serão previamente acordados junto aos professores.

Tendo em vista que a atividade possui características lúdicas, por se tratar de pequenas histórias às quais as crianças devem selecionar o final que julgarem mais adequado, não são esperados riscos psicológicos decorrentes da participação na pesquisa. Todavia, caso a criança experimente cansaço, ou qualquer outro desconforto durante a sua participação, a pesquisadora, que também é psicóloga estará à disposição para oferecer o acolhimento psicológico sem custo ao participante, bem como fará o encaminhamento para atendimento especializado, caso seja necessário.

Asseguro que os dados da escola, bem como, dados de identificação das crianças participantes serão mantidos em sigilo. Ofereço-me para dar uma palestra aos professores e/ou aos pais sobre o desenvolvimento da resiliência em crianças. É importante dizer que não será oferecido nenhum tipo de resultado individual. Cabe lembrar que a participação na pesquisa é voluntária, e sua autorização pode ser retirada a qualquer momento, mesmo que já a tenha assentido. Ressalto que não haverá nenhum ônus financeiro ou ressarcimento pela participação dos alunos nesta pesquisa.

Esperamos contar com sua colaboração, nos colocamos à disposição para oferecer todo e qualquer esclarecimento necessário, antes, durante e após a realização da pesquisa, tanto para os responsáveis quanto aos pais dos alunos. Caso concorde que seu(a) filho(a) participe da investigação junto ao instrumento Marcadores de Resiliência Infantil, por favor, assine a ficha abaixo, elaborada em duas vias de igual teor, guarde uma com você e devolva a outra.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas. Se você tiver dúvidas durante a condução da pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, poderá entrar em contato para esclarecê-las com a doutoranda Karina da Silva Oliveira, pelo telefone (19) 3241-5673. Questões de ordem ética poderão ser consultadas junto ao Comitê de Ética através do número (19) 3343-

6777, e/ou e-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, endereço Rua Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, CEP 13087-571, Campinas-SP, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Desde já agradeço a sua colaboração.

Karina da Silva Oliveira
Doutoranda em Psicologia pela PUC-Campinas
Orientadora: Profª Drª Tatiana de Cássia Nakano
karina_oliv@yahoo.com.br

Eu, _____, declaro estar ciente da pesquisa a ser realizada e autorizo a participação de meu(a) filho(a) na mesma.

Nome do aluno: _____

Data: ____/____/201____,

Assinatura do pai e/ou responsável

Termo de assentimento (para alunos com mais de 10 anos)

Declaro que recebi todas as informações da pesquisa e aceito participar da mesma.

Nome: _____

Assinatura do aluno

Anexo 12. Termo de Assentimento para participantes do Estudo 6

Olá,

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de doutorado que tem como objetivo construir um instrumento capaz de identificar características resilientes em crianças. A resiliência é entendida como a habilidade de lidar com situações de conflito e adversidades. O instrumento, que se chama Marcadores de Resiliência Infantil, foi criado com base numa teoria sobre resiliência em que esta habilidade é composta por seis elementos fundamentais (invulnerabilidade/vulnerabilidade, *coping*/enfrentamento, inteligência emocional, bem-estar subjetivo, *locus* de controle e habilidade).

Se você tiver entre 8 anos e 12 anos, se seus pais e/ou responsáveis autorizarem e se você aceitar participar desta pesquisa, você será convidado a responder ao instrumento chamado Marcadores de Resiliência Infantil, assinalando qual atitude tomaria caso fosse o personagem principal da história. O instrumento é composto por 27 pequenas histórias. Em seguida, você deverá indicar o quanto sente alguns sintomas de estresse. Para isso, você lerá 35 frases e deverá apontar o quanto sente o sintoma descrito. Para que isso aconteça, espera-se que o tempo máximo da sua colaboração seja de 50 minutos. Sua participação acontecerá em sala de aula, ou em um outro espaço adequado e providenciado pela escola. É importante te dizer esta pesquisa foi autorizada pela escola e que não haverá prejuízo ao andamento das aulas uma vez que os momentos de aplicação serão combinados com seus professores.

Esta atividade possui características lúdicas, por se tratar de pequenas histórias às quais as você deve informar o final que julgar melhor, e por isso não são esperados riscos psicológicos por causa da sua participação na pesquisa. Mas, caso você fique cansado, ou sinta qualquer outro desconforto durante a participação, a pesquisadora, que também é psicóloga estará à disposição para oferecer o acolhimento psicológico sem custo, bem como fará o encaminhamento para atendimento especializado, caso seja necessário.

Comprometo-me a manter em sigilo todos os seus dados de identificação e também os dados da escola. Estou oferecendo uma palestra aos professores e/ou aos pais sobre o desenvolvimento da resiliência em crianças. Como a pesquisa sobre o instrumento está em andamento, não será oferecido nenhum tipo de resultado individual. E é importante lembrar que a sua participação na pesquisa é voluntária, e sua autorização pode ser retirada a qualquer momento, mesmo que já a tenha assinado. Também gostaria que você soubesse que não você não precisará pagar nada para participar desta pesquisa e também não será oferecido dinheiro como forma de agradecimento pela sua participação.

Esperamos contar com sua participação, e nos colocamos à disposição para todas as dúvidas antes, durante e após a realização da pesquisa, tanto para você, quanto para os seus pais e/ou responsáveis. Caso concorde em participar desta pesquisa referente ao instrumento Marcadores de Resiliência Infantil, por favor, assine a ficha abaixo. Note que este termo foi elaborado em duas cópias, portanto, guarde uma com você e devolva a outra, por favor.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas. Se você tiver dúvidas durante a condução da pesquisa, ou mesmo depois dela ter se encerrado, poderá entrar em contato para esclarecê-las com a doutoranda Karina da Silva Oliveira, pelo telefone (19) 3241-5673. Questões de ordem ética poderão ser consultadas junto ao Comitê de Ética através do número (19) 3343-6777, e/ou email: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, endereço Rua Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, CEP 13087-571, Campinas-SP, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00.

Desde já agradeço a sua participação.

Karina da Silva Oliveira
Doutoranda em Psicologia pela PUC-Campinas
Orientadora: Profª Drª Tatiana de Cássia Nakano
karina_oliv@yahoo.com.br

Termo de assentimento (para alunos com mais de 10 anos)

Declaro que recebi todas as informações da pesquisa e aceito participar da mesma.

Nome: _____

Assinatura do aluno _____

Anexo 13. Parecer consubstanciado – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RESILIÊNCIA INFANTIL: CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DE SUAS QUALIDADES PSICOMÉTRICAS

Pesquisador: Karina da Silva Oliveira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 66606517.5.0000.5481

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC/ CAMPINAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.129.745

Apresentação do Projeto:

O protocolo

Trata-se de pesquisa visando doutoramento em Psicologia, na qual algumas etapas prévias, de cunho bibliográfico/teórico e desenvolvimento de instrumento básico para coleta de dados, já foram realizadas. A inserção na Plataforma Brasil deve-se à existência de um total de 345 participantes que serão contatados assim que houver aprovação deste Comitê de Ética. Tais participantes referem-se 40 alunos (da faixa de 8 anos a 11 anos e 11 meses) que participarão de estudo-piloto e de um grupo focal; 5 juizes (profissionais ligados à Psicologia), para avaliar o instrumento quanto à pertinência teórica dos itens e qualidade das alternativas de desfecho; e outros 300 alunos de duas escolas, uma de Campinas e outra de Vinhedo, que já forneceram autorização para todas as etapas do trabalho.

Critérios de inclusão e exclusão

Estão claramente apontados e atendem às regulamentações.

Metodologia

A pesquisa adotará um conjunto de métodos que pressupõe uso de questionário, realização de

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 136
Bairro: Parque das Universidades CEP: 13.066-000
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefone: (19)3343-8777 Fax: (19)3343-8777 E-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS -
PUC/ CAMPINAS



Continuação do Parecer: 2.129.745

entrevistas e formação de grupo focal, com adoção de Análise de Conteúdo e Análise Fatorial Exploratória, sendo esta última para o tratamento estatístico.

Objetivo da Pesquisa:

Desenvolver e buscar evidências de validade para um instrumento que avalie o potencial resiliente em crianças. A autora esclarece que resiliência, em Psicologia, é compreendido como um processo que confere ao indivíduo habilidades para lidar com as adversidades que lhe surgem; habilidades estas que decorrem da intersecção de aspectos sociais, características próprias e potencialidades individuais. Na infância, resiliência estaria relacionada com a flexibilidade cognitiva, a capacidade criativa e a potencialidade de resolução de problemas interpessoais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Item está bem elaborado, no qual se assegura aos participantes a liberdade para deixar o estudo quando quiserem, e a adoção de medidas diante de quaisquer constrangimentos que possam surgir, bem como o encaminhamento de possíveis problemas detectados a atendimento junto a profissionais da área de Psicologia.

Enquanto benefício, a autora aponta a criação de um instrumento nacional visando a avaliação de resiliência infantil, atualmente indisponível para profissionais da área.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto bem elaborado, pertinente e cercado dos cuidados necessários em relação a abordagem ética.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos estão todos presentes e adequadamente redigidos.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se esta de uma segunda análise, tendo em vista a existência anterior de pendências, as quais foram todas criteriosamente atendidas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Dessa forma, e considerando a Resolução CNS nº. 466/12, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, e, ainda que a documentação apresentada atende ao solicitado, mitiu-se o parecer para o presente projeto: **Aprovado.**

Conforme a Resolução CNS nº. 466/12, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, é atribuição do CEP acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 138
Bairro: Parque das Universidades CEP: 13.086-900
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: comitedeeticos@puc-campinas.edu.br

Continuação do Parecer: 2.129.745

semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa”.

Por isso o/a pesquisador/a responsável deverá encaminhar para o CEP PUC-Campinas os Relatórios Parciais a cada seis meses e o Relatório Final de seu projeto, até 30 dias após o seu término.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Typo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_R85464.pdf	13/06/2017 16:38:52		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento_Estudo_5.docx	13/06/2017 16:31:24	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento_Estudo_3.docx	13/06/2017 16:31:13	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento_Estudo_2.docx	13/06/2017 16:31:00	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_pais_estudo5.docx	13/06/2017 16:29:21	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_julzes_estudo4.docx	13/06/2017 16:29:09	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_pais_estudo3.docx	13/06/2017 16:28:55	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_pais_estudo2.docx	13/06/2017 16:28:38	Karina da Silva Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Tese_Karina_da_Silva_Oliveira.docx	31/03/2017 16:08:32	Karina da Silva Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Karina_da_Silva_Oliv	31/03/2017	Karina da Silva	Aceito

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 136
Bairro: Parque das Universidades CEP: 13.065-900
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefone: (19)3343-8777 Fax: (19)3343-8777 E-mail: comfedeetica@puc-campinas.edu.br



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS

PONTIFÍCA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS -
PUC/ CAMPINAS



Continuação do Parecer: 2.128.745

Folha de Rosto	eira.pdf	16:06:35	Oliveira	Aceito
Outros	MRI_cademo_de_aplicacao_meninas.docx	31/03/2017 16:04:48	Karina da Silva Oliveira	Aceito
Outros	MRI_cademo_de_aplicacao_meninos.docx	31/03/2017 16:02:34	Karina da Silva Oliveira	Aceito
Outros	MRI_folha_de_respostas.docx	31/03/2017 15:46:05	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Carta_de_autoriz_Colegio_campinas.pdf	31/03/2017 11:17:37	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Carta_de_autoriz_Colegio_vinhedo.pdf	28/03/2017 15:22:47	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Carta_as_escolas.docx	22/03/2017 16:23:59	Karina da Silva Oliveira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINAS, 21 de Junho de 2017

Assinado por:
Alberto Benevenuto Drumond Frazão
(Coordenador)

Endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 138
Bairro: Parque das Universidades CEP: 13.065-900
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: comitedeeticos@puc-campinas.edu.br

Página 04 de 04



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS -
PUC/ CAMPINAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: RESILIÊNCIA INFANTIL: CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DE SUAS QUALIDADES PSICOMÉTRICAS

Pesquisador: Karina da Silva Oliveira

Área Temática:

Versão: 5

CAAE: 66606517.5.0000.5481

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC/ CAMPINAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.011.679

Apresentação do Projeto:

A origem do termo resiliência é bastante controversa na literatura científica. Enquanto alguns autores defendem a ideia de que o conceito seria originado das ciências físicas referindo-se à habilidade dos materiais em permanecer estruturalmente adequados, ainda que submetidos a condições adversas (Yunes, 2003), outros autores afirmam que, apenas no Brasil, tal referência é encontrada (Brandão, Mahfoud & Gianordoli-Nascimento, 2011). Na visão destes últimos, nos países europeus e anglo-saxões a resiliência é considerada como a habilidade de resistência ao estresse. Todavia, independente das discordâncias em relação à origem do termo, o que se faz notar é que, em âmbito nacional, o uso deste conceito ainda se encontra em processo de desenvolvimento, notadamente nas áreas sociais e humanas. No que se refere especificamente à Psicologia, os estudos voltados à essa área do conhecimento tiveram início na década de 1970, período em que o termo comumente utilizado era "Invulnerabilidade" (Brandão, Mahfoud & Gianordoli-Nascimento, 2011). Nessa época, o foco das pesquisas contemplava, fundamentalmente, as definições do conceito e a busca da identificação dos fatores de risco e das adversidades que um indivíduo era capaz de suportar. Tais investigações visavam fornecer suporte para a construção de programas de prevenção e intervenção junto às populações de risco, temática esta que se fez bastante presente durante a década de 1980 (Sapientza & Pedromônico, 2005). Posteriormente, por volta dos anos de 1990, o surgimento das primeiras avaliações relacionadas ao termo é relatado, tendo, como alvo, o

Endereço: Rua Professor Doutor Eurycides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Glândia **CEP:** 13.067-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comiteetica@puc-campinas.edu.br



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

PONTIFÍCA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS -
PUC/ CAMPINAS



Continuação do Parecer 3.011.079

conhecimento e discriminação do nível de condições adversas que um indivíduo seria capaz de suportar (Pesce, Assis, Santos & Oliveira, 2005). Nesse período, ainda de acordo com os autores, as formas de avaliação da resiliência não contemplavam aspectos positivos, assim como a amplitude de possibilidades de expressão e manifestação do potencial resiliente, limitando-se a um de seus aspectos.

Como consequência, é possível observar que, durante o período referido, o cenário científico voltado ao tema da resiliência praticamente não apresentou nenhuma ênfase na compreensão dos aspectos positivos envolvidos nesta habilidade (Infante, 2007). Ao retomar esse percurso, convém ressaltar que tal ênfase, na realidade, acompanhou uma tendência que perdurou, durante muito tempo na Psicologia, a qual, tradicionalmente, buscou a compreensão das psicopatologias. Como consequência, tal ciência acabou por construir, ao longo de sua história, um arcabouço teórico e empírico voltado ao desenvolvimento das condições patológicas e da eficácia das terapias para o enfrentamento das enfermidades (Greco, Morelato & Ison, 2006). Neste mesmo sentido, Seligman e Csikszentmihalyi (2000) afirmam que a ênfase dada pela Psicologia clássica sobre os aspectos psicopatológicos ocasionou uma lacuna teórica em relação aos aspectos positivos e aos recursos internos dos indivíduos, tais como bem-estar, satisfação, esperança, otimismo, resiliência, dentre outros. Como consequência, fez-se notar, até recentemente, uma compreensão limitada acerca dos benefícios que tais características poderiam conferir aos indivíduos. Como reação, mais recentemente, o movimento denominado Psicologia Positiva tem se ampliado, ao longo das últimas décadas, amparado na proposta de alteração de postura e de paradigma frente as possibilidades de atuação profissional e de pesquisa (Yunes, 2003). Tal movimento foi iniciado a partir do esforço de inúmeros profissionais em contribuir para a construção do conhecimento voltado aos fenômenos positivos, indicativos de "vida saudável" e relacionados diretamente aos sistemas de adaptação ao longo do desenvolvimento.

Dentre esses pode-se destacar a resiliência (Masten, 2001). Como resultado do processo histórico e do surgimento da Psicologia Positiva, o conceito de resiliência passou a receber atenção por parte dos pesquisadores. Compreendido como um processo que confere ao indivíduo habilidades para lidar com as adversidades experimentadas, tal construto envolveria a intersecção de aspectos sociais, habilidades e potencialidades individuais (Greco, Morelato & Ison, 2006; Junqueira & Deslandes, 2003). Diversos autores apresentam o conceito desenvolvimental, ou mesmo processual das diferentes respostas resilientes (Fontes, 2010; Infante, 2007; Masten, 2001; Poletto, Wagner & Koller, 2004). Tal compreensão envolve o entendimento da adaptação resiliente em função da dinâmica entre diferentes fatores de risco e de proteção (Infante, 2007), de maneira

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbin, 1518
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida CEP: 13.087-571
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS -
PUC/ CAMPINAS



Continuação do Parecer: 3.011.676

que não seja atribuída, à resiliência, a concepção de atributo pessoal, mas sim uma junção de diferentes instâncias envolvidas no processo desenvolvimental. Considerando-se que o processo do desenvolvimento humano se caracteriza como uma contínua interferência estrutural, exigindo dos indivíduos a capacidade de adaptação ao longo do tempo, Castro e Morenojimenez (2007) argumentam que é impossível não aproximar o conceito de resiliência ao desenvolvimento infantil. Para Polleto, Wagner e Koller (2004) é preciso considerar que inúmeras crianças experimentam dificuldades e problemas ao longo de seu desenvolvimento, sejam estas dificuldades relacionadas à conduta, ou ainda, ao desequilíbrio emocional. Para as autoras supracitadas, a expressão da resiliência se daria, nessa fase, por meio de respostas consistentes e positivas frente aos desafios, assim como, por reações flexíveis, otimistas e perseverantes. Na infância, esta habilidade resiliente estaria intimamente relacionada com a flexibilidade cognitiva, a capacidade criativa e a potencialidade de resolução de problemas interpessoais (Affi & MacMillan, 2011; Grego, Morelato & Ison, 2006; Oliveira & Nakano, 2011). Considerando-se que a resiliência é um termo relativamente novo do ponto de vista das investigações em Psicologia (Brandão et al., 2011; Sapienza & Pedromônico, 2005; Yunes, 2003), ainda que um empenho científico na compreensão e na construção de possibilidades de avaliação deste construto possa ser notado (Infante, 2007; Masten, 2001), inúmeros desafios para o contínuo avanço dos conhecimentos voltados ao tema se encontram presentes na temática. Sobre estes, Luthar, Cicchetti e Becker (2000) alertam especialmente no que tange ao vocabulário, à compreensão dos aspectos envolvidos e apresentados por meio de uma conduta resiliente, e também a propostas de avaliação deste potencial. Especialmente sobre a avaliação do construto, Masten (2001) defende que sua medição deve estar intimamente ligada à avaliação das adversidades e da adaptação positiva, a fim de que o processo resiliente possa ser compreendido. A avaliação das adversidades, segundo esta autora, envolve a medida dos riscos e dos eventos negativos experimentados na infância, ou em qualquer outro momento do desenvolvimento, que considere aspectos relacionados a todos os níveis: biológicos, físicos, sociais, emocionais e desenvolvimentais, afirmando que a avaliação da adaptação positiva deve seguir, em linhas gerais, os mesmos aspectos. Assim, a literatura recomenda que a resiliência deve ser avaliada considerando variáveis específicas envolvidas na resposta resiliente a partir de uma perspectiva processual, que se dá por meio de análises das relações estabelecidas entre riscos, adversidades e fatores de proteção que tenham como papel a compensação, ou ainda, a proteção do indivíduo frente aos fatores de risco (Infante, 2007). Outro aspecto a ser considerado, segundo a referida autora, é a compreensão de quais características internas, cognitivas e emocionais estão envolvidas no processo. No entanto, ainda que tais

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural fazenda Santa Cândida CEP: 13.067-671
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefones: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: comtededica@puc-campinas.edu.br

Página 03 de 12



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS -
PUC/ CAMPINAS



Continuação do Parecer: 3.011.679

recomendações estejam bem explicitadas na literatura, o que se constata, na prática é a existência de poucos instrumentos disponíveis para este fim. Em especial, no que se refere à realidade brasileira, observa-se que a avaliação é comumente realizada de forma subjetiva, através de técnicas como entrevistas, análises documentais, notas escolares, perfis obtidos por meio do uso de questionários de personalidade ou temperamento, análise de discurso de terceiros, bem como da história de vida (Reppold et al., 2012). Verifica-se, desse modo que, "infelizmente, a generalidade dos instrumentos que se destinam à avaliação do construto resiliência centra-se em variáveis psicológicas envolvidas na resiliência (como apoio social, coping, autoeficácia, ajustamento emocional, etc), mas não propriamente no construto em si" (p.252). Como consequência, faz-se notar, no Brasil a necessidade de que sejam realizados estudos voltados para a construção de instrumentos adequados e específicos para avaliação da resiliência, cuja finalidade principal seria a de auxiliar o psicólogo na identificação desta habilidade, dentro de um processo científico, tomando-se resultados confiáveis e baseados na realidade da população brasileira. Se considerarmos especificamente o foco desse estudo, cuja proposta ampara-se na construção de um instrumento para avaliação da resiliência infantil, almeja-se que tal instrumental possa contribuir para o processo de atenção, prevenção e desenvolvimento desta habilidade nessa fase desenvolvimental tão importante. Isso porque, o estudo da resiliência se caracteriza como um convite para irmos além da identificação dos fatores de risco e impulsionarmos a busca pela compreensão dos recursos pessoais e contextuais que podem ser utilizados no enfrentamento das adversidades. Considerando todos os aspectos aqui apresentados voltados à potencialidade do construto da resiliência, entende-se que o estudo voltado ao tema pode contribuir com o debate frente às possíveis definições e características presentes nas diferentes respostas resilientes apresentadas na infância, área ainda marcada por lacunas. Do mesmo modo, apresenta potencial para contribuir com a área da Avaliação Psicológica, no que tange à construção de instrumentos, tendo em vista a ausência de materiais especializados, no país, para a mensuração desta habilidade em crianças. Por sua vez, a construção de um instrumento para a avaliação da resiliência infantil, pode contribuir para o processo de identificação de características positivas, ou também, detectar a ausência destas, de modo a auxiliar o profissional na tomada de decisão frente às condutas necessárias para o trabalho, visando a prevenção e a atenção à infância. O estudo acerca de características positivas na infância, foi um tema de interesse pessoal, que permeou toda a minha formação profissional.

Da mesma forma, o processo de construção de instrumentos, sempre se apresentou como desafiador e fascinante, de modo que, desde a iniciação científica, tenho buscado conhecer melhor

Endereço: Rua Professor Doutor Eurycides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida CEP: 13.087-671
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br

Página 04 de 12

Continuação do Parecer: 3.011.679

e especializar-me nesta temática. Assim, a realização desta pesquisa, na qual objetiva-se construir um instrumento para avaliação da resiliência infantil, caracteriza-se como uma valiosa oportunidade profissional, que favorecerá não apenas o desenvolvimento acadêmico pessoal, mas também a possibilidade de discutir cientificamente temas que permearam toda minha história acadêmica e científica, até aqui.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO:

Serão considerados participantes para o:

- Estudo 2: apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelos pais e/ou responsáveis e com o assentimento da criança, estar regularmente matriculada no Ensino Fundamental 1 ou 2, ter idade compreendida entre 8 anos e 11 anos e 11 meses.
- Estudo 3: apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelos pais e/ou responsáveis e com o assentimento da criança, estar regularmente matriculada no Ensino Fundamental 1 ou 2, ter a idade selecionada como critério para este estudo e não ter participado do Estudo 2.
- Estudo 4: assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ser estudante de mestrado ou doutorado, apresentar experiência na área de avaliação psicológica, preferencialmente voltada à construção de instrumentos psicológicos.
- Estudo 5: apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelos pais e/ou responsáveis e com o assentimento da criança, estar regularmente matriculada no Ensino Fundamental 1 ou 2, ter idade compreendida entre 8 anos e 11 anos e 11 meses e que não tenham participado dos Estudos 2 e 3.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO:

Não serão considerados participantes para o:

- Estudo 2: depois de selecionados, os participantes serão excluídos da pesquisa se não assentirem a participação, mesmo após a assinatura do TCLE pelos pais/responsáveis; crianças que apresentarem condições físicas, cognitivas ou psicopatológicas impeditivas à compreensão da tarefa; aqueles que não completarem o processo de resposta a todo o instrumento ou os estudantes cujos pais retirarem o consentimento obtido anteriormente.
- Estudo 3: depois de selecionados, os participantes serão excluídos da pesquisa se não assentirem a participação, mesmo após a assinatura do TCLE pelos pais/responsáveis; crianças que apresentarem condições físicas, cognitivas ou psicopatológicas impeditivas à compreensão da

Endereço: Rua Professor Doutor Eurycides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural/Fazenda Santa Cândida CEP: 13.067-671
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: comfedeetica@puc-campinas.edu.br



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS -
PUC/ CAMPINAS



Continuação do Parecer: 3.011.679

tarefa, aqueles que não completarem o processo de resposta a todo o Instrumento ou os estudantes cujos pais retirarem o consentimento obtido anteriormente.

- Estudo 4: serão excluídos os juízes, bem como suas contribuições dadas até o momento, daqueles participantes que não terminarem toda a tarefa, desistirem de realizá-la ou retirarem seu consentimento.
- Estudo 5: depois de selecionadas, os participantes serão excluídos da pesquisa se não assentirem a participação, mesmo após a assinatura do TCLE pelos pais /responsáveis; crianças que apresentarem condições físicas, cognitivas ou psicopatológicas impeditivas à compreensão da tarefa, aqueles que não completarem o processo de resposta a todo o Instrumento ou os estudantes cujos pais retirarem o consentimento obtido anteriormente.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO:

Desenvolver e buscar evidências de validade para um instrumento de avaliação do potencial resiliente para crianças.

OBJETIVO SECUNDÁRIO:

- Construção do instrumento a partir da revisão da literatura científica especializada;
- Verificar a adequação do instrumento junto ao público alvo por meio de condução de estudo piloto;
- Buscar evidências de validade baseadas na análise do conteúdo;
- Investigar evidências de validade baseadas na estrutura interna;
- Analisar evidências de validade baseadas nas relações com variáveis externas;
- Analisar a influência das variáveis: sexo, idade e tipo de escola no desempenho no instrumento.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS:

O instrumento Marcadores de Resiliência Infantil foi desenvolvido a fim de ser apresentado ao público infantil como uma tarefa lúdica e motivadora. Para isto as histórias que compõem os itens

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbiní, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida CEP: 13.087-571
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br

Continuação do Parecer: 3.011.679

foram criadas tendo em perspectiva o universo infantil e situações vividas tipicamente neste momento do desenvolvimento.

Portanto, não são esperados riscos para os participantes, sejam eles crianças ou adultos, no caso dos juízes. Entretanto, ao menos duas situações podem ocorrer, a primeira diz respeito ao cansaço decorrente da tarefa, sendo garantido aos participantes, caso aconteça, o direito de interromperem a atividade, a qualquer momento, podendo ou não as retomar posteriormente. A segunda situação considerada refere-se a possíveis desconfortos psicológicos. É preciso ponderar que cada indivíduo possui sua história de vida, e lida com esta de diferentes maneiras. Assim sendo, é possível que em algum momento, ao lerem as histórias, os participantes experimentem lembranças ou emoções que lhes sejam desconfortáveis, por motivos particulares. Caso isto seja observado, a pesquisadora, que é psicóloga, interromperá a coleta de dados e oferecerá o acolhimento psicológico necessário, no momento da ocorrência, sem custos ao participante.

Caso tal atendimento não tenha sido suficiente ou se note a necessidade de continuidade do atendimento, também poderá haver um encaminhamento para serviço especializado, em clínicas escolas que oferecem tal serviço gratuitamente. Ressalta-se, no entanto, que tal resultado não é esperado e se ocorrer, provavelmente deve envolver apenas uma reduzida parcela da amostra. Tal hipótese é levantada dada a característica do instrumento de solicitar, aos participantes, que respondam qual seria o comportamento de um personagem, não fazendo referência direta à avaliação de seus comportamentos, dentro de situações hipotéticas e apresentadas de forma lúdica (tanto em relação às questões quanto às respostas possíveis).

BENEFÍCIOS:

Como benefícios do seu desenvolvimento, o presente trabalho poderá contribuir para a identificação do potencial resiliente em crianças, não apenas para a população investigada, mas também para a área da Avaliação Psicológica no país, tendo em vista a lacuna existente quanto aos instrumentos que avaliem a resiliência na infância. Caso os resultados da investigação das qualidades psicométricas do teste em construção se mostrem positivos, novos estudos serão planejados até sua disponibilização para uso profissional. Outro benefício envolve o uso, futuro, do instrumental como uma ferramenta de rastreio e identificação de situações adversas na infância, assim como fatores de risco e proteção. Tais informações poderão ser usadas como guia para a elaboração de programas e planejamento de intervenções individualizadas, que considerem os fatores ambientais e pessoais de cada sujeito. Importante dizer que no Brasil a identificação destas características na infância, ainda é realizada de forma prioritariamente qualitativa, e cada

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida CEP: 13.067-571
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: cont@educos@puc-campinas.edu.br

Continuação do Projeto: 3.011.679

pesquisador ou profissional da Psicologia assume perspectivas teóricas diferentes acerca da resiliência, o que por sua vez tende a dificultar o diálogo e a compreensão acerca das potencialidades e dificuldades do indivíduo. Assim, espera-se que o instrumento possa auxiliar a prática profissional no desenvolvimento, e no aprimoramento de habilidades relacionadas ao enfrentamento de situações adversas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo de pesquisa apresenta as seguintes características: o estudo propõe a construção de um instrumento voltado à avaliação da resiliência em crianças regularmente matriculadas no Ensino Fundamental (Centro Educacional Dom Orione - SP) com idade entre 8 anos e 11 anos e 11 meses, bem como a investigação de suas qualidades psicométricas. Foram planejados sete estudos:

Estudo 1 - Desenvolvimento do instrumento envolvendo fundamentação teórica.

Estudo 2 - Desenvolvimento das alternativas de resposta por meio de estudo piloto. O estudo tem, como objetivo, desenvolver os desfechos de cada história/item para o instrumento Marcadores de Resiliência Infantil (MRI) através de entrevistas individuais.

Estudo 3 - Evidências de validade baseadas no processo de resposta (grupos focais). O objetivo deste estudo é verificar se as alternativas de resposta selecionadas no estudo anterior, após procedimento individualizado de elaboração de desfechos/finais para as histórias que compõem o instrumento, mostram-se adequadas para compor a versão final do teste. Pretende ainda verificar se elas podem ser classificadas dentro do modelo proposto (adequada, aceitável e não adequada).

Estudo 4 - Evidências de validade baseadas na análise do conteúdo (juizes). Buscar evidências de conteúdo para o instrumento MRI por meio da estimativa da porcentagem de concordância entre juizes e por meio da análise do coeficiente de Kappa.

Estudo 5 - Evidências de validade baseadas na estrutura interna (escola). Buscar evidências de construto baseadas na estrutura interna para o teste Marcadores de Resiliência Infantil, por meio de Análise Fatorial Exploratória.

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida CEP: 13.067-571
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefones: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: comtedeetica@puc-campinas.edu.br



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS -
PUC/ CAMPINAS



Continuação do Parecer: 3/011.679

Estudo 6 - Evidências de validade baseadas nas relações com variáveis externas - estudo de validade discriminante. Investigar as evidências de validade baseadas na relação com variáveis externas, por meio da comparação dos escores dos instrumentos MRI e Escala de Stress Infantil.

Estudo 7 - Evidências de validade baseadas nas relações entre variáveis externas - validade de critério. Investigar as evidências de validade baseadas na relação com variáveis externas do tipo validade de critério, por meio da comparação entre grupos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Verificar Item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Verificar Item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora submeteu no dia 05/11/2018, as respostas de pendências levantadas no Parecer Consubstanciado do CEP nº 2.996.133 datado de 01/10/2018, como segue:

PENDENCIA 01. Solicita-se retirar a indicação de que se trata de pesquisa da área temática "Equipamentos e dispositivos terapêuticos, novos ou não registrados no País" no cadastro do protocolo de pesquisa na Plataforma Brasil, uma vez que esse estudo não se enquadra na área temática de apreciação da CONEP (Resolução CNS nº 466 de 2012, Item IX.4) e Carta Circular nº 172/2017/CONEP/CNS/MS.

RESPOSTA DE PENDENCIA: A pesquisadora retirou a Informa referente a "Área Temática "Equipamentos e dispositivos terapêuticos, novos ou não registrados no País"

PARECER: PENDENCIA ATENDIDA.

PENDENCIA 02. O Cronograma do estudo não está adequado, pois informa que ele já teria sido iniciado. Sendo assim, solicita-se esclarecimento e, caso necessário, adequação do cronograma com relação à data de início do estudo, dado que este ainda se encontra em análise no Sistema CEP/CONEP até a presente data. Ressalta-se ainda a necessidade de adequação do Cronograma, de forma a descrever a duração das diferentes etapas da pesquisa, com compromisso explícito do pesquisador de que o estudo será iniciado somente a partir da aprovação pelo Sistema CEP/CONEP

Endereço: Rua Professor Doutor Eurýclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida CEP: 13.087-571
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefone: (19)3343-8777 Fax: (19)3343-8777 E-mail: comitedestitoe@puc-campinas.edu.br



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS -
PUC/ CAMPINAS



Continuação do Parecer: 3.011.079

(Norma Operacional CNS nº 001 de 2013, Item 3.3.5).

RESPOSTA DE PENDÊNCIA: A pesquisadora atualizou a data do Primeiro Recrutamento para o dia 28/11/2018.

PARECER: PENDÊNCIA ATENDIDA

Considerações Finais a critério do CEP:

Dessa forma, e considerando a Resolução CNS nº. 466/12, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, e, ainda que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para a presente emenda: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_111516_2_E1.pdf	05/11/2018 15:53:49		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Carta_de_autorizacao_assinada_Estudo_6.pdf	31/08/2018 10:16:52	Karina da Silva Oliveira	Aceito
Outros	Carta_de_justificativa_das_alteracoes.docx	31/08/2018 10:14:14	Karina da Silva Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Tese_Karina_da_Silva_Oliveira_emenda.docx	31/08/2018 10:13:26	Karina da Silva Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_emenda_karinadasilvaoliveira2003_03_18_225945.pdf	21/06/2018 10:20:36	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento_Estudo_6.docx	12/06/2018 10:17:08	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_pais_estudo6.docx	12/06/2018 10:16:12	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	Carta_assinada_Estudo_6_e_7.pdf	08/06/2018 09:11:48	Karina da Silva Oliveira	Aceito

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida CEP: 13.087-571
UF: SP Município: CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 Fax: (19)3343-6777 E-mail: comtedeslice@puc-campinas.edu.br

Continuação do Parecer: 3.011.879

Ausência	Carta_assinada_Estudo_5_e_7.pdf	08/06/2018 09:11:48	Karina da Silva Oliveira	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_GEP_2129745.pdf	08/06/2018 09:00:08	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento_Estudo_5.docx	13/06/2017 16:31:24	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento_Estudo_3.docx	13/06/2017 16:31:13	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento_Estudo_2.docx	13/06/2017 16:31:00	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_pais_estudo5.docx	13/06/2017 16:29:21	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_julzes_estudo4.docx	13/06/2017 16:29:09	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_pais_estudo3.docx	13/06/2017 16:28:55	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_para_pais_estudo2.docx	13/06/2017 16:28:38	Karina da Silva Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Tese_Karina_da_Silva_Oliveira.docx	31/03/2017 16:08:32	Karina da Silva Oliveira	Aceito
Outros	MRI_cademo_de_aplicacao_merinas.docx	31/03/2017 16:04:48	Karina da Silva Oliveira	Aceito
Outros	MRI_cademo_de_aplicacao_merinos.docx	31/03/2017 16:02:34	Karina da Silva Oliveira	Aceito
Outros	MRI_folha_de_respostas.docx	31/03/2017 15:46:05	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Carta_de_autoriz_Colegio_campinas.pdf	31/03/2017 11:17:37	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	Carta_de_autoriz_Colegio_vinhedo.pdf	28/03/2017 16:22:47	Karina da Silva Oliveira	Aceito

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zarbin, 1516
 Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida CEP: 13.067-871
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3343-8777 Fax: (19)3343-8777 E-mail: comfedeetica@puc-campinas.edu.br

Continuação do Parecer: 3.011.679

Justificativa de Ausência	Carta_de_autoriz_Colegio_vinhedo.pdf	28/03/2017 15:22:47	Karina da Silva Oliveira	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Carta_as_escolas.docx	22/03/2017 16:23:59	Karina da Silva Oliveira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINAS, 09 de Novembro de 2018

Assinado por:

Alberto Benevenuto Drumond Frazão
(Coordenador(a))